

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS

JACQUES SALOMON CRISPIM SOARES PINTO

**CONFIANÇA, GOVERNOS E ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA:
OS CASOS DO PLANO REAL NO BRASIL E DO PLANO CAVALLO NA ARGENTINA.**

**Brasília / DF
2006**

JACQUES SALOMON CRISPIM SOARES PINTO

**CONFIANÇA, GOVERNOS E ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA:
OS CASOS DO PLANO REAL NO BRASIL E DO PLANO CAVALLO NA ARGENTINA.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, do Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Doutora Maria das Graças Rua.

**Brasília / DF
2006**

PINTO, Jacques Salomon Crispim Soares.

Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina. / Jacques Salomon Crispim Soares Pinto. – Brasília: UnB, 2006.

245 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Professora Doutora Maria das Graças Rua.

Tese (doutorado) – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, 2006.

1. Plano Real no Brasil. 2. Plano Cavallo. 3. Ciências Sociais – Tese. I. Rua, Maria das Graças. II. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas. III. Título.

JACQUES SALOMON CRISPIM SOARES PINTO

**CONFIANÇA, GOVERNOS E ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA:
OS CASOS DO PLANO REAL NO BRASIL E DO PLANO CAVALLO NA ARGENTINA.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, do Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Aprovado em 18 de dezembro de 2006

Banca Examinadora:

Presidente e Orientador:

Professora Doutora Maria das Graças Rua. _____

Primeiro Examinador:

Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira Castro. _____

Segundo Examinador:

Professor Doutor Danilo Nolasco Marinho. _____

Terceiro Examinador:

Professor Feruccio Bilich - PhD. _____

Quarto Examinador:

Professor Doutor Henrique Villa da Costa Ferreira. _____

**Brasília / DF
2006**

AGRADECIMENTOS

Segundo Joseph Conrad “somente um marinheiro compreende até que ponto um navio reflete a personalidade e a competência profissional de um só indivíduo — o seu Comandante”.

Dizem que o exercício do *comando no mar* é o exercício da solidão. Em cada navio existe um homem apenas, que, nas horas de emergência ou de perigo no mar, não pode pedir auxílio ou conselho a qualquer outro. Um homem que, sozinho, é o único responsável pela navegação segura, pela correta operação das máquinas, pela precisão da artilharia e pela manutenção do moral da tripulação - é ele o Comandante, e personifica o próprio navio.

Há, entretanto, outra atividade tanto ou mais individual que o comando no mar: a caminhada solitária de um doutorando. Os doutorandos não sabem da caminhada dos Comandantes e os Comandantes não sabem da caminhada dos doutorandos, mas as duas caminhadas são solitárias, com diferenças, é claro. A principal delas no plano temporal é que a natureza do *comando no mar* é efêmera, mas o compromisso de um doutor com a academia e com a ciência é permanente.

Da mesma forma que quando terminei o Mestrado aos 52 anos, hoje com 59, me sinto um vitorioso e ao mesmo tempo preocupado. Vitorioso pelos conhecimentos que absorvi e aprendi sobre o próprio tema objeto de minha pesquisa ao longo da caminhada acadêmica e preocupado com o tempo que me resta para aplicar e divulgar todos estes conhecimentos adquiridos.

Iniciei esta caminhada em 2002 com um tema ligado às questões do Estado, da Amazônia Brasileira ligadas à fronteira Brasil – Venezuela. Entretanto, por dificuldades de logística e apoio fui levado a mudar de tema já passados dois anos de curso.

Na realidade, este trabalho que ora finalizo, levou cerca de pouco mais de dezoito meses para ser concluído, ao invés dos quatro anos rotineiros de um doutorado. O novo tema, *Capital Social e Planos de Estabilização Econômica*, se descortinou como um desafio multidisciplinar, por estar ligado à Ciência Social e à Ciência Econômica.

Algumas importantes conceituações, que por si só comprovam o caráter multidisciplinar deste trabalho: a Teoria da Variável Oculta que, de certa forma permite classificar a variável dependente do meu estudo, o Sentimento de Confiança, como uma variável oculta; a Teoria dos Sistemas usada para o aprimoramento da compreensão das principais conceituações dos teóricos do Capital Social; e a primeira Lei da Psicofísica de Stevens que permitiu compreender o mecanismo de percepção de estímulos externos, são aqui discutidas.

Nada disto teria sido possível se não tivesse contado, ao longo desta caminhada - curta, mas intensa - com a ajuda e incentivo de pessoas de todos os segmentos. Da academia; da iniciativa privada; do governo; colegas; escritores; pesquisadores e amigos.

A DEUS agradeço em primeiro lugar, por estar vivo, com alguma saúde, ainda, e lutando, com objetivos de curto, médio e longo prazos. A vida sem objetivos **concretos** não tem sentido.

À minha querida mãe Yara dedico este trabalho e tudo o que consegui até agora. Sem referência paterna durante toda a vida, quero ressaltar o importante papel que teve essa mulher,

ao me proporcionar parâmetros éticos e de educação que carrego até hoje. Não posso também esquecer minhas duas queridas Tias Eurydice, já falecida, e Alaikxs, a guardiã do castelo.

No plano da pesquisa quero agradecer às pessoas que colaboraram direta e indiretamente para a coleta de dados no Brasil, no Ministério da Saúde, no Ministério do Trabalho, no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, no Instituto Vox Populi.

Em separado merecem agradecimento os que se dispuseram a responder aos meus questionamentos e entrevistas, estas de muito difícil acesso, pelo tema, pelas suscetibilidades que o envolvem no plano político e até pela própria disponibilidade das pessoas para atender a pesquisas sempre fora de suas próprias agendas, o Dr. Gustavo Barroso Franco, a jornalista Maria Clara R. M. do Prado autora do Livro “A Real História do Real” e, na Argentina, o Dr. Aldo Ferrer.

Ao meu Amigo e colega de Colégio Militar, o Embaixador Pedro Bretas, que com seu conhecimento sobre a sociopolítica da Argentina me abriu as portas juntamente com os Secretários Pablo e Bernard, para o primeiro contato naquele país, sem o qual não teria sido possível a coleta de dados e a própria pesquisa em si.

Na Argentina, pela mão do amigo, preciso agradecer inicialmente ao Dr. Ricardo López Murphy que gentilmente me cedeu um pedaço de seu tempo em uma entrevista na sede do *Partido Recrear Argentina*, na Calle Florida.

Ao Dr. Miguel Angel Manuel Broda, que abriu as portas de seu conhecimento acumulado desde 1983 em consultoria econômica para a obtenção dos dados que usei nesta pesquisa. À Vanessa Broda que gentilmente me proporcionou acesso a tudo o que precisei na Empresa de seu pai. Aos amigos do *Estúdio Broda Y Asociados* meu muito obrigado pela acolhida e pela gentileza com que me trataram durante minhas duas jornadas de pesquisa na Capital Portenha.

Ao meu amigo e companheiro de Praça D´Armas no CTE Bauru, lá pelos idos da década de 1970, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Roberto da Silva Xavier, Adido Naval na Argentina, à sua esposa Rose e ao filho Enzo, agradeço pela atenção, pela gentileza, e pelo carinho e o tempo que me dispensaram durante as duas jornadas de pesquisa em Buenos Aires, sem esta atenção tudo teria sido muito mais difícil.

Às atenciosas Marta e Inêz, do *Centro de Estudios para la Nueva Mayoria* que, em nome do Dr. Rosendo Fraga, me atenderam, disponibilizando todo o material necessário.

Ao meu professor de Métodos Estatísticos, Orientador no Mestrado, e Avaliador na Banca de Doutorado, Professor Feruccio Bilich, agradeço pela preciosa e valiosa ajuda que me deu nas últimas fases desta pesquisa, sem a qual não teria conseguido fechar o trabalho. Tenha a certeza professor, sua orientação, completa disponibilidade para ajudar e até mesmo os conselhos a qualquer hora, foram fundamentais.

Aos Professores Danilo Nolasco e Henrique Castro meu muito obrigado pela forma gentil, cortês e porque não dizer amiga, com que sempre conduziram a relação Professor – Aluno.

Especialmente ao Professor Henrique Castro pela preocupação que sempre demonstrou com relação ao meu desenvolvimento acadêmico e com a finalização de meu curso.

Também quero agradecer aos meus amigos: Francisca pelas conversas sobre estatística; Marcos e Cristine; ao Ricardo Paula pelas orientações sobre Economia; e ao Henrique Villa por toda amizade que me dispensa, e por tudo que lhe devo, profissional e pessoalmente.

À querida Maria José Brito, Zezé, pela constante ajuda e incentivo, pelas lembranças e conselhos e pela preocupação e atenção. Sem elas a caminhada teria sido muito mais difícil.

Aos meus chefes Paulo Pitanga, Henrique Villa, e Maurício Rodrigues pelo alívio que me proporcionaram na fase final de correção e preparação do texto definitivo desta Tese.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Rua, agradeço pelo tempo que me dispensou, pelo constante incentivo e pela forma agradável, amigável, solícita e prática que conferiu a nossa relação orientador-orientando. Sendo também orientador, em nível de graduação, muito aprendi com ela sobre a arte de orientar.

À minha querida família agradeço pela referência que sempre representou na minha luta pelo aprimoramento pessoal. Espero, com este trabalho, estar dando algum exemplo para minhas QUERIDAS filhas e para meus QUERIDOS netos, bisnetos e descendentes.

Em especial, quero agradecer à minha filhota nr. 4, Nathalia, pelo exemplo que me deu, quando na fase final de seu curso de Arquitetura, virava noites e noites para finalizar seu projeto. Ela foi a minha inspiração para continuar em determinados momentos da caminhada.

À minha filhota nr. 3, Fayga, a passarinha preocupada, meu agradecimento pela guarda permanente que exerce na minha mesa de trabalho, você é muito importante para min.

Não poderia esquecer a filhota nr. 2, Adhara, minha psicóloga predileta, e meu Genro nr 2 o Comandante Luiz Campos pela ajuda que me deram na correção do *Abstract*. Sem eles o texto teria ficado um inglês meio que de cais do porto, meio troncho.

A minha filha querida filhota nr. 1, Clarissa, o bebê mais bonito do berçário, meu agradecimento por ter sido e ser minha quase confidente e sempre amiga. Ao meu Genro nr 1, o Comandante Barros, também agradeço pela sua constante atenção e conselhos oportunos.

Por fim, digno de menção, o Ex Presidente Fernando Henrique Cardoso, gênio da política do mundo, que, embora não tenha concedido a entrevista que lhe solicitei através de sua assessoria, merece, pelo bem da história do Brasil, ser admirado, lembrado e defendido com coragem, pelo trabalho no comando daquele competente e valente grupo, que concebeu e operacionalizou o Plano Real.

Se se pode comparar o panorama econômico dos anos 1990, com a navegação em um mar revolto, também é possível nominar o espinhoso trabalho de FHC e da sua *Gallant Crew*, como um difícil, perigoso, complicado e solitário *Comando no Mar*.

Muito obrigado a todos vocês

RESUMO

PINTO, Jacques Salomon Crispim Soares. Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina. 2006; Tese (doutorado) – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais – Centro de Pesquisas sobre as Américas - CEPAAC, 2006.

O propósito desta investigação foi identificar, compreender e definir a relação entre a dimensão do capital social em sua vertente governamental, materializado na percepção do sentimento de confiança que a sociedade tem dos governos depositado no governo pela sociedade e os resultados da implementação de planos de estabilização econômica – PEEs. no Brasil e na Argentina, mais especificamente no que toca o Plano Real e o Plano de Conversibilidade, operados, nos dois países em momentos algo coincidentes. O âmbito teórico se desenvolveu inicialmente em torno do debate desencadeado na Conferência “Capital Social y Reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe: em busca de un nuevo paradigma”, realizada em Santiago del Chile pela CEPAL em 2003, correlacionando as teorias ali apresentadas com a realidade da implementação dos Planos de Estabilização Econômica no Brasil e na Argentina. O âmbito empírico foi trabalhado a partir do estabelecimento da variável Sentimento de Confiança como variável dependente e, como variáveis independentes foram consideradas, nos respectivos momentos de implementação dos PEEs, e nos dois países: o índice oficial de inflação; a taxa de operacionalização dos contratos; o índice do custo de vida; e o risco país; como parte da dimensão econômica, e o desemprego; a criminalidade; e as greves, como parte da dimensão social. O tratamento da relação entre estas variáveis foi efetuado a partir da aplicação da técnica estatística de regressão múltipla, considerando diversos modelos que combinaram a defasagem no tempo entre a variável dependente e as independentes, e a escolha do primeiro harmônico que mais explicou a relação. Conclui o presente trabalho pela existência de relação de correlação entre estas variáveis a partir de um modelo complexo de equações do qual se obteve um parâmetro temporal médio que permite avaliar a influência das variáveis explicativas consideradas e a variável dependente, bem como estabelecer um tempo médio que levam as duas dimensões para afetar o âmbito da confiança que detêm um governo na operacionalização de políticas de estabilização econômica em ambientes semelhantes aos aqui considerados.

Palavras - Chave: Confiança; Capital Social; Estabilização Econômica no Brasil e na Argentina.

ABSTRACT

PINTO, Jacques Salomon Crispim Soares. Trust, Governments and Economic Stabilization: The cases of Plano Real in Brazil and Plano Cavallo in Argentina. 2006. Thesis (Doctoral Program) Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais – Centro de Pesquisas sobre as Américas - CEPAAC, 2006.

The aim of this essay was to identify, to understand and to define the relationship between the dimension of the social capital in its government slope – focused on the perception of the trust that society has reposed in governments – and the results of the implementation of plans in order to achieve economic stability in Brazil and in Argentina, more specifically related to ‘Plano Real’ and the ‘Plan of Convertibility operated’, in moments at the two countries. The theoretical focus was initially developed by participants and members of the conference called: "Social Capital and Reduction of Poverty in Latin America and Caribe: in search of a new paradigm", accomplished in Santiago del Chile for CEPAL in 2003, correlating the theories with the reality of the implementation of the Plano Real and Plano Cavallo in Brazil and in Argentina. The empirical sense was backed up from the establishment of the variable ‘Trust’ as a dependent variable and, as independent variables were considered, in the respective moments of implementation of PEEs, and in the two countries: the official inflation index; the tax rate of government contracts; the cost of living index – ; and the country risk; as part of the economical dimension, and the unemployment; the criminality; the strikes; labor conflicts; and socio-political conflicts, as part of the social dimension. The analysis of the relationship between these variables were made from the application of the statistical technique of multiple regression considering several models that combined the discrepancy in time between the dependent variable and the independent ones, and the choice of the ‘first harmonic’ that best explained the relationship between them. In conclusion the essay confirms the co relationship between these variables based upon a complex model of equations from which it was obtained an average time parameter that allows to evaluate the influence of the considered explanatory variables and the dependent variable, as well as to establish an average time in which the two dimensions, the social and the economical ones, affect the extent of the trust in a government during the implementation of economic stabilization policies.

Key Words: Trust; Social Capital; Economic Stabilization in Brazil and in Argentina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Território Argentino	18
Figura 2 Concepção abstrata do autor para abordagem do problema	31
Figura 3 Dinâmica das variáveis usadas	32
Figura 4 Ambiente de Confiança no Governo	35
Figura 5 Abstração do pensamento de Tocqueville	50
Figura 6 Dinâmica Charrys	54
Figura 7 Dinâmica Rello e Flores	55
Figura 8 Dinâmica de Durston	59
Figura 9 Dinâmica de Fukuyama-2002	62
Figura 10 Dinâmica de Fukuyama	63
Figura 11 Dinâmica de Ocampo	65
Figura 12 Dinâmica de Portocarrero	66
Figura 13 Visão de Portocarrero sobre o ambiente do Capital Social	67
Figura 14 Visão da Experiência de Rajasthán	69
Figura 15 Visão da concepção de Fukuyama considerando variáveis inversas	70
Figura 16 Visão da concepção de Sander e Lowney	71
Figura 17 Visão Síntese da concepção de Durston sobre Ks individual e comunitário	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Comportamento do IPC	20
Gráfico 2	Comportamento do IPCA nos primeiros meses da administração Menem	21
Gráfico 3	Taxa de Desemprego no Brasil de 1980 a 1995	28
Gráfico 4	Variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo	28
Gráfico 5	Evolução da aceitação do Governo Fernando Collor	82
Gráfico 6	Evolução da aceitação do Governo Itamar Franco	82
Gráfico 7	Comportamento da confiança na América Latina, Brasil e Argentina	83
Gráfico 8	Comportamento do Sentimento de Confiança e da Taxa de Inflação de 1994 a 1999	84
Gráfico 9	Comportamento da Inflação em momentos pré REAL	86
Gráfico 10	Comportamento da Inflação (1985-1994)	87
Gráfico 11	Comportamento do IPCr até junho de 1995	90
Gráfico 12	Comportamento do Risco Brasil em 1994	91
Gráfico 13	Aceitação do primeiro governo FHC(%)	94
Gráfico 14	Aceitação do segundo governo FHC(%)	94
Gráfico 15	Evolução do PIB da Argentina (1993-1996) em bilhões de pesos (trimestral)	110
Gráfico 16	Taxa de desemprego e pessoas abaixo da linha de pobreza	111
Gráfico 17	Comportamento do sentimento de confiança na gestão de Menem	116
Gráfico 18	Imagem da política econômica nos governos Menem	118
Gráfico 19	Problemas mais importantes segundo a opinião pública	118
Gráfico 20	PIB per capita Brasil, Argentina (1990-2003)	118
Gráfico 21	Desemprego Brasil-Argentina (1980-2003)	118
Gráfico 22	Sentimento de Confiança e IPCA (Brasil)	121
Gráfico 23	Desemprego aberto e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (Brasil)	123
Gráfico 24	Desemprego e Inflação com defasagem entre elas de dois meses (Brasil)	124
Gráfico 25	Sentimento de Confiança e Índice de Preços ao Consumidor (1992-1999) (Brasil)	125
Gráfico 26	Sentimento de Confiança e Desemprego Aberto no Brasil (Brasil)	126
Gráfico 27	Sentimento de Confiança, ÍPCA e Desemprego (1992-1999) (Brasil)	129
Gráfico 28	Sentimento de Confiança e Taxa SELIC (Brasil)	130
Gráfico 29	Sentimento de Confiança e da Taxa Selic (1992-1999) (Brasil)	132
Gráfico 30	Sentimento de Confiança a Partir da Variação do Índice de Criminalidade (Brasil)	133
Gráfico 31	Criminalidade, Desemprego, Greves e Sentimento de Confiança (1992-1999) (Brasil)	134
Gráfico 32	Sentimento de Confiança a Partir da Variação do Índice de Greves (Brasil)	135
Gráfico 33	Comportamento do Sentimento de Confiança e Greves (1992-1999) (Brasil)	137
Gráfico 34	Sentimento de Confiança a Partir da Variação do Índice do Custo de Vida (Brasil)	138
Gráfico 35	Sentimento de Confiança e do Índice de Custo de Vida (1992-1999) (Brasil)	140
Gráfico 36	Sentimento de Confiança a Partir da Variação do Risco País (Brasil)	141
Gráfico 37	Sentimento de Confiança e do Risco País (1992-1999) (Brasil)	142
Gráfico 38	Probabilidade Esperada em Função da Probabilidade Observada sem o Risco País (Brasil)	145
Gráfico 39	Probabilidade Esperada em Função da Probabilidade Observada com o Risco País (Brasil)	148
Gráfico 40	Sentimento de Confiança a Partir da Variação da Taxa de Inflação (Argentina)	152
Gráfico 41	Influência da Taxa de Inflação na variável desemprego (Argentina)	154
Gráfico 42	Sentimento de Confiança e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (1989-1999) (Argentina) ..	155
Gráfico 43	Sentimento de Confiança a Partir da Variação da Taxa de Desemprego (Argentina)	156
Gráfico 44	Sentimento de Confiança e Desemprego (1989-1999) (Argentina)	158
Gráfico 45	Sentimento de Confiança a partir da Violência Sócio-Política (Argentina)	159
Gráfico 46	Sentimento de Confiança e Violência Sócio-política (1989-1999) (Argentina)	160
Gráfico 47	Sentimento de Confiança a Partir da Taxa de Conflitos Laborais (Argentina)	161
Gráfico 48	Sentimento de Confiança e Conflitos Laborais (1989-1999) (Argentina)	162
Gráfico 49	Sentimento de Confiança a Partir da Variação do Risco País (Argentina)	163
Gráfico 50	Risco País e Sentimento de Confiança (1989-1999) (Argentina)	164
Gráfico 51	Plotagem normal da distribuição dos resíduos do modelo multivariado (Argentina)	166
Gráfico 52	Sentimento de Confiança, IPCA e Desemprego (1989-1999) (Argentina - isolados)	167
Gráfico 53	Probabilidade Esperada em Função da Probabilidade Observada dos Resíduos (Argentina)	169
Gráfico 54	Sentimento de Confiança e do Risco País (1989-1999) (Argentina)	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conjunto de Componentes Básicos do Capital Social	55
Quadro 2	Cronologia do comportamento da confiança no Governo PRÉ-REAL	86
Quadro 3	Comparação entre os governos Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique	95
Quadro 4	Evolução da Prioridade dos Problemas	108
Quadro 5	Cronologia dos Principais Eventos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina ...	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Nível de Confiança nas Instituições Brasileiras	83
Tabela 2	Confiança interpessoal na Argentina, no Brasil e na América Latina (%)	84
Tabela 3	Taxa de Inflação Mensal Argentina (198905-199102)	99
Tabela 4	Imagem dos Distintos Temas Nacionais (fev de 1991)	101
Tabela 5	Imagem das Privatizações na Opinião Pública	102
Tabela 6	Poderes do Estado (março de 1991)	102
Tabela 7	Imagem de Fatores de Poder	102
Tabela 8	Evolução da Imagem do Governo Menem	103
Tabela 9	Imagem da Gestão dos Presidentes do Cone Sul	103
Tabela 10	Principais Preocupações da Sociedade (dez 90-mai91)	105
Tabela 11	Comparação entre a Imagem de Carlos Menem e de Domingo Cavallo (199104-199109)	107
Tabela 12	Comparação entre a Imagem do Governo e das Medidas Econômicas do Momento	107
Tabela 13	Evolução da Imagem de Menem	109
Tabela 14	Avaliação comparada entre o desempenho de períodos do governo Menem	109
Tabela 15	Evolução de prioridade de problemas para a sociedade	110
Tabela 16	Comportamento do Desemprego no Brasil e na Argentina (1991-1999)	117
Tabela 17	Sumário do Modelo Multivariado (Brasil)	143
Tabela 18	Coefficientes gerados pelo modelo multivariado (Brasil)	144
Tabela 19	Síntese das Estatísticas dos Modelos Multivariados (Brasil)	147
Tabela 20	Coefficientes do modelo multivariado (Brasil)	148
Tabela 21	Sumário do Modelo multivariado sem o Risco País (Argentina)	165
Tabela 22	Coefficientes do Modelo multivariado sem o Risco País (Argentina)	165
Tabela 23	Principais estatísticas do modelo multivariado com o Risco País (Argentina)	168
Tabela 24	Coefficientes do modelo multivariado com o Risco País (Argentina)	168
Tabela 25	Todas as Variáveis Logaritmizadas e Defasadas – Brasil	202
Tabela 26	Variáveis Logaritmizadas e Defasadas a Partir das Defasagens Individuais no Brasil	204
Tabela 27	Brasil Risco País – Brasil (1994-1999)	205
Tabela 28	Brasil Greves da Década de 90 (mensal)	205
Tabela 29	Brasil Desemprego Aberto (1992-2000)	206
Tabela 30	Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1992	206
Tabela 31	Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1993	207
Tabela 32	Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para Títulos Federais	207
Tabela 33	Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1994	208
Tabela 34	Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1995	209
Tabela 35	Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1996	209
Tabela 36	Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1997	210
Tabela 37	Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1999	210
Tabela 38	Composição do Sentimento de Confiança [1998]	211
Tabela 39	Óbitos do Brasil por Homicídios (Agressões) 1990 a 2000, segundo mês de ocorrência.	212
Tabela 40	Índice de Preços ao Consumidor Amplo	212
Tabela 41	Índice de Custo de Vida	213
Tabela 42	Grupo de Variáveis do Brasil em 1992	214
Tabela 43	Grupo de Variáveis do Brasil em 1993	214
Tabela 44	Grupo de Variáveis do Brasil em 1994	214
Tabela 45	Grupo de Variáveis do Brasil em 1995	215
Tabela 46	Grupo de Variáveis do Brasil em 1996	215
Tabela 47	Grupo de Variáveis do Brasil em 1997	215
Tabela 48	Grupo de Variáveis do Brasil em 1998	216
Tabela 49	Grupo de Variáveis do Brasil em 1999	216
Tabela 50	Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1989 (Argentina)	217
Tabela 51	Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1990 (Argentina)	218
Tabela 52	Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1991 (Argentina)	219
Tabela 53	Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1992 (Argentina)	220
Tabela 54	Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1993 (Argentina)	221

LISTA DE TABELAS –CONTINUAÇÃO

Tabela 55 Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1994 (Argentina)	222
Tabela 56 Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1995 (Argentina)	223
Tabela 57 Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1996 (Argentina)	224
Tabela 58 Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1997 (Argentina)	225
Tabela 59 Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1998 (Argentina)	226
Tabela 60 Construção da Série de Sentimento de Confiança de 1999 (Argentina)	227
Tabela 61 Grupo de Variáveis da Argentina em 1989	228
Tabela 62 Grupo de Variáveis da Argentina em 1990	228
Tabela 63 Grupo de Variáveis da Argentina em 1991	229
Tabela 64 Grupo de Variáveis da Argentina em 1992	229
Tabela 65 Grupo de Variáveis da Argentina em 1993	230
Tabela 66 Grupo de Variáveis da Argentina em 1994	230
Tabela 67 Grupo de Variáveis da Argentina em 1995	231
Tabela 68 Grupo de Variáveis da Argentina em 1996	231
Tabela 69 Grupo de Variáveis da Argentina em 1997	232
Tabela 70 Grupo de Variáveis da Argentina em 1998	232
Tabela 71 Grupo de Variáveis da Argentina em 1999	233
Tabela 72 Conflitos Laborais na Argentina (1989-1999)	234
Tabela 73 Índice de Preços ao Consumidor	234
Tabela 74 Risco País da Argentina (1994-1999)	235
Tabela 75 Violência Sócio-Política na Argentina (1989-1999)	235
Tabela 76 Desemprego Aberto na Argentina (1989-2000)	236

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.

1. A situação político-econômica da Argentina e do Brasil na década de 1990	16
2. A Argentina no contexto da pesquisa	17
3. O problema de pesquisa	29
4. A hipótese de trabalho	32
5. As variáveis	33
6. Limites e restrições à pesquisa	40
7. A metodologia	40
8. O tratamento das variáveis	44
9. A pesquisa de campo	44
10. A Composição do trabalho	47

CAPÍTULO 1. O DEBATE CONCEITUAL SOBRE O CAPITAL SOCIAL.

1.1 O conceito de capital social	49
1.2 Capital social e confiança	52
1.3 O conceito de capital social: visões e contrapontos	53
1.4 Experimentos de mensuração do capital social	
1.4.1 A experiência em Rajasthán	70
1.4.2 A quantificação do capital social para Fukuyama	71
1.4.3 A quantificação, aspectos principais para outros teóricos	72
1.4.4 A quantificação para Putnam	75
1.5 As Instituições: Organizações governamentais	76
1.6 Capital Social e Planos de Estabilização Econômica no Brasil e na Argentina ...	78

CAPÍTULO 2. UMA BREVE COMPARAÇÃO DOS CONTEXTOS BRASILEIRO E ARGENTINO POR OCASIÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS REAL E CONVERSIBILIDADE

2.1 O Plano Real e a sua conexão com o sentimento de confiança	81
2.2 A Confiança	83
2.3 A confiança e o Plano Real	85
2.4 O Plano Real	87
2.5 A implementação do Plano Real e o Efeito da Parabólica	92
2.6 O Plano Cavallo e a sua conexão com o sentimento de confiança	96
2.7 A Implementação do Plano Cavallo	97

2.8 Planos – Real e Cavallo, principais interconexões com o sentimento de confiança das duas sociedades	112
2.9 Síntese da apreciação sobre os Planos Real e Cavallo sob a ótica da confiança ..	119
CAPÍTULO 3 AS RELAÇÕES ENTRE ALGUNS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS E O SENTIMENTO DE CONFIANÇA NO BRASIL.	
3.1 Os modelos bivariados	120
3.1.1 Sentimento de Confiança e Desemprego Aberto	121
3.1.2 Sentimento de Confiança e Índice de Preços ao Consumidor	125
3.1.3 Sentimento de Confiança e Taxa Selic	129
3.1.4 Sentimento de Confiança e Criminalidade	132
3.1.5 Sentimento de Confiança e Greves	135
3.1.6 Sentimento de Confiança e Índice do Custo de Vida	137
3.2 O Modelo Multivariado	
3.3 Síntese da análise dos dados do Brasil	149
CAPÍTULO 4 AS RELAÇÕES ENTRE ALGUNS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS E O SENTIMENTO DE CONFIANÇA NA ARGENTINA.	
4.1 Os modelos bivariados	151
4.1.1 Sentimento de Confiança e Desemprego Aberto	151
4.1.2 Sentimento de Confiança e Índice de Preços ao Consumidor	155
4.1.3 Sentimento de Confiança e Violência Sócio-Política	158
4.1.4 Sentimento de Confiança e Conflitos Laborais	160
4.2 O Modelo Multivariado	164
4.3 Síntese analítica dos dados da Argentina	171
CONCLUSÃO	175
REFERÊNCIAS	181
APÊNDICE A - ESTRUTURA DE ENTREVISTAS	190
APÊNDICE B - QUADROS E TABELAS	209
APÊNDICE C - PROCESSOS E TÉCNICAS ESPECÍFICAS	249

INTRODUÇÃO

A propósito da questão ética no contexto da dinâmica da inflação diz Fernandes (1993, p. 47) “Sem ela, a “Lei” nada vale, pois não há coerção que substitua o comportamento voluntário, nem argumento que se contraponha ao imediatismo dos interesses particulares. Mesmo o raciocínio utilitário não pode dela prescindir - o egoísmo só se conforma à cidadania a partir de um crédito de confiança nas instituições. Sem generosidade, não há, tampouco, lealdade que resista.”.

1. A situação político-econômica da Argentina e do Brasil na década de 1990.

O objetivo desta pesquisa é examinar a relação entre o estoque de Confiança que detém os governos da Argentina e do Brasil e as dimensões que abrigam a Inflação, o desemprego, e a Taxa Selic, dentro dos ambientes de operacionalização do Plano Real no Brasil, fazendo um contraponto com a operacionalização do plano de conversibilidade, o Plano Cavallo na Argentina.

O objeto em torno do qual se desenvolveu a pesquisa é a relação entre duas dimensões: de um lado, a que abriga o estoque de capital social de governo e, de outro, a que abriga os principais resultados da aplicação dos programas de estabilização econômica do Brasil, fazendo um contraponto com a Argentina.

A interdisciplinaridade implícita no tema faz com que este trabalho aborde a conexão de variáveis exógenas da ciência econômica e da ciência social a partir da prospecção de concepções envolvendo princípios teóricos da sociologia e da economia. As preocupações fundamentais da ciência econômica¹ são aqui abordadas, não diretamente, pois não se trata de um estudo especificamente da ciência econômica, mas no tecido conectivo da relação hipotética estudada, quando se consideram as variáveis exógenas na análise empírica como externalidades do processo de acumulação de confiança por parte de governos na implementação das políticas públicas. Inclui também a observação dos objetivos² e instrumentos³ da macroeconomia, implícitos nas tentativas de controle inflacionário pelas quais passaram e passam os países em estudo.

A atualidade e a oportunidade acrescem mais peso para este estudo uma vez que cientistas sociais já trabalham com convergência de indicadores sociais, inclusive muitos

¹ As três principais preocupações da ciência econômica são: o porquê da diminuição da produção e do emprego e como pode ser minorado o problema do desemprego; quais são as causas da inflação de preços; como esta questão pode ser controlada; como pode ser aumentada a taxa de crescimento econômico.

² Os objetivos são: Produção com elevado nível; rápida taxa de crescimento, emprego com elevado nível e bom nível de desemprego involuntário e estabilidade de preços com liberdade de mercados.

³ Instrumentos; Política fiscal com responsabilidade sobre o gasto Público e sobre os impostos e a política monetária que cuida do controle da oferta monetária que afeta a todos os tipos de juros e a Política de rendas que vai desde diretrizes voluntárias sobre os salários e sobre os preços a partir de controles obrigatórios.

analistas já estão inserindo indicadores sociais para complementar medidas econômicas quando analisam o impacto de medidas políticas. Esta pesquisa faz isto quando combina em sua análise indicadores sociais e econômicos.

2. A Argentina no contexto da pesquisa

Com o nome oficial de República Argentina, ou também, pelo texto constitucional, Confederación Argentina ou Províncias Unidas Del Rio de La Plata, a Argentina é uma República Presidencialista e conta com uma superfície de 3,7 milhões de Km², aí incluídos os 964.000 Km² do território continental antártico e Ilhas do Atlântico Sul e fronteiras com cinco países sul-americanos: Bolívia; Brasil; Chile; Paraguai e Uruguai.

Sua geografia é singular, como a do Brasil. Cortado por diversos e grandes rios navegáveis, pela extensão da sua maior dimensão é um país que convive com diversos climas e biomas, sendo o oitavo país da Terra em dimensão territorial, ficando atrás apenas da Rússia, do Canadá, da China, dos Estados Unidos, da Índia e do Brasil. É uma terra de extremos, que convive no inverno com as mais baixas temperaturas do continente e que chegam aos 45° C.

Na sua região central está situado o coração geográfico do país, nas Províncias de Córdoba, San Luís e parte de Santa Fé. O desenvolvimento em latitude do território apresentado na Figura 1 lhe confere a vantagem de contar com uma grande diversidade de climas que vão desde o tropical do norte até os frios do sul, com diferentes climas temperados entre um e outro extremo, contando Buenos Aires com a convivência de um clima parecido com os das cidades do sudeste dos Estados Unidos, com verões calorosos e úmidos e invernos suaves, para eles é claro. Sua vegetação é apropriada para seu clima, sendo assim diversa e multiformada.

A Argentina conta com uma população de 37,9 milhões de pessoas (CASTEJÓN y MARTOS, 2004) dos quais 88% urbanos. Este total está distribuído pelo país em uma densidade demográfica de cerca de 13 hab/km, 85% de ascendência européia, principalmente espanhola e italiana e os 15 % restantes são mestiços e, em menor número, indígenas e descendentes de imigrantes do oriente próximo como Síria e Líbano.

Mais de 92% de sua população é católica embora existam fortes e importantes núcleos judeus e protestantes e membros de outras religiões que, no entanto, estão proibidas por serem consideradas lesivas ao bem público, diferentemente daqui onde há uma liberdade religiosa averbada no texto constitucional.

Figura 1 Território Argentino



Fonte: INDEC

Seus principais partidos políticos são: a União Cívica Radical (UCR), criada em 1889 com o nome de Unión Cívica; o Partido Justicialista, criado por Perón em 1945 e outros mais novos como a Alternativa por Una República (ARI); e o Movimento Federal Recrear (MFR), criado por Ricardo López Murphy. Sua moeda é o Peso e o tipo de câmbio, desde 1991 até 2002, estava fixado pela lei da conversibilidade; a partir de 2002, o câmbio passou a flutuar livremente e, ao fim de 2003, o dólar equivalia a cerca de 2,9 pesos.

Com um Produto Interno Bruto de 7,9 bilhões de dólares, convivia em 2002 com uma taxa de desemprego de 17,8% equivalendo a 2,5 milhões de pessoas e uma taxa de subemprego de cerca de 2,8 milhões de pessoas e uma inflação de 3,7% ao mês ao fim de 2003.

Até o início do século XX, a Argentina esteve envolvida em conflitos territoriais e de limites quando consolidou seu território atual. A partir do fim do século XIX se incorporou ao mercado mundial através da exportação de matérias primas, as atuais commodities, e como importadora dos chamados bens de capital ou manufaturados procedentes do continente europeu, em sua maioria da Inglaterra, a partir de um modelo que hoje chamamos de desenvolvimento e crescimento a partir do exterior ou exógeno, e assim se manteve até o fim da Primeira Grande Guerra.

Neste período, ocorreu uma forte expansão econômica, as oligarquias agropecuárias se consolidaram como classe dominante que, naturalmente, tomou conta do poder. Este modelo, no entanto, não podia dar certo por muito tempo e começa a ocorrer a falta de condições para a subsistência a partir das exportações; assim começam a surgir pequenas empresas para garantir a subsistência a partir do desabastecimento externo e interno.

Uma vez terminada a Grande Guerra, as pequenas empresas, incapazes de competir com os produtos e preços das mercadorias inglesas, desapareceram. Volta a existir alegria para as oligarquias argentinas que pensavam que o crescimento econômico fundado nas

exportações de produtos primários era ilimitado e que a Argentina era o celeiro do mundo. Uma década depois, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, ficou claro que este otimismo era demasiado e veio a Segunda Guerra Mundial reforçando os mesmos problemas e os mesmos impasses para solucionar a fragilidade do modelo agro exportador argentino.

Somado a estas questões ocorre o afastamento da Inglaterra como provedora de capitais que até então era, e a rivalidade com os Estados Unidos, e isto traz uma onda de dificuldades cuja solução foi vislumbrada pelos militares que, liderados por Juan Domingo Perón, passam a tomar as rédeas do país para industrializá-lo e, com isto, tornar a Argentina independente do ponto de vista econômico.

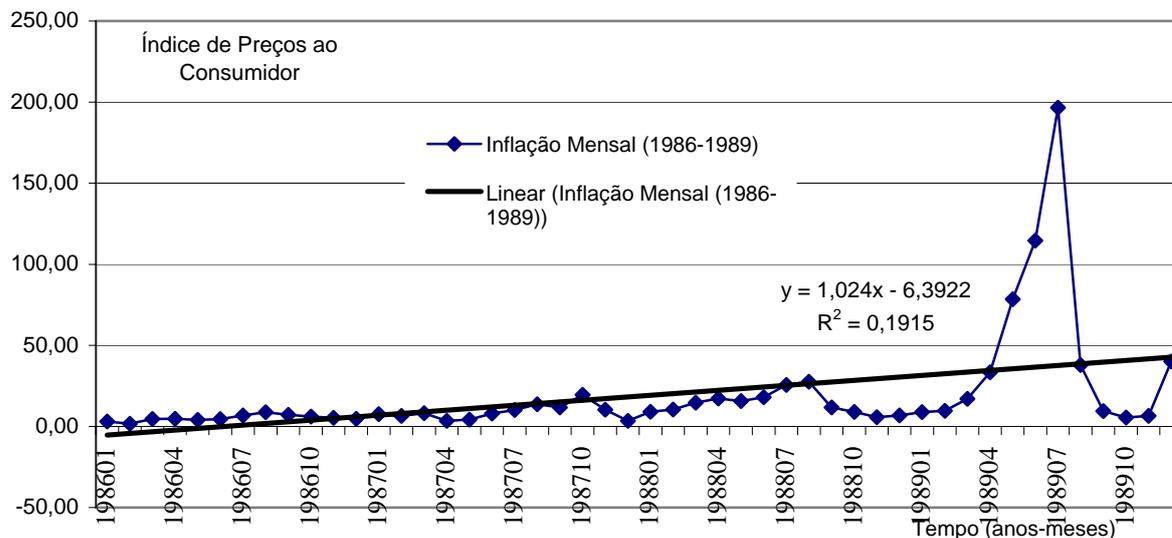
No primeiro governo peronista (1946-1952) o processo de industrialização se mostrou limitado. Nem o modelo eleito de desenvolvimento, nem a estrutura de classes argentina, nem os marcos políticos demonstraram ser os mais idôneos para levar a cabo as metas peronistas, a despeito de Perón ter comandado o país com pulso de ferro, com todas as condições políticas, pois controlava também o parlamento. Sai Perón e ocorre a Revolución Libertadora em 1955 e se seguem vinte anos de difícil situação social e política em que se alternaram diversos presidentes civis e militares, dentre eles, inclusive o próprio agora General Perón substituído, por morte, por sua esposa, Maria Estela Martinez, em 1974.

Em 1976, os militares voltam ao poder e formam uma militar que coloca o General Jorge Rafael Videla na presidência e assim permanecem no poder até 1983 quando Raúl Alfonsín chega à presidência pelo voto direto de 52% da população votante. Assim, peronismo perdia espaço para os radicais da Unión Cívica Radical. Em que pese a sua vitória esmagadora, ele não contou com maioria no Congresso para governar, mas havia como bom sinal de volta à democracia.

Neste ano, a moeda mudou como uma tentativa de conter a inflação que já chegava aos 400% anuais, sem lograr êxito, no entanto, pois em 1984 a inflação chegou aos 700% ao ano. Por isto, em 1985 foi lançado o Plano Austral que congelou salários, preços, tarifas e proibiu a emissão de moeda sem respaldo da correspondente produção.

Este plano, que reduziu a inflação drasticamente, teve aceitação da opinião pública e este foi o momento máximo da administração Alfonsín em termos de legitimidade e de apoio político. O Gráfico 1 apresenta o comportamento do Índice de Preços ao Consumidor de 1986 a 1989.

Gráfico 1 Comportamento do IPC (1986-1989)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilidade Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

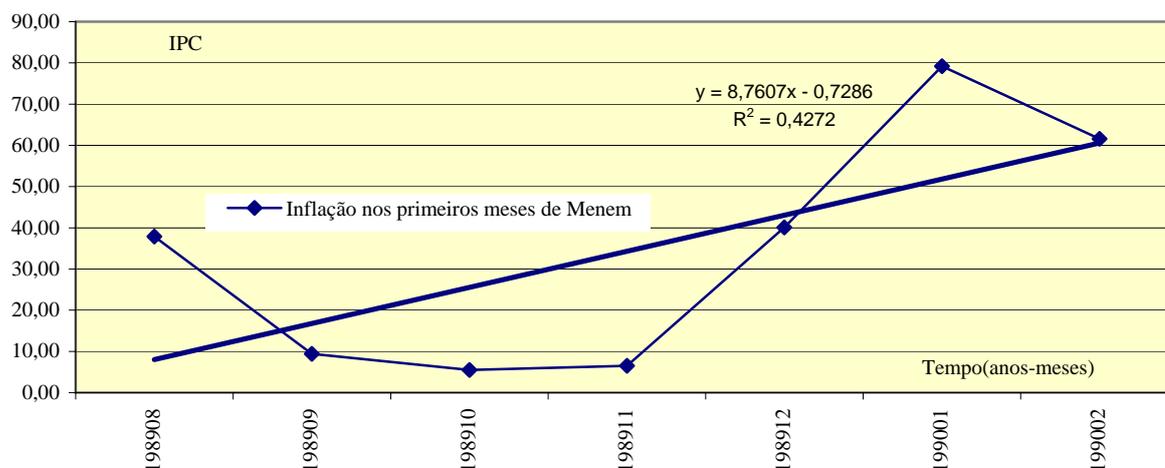
Os efeitos do plano foram se esvaindo rapidamente e, em janeiro de 1986, o aumento do Índice de Preços ao Consumidor foi de 3% e, em fevereiro, foi de 4,6%.

Então o governo passa a informar que apenas 13% dos que teriam que contribuir pagariam impostos além de enviar ao Congresso um projeto de lei propondo a caducidade das causas contra militares, numa tentativa de aliviar a pressão do setor militar, envolvido com diversas movimentações de rebeldia contra a situação reinante.

A democracia começa a assentar suas bases de forma concreta em 1989 quando convoca novamente o povo para as urnas. Foi eleito Carlos Saul Menem, do Partido Justicialista (Peronista), com 49% de votos contra 32% do Partido Radical de Eduardo Angelóz. A situação econômica do país determinou uma posse adiantada de Menem que ocorreu em 8 de julho ao invés de dezembro.

Com um presidente com muito apoio popular se inicia um novo governo, entretanto, passaram cinco meses e a inflação não se reduzia. O Gráfico 2 apresenta o comportamento do IPC nos primeiros meses de Menem.

Gráfico 2 Comportamento do IPCA nos Primeiros Meses da Administração Menem.



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilidade Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Como se pode observar, ao final do ano de 1989 o IPC passou dos 50% em trinta dias e, em janeiro de 1990, chegou aos 60%. Fazia-se necessária uma urgente correção de rumos e, para isto, Menem designa Cavallo para a pasta da economia. Não havia Plano.

Para simplificar, o período Menem pode ser dividido em duas etapas: a primeira chamada “ramal que para, ramal que cierra”, frase dele mesmo para enfrentar as greves de ferroviários contra a nacionalização das ferrovias; e a segunda etapa foi a do segundo mandato, que perdeu o impulso face às dificuldades criadas pelas crises externas que impuseram limites severos ao crescimento.

Os dois últimos anos foram marcados pela rebeldia social e pelo descontentamento explicitado nas urnas das eleições legislativas de 1997. Em 1999, as eleições terminaram por jogar por terra o sonho da reeleição e marcaram a pior derrota do partido justicialista em 50 anos de existência, assumindo De la Rúa.

O povo esperava de Fernando De la Rúa uma nova forma de governar. Em dezembro de 2001, a Argentina viveu uma situação de caos político e Eduardo Duhalde assume o poder com a proposta de recompor a autoridade do governo e buscar uma saída para o atoleiro político e financeiro do país.

Para Medina (apud CASTEJÓN y MARTOS, 2004, p. 43) a crise vivida pelos argentinos em 2001 foi resultado do desespero da classe média e dos setores mais pobres que se uniram pela primeira vez em protesto contra uma classe política que, durante anos, governou o país de forma irresponsável, corrupta e ineficaz. Convocou eleições gerais em abril de 2003 que, de forma conturbada, resultou na vitória de Nestor Kirchner.

No campo das relações internacionais, o país esteve alinhado com os Estados Unidos no governo Menem. Durante o governo De la Rúa, ao contrário, abriu para coalizões políticas do tipo Reunião do Rio na Colômbia e para o grupo dos Quinze no Cairo (CASTEJÓN y MARTOS, 2004).

Tradicionalmente, a Argentina manteve uma relação conflitiva com os Estados Unidos desde a Primeira Conferência Pan-americana em 1989, onde seus representantes desbarataram os planos dos americanos. Fixou-se nas relações privilegiadas com a Grã Bretanha até o final da Segunda Guerra Mundial.

Menem, contudo, teve o mérito de pôr fim à inconsistência e a imprevisibilidade da política externa argentina que levou, tempos antes, à declaração de guerra a um país da OTAN e a abraçar-se com Castro de outra feita. O Governo De La Rúa deu muita atenção à América Latina e a seus processos de integração regional. De La Rúa foi mais austero e latino-americano.

Os problemas críticos básicos do país hoje são a corrupção, o desemprego, as drogas e a pobreza. A sociedade argentina vive ainda momentos de inquietude provados principalmente pelas constantes crises econômicas, apresentando a problemática social a partir de três componentes básicos: (i) a incapacidade de gerar emprego agravada pela deflação dos salários; (ii) a pobreza estrutural que só poderá ser arrostada a partir de reformas estruturais; e (iii) a atenção às emergências sociais, hoje atendida por medidas discricionais.

Conta com uma economia real baseada na produção agrícola, ainda que setores como o mineiro, o industrial, o pesqueiro e de serviços como o turismo, por exemplo, tenham registrado um especial crescimento nas últimas décadas. A estrutura empresarial está montada em um conjunto de grupos econômicos de médio e pequeno porte além das micro-empresas. Em 1999, contava com um *board* de 590.000 pequenas e médias empresas que davam trabalho a 5,8 milhões de pessoas.

O povo argentino é elegante, altivo e nacionalista. Em cada bar, em cada loja está posicionada, com destaque, a bandeira do seu país. Do motorista de táxi ao doutor, as observações se baseiam em informações atualizadas sobre o governo e sobre a situação do país.

Talvez esta altivez seja proveniente de euforia quanto à história recente quando, para Goedder (2006), a Argentina se apresenta como o único país da América Hispânica que esteve perto de ser uma potência econômica no século XX e este nível se obteve a partir da crença no liberalismo econômico, na crença no mercado, na abertura comercial e na acumulação

deliberada de educação e capital humano. Ou seja, há um certo orgulho e uma certa “aura” de serem melhores que os outros, talvez daí a altivez ainda aparente, em alguns casos.

Goedder (2006) apresenta um rol de evidências para dar base à sua tese. Explica que a Argentina é o único país da América Latina com cinco prêmios Nobel. O sistema de educação argentino se orgulha de ser o melhor do continente com bases estabelecidas desde o fim do século XIX.

Em 1900, a Argentina tinha um PBI⁴ de U\$S 12,9 bilhões de dólares, superior em 2% ao brasileiro, só sendo superado no continente pelo PBI mexicano; em 1913 o PBI per capita do país alcançava 50% do norte americano e 80% da média dos PBIs dos países de economia industrializada. Em 1944, na Conferência de Bretton Woods, a Argentina foi elogiada por Keynes que afirmou que os países com melhor perspectiva de crescimento em longo prazo eram Austrália, Canadá e Argentina.

Hoje, o PBI per capita do Canadá e da Austrália estão bem próximos, como previu Keynes: U\$S 31,7 e U\$S 30,6 bilhões de dólares, mas o da Argentina está em U\$S 3,8 bilhões de dólares.

O que se vê no semblante do povo argentino é muita altivez, muita confiança que tudo voltará a ser como antes, mas não é o que os números dizem, principalmente em uma época onde as economias estão tão interligadas pelas redes de informação. E, se as coisas não vão bem ali, não irão bem aqui também.

Goedder ressalta os pilares da economia liberal que levaram a Argentina a seu apogeu: a abertura ao capital estrangeiro; a imigração; a preferência pelo equilíbrio fiscal e pela estabilidade monetária, a partir dos quais a Argentina viveu durante o governo de Yrigoyen até a revolta de 1930; a política educativa impulsionada durante o governo de Sarmiento, quando se seguiu o modelo estadunidense que combinava alfabetização, trabalhos manuais, ciências e história e as reformas sociais que se estenderam até a sanção da Ley Sáenz Peña em 1912.

Explica que o país viveu bons momentos até a tomada de posse de Perón em 1945 que, por sua administração, levou o país à instabilidade institucional que só se extinguiu em 1999-2001, dando conta que Menem foi o único presidente eleito direta e democraticamente que conseguiu terminar seus dois mandatos sem renunciar ou ser deposto.

Está claro que as políticas econômicas baseadas no Consenso de Washington e aplicadas aos países em desenvolvimento não foram as mais bem efetivas, pois não há

⁴ Producto Interno Bruto

nenhum sinal de mudança, a despeito de os organismos internacionais de auxílio aos países em desenvolvimento estarem a inserir em suas cartilhas, fórmulas mais humanizadas de implementação dessas diretrizes através de programas sociais e projetos mais humanizados. Paralelamente, as sociedades destes países “cobaia” estão mais atentas a estas investidas externas e também aos seus próprios grupos dirigentes na atividade pública. Aumentam as pesquisas de opinião, formam-se grupos estudando a confiança em governos e os próprios governantes estão cada vez mais atentos a estas reações externas e internas.

Na Argentina em 2001, quando contratos em dólar foram redimensionados do dia para a noite por uma flexibilização para a qual o país não estava preparado. Esta questão da dolarização da economia dos argentinos, mais do que um problema de natureza econômica é um problema cultural.

Com esta assertiva corroboram Carmo & Yanakiew (2006) quando afirmam que, para os argentinos, o dólar de hoje será o dólar de amanhã e se se examina a trajetória do custo da moeda norte-americana observa-se que o dólar de amanhã sempre valerá mais do que o dólar de hoje, ou seja, na realidade, também há inflação no dólar.

Curiosamente, em qualquer local onde se pergunta sobre o câmbio de hoje, as pessoas têm na ponta da língua qual é a posição da moeda estadunidense em relação à sua. Parece uma febre nacional. E foi este o consciente coletivo que empurrou Cavallo para igualar legalmente o dólar com o peso, numa tentativa de acabar com a falta de confiança que o povo argentino cultivava, e ainda cultiva, sobre a sua própria moeda.

Cavallo eliminou a inflação, levou a economia argentina de um crescimento negativo de 10% a um crescimento positivo de 5%, sob os olhares do povo argentino, sempre confiante com seu hoje, lastimando seu ontem e otimista com seu país, o melhor, o mais culto e o mais promissor, ganhando em pesos e gastando em dólares durante a estabilização, vendo suas empresas fecharem frente à impossibilidade de competir com os preços do mercado internacional, mais ágil e mais competitivo, importando mais do que exportando e, confiante, levando a economia para o *default* de 2001.

Para Soares (1997), tanto a Argentina como o Brasil viveram, no período considerado, momentos de instabilidade política, de desgaste do Legislativo e de hiperinflação, que propiciaram uma relativa concentração de poder nas mãos do Executivo e eventuais aspirações de reeleição dos presidentes.

Esta experiência dos dois países foi antecedida por diversos momentos em que as taxas de inflação apresentaram níveis críticos para a vida do cidadão e, nos momentos considerados por esta pesquisa, em ambos os casos, a concentração do poder nas mãos da

Presidência da República foi facilitada por um descrédito profundo nos políticos, na política, nos partidos e no Legislativo.

Na Argentina (id, p.2), a ascensão política e eleitoral (ibid) de um candidato devia supor uma ascensão prévia dentro de um partido, esperando-se, portanto, que os candidatos à presidência fossem pessoas afeitas à vida política e partidária, “com um sistema eleitoral de listas fechadas e com dois partidos políticos, UCR e PJ, com uma tradição histórica de longa data, parecia exibir um espaço mais reduzido para lideranças apartidárias ou suprapartidárias”.

Menem, uma vez eleito presidente, (id, ibid) “fortaleceu o Executivo, usando e abusando de decretos, e construiu uma Presidência Imperial, a despeito da oposição ocasional de importantes setores do seu próprio partido”.

A mesma doença assolou o Brasil. A descrença nos partidos políticos e no sistema político ensejou o aparecimento de Fernando Collor que, de um político de pouca projeção passou a Presidente da República com base em uma campanha contra as mordomias, os ladrões e os barões do serviço público, os “marajás”, como ele chamava.

Um dos trunfos eleitorais de Fernando Henrique Cardoso era ser percebido como ético e não ser identificado como político de carreira, mas como um sociólogo e professor universitário.

Para Soares (1997), a Argentina e o Brasil, entre 1940 e 1990, conviveram com taxas muito *variáveis* de crescimento do produto *per capita* e taxas médias muito altas de inflação. Países com história inflacionária fizeram freqüentes alterações em seus respectivos regimes cambiais e foram fortemente atingidos pela crise da dívida, tudo isto em meio a duros períodos ditatoriais e por forte instabilidade, alternados por períodos democráticos.

Quanto Soares (id) à questão da organização política, o Brasil experimentou períodos de concentração, desconcentração e concentração, alterados respectivamente no Império, a República Velha, e durante a ditadura Vargas, seguidos de uma forte concentração durante o regime autoritário, de 1964 a 1985.

O ambiente diferenciado da organização política entre o Brasil e os países latino-americanos, não impediu semelhanças na implementação de programas de estabilização, principalmente porque as causas desta similitude foram associadas, nos dois países: (i) no campo interno: a processos de instabilidade política e ao próprio processo de redemocratização.

No campo externo: à crise da dívida externa dos dois países; à inflação acelerada; e à força dos organismos internacionais inspirados, principalmente, pelo Consenso de Washington.

Essas receitas, mais ou menos padronizadas, tiveram aplicação variada ou adaptada para cada caso e, ambos os países, viveram no início da década de 1990 momentos de instabilidade, tanto políticos como na área econômica.

Os primeiros foram fruto ainda da organização política proveniente da redemocratização. E os segundos resultaram de contextos e desestruturações internas quanto de influências geradas pelas “soluções” criadas pelo Consenso de Washington.

Na área econômica, o remédio usado pelos dois países foi a estabilização a partir, inicialmente, da âncora cambial para vencer a hiperinflação. As condições, no entanto, foram um pouco diferentes.

Enquanto (ALUÍZIO, 2001) que, entre 1995 e 1997, imperava na Argentina um ambiente de juros baixos, e grande crescimento econômico, no Brasil, o ambiente era de juros altos e baixo crescimento econômico.

Aqui, porque quando chegaram os primeiros impactos das crises internacionais como as do México, da Ásia e da Rússia, o Banco Central do Brasil foi obrigado a praticar uma política de juros elevados para enfrentar a fuga de capitais e defender a paridade quase fixa⁵ entre o Real e o Dólar.

Lá, dentre outros motivos, porque era grande a instabilidade política que, de uma certa forma, dificultou a implementação do Plano Cavallo.

Nos primeiros meses de implementação do Plano Cavallo, o ambiente criado se tornou muito propício visto que a estabilidade imposta gerou alto grau de confiança na sociedade que, com baixo risco de desvalorização conferido pela igualdade de sua moeda com o dólar, passou a conviver com baixas taxas de juros internos, contraiu dívidas externas, o que naturalmente gerou grande euforia.

A economia, entretanto, passou a acumular problemas fiscais, sem ganhar a competitividade necessária para remunerar o capital estrangeiro que, naturalmente, entrou no país. A realimentação dessa sistemática, em médio prazo, foi nefasta, pois, no campo interno, aumentaram os níveis de desemprego e de desigualdade, a pobreza e a violência, e no campo externo, a relação dívida/PBI cresceu, o que gerou um aumento da desconfiança dos credores fazendo com que o risco país subisse afetando a atividade produtiva e as próprias contas públicas.

O Plano Cavallo foi implementado em 1991 e tinha como propósito combater a hiperinflação que havia chegado a 3.079,4% em 1989 (MATIAS PEREIRA, [2006]). O centro

⁵ Digo quase fixa porque nós fomos para as bandas cambiais, mas na Argentina a paridade ficou fixada por lei, o que de uma certa forma inviabilizou as metas daquele governo.

conceitual do plano baseava-se na paridade Peso-Dólar, por isto chamado de Plano de Conversibilidade. Fazendo assim, a Argentina passou a ficar submissa às decisões do Banco Central Norte-Americano. Seu Banco Central passou a, virtualmente, não existir como condutor da política econômica. Esta atitude, que parece ter sido a única saída, visava a tranquilizar os investidores internacionais e a minimizar o risco país.

Abranches (1993) afirma que teria sido necessário primeiro que se vencesse a competição interna para, depois, se voltar para a competição internacional no ambiente da exportação.

Inicialmente, enquanto os juros nos Estados Unidos estavam baixos, ocorreu um período de euforia, pois a inflação baixa, juros baixos permitiram ao governo argentino continuar gastando mais do que arrecadava, elevando a dívida externa de US\$ 54,6 bilhões em 1990, para US\$ 135,6 bilhões em 2001 (MATIAS PEREIRA, [2006]). Isto levou os investidores internacionais a investirem maciçamente na Argentina.

Com o aumento dos juros nos Estados Unidos, a crise do México em 1994 e a crise da Ásia em 1997, o dinheiro alienígena vai da mesma forma que veio, determinando este fluxo inverso, a *débâcle* da Argentina, resultado de uma capilaridade econômica perversa, o que os economistas argentinos chamam de *default*.

O Brasil, ao contrário, adotou regime flutuante, o que de uma certa forma facilitou a implementação do Plano Real. Aqui ficou mais fácil a correção do desequilíbrio das contas externas a partir da depreciação da taxa de câmbio, já que ela não estava fixa, mas sim flutuante⁶.

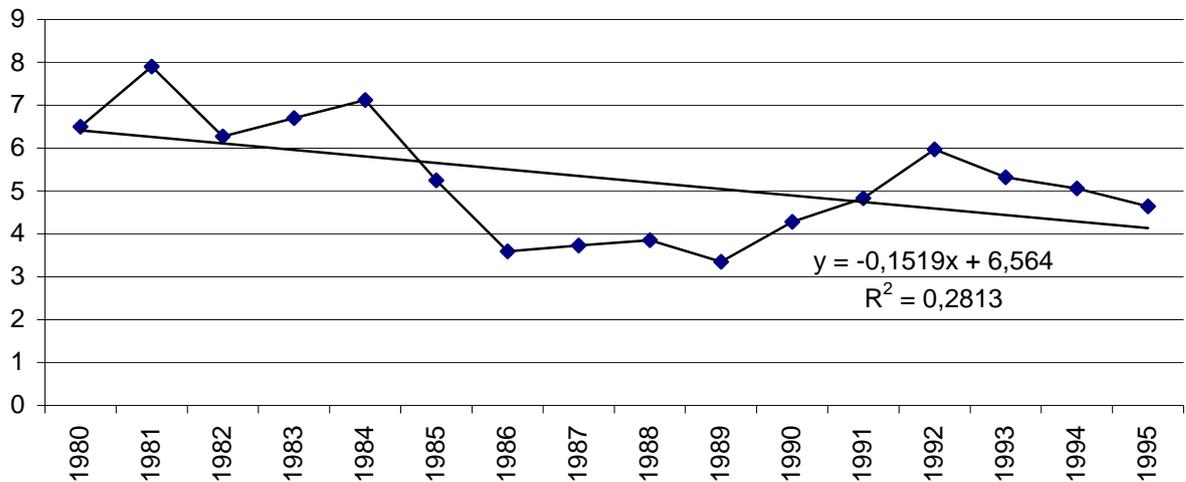
Como bem explica Aluizio (2001), aqui não houve quebra de empresas, nem inflação descontrolada durante a implementação do Plano Real, como na Argentina, mas, mesmo assim, foi necessário liberar o câmbio em 1999.

A abertura aos mercados externos no Brasil e a desvalorização do dólar produziu, nos primeiros anos do primeiro governo FHC, como também na Argentina, uma forte tendência para a importação, o que também desequilibrou a balança comercial. Entre 1994 e 1998, as importações cresceram 77% contra um aumento de 17% das exportações; também as taxas de aumento das exportações foram baixas, 4,1% ao ano contra 7,6% ao ano do comércio internacional (MATIAS PEREIRA, [2006]).

O Gráfico 3 apresenta o comportamento do desemprego no Brasil, de 1980 a 1995, e o Gráfico 4 apresenta o comportamento da Inflação, entre 1980 e 1995.

⁶ Controlada, mas não com paridade fixa em relação ao dólar.

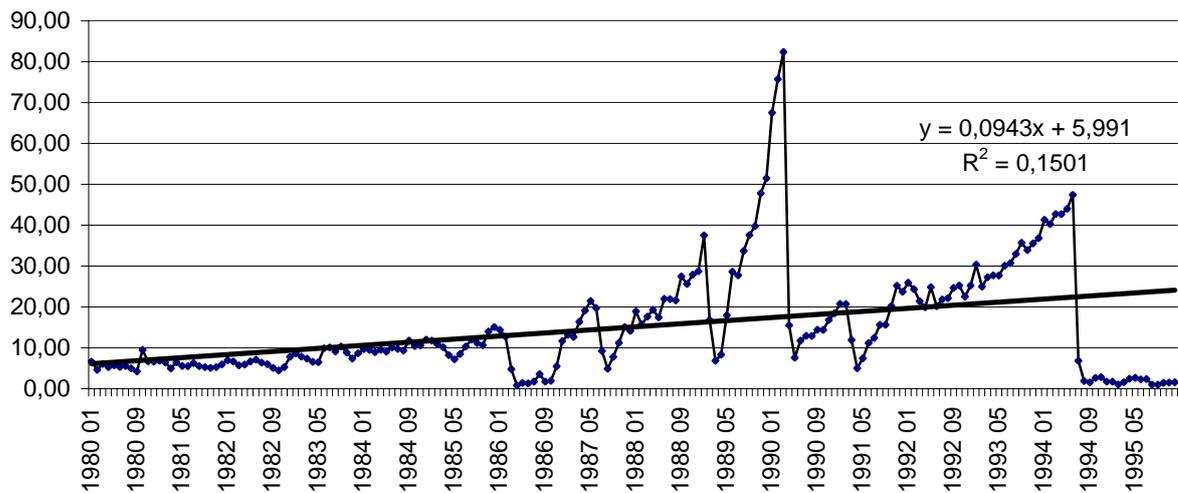
Gráfico 3 Taxa de Desemprego no Brasil de 1980 a 1995



Fonte: IBGE-Brasil

Apresentação Gráfica: o autor

Gráfico 4 Variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo



Fonte: IPEADATA, www.ipeadata.gov.br

Compilação e apresentação Gráfica: o autor

O comportamento dos índices de desemprego no Brasil, de 1980 a 1995, demonstrava a necessidade da retomada do crescimento da economia e, por conseqüência, o ganho de confiança⁷ tanto da sociedade como dos credores e financistas internacionais⁸.

Destes dois Gráficos pode-se depreender a relação perversa entre inflação e desemprego. Aumentos na inflação geram, no curto e médio prazo, aumentos do consumo e

⁷ Não havia no período de 1980 a 1990 índices de confiança consolidados. A afirmação do autor se prende à concepção de Fukuyama sobre as medidas tradicionais de disfunção social, mais especificamente sobre o desemprego. Havendo desemprego, aqui considerado como uma disfunção social, haverá, com base nesta concepção, uma certa dose de falta de confiança.

⁸ Neste caso, a confiança dos credores internacionais passou a ser avaliada ou aferida pelo Risco País a partir de 1994.

dos índices de desemprego, ou seja, a ação de baixar a inflação, necessariamente, está associada a aumentar o desemprego. O Brasil conviveu, entre 1990 e 1994, ano de implementação do Plano Real, com crescentes índices de inflação e com diminuição dos índices de desemprego.

Assim, por que tanto a Argentina como o Brasil adotaram, mesmo que em momentos um pouco diferentes, o controle cambial para sair da inflação? Teria sido um fracasso para um governo o combate à inflação a partir do uso de instrumentos heterodoxos e ortodoxos mas com câmbio flutuante? Seria lógico executar um programa de estabilização em regime flexível de taxa de câmbio? Isto tudo poderia ter sido operacionalizado pelos governos sem contarem os mesmos com a confiança da sociedade? A resposta a estas e a outras perguntas fazem parte do escopo desta pesquisa.

3. O problema de pesquisa

A pesquisa tem como hipótese central a idéia de que há uma relação entre os resultados da aplicação de planos de estabilização econômica e o estoque de confiança em determinados grupos de governo que as executam.

Fica claro, a partir da exegese teórica do Capítulo 1 que a confiança é um elemento do capital social, o principal deles, e que esta é influenciada por fatores do campo social e do campo econômico. Este caso é singular, ou seja, é comum a prospecção de confiança nos mais diversos campos, mas especificamente aqui não se encontra na literatura especializada, nem do capital social, nem da literatura econômica nenhum paralelo.

Esta multidisciplinaridade e estanqueidade científicas é que animaram a busca da resposta sobre como operam e influenciam as variáveis independentes do campo social e do campo econômico na formação dos estoques de confiança nos governos que operam políticas de estabilização econômica.

O capital social é um tema que vem sendo estudado com intensidade nos dias de hoje a partir de inter-relações de várias ciências.

Em nosso tempo, muita importância vem sendo dada à dimensão econômica e pouca à dimensão social, por isto, muitos autores vêm mostrando o fracasso das “receitas prontas” dos países desenvolvidos para serem aplicadas na América Latina, sem as devidas adaptações para este cenário.

Com este pensamento corrobora DaMatta et ali (1993, p. 9) quando trabalha a importância relativa do tema social nas mesas de discussão sobre questões ligadas à inflação.

“Livros têm sido escritos, Conferências têm sido organizadas (...), debates tendem a concentrar-se, contudo, exclusivamente na dimensão econômica do problema”. E complementa, “normalmente, e até mesmo por cacoete de ofício, os fatores de natureza não-econômica são considerados como variáveis exógenas, e o 'mundo da economia' continua sendo focado como a única realidade objetiva”.

O tema vem sendo ligado, com muita frequência, à pobreza e à fome, e por isto desponta como campo conceitual de suma importância para os países da América Latina.

É mais ou menos evidente, ou até mesmo intuitivo, que a implementação de políticas públicas em espaços onde exista forte estoque de Capital social será facilitada e o contrário também pode ser previsto.

O fortalecimento de grupos sociais com seus interesses, poderes e debilidades traz à discussão o capital social como um fator catalisador do processo, uma forma de conferir mais poder aos grupos de interesse, dando-lhes mais força para interferir direta ou indiretamente na formulação e na implementação de políticas públicas.

Neste sentido, Diniz (2000) comenta sobre a relação/articulação entre os “atores externos e internos” e as “relações de poder” que dão a “dinâmica do conjunto do sistema” e estabelecem o cenário no qual os “atores estratégicos” agem. Esta relação de poder está permeada de força conferida pela existência de uma dimensão chamada capital social de cada grupo participante do jogo. Cada grupo confere ou deposita confiança no outro e, neste ambiente, as políticas públicas vão sendo desenhadas e implementadas.

Com a redemocratização, do fim dos anos 70 aos anos 90, se inicia um processo de incrementos constantes de organizações na busca de influenciar na elaboração de políticas públicas. Ocorre que este processo de aproximação ainda está em fase de construção e desenvolvimento e assim persiste, em alguns setores, a pouca disposição para a articulação mais profunda, o que favorece a condução do processo de reforma pela tecnocracia, muito pela falta de *links* entre si o que, em muitos casos, favorece o ator individual.

Para Diniz (id), as debilidades políticas do empresariado, aí como grupo social, devem-se à: (i) natureza das representações sociais criadas a partir de 1930; (ii) falta de plataformas articuladas com outros setores da sociedade e mesmo de acordos entre seus próprios setores; (iii) ao próprio processo de globalização que vem impingindo padrões de liberalismo que afetam tanto os grupos sociais como o próprio Estado e seu papel na condução das políticas econômicas; e (iv) ao desenho e jeito de fazer política no seu sentido mais amplo.

Nos desenhos dos Planos Real-Brasil e Conversibilidade-Argentina, parece ter havido uma relação moldada pela confiança, dentre outros aspectos que não cabe aqui discutir, entre os seus desenhos, suas execuções e as suas sociedades, o que justifica a presente pesquisa. A Figura 2 apresenta a concepção abstrata do problema na visão do autor.

Figura 2 Concepção Abstrata do Autor para Abordagem do Problema.



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Planos de Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”

Elaboração: o autor

A abstração apresentada na Figura 2 indica um ambiente de confiança relativa porque depende da qualidade, da intensidade e da capacidade destas relações gerarem um excedente de capital social a partir das inter-relações grupais e das atitudes do ambiente de governo. O primeiro ambiente apresentado representa, na realidade o sentimento de confiança que a sociedade deposita no seu governo que, associado com a execução de planos de estabilização econômica resultam em novas situações onde estarão indicadores retratando o resultado da operacionalidade dos Planos de Estabilização.

Claro está que insucessos ou mesmo resultados inesperados ou fracassados resultarão, pelo modelo concebido, em perda de confiança ou queda nos níveis de sentimento de confiança que a sociedade deposita em seus governos.

O governo convivendo com a execução de Planos de Estabilização Econômica faria com que as suas atitudes desembocassem em um ambiente de resultados que pode estar além ou aquém do esperado, com um passo de realimentação positiva ou negativa inserido no modelo, conforme seja o sucesso ou o fracasso da operacionalização da Política Pública.

A operacionalização dos planos de estabilização econômica vai gerar resultados além ou aquém dos esperados o que determinará resultados no âmbito social e no âmbito econômico. O que se pretende nesta pesquisa é, a partir de um determinado conjunto de variáveis do campo social e do campo econômico, determinar e definir qual é a relação de influência destas na formação dos estoques de confiança que a sociedade aporta ao governo⁹.

No ambiente de governo nos dois países está a variável sentimento de confiança que foi considerada como a variável dependente. No ambiente dos resultados apresentados na

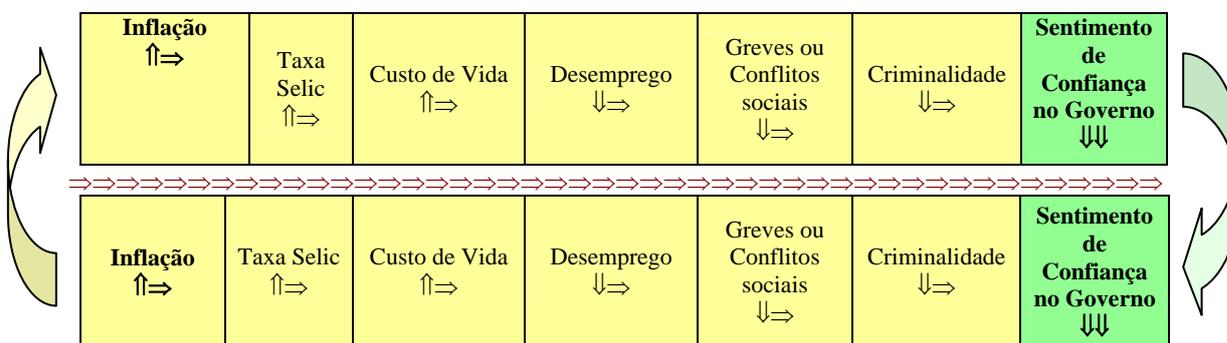
⁹ Aqui se entenda governo como sendo o grupo que operacionaliza a política pública em questão.

Figura 2 estão, no Brasil, as seguintes variáveis: índice de preços ao consumidor amplo; índice de desemprego aberto; variação da taxa Selic; índice de criminalidade; índice de greves; e o índice de custo de vida.

Na Argentina, estão as seguintes variáveis: índice de preços ao consumidor; índice de desemprego; índice de violência urbana; índice de conflitos laborais, consideradas as variáveis independentes.

Há ainda uma outra dinâmica que complementa a apresentada na Figura 2, com a qual corrobora Ferrer (2006), descrita na Figura 3.

Figura 3 Dinâmica das variáveis usadas



Fonte: Pesquisa “Confiança, governos e estabilidade econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Elaboração: o autor

Ferrer (2006) aprovou a dinâmica apresentada na Figura 3 corroborando a idéia da relação de influência entre as variáveis independentes e a variável dependente sentimento de confiança nos dois países. A dinâmica concebida prevê que as variáveis independentes dos campos social e econômico afetarão o quantum de sentimento de confiança que é depositado pela sociedade no seu governo e este fluxo se realimenta por si através da divulgação dos indicadores que representam essas variáveis.

4. A Hipótese de Trabalho

A partir das considerações acima apresentadas foi estabelecida a seguinte hipótese:

“Há uma relação entre o sentimento de confiança que as sociedades brasileira e argentina depositaram em seus governos durante a implementação do Plano Real e do Plano Cavallo e a combinação entre a dinâmica de variação dos indicadores do campo social (Desemprego, Greves; Criminalidade) variáveis representativas dos Mecanismos Tradicionais de Disfunção Social¹⁰ e do campo econômico (Índices de Inflação, Taxa Selic) nos dois países, como variáveis independentes”.

¹⁰ Para os fins desta pesquisa considera-se Mecanismo Tradicional de Disfunção Social a definição dada por Francis Fukuyama das variáveis usadas para a medição indireta do Capital social.

5. As Variáveis

As variáveis foram escolhidas a partir da discussão teórica emoldurada pela limitação temporal e espacial da pesquisa e posicionadas em duas dimensões: (i) a existência de capital social como valor positivo, ou direta, para configurar observações de impactos provenientes de externalidades positivas; e (ii) a inexistência de capital social, ou a indireta, para configurar impactos provenientes da ação de medidas tradicionais de disfunção social. Esta classificação é uma adaptação de uma discussão de Francis Fukuyama (2002), que considera uma eventual dificuldade de medição de capital social a partir das medições tradicionais e justifica o uso de medidas tradicionais de disfunção social para facilitar a quantificação empírica da dimensão em estudo.

Como componente da dimensão direta foi escolhida nesta pesquisa, a confiança; e como componente da dimensão indireta foram escolhidas as seguintes variáveis: desemprego; desigualdade; corrupção; população abaixo da linha de pobreza e indigência; economia informal; trabalho infantil; insegurança; o índice de inflação; e deseducação.

Deste grupo de variáveis, o estudo considerou como variável dependente a confiança e como independentes: índice de inflação, desemprego; desigualdade; corrupção; população abaixo da linha de pobreza e indigência; economia informal; trabalho infantil; insegurança; e deseducação.

A confiança dos atores sociais nos governantes e nas instituições públicas ficou evidenciada hodiernamente, durante a guerra do Vietnam e por ocasião do escândalo de Watergate. Daí começam a aparecer traços claros de desconfiança em governantes (POWER & JAMISON, 2005) que parecem ser globais.

Como a confiança pode ser vista especificamente na América Latina, onde, tradicionalmente, nas três últimas décadas, têm ocorrido índices muito baixos de confiança interpessoal?

Power & Jamison (id) afirmam que os baixos índices de confiança na América Latina são meros aspectos de uma síndrome de baixa confiança generalizada e examinam três características mais proeminentes do desenvolvimento democrático dos últimos quinze anos: (i) fraco desempenho econômico da maioria das novas democracias da região; (ii) escândalos de corrupção; e (iii) uso instrumental das instituições políticas pelos governantes.

De certa forma, ele consegue caracterizar uma diferença entre a visão dos cidadãos sob o aspecto da confiança, separando as abordagens relativas ao fraco desempenho do governo e ao funcionamento da democracia e acrescenta que as pessoas estão cada vez mais inclinadas a

separar as duas visões, deixando de incriminar a democracia e direcionando seu foco para o desempenho dos governantes.

Almond & Verba (apud Power & Jamison, 2005) afirmam que a confiança política é importante para a legitimidade, governabilidade e consolidação do regime democrático, ou seja, o grupo que estiver gerindo a *res pública* deverá estar atento para os níveis de confiança que lhe são depositados pela sociedade.

Putnam (2002) trata, em seu estudo, das instituições e a sua influência na identidade, no poder, e na estratégia dos agentes políticos. Assim as instituições foram representadas, nesta pesquisa, pelo Governo e a sua identidade no poder, e a estratégia dos agentes políticos, ambos tratados no campo da confiança. Ele ressalta, confirmando a escolha que “o desempenho prático das instituições, (...) é moldado pelo contexto social em que elas atuam” (p. 24).

A confiança está baseada em princípios coletivos de retidão, fé em objetos comuns, em uma espécie de identidade cultural comum, por assim dizer, atitudes em que todos podem confiar, porque as pessoas “falam a mesma língua”.

No caso da Argentina, Carmo & Yanakiev (2006) explicam que o povo argentino aprendeu a confiar e viver o hoje, a confiar no dólar porque ele não varia e a acreditar neles mesmos, diferentemente do que Weber (1982) apresenta quando trata do comportamento de indivíduos de grupos religiosos protestantes nos Estados Unidos. A Argentina é um país onde cerca de 90% da população é católica.

De acordo com o dicionário Aurélio confiança é a segurança íntima de procedimento, é a boa fama. A segurança e o bom conceito inspiram as pessoas de probidade, talento e discrição, é a esperança firme, é a familiaridade, é também depositar confiança em e, neste caso, crer na honradez ou discrição de alguém.

Em seu ensaio “Construindo Confiança”, Locke (2001), à guisa de esclarecimento, discute a opinião de vários autores. Para Gambeta (apud Locke, 2001), “confiar em uma pessoa significa acreditar que, uma vez oferecida a chance, ela não se comportará de forma a nos prejudicar.”

Esclarece Gambeta (ibid) que, nesta definição, o conceito não é só situacional, mas também relacional pois define algo que ocorre entre dois ou mais atores em um contexto ou em um relacionamento específico. Neste trabalho de Locke, a confiança é tratada a partir da

visão do seu impacto no desenvolvimento econômico, e o que se pretende nesta pesquisa é estender o foco desta visão para o plano social.¹¹

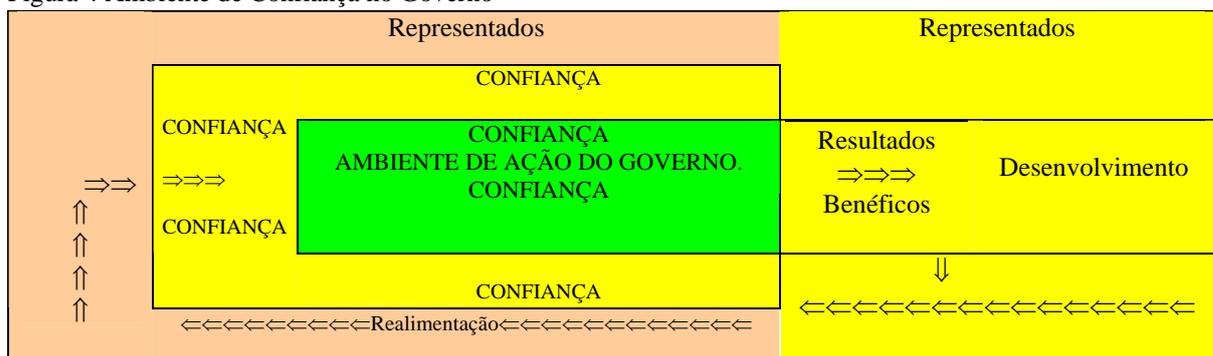
Diz ainda Gambeta (apud Locke, 2001, p. 259), a guisa de ampliação das conceituações de confiança vigentes, que os “atores manifestam confiança quando em situações de informação incompleta, e incerteza” (...) “estes atores expõem-se, apesar disso, ao risco de comportamento oportunista porque têm razões para acreditar que os outros atores não tirarão proveito dessa oportunidade”.

Resume assim Locke (ibid) que, no cenário da administração pública, confiança pode ser construída a partir de um processo seqüencial, que combina quatro atividades: (i) elementos de interesse próprio encapsulado; (ii) intervenção governamental; (iii) desenvolvimento de mecanismos de autogovernança; e (iv) monitoramento pelos próprios autores. E ressalta que o comportamento confiável, “conforme se manifesta no comportamento cooperativo entre os atores maximizadores de utilidade, começa com o interesse próprio” (LOCKE, 2001, p. 259).

Entretanto, não seria assim tão fácil e óbvio, cita Hardin (apud Locke, 2001) que, apesar de algumas pessoas cooperarem a partir de uma sensação de confiança, ou mesmo agirem de forma confiável por afeto ou compromisso moral, diz ele que a maioria de nós se aproxima dos outros por haver algum interesse individual.

Há casos, diz Locke (ibid) em que, com resultados nefastos para o todo, pequenos grupos acirram a cooperação entre si formando cartéis, o que os beneficia, mas prejudica o resto. A Figura 4 apresenta um esboço conceitual a partir das conceituações de Locke.

Figura 4 Ambiente de Confiança no Governo



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Nota: Concepção e Montagem do Autor a Partir da Visão de Locke (2001).

¹¹ É claro que estas conceituações, originalmente, têm lugar no palco econômico, como bem diz Weber, citando o exemplo do homem que se iniciou na seita protestante para adquirir credibilidade para abrir um Banco em um local e poder, a partir deste estado de coisas, adquirir confiança das pessoas que assim iriam abrir contas em seu estabelecimento.

A Figura 4 apresenta uma abstração do conceito de confiança a partir da visão de Locke, indicando que há uma realimentação na quantidade de confiança do ambiente do governo. Corroborando a visão de outros autores, Locke cita Cohen e Rogers no que tange à formação de associações que eles chamam de secundárias. Estas associações seriam o centro de outra variável da dimensão capital social, a “Formação de Redes”.

Esta última seria, então, materializada nas associações que seriam formadas na relação governo *versus* representados, com a finalidade de gerar lideranças; capacidade de inclusão de novos membros nos grupos; e incremento de modos cooperativos dentro deles. Estaria aí, a meu ver, a ligação, com base no pensamento de Cohen e Roger (apud Locke, 2001), da variável confiança com a variável formação de redes no âmbito da relação governo-sociedade.

Esta idéia tem amparo, também, na conceituação explicitada por Evans (apud Locke, 2001) que trata a sinergia Estado x sociedade como resultado de associações entre intervenções estatais e esforços cooperativos privados. Quanto aos resultados de associações, comenta Locke, que os esforços cooperativos iniciados pelos próprios atores, agindo em sua conveniência, teriam muito mais resultado na formação de organizações mais abrangentes e fortes.

É claro que, se estas organizações se formam em bases sólidas de cooperação e confiança, o governo terá muito mais chances de ajudá-las, oferecendo, diz Locke (ibid), um bem público ou quase público em benefício do grupo formado.

Cabe ressaltar que, ao longo do tempo, será necessário, nesta relação, que as organizações desenvolvam seus próprios mecanismos de governança, de forma que o governo, em determinado momento, saia do processo, pela natural propensão de aparecerem situações de favorecimento e individualização de execuções, já que estará sempre presente o interesse individual que deu início a esta relação.

O autor diz que outro e importante passo no processo de construção de confiança seria o desenvolvimento de um conjunto de mecanismos internos de monitoramento e autogovernança (LOCKE, 2001, p. 261) que assegurem a estabilidade e perenidade destes instrumentos no mesmo estilo dos Mecanismos de Cooperação Formal - MCFs.

Esta visão de Locke corrobora as dos outros autores aqui citados que mencionam com ênfase a dimensão capital social como sendo um agregado de variáveis como confiança; formação de redes; cooperação; e reciprocidade.

A variável confiança também foi abordada por Baquero (2001) em sua apresentação sobre o estudo da influência da confiança sobre a democracia. Neste estudo procura explicar o descontentamento dos cidadãos com as instituições em geral, sobretudo, diz ele, por

considerar que as instituições estão cada vez mais afastadas dos cidadãos que as criaram e diz mais, “A história tem mostrado, repetidamente, que, quando as pessoas não depositam fé nas suas instituições e nos seus governantes, a democracia mantém-se em estado permanente de instabilidade em que predomina a falta de credibilidade e legitimidade dos governos”.(BAQUERO, 2003, p. 7)

Acrescenta Baquero (id) que essa condição de instabilidade por falência de confiança, sem que ocorram falências institucionais ou mesmo golpes de Estado, como já ocorreram em diversas épocas e locais, faz com que a dimensão de crise da democracia ou das próprias instituições, se materialize pelo questionamento diuturno das autoridades constituídas e das instituições responsáveis pela manutenção do contrato social.

Diz, também, que o que ocorreu e vem ocorrendo na América Latina tem semelhança com estas idéias, embora com características um pouco diversas, é claro pela diversidade na formação cultural de suas populações e que, ao mesmo tempo em que se respeita a lei e por isto são adotados procedimentos poliárquicos, surgem organizações que funcionam como Estados paralelos, o que contribui para a geração de insegurança, levando a minorar os níveis de confiança de todos com seus governos.

Este estado negativo de consciência induz ao clientelismo, ao paternalismo, ao patrimonialismo e ao personalismo que, diz ele, mesmo não sendo atributos culturais, influenciam sobretudo naqueles, levando à predisposição ao individualismo e a pouca valorização do coletivo, minorando os níveis de confiança da população.

Este estado de espírito anticonfiança pode, penso eu, levar governos a tomar decisões que influenciam na condução de políticas, como foi o caso da estagnação da execução do Plano de Conversibilidade na primeira fase, não passando para a flexibilização do câmbio, como ocorreu no Brasil.

Esta constatação seria a antítese do que se discutiu sobre as condições para a formação de um “capital social”, por assim dizer, positivo ou com resultados virtuosos.

Isto é corroborado pela ação usual de organizações convencionais de participação e representação, cujo número vem aumentando na América Latina na defesa dos cidadãos excluídos das políticas sociais e ocorre pela desvirtuação da ação de governos, privilegiando, cada vez mais, os grupos em particular, em detrimento da coletividade em geral.

Uma análise da Figura 3 com a inserção de fatores como (BAQUERO, 2003): (i) o aumento da população abaixo da linha de pobreza; (ii) o aumento da economia informal; (iii) o aumento do número de crianças no mercado de trabalho; (iv) o aumento da mortalidade infantil; (v) a falta de investimentos em educação e segurança, fatores claramente geradores

de desconfiança social, nos leva a crer que ocorrerá uma queda nos níveis de realimentação da confiança apresentada, acarretando uma diminuição dos seus níveis de estoque e, conseqüentemente, uma queda nos padrões sócio-econômicos dos ambientes em questão.

Desemprego, para Gautié (1998), é uma dimensão que remonta ao fim do século XIX e início do século XX, na Europa, fruto de uma construção social, estatística e jurídica. É um fenômeno antigo que adquiriu importante dimensão com a revolução industrial e, hoje, é influenciado diretamente pela rápida expansão do comércio internacional, da alteração do papel do Estado na economia através de políticas liberalizantes. O mundo do trabalho passou a ser palco de profunda repercussão desse novo cenário em estudo, no qual o pleno emprego já não é possível, nem mesmo em termos de perspectiva futura, caso não se alterem as diretrizes do regime de acumulação.

De acordo com SANCHIS (1997, 41): “não existe uma definição precisa de desemprego; as definições dadas a respeito variam segundo a forma que se realizam as estatísticas”.

Encontra-se, na literatura, o conceito de desemprego registrado ou aberto, caracterizando o conjunto de pessoas que não tem um emprego e que, assim, o manifestam se inscrevendo para ocupar algum posto de trabalho ou o estipulado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 5%. Este grupo corresponde ao de pessoas que procuram ativamente por uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente.

Ele indica, ainda, o grau de concorrência no interior do mercado de trabalho em torno do acesso às vagas existentes. Para TUPPY (2006), desemprego estrutural é a diminuição efetiva de postos de trabalho.

O desemprego estimado atinge os subempregados e outros indivíduos que encontram formas alternativas de sobrevivência, respondendo pela parte menos visível do excedente de mão-de-obra porque envolve os trabalhadores que fazem “bicos” e também procuram por trabalho.

Nesta concepção devem também ser considerados aqueles que deixam de procurar uma colocação, pois, em virtude de um mercado de trabalho extremamente desfavorável, permanecem em condição disfarçada de emprego (subemprego).

Januzzi (2005) explica que a dimensão da desigualdade se confunde em muito com a do desemprego e é um traço marcante e persistente, diz ele, na dinâmica social brasileira, mesmo considerando que, nas últimas décadas, os governos têm desenvolvido um esforço grande, e com sucesso, na área da educação e da saúde, persistem altos os índices de desemprego.

Fala Januzzi (id) que no Brasil tem sido comum o fenômeno do contapropismo¹² e que este fenômeno é tão significativo que em São Paulo, por exemplo, 61,5% dos ocupados são trabalhadores por conta própria.

Especificamente quanto aos anos 1990, (Januzzi, id) a distribuição da população ocupada vem se comportando de forma pouco virtuosa, apresentando um aumento de trabalhadores sem carteira, de ocupados com contratos temporários, e outras formas de vinculação menos estruturadas. Chegando a uma constatação que, em 2003, mais da metade da população ocupada já não contribuía para a previdência oficial.

Diz Januzzi (2005) que, possivelmente, nenhum outro indicador retrate de forma tão clara a real situação da desigualdade no Brasil, tanto que em 2003 quase 40% dos ocupados têm rendimentos de até um salário mínimo e na outra ponta, diz ele, recebendo mais de 20 salários mínimos encontram-se apenas 1,3% dos ocupados. Este é o retrato da desigualdade no Brasil.

Beveridge (apud ARTIGO, 2006) define pleno emprego como resultado de uma taxa tolerável de desemprego conjuntural de cerca de 3% - desde que essa margem abranja “pessoas desempregadas por breve período de tempo, indivíduos que possam manter-se graças a um seguro desemprego”.

Outros autores, entretanto, afirmam que nas condições atuais, o pleno emprego é impossível, mesmo em longo prazo, caso não se alterem as diretrizes do regime de acumulação (TUPPY, 2006).

Nos anos 1990, foram abertos, anualmente no Brasil, 951.400 postos de trabalho em média, mas em contrapartida, 1.417.100 pessoas em média ingressaram no mercado de trabalho a cada ano durante este período acarretando um aumento do desemprego de 465.700 pessoas ao ano (ARTIGO, 2006).

O conceito de desemprego utilizado nesta pesquisa foi o de desemprego aberto e a sua relação com a inflação, determinada pela ciência econômica a partir dos estudos de Alban Phillips¹³, é que deu base para a sua escolha para compor o rol de variáveis independentes.

¹² A palavra “contapropismo”, conhecida nos países de língua espanhola por “cuentapropismo”, significa para Januzzi (2005) trabalho por conta própria. O contapropismo para ele já atinge quase todas as regiões do Brasil o que por si só já justifica o contapropismo como uma categoria isolada..

¹³ Nos Estados Unidos no período de 1900-1960 uma taxa de desemprego baixa esteve associada a uma alta taxa de inflação e inversamente um alto desemprego a uma inflação baixa ou negativa. Este estudo ficou conhecido por Curva de Phillips que define uma relação negativa entre inflação e desemprego. Para Lopes e Vasconcelos (2000) a curva de Phillips permite analisar os movimentos, a curto-prazo, do desemprego e da inflação. Ela mostra que quanto mais alta a taxa de desemprego, menor a taxa de inflação, ou seja, menos desemprego pode ser alcançado obtendo-se mais inflação, ou a inflação pode ser reduzida permitindo-se mais desemprego.

6. Limites e restrições da pesquisa.

Para os efeitos da presente pesquisa, a limitação espacial da dimensão sentimento de confiança de governo como estoque institucional de capital social é o governo federal e a sociedade como um todo, representada pela opinião pública, como observadora e avaliadora do sentimento de confiança percebido no governo e a sociedade como objetivo final da implementação das políticas públicas de estabilização econômica.

O âmbito da pesquisa ficou circunscrito ao território brasileiro com um contraponto com a Argentina. A delimitação temporal foi condicionada ao período de aplicação do Plano Real no Brasil e, na mesma ou similar faixa de tempo, na Argentina face à diferença no tempo relativa à operacionalidade dos dois Planos, pois o tempo cronológico de aplicação de Planos nos dois países não é exatamente o mesmo, havendo uma certa superposição de faixas temporais se olhadas no todo e uma forte tendência a se replicarem as mesmas políticas nos dois países, optou-se por uma faixa temporal comum, a 1990.

Como em praticamente todos os casos na área social, padece este trabalho por carências relacionadas com a existência e a consistência de indicadores e dados em geral do campo empírico, para a associação com as abordagens qualitativas do campo teórico.

Não existem construídas as séries de confiança em governos nos dois países em estudo, além disto, os dados que existem carecem de correspondência entre os dois países, o que dificulta sobretudo à comparação e o tratamento estatístico consolidado, dada a diferença de realidade institucional entre os dois países.

7. A Metodologia

Esta pesquisa que deve ser classificada como um misto de exploratória, descritiva, *ex-post-facto*.

Exploratória porque visou, em primeira aproximação, proporcionar maiores informações sobre a relação entre o Capital social de Governos e um grupo de variáveis a ele relacionadas, tanto no campo da ciência econômica quanto no campo da sociologia.

Em segunda aproximação, visou também sua delimitação de uma temática específica que se situa entre a questão dos estoques de confiança de que determinados governos dispõem quando da operacionalização de determinadas políticas públicas, no caso em pauta, as que se dedicam ao combate à estabilização econômica, facilitando a compreensão e a delimitação da

temática, visivelmente interdisciplinar e, também, da definição dos objetivos e da própria hipótese de pesquisa.

Pode ser classificada como descritiva porque, na forma de um levantamento de dados primários e secundários, considerou a observação sobre os problemas do Brasil e da Argentina, e para isto procurou registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos (variáveis), sem a interferência ou manipulação do pesquisador, com o objetivo principal de descrever as características dos dados observados sobre os fenômenos colimados pela hipótese de pesquisa.

Teve também como objetivo estabelecer relações entre as variáveis que compõem os ambientes de pesquisa: a confiança; as medidas de estabilização principais e as medidas tradicionais de disfunção social.

Classificada também como *ex-post-facto*, dada a impossibilidade de controlar as variáveis independentes, que, com exceção da confiança, já vieram prontas/observadas no período considerado e, também, porque se deu a partir de fenômenos pretéritos (KERLINGER, 1979).

É um estudo de caso, não só pela excepcionalidade da questão que envolve tema comum a duas ciências, mas também pelo aprofundamento das questões específicas de dois países que, mesmo vivendo experiências semelhantes no campo da estabilização econômica, se constituem em casos distintos com algumas similaridades, algumas diferenças e algumas coincidências.

Mesmo considerando o caráter flexível deste método, foi possível separar ou identificar as seguintes fases ou etapas: delimitação das unidades-caso; coleta de dados; análise e interpretação dos dados; e redação do relatório de pesquisa dentro do roteiro de pesquisa apresentado a seguir.

A pesquisa bibliográfica foi realizada como parte do processo de coleta de dados e de embasamento teórico visando, tanto colher informações e conhecimentos prévios acerca da hipótese formulada como também na busca de informações documentais contextualizadoras, tudo isto a partir da consulta a toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico e meios de comunicação como rádio e audiovisuais (filmes e televisão) que pudessem ser de valia para a investigação do problema.

As revisões bibliográfica e documental no ambiente teórico do Capital social, da sócio-economia que ilumina o problema e as revisões documentais de contextualização do ambiente histórico dos dois países no período considerado foram efetuadas a partir de

consultas à internet, de livros e documentos constantes das fontes apresentadas nas Referências, inicialmente concentrados em fontes da CEPAL.

A revisão bibliográfica e documental em fontes argentinas e brasileiras de dados foi efetuada em livros, em *sites* dos principais institutos que, tradicionalmente, apresentam dados quantitativos sobre a sócio-economia das políticas públicas nacionais dos dois países, com ênfase, no Brasil, nos seguintes: IBGE, DATASUS, IPEA, VOX POPULI, e CNT SENSUS.

O diagnóstico no ambiente sócio-econômico do Brasil e da Argentina foi efetuado a partir de entrevistas com especialistas nos assuntos tratados e pessoas envolvidas com a questão das políticas públicas.

A coleta de dados quantitativos nos ambientes do Brasil e da Argentina foi efetuada: no Brasil, nas fontes já citadas acima e na Argentina no Instituto Nacional de Estadística Y Censos de la República Argentina - INDEC, onde foram coletados os dados para a construção da série do Índice de Preços ao Consumidor e na Consultora Empresarial e Econômica Studio Broda, onde foram coletados os dados para a construção das séries de Sentimento de Confiança, Conflitos Sociais e Desemprego.

Os dados qualitativos foram coletados nas fontes citadas nas Referências e as entrevistas foram realizadas a partir das estruturas constantes do Apêndice A.

Foram escolhidas para as entrevistas pessoas espertas sobre o tema, especificamente no Brasil a autora do Livro A Real História do Real, Maria Clara R.M do Prado e o Dr. Gustavo Franco, principal responsável pela operacionalização do Plano Real e na Argentina o Dr. Aldo Ferrer, o Dr. Ricardo López Murphy, o Dr. Miguel Ángel Manuel Broda e o Dr. Sérgio Berensztein, todos entrevistados a partir do mesmo roteiro.

Algumas adaptações foram efetuadas para abordar a evolução do conhecimento do pesquisador. No caso do Dr. Ferrer foram introduzidas questões relativas à cultura do povo argentino que não tinham sido incluídas nas anteriores. O Dr. Ferrer foi o último perito a ser entrevistado.

A tabulação e a análise dos dados coletados foi orientada para o uso do Excel para Windows na tabulação e apresentação dos comportamentos das variáveis no tempo. As interações comportamentais das variáveis foram feitas no SPSS 11.0.

A análise dos dados efetuada foi univariada, a partir da observação do comportamento de cada variável no tempo; bivariada, a partir da observação do comportamento da variável dependente frente a todas as independentes de per si; e multivariada, a partir de instrumentos de análise estatística como regressão e correlação, de forma a explorar todas as possibilidades de apreciação dos mesmos.

As variáveis objeto da análise são discretas e são apresentadas com periodicidade mensal já que a principal variável independente é apresentada e medida mensalmente no Brasil, no período considerado. Na Argentina, para o período pré-conversibilidade é possível encontrar apresentação de inflação semanal, o que, entretanto, não foi usado já que o Brasil é o país chave deste trabalho e aqui as medições são apresentadas mensalmente.

Foram também efetuadas plotagens de todas as variáveis em diagramas que permitiram avaliar a sua dispersão relativa e medido o nível de significância de cada série no que respeita seu comportamento ao longo do tempo e também em relação entre si.

A partir daí, com base na historiografia dos dois fenômenos nos dois países, foi elaborada uma acurada análise conectiva dos resultados do tratamento estatístico com a própria historiografia do período considerado.

Foram feitas entrevistas e enviados questionários, conforme constam no Apêndice A, para expertos nos assuntos relativos à estabilização e confiança. O índice de respostas dos questionários enviados por e-mail foi muito baixo; cerca de 1 a 2% responderam, mesmo assim de forma incompleta e em determinados casos lacônica, pois o assunto, na realidade, está entre duas ciências, a sociologia e a economia.

Dentre os que atenderam à solicitação para responder aos questionários, ressalta-se a autora do livro “A Real História do REAL”, Maria Clara R. M. do Prado que deu um depoimento muito claro sobre a influência da Confiança durante a implementação do Plano REAL e o Dr. Gustavo Barroso Franco.

A programação de entrevistas levou em conta a expertise dos técnicos e o papel dos mesmos nos cenários considerados. O atendimento às solicitações, no entanto, ficou restrito ao Dr. Gustavo Franco no Brasil e o Dr. Ricardo López Murphy na Argentina, inicialmente e, na segunda fase do trabalho de campo, foi entrevistado o Dr. Aldo Ferrer, em sua residência em Buenos Aires.

O Dr. Gustavo Franco fez algumas indicações de possíveis pessoas a entrevistar em Brasília, principalmente para a obtenção do indicador Risco País (EMBI+) do Banco JPORGAN, entretanto o mesmo só foi usado a partir de 1994, pois só neste ano o indicador citado passou a ser elaborado.

Já o Dr. Murphy deu um depoimento onde apresenta algumas de suas idéias sobre a implementação do Plano CAVALLO e me indicou um consultor internacional, o Dr. Miguel Angel Broda, Diretor do Estúdio Broda, que trabalha na área de prospecção de assuntos nacionais e internacionais, com cenários prospectivos. Este ex-professor da USP

disponibilizou todos os seus dados compilados em apreciações mensais desde o fim da década de 1980.

A consulta a este acervo permitiu a montagem da série Sentimento de Confiança na Argentina na década de 1990, coletando os dados um a um, boletim por boletim, além de outras séries cujos dados foram coletados nos Boletins de Diagnósticos de Conjuntura periódicos que o Studio Broda & Associados publica com regularidade desde 1983.

8. O Tratamento das Variáveis

A variável confiança, principal elemento da dimensão capital social, por se tratar de uma variável oculta empiricamente, ou seja, não está disponível em nenhum levantamento no período considerado, foi construída a partir das seguintes técnicas:

1. Revisão nas pesquisas de opinião dos principais Institutos de Pesquisa do Brasil e da Argentina;

2. Coleta de dados de opinião pública que pudessem contribuir para a formação de estoques de confiança nos dois governos, do tipo: como vê a imagem do governo; se confia no governo; como vê a condução da política econômica do governo; como vê as principais figuras de cada gabinete, de acordo com os subtítulos apresentados ;

3. A partir deste procedimento, foram considerados apenas os dados que pudessem de alguma forma contribuir para um crescimento dos estoques de confiança em cada governo no período considerado, coletados mês a mês em cada pesquisa, de 1989 a 1999 para a Argentina, e de 1993 a 1999 para o Brasil;

4. A partir disto, como os dados destas pesquisas são da mesma escala e da mesma natureza, foi calculada a média em cada mês, ponderados internamente para nivelar as suas respectivas intensidades, dos meses referentes aos dez anos do período considerado, formando as tabelas referentes ao sentimento de confiança apresentadas no Apêndice B, que foi usada para a modelagem estatística com as outras variáveis, as independentes.

9. A Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo se dividiu em duas etapas: a primeira consistiu em um reconhecimento do ambiente de pesquisa na Argentina; estabelecimento de contatos; busca inicial de dados para a construção do referencial de confiança; entrevistas com pessoas espertas nos assuntos de confiança; economia; política.

Na primeira etapa foi realizada uma entrevista com o Dr. Ricardo López Murphy¹⁴, contatado através de diplomatas da Embaixada do Brasil em Buenos Aires que, além da entrevista, cujo esquema se encontra no Apêndice A, indicou o Sr. Miguel Angel Broda, diretor presidente da consultoria Estúdio Broda e Associados.

Este, por sua vez, além de facilitar o acesso aos dados apenas impressos, e de disponibilizar os dados digitalizados a partir de 1998, também indicou um especialista argentino em confiança, o Dr. Sérgio Berensztein¹⁵, que também foi entrevistado e disponibilizou seus dados sobre confiança também a partir de 1999.

Foi realizada visita ao Instituto Nacional de Estadísticas y Censos – INDEC onde foram obtidas informações gerais sobre a Argentina.

A segunda etapa foi levada a cabo no mês de setembro de 2006. Nela a coleta de dados relativos à confiança foi completada e também dos dados referentes aos conflitos sociais, a título de simetria com os dados de greves no Brasil. Nesta etapa, a coleta se deu de forma mais dirigida, considerando que já se sabia o que procurar, o que faltava e onde encontrar os dados e as referências necessárias.

De certa forma, o limite temporal escolhido para a pesquisa foi um tanto impeditivo para a busca de dados pela internet, já que ali só estão disponíveis os dados mais recentes, especificamente os dados usados para a construção da série que retrata a variável “sentimento de confiança”, que só estão disponíveis em mídia eletrônica a partir de 1998, e foram disponibilizados pelo Dr. Broda; os anteriores foram coletados um a um a partir de intensa busca documental nos arquivos do Estúdio Broda e Associados.

Duas grandes dificuldades se apresentaram: a primeira foi o período considerado, pela dificuldade de obtenção dos dados e a segunda pela necessidade de considerar apenas as séries com apresentação de dados com periodicidade mensal, já que a principal variável independente, a taxa de inflação é medida mensalmente e não faria sentido ser de outra forma.

Isto determinou um grande esforço do pesquisador na busca de dados mensais para a construção da série retratando o sentimento de confiança, a variável dependente do estudo e,

¹⁴ O Professor Murphy exerceu, dentre outras atribuições, as seguintes: Ministro de Economía e Infraestructura de la República Argentina. Ministro de Defensa de la República Argentina. Economista Jefe de la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas -FIEL-. Director Nacional de Investigaciones y Análisis Fiscal. Secretaría de Estado de Hacienda. Consultor y Asesor del Banco Central del Uruguay. Consultor del Fondo Monetario Internacional, Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, el Banco Mundial, BID y CEPAL. Profesor en la Universidad de La Plata.

¹⁵ Professor da Universidad Torcuato Di Tella, Departamento de Ciencia Política y Gobierno. Cursos en Política y Sociedad en América Latina, Tópicos de Política Latinoamericana Contemporánea, Historia Política Contemporánea Argentina e Instituciones de Gobierno. Desde 1997: **Professor Visitante**, Stanford Program in Buenos Aires. Desde 1999: **Professor**, da Georgetown University International Institute on Government, Management and Policy, desde 2001.

por conseqüência, as outras variáveis independentes também tiveram que ser consideradas desta forma.

Foi feita a opção de efetuar tanto a análise estatística bivariada, de forma a entender com precisão a interferência de cada variável independente, além da multivariada, no intuito de caracterizar a influência de todas as variáveis independentes no plano da variável dependente e entre si, para completar o modelo. Posteriormente, com todas as melhores defasagens determinadas foi aplicado o modelo de regressão múltipla com todas as variáveis.

Outra dificuldade que se apresentou foi a inexistência de medidas de níveis de confiança em governos no período considerado, o que determinou ao pesquisador, na construção da série Sentimento de Confiança, a utilização de todas as subabordagens das pesquisas de opinião consideradas.

Foram utilizadas para a construção desta variável as opiniões que apontavam quotas de confiança dos tipos: muito bom, excelente ou bom para avaliação de ações de governo, as que apontavam confia ou não; as que quantificavam a atuação positiva do condutor da economia e até as que indicavam preferências de voto em eleições próximas e, ao fim, como estes subdados ou dados intermediários são da mesma natureza e da mesma escala, optou-se por usar a média de cada mês.

Nos meses onde, eventualmente, não ocorreu nenhum tipo de medição, foi calculada e utilizada a interpolação linear para o cálculo do índice naquele mês. Estes cálculos e as séries usadas para a construção da série Sentimento de Confiança” encontram-se apresentados no Apêndice B.

Optou-se também por utilizar algumas séries anuais como base para montagem de diagramas inseridos na contextualização do problema e as matérias das entrevistas estão consideradas ao longo do trabalho, como fontes qualitativas de análise.

Os subdados usados na construção da série “Sentimento de Confiança” na Argentina e no Brasil contaram com diversas fontes. Na Argentina, Estúdio Broda e Associados, Centro de Estúdios para la Nueva Mayoria, Latinobarômetro e INDEC, todos a partir de 1988, embora o contexto temporal do trabalho tenha sido escolhido na década de 1990, por abrigar as fases principais dos Planos Cavallo e REAL, de forma a permitir eliminar o erro de iniciar a série em 1990.

Este expediente permitiu dar uma estrutura real aos dados da Argentina, neste mister, da mesma forma que os dados do Brasil iniciam em 1990, mesmo considerando que o Plano REAL só teve sua vigência sancionada em 1994.

Os métodos matemático e estatístico, bem como a utilização da Lei de Stevens da Psicofísica como base das interações entre as variáveis independentes e a dependente, encontram-se detalhados no Capítulo 2 e no Apêndice C que tratam dos dados e sua análise e de técnicas estatísticas específicas.

10. A composição do trabalho

A presente pesquisa compreende como elementos textuais, uma Introdução, cinco capítulos, uma conclusão e considerações finais.

A introdução explicita o ambiente que antecedeu a operacionalização do Plano Real e o Plano Cavallo, além de apresentar uma visão geográfica, social e econômica do país escolhido para a comparação como Brasil e aponta para os principais procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

O primeiro capítulo aborda as principais conceituações teóricas envolvendo a dimensão do capital social em suas principais abordagens, a partir dos estudos dos teóricos que participaram da Conferência “Capital social y Reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe: em busca de un nuevo paradigma”, realizada em Santiago del Chile pela CEPAL em 2003. Também foram apreciados autores clássicos que trataram do assunto e alguns teóricos brasileiros e argentinos.

O segundo capítulo teve como objetivo apreciar os principais eventos ligados a implementação do Plano Real e as suas relações com o sentimento de confiança da sociedade no governo que implementou este Plano.

O terceiro capítulo aborda os principais eventos do Plano Cavallo a partir de uma visão voltada para a confiança depositada pela sociedade no governo argentino de Carlos Menem.

O quarto capítulo apresenta uma visão comparada dos principais eventos os dois Planos também associando estes eventos com as percepções de confiança demonstradas pela sociedade em cada um dos governos do período considerado.

O quinto capítulo trata da análise do comportamento das relações individualizadas das variáveis independentes com a dependente e também da composição dos modelos completos multivariados a partir do uso da técnica estatística com o auxílio do software SPSS 11.0.

A conclusão apresenta os principais resultados da pesquisa e a própria comprovação da existência da relação de influência das variáveis independentes sobre a dependente.

Finaliza com considerações finais que apontam para perguntas que, por diversos motivos, ficaram sem resposta neste momento e que deverão ser objeto de continuidade dos trabalhos de pesquisa no futuro. Apresenta também este item, uma proposta de projeto de lei visando reparar um erro da atualidade quanto à necessidade de centralização do resultado das pesquisas de opinião pública no IBGE que, se aprovado no Congresso, em muito contribuirá para facilitar a vida dos pesquisadores que se dedicam ao estudo de variáveis representadas por observações obtidas a partir de pesquisas de opinião pública.

CAPÍTULO 1

O Debate Conceitual Sobre o Capital social

O objetivo deste capítulo é contribuir para a compreensão dos conceitos que hoje transitam dentro da dimensão do Capital social de forma a permitir a construção do tecido conectivo teórico entre as questões do campo sociológico e as questões do campo econômico que permearam a aplicação dos planos de estabilização econômica no Brasil e na Argentina, mais especificamente o Plano Real e o Plano Cavallo. A base inicial desta discussão foi uma pesquisa bibliográfica e documental sobre as questões teóricas apresentadas na conferência internacional “Hacia um Nuevo Paradigma: Capital social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe” organizada em Santiago do Chile pela CEPAL e a Universidade de Michigan em setembro de 2001. Além destas conceituações também foram revistas outras fontes também importantes como Aléxis de Tocqueville e outros teóricos do Brasil e da Argentina.

1.1 O Conceito de Capital social

O estudo do conceito de capital social na América pode ser ligado ao pensamento de Alexis de Tocqueville¹⁶, cuja grande pergunta foi “Por que nos Estados Unidos a sociedade democrática é liberal e na França não?” O que chamou a atenção de Tocqueville (1987) foi a diferença entre a democracia francesa e a americana. Lá, uma enorme dificuldade de se vislumbrar a igualdade dentro de um regime de liberdade e, nos Estados Unidos, a sociedade se mostrava liberal e os cidadãos faziam valer suas idéias, valores e direitos.

Tocqueville observou, com atenção, a força das pequenas comunidades norte-americanas onde os *County*¹⁷ tinham a pujança de células vivas do regime, as sociedades comunais, referenciadas por Putnam (2002), foi como ele as chamou.

No caso estudado por Tocqueville há um padrão de democracia e duas culturas absolutamente diferentes. Ele próprio, em uma classificação tomada de Montesquieu, separa três tipos de causas e as hierarquiza, colocando os hábitos e os costumes como os principais

¹⁶ Alexis de Tocqueville, bisneto de Malesherbes, o advogado que defendera o Rei Luís XIV na convenção em 1794, foi descendente de uma família que sofreu na época do terror (1793-4), percorreu junto com Gustave de Beaumont, quase 7.500 Km passando por 18 dos 24 Estados componentes da União formada pelos Estados da América do Norte para escrever A democracia na América. Nesta viagem entrevistaram dois Presidentes. Foi um aristocrata francês culto que se preocupou com a sociedade. (A Democracia na América, [2005])

¹⁷ Municípios ou conjunto de municípios.

motivos ou determinantes, na frente das leis e das condições históricas e geográficas, para explicar as diferenças entre a democracia americana e a francesa.

O conceito de confiança, tão enfatizado por autores de hoje, embora não focalizado claramente por Tocqueville, é parte intrínseca de seu pensamento quando estuda os porquês da democracia americana, principalmente no que toca os costumes.

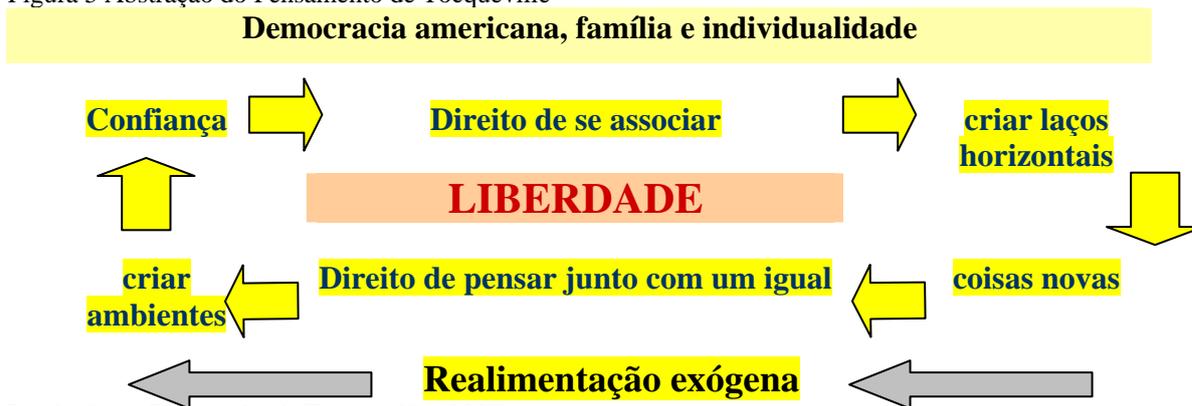
O que intrigou Tocqueville foi a diferença entre as democracias daqueles dois países. Porque seriam diferentes se as duas são democracias? Porque a democracia americana cultuava a igualdade e a francesa não? Para Tocqueville, a democracia significava igualdade e não liberdade. E a igualdade significava a ausência de atributos adscritos, o tratamento igual perante a lei, a igualdade formal.

Aos olhos de Tocqueville (1987) a democracia americana se baseou em uma sociedade em que não existiam distinções de ordem e de classes, era uma sociedade igualitária na origem. Tocqueville (id) observou que estavam inseridas na idéia da democracia americana, a igualdade social, diferentemente do que ocorria na França.

A partir disto entendo que, sem as bases da democracia americana, não poderia haver confiança e que, na realidade, a confiança nascia, naquela sociedade, a partir do igual direito de se associar, criar laços horizontais, pensar junto com seu igual e criar ambientes e coisas novas. São fenômenos diferentes que se realimentam mutuamente.

A Figura 5 apresenta uma visão abstrata do processo de realimentação pensado por Tocqueville.

Figura 5 Abstração do Pensamento de Tocqueville



Inspirada na Concepção de Tocqueville (1987)

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

É claro que em qualquer sistema aberto como em todos os fenômenos sociais e porque não naturais, a realimentação exógena ocorre independentemente da vontade do pensador e, por isto, incluí em meu esboço da concepção de Tocqueville uma fase de realimentação

exógena. Esta possibilidade de associação, esta liberdade de associar-se, parecia fazer a diferença.

Tocqueville (1987) destacou a liberdade como o centro do sucesso da democracia americana, da família e da individualidade, e que, sem assim mencionar, pode ser considerado o centro, o núcleo da formação de confiança e de células de interatividade, aqui entendido como as associações de voluntários. Para Tocqueville (1987), mesmo as diferenças originadas pela riqueza, por maiores que fossem, não se contrapunham à igualdade fundamental das condições, característica das sociedades modernas.

A meu juízo, a inexistência de condições para que se instalasse uma democracia nos moldes da francesa que teve origem em uma sociedade ungida pela diferença de classes, de estamento, corrobora a origem da democracia americana. Lá o povo aprendeu a defender seus próprios direitos. O simples surgimento de problemas nos *counties* determinava a criação de grupos de pessoas que, voluntariamente, se uniam para resolvê-los. A participação voluntária foi a base da sociedade democrática americana, originária das associações de voluntários mencionadas por Tocqueville.

Tocqueville também relaciona a religião, não todas, pois exclui as individualistas, como fundamento da democracia americana, já que, para ele, a participação do povo na religião criava bases morais para o acatamento das leis, não apenas pelo medo da punição, no caso de sua desobediência. O autor atribui papel crucial à religião pela sociabilidade que proporciona, pela oportunidade de compartilhamento de valores e formação de laços sociais e redes informais.

Também para Tocqueville, o enfoque religioso da cultura da nova nação americana criou a base moral da democracia americana diferentemente do posicionamento da igreja na França, totalmente apartada ao sistema, por razões históricas.

É claro que estas considerações podem, em uma etapa mais à frente, constituir as bases de qualquer governo, calcando-as no conjunto das ações e atitudes requeridas para a sua própria ação de governar, e em premissas-força envolvendo atitudes como respeito, compromisso e probidade. Estas atitudes geraram e parecem gerar, no conjunto, uma atmosfera de confiança mútua e capacidade para formar redes cuja dinâmica irá contribuir para o sucesso ou fracasso da sua ação de governar, de gerir a *res* pública com eficiência, o que seria a base para estágios subseqüentes de eficácia e efetividade¹⁸ na gestão.

¹⁸ Eficiência, eficácia e efetividade são conceitos com diversas definições, de acordo com a ciência respectiva. Para a ciência da administração, entenda-se, para os fins deste trabalho, por eficiência a medida do rendimento individual de componentes de um sistema e se refere à otimização dos recursos usados para a obtenção dos resultados; por eficácia a medida global do sistema e se refere à contribuição dos resultados obtidos para o alcance dos objetivos globais daquele sistema; e por

Depreende-se que este ambiente, protegido da influência de variáveis negativas como corrupção; ineficiência, ineficácia; e inefetividade ou iluminado por positivas¹⁹ como transparência; bom uso de recursos públicos, que seriam estradas para a formação de estoques cada vez mais robustos de capital social, contribui para um estado de liberdade cada vez maior, no caso a formação de estoques positivos. A esta liberdade se referiu Tocqueville (1987), sem mencionar explicitamente estas variáveis.

A igualdade para Tocqueville (id) seria a ausência de privilégios e de arbitrariedade, seria o exercício do poder de acordo com leis aplicadas onde indivíduos gozariam de segurança. O fato de uma pessoa pertencer a uma agremiação ou associação já significava tacitamente que era digna de confiança.

1.2 Capital social e Confiança

Segundo Putnam (2002) a confiança, ingrediente mais importante da dimensão capital social dos dias de hoje, teria sido o componente mais importante do crédito, criado nas repúblicas italianas medievais. A existência de confiança ou o seu exercício possibilitaram a expansão do crédito e com ele o crescimento econômico. As atividades econômicas e o comércio exterior são dependentes da existência de crédito, pois só com ele o dinheiro entesourado sairia das mãos de poucos e iria circular no fluxo comercial.

O Capital social, como assim mencionado, passou a ser mais estudado a partir da primeira e da segunda década do século XX. Ferrarezi (2003) aborda a importância das relações sociais para a democracia e para o desenvolvimento, referindo-se aos elementos tangíveis que contam na vida social das pessoas: a boa vontade; o companheirismo; a compreensão e o trato entre famílias. Explica que o contato entre um indivíduo e seus vizinhos e estes com outros vizinhos produzirá uma acumulação de capital social que gerará uma melhora nas condições de vida de toda uma comunidade.

Magnani (2002), inspirado por Jane Jacobs, aborda a questão relativa a fenômenos urbanos, destacando a deterioração dos sistemas de vida nas cidades, a partir de uma diminuição do valor coletivo dos vínculos informais de vizinhança que, se incrementados e valorizados evitariam, para Jacobs, a violência urbana.

Portocarrero (2003) indica que o conceito de capital social se insere na discussão mais aprofundada a partir da segunda metade do século XX e que, ao fim da década de 1970 as

efetividade como sendo a relação entre os resultados alcançados e os objetivos pospostos ao longo do tempo.(OLIVEIRA, 2001)

¹⁹ Entenda-se, para os fins deste estudo, como variável positiva a que confere ao sistema resultados favoráveis ao bem estar da sociedade e as negativas o contrário.

alusões à expressão capital social se dão mais por uma combinação metafórica, considerando-o com uma espécie de estoque à disposição de grupos.

Na década de 1980, Bourdieu (2003) define capital social como sendo o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações, algo institucionalizadas, de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, à vinculação a um grupo, a partir de um conjunto de agentes dotados de propriedades passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos.

A partir desta definição, pode-se constatar a importância dada por este autor à conexão entre uma rede de relações de conhecimento e um conjunto de recursos naturais ou potenciais de um grupo ou de grupos. Ressalta que a importância das redes está na sua capacidade de potencializar e mobilizar, também, volumes de capital não social como o econômico, o cultural ou o simbólico.

Ferrarezi (2003) considera que Bourdieu estava preocupado em conhecer a dinâmica da reprodução de iniquidades a partir da combinação do conceito puro de capital com outras conceituações de capital. Entretanto, o autor explica que o caráter de previsibilidade eventual das relações produzidas pelas redes torna difícil a mensuração de seus efeitos e mesmo a aceitação do termo capital social quando referido a redes de relacionamento.

Foi na década de 1990 que o Banco Mundial começa a enfatizar a importância (D'ARAÚJO, 2003) do componente capital social, na avaliação de seus projetos de desenvolvimento, junto com três outras conceituações de capital: humano; financeiro; e natural. O natural representa os recursos naturais de que é dotado um país; o financeiro é aquele produzido pela sociedade; o humano se define pelos graus de saúde, educação e nutrição de seu povo; e, o social representa a “capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (id, p. 10).

1.3 O Conceito de Capital social: visões e contrapontos.

A definição de capital social vem sendo discutida ao longo do século XX até os dias de hoje, e, embora pareça polêmica, não o é. O que ocorre é que, embora as variáveis envolvidas nas discussões apareçam em todas as definições, recebem pesos diferentes e suas dinâmicas são distintas.

Diz Charrys (2003) que a construção do capital social tem a função de regenerar tecidos sociais minados por crises econômicas a partir do aumento da confiança, do

incremento do associativismo e da ajuda mútua. A Figura 6 apresenta uma visão do autor sobre a conceituação de Charrys.

Figura 6 Dinâmica Charrys



Inspirado na Concepção de Charrys

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

¹ entenda-se por bons resultados aqueles que geram benefícios para a sociedade e para o bem comum²⁰.

Nota: O raio representa as crises econômicas.

A Figura 6 apresenta uma dinâmica que explica a construção do capital social a partir da regeneração de um tecido social minado por crises econômicas e políticas econômicas usadas para atacar as crises. Apresenta também, esquematicamente, um paredão que seria o tecido social sendo minado por estas intempéries sociais.

Para Charrys (id) o aumento da confiança, da associatividade, da ajuda mútua e da cooperação redundará em um aumento da autoestima dos indivíduos e das comunidades para um enfrentamento mais exitoso das condições de vida e desenvolvimento de comunidades, o que é apresentado na Figura 6.

Afirma a autora que um grupo significativo de teóricos considera que o conceito de Capital social (Ks) é muito importante para dar conta de atributos sociais que se manifestam através de uma institucionalidade gerada nas relações sociais de uma coletividade. Afirma também que o Ks é um recurso real ou potencial ligado à posse de uma rede durável de relações que facilitam certas ações dos indivíduos que participam de sua estrutura e, para tanto, constitui um recurso que potencializa o funcionamento e a capacidade de gestão das organizações não governamentais (CHARRYS, 2003, p. 2; tradução minha).

Esta rede funcionaria mais ou menos como um tecido conectivo das relações intra e inter-grupais. Rello e Flores (2003, p. 204) explicam que, a despeito de não existir definição que agrade completamente a todos os teóricos, pode-se aceitar a existência de três elementos ou componentes básicos existentes em todas as definições. O primeiro seriam as fontes e a infra-estrutura do capital social como instrumentos que possibilitam seu nascimento e consolidação, que seriam as normas; as redes sociais; a cultura e as instituições.

²⁰ Para os fins deste estudo entenda-se por bem estar social, o bem comum, o bem da maioria, expresso sob todas as formas de satisfação das necessidades coletivas. Nele se incluem as exigências naturais, materiais e espirituais dos indivíduos coletivamente considerados, são as necessidades vitais as comunidades, dos grupos e das classes que compõem a sociedade. Assim, para este estudo, dizer bem comum é dizer bem estar social, são sinônimos, portanto.

Para Rello y Flores (2003) o capital social é uma capacidade de obter benefícios a partir do aproveitamento das redes sociais. Esta, entretanto, é, a meu juízo, uma definição que precisaria ser burilada, considerando que permite a compreensão de que um grupo ou indivíduo se aproveitaria de uma determinada rede para auferir benefícios, o que é perfeitamente possível, mas configura um caso isolado e até confirma a possibilidade aventada por Fukuyama com relação às organizações e grupos formados para o mal, como a máfia, por exemplo.

Outra questão é a falta, na concepção de Rello e Flores (id), do *feedback*, este, no entanto, inserido pelo autor, considerando que ele existirá naturalmente, pela característica aberta deste sistema e de todos os sistemas sociais. Assim, a linearidade original do modelo fica modificada/aprimorada pela inserção da fase de realimentação, mas não modificada em sua essência. O *feedback* neste modelo, tanto como nos outros, seria a fase de acumulação de energia potencial social operacionalizada pelo incremento de quantidades positivas de confiança depositada pelos outros grupos no grupo que acumula a energia social, capital social.

A despeito da variável confiança aparecer em todas as definições como um componente do capital social, ela pode também, a meu juízo, ser considerada como uma externalidade positiva após sua criação, para realimentar o sistema e reforçar as redes e a cooperação.

Rello y Flores ensaiam uma pequena classificação de capital social que, no entanto padece, a meu ver, da mesma doença por eles mesmos arrolada, o foco apenas na funcionalidade. Na realidade, capital social pode ser compreendido como uma modalidade de energia, uma capacidade sistêmica e com esta visão de capacidade, de energia acumulada, o capital social pode ser definido não pelas suas fontes, ou pela infra-estrutura, ou mesmo pelas ações e as suas próprias conseqüências, mas pela energia que será acumulada a partir do concurso daquelas variáveis.

Robinson, Siles e Schmid (2003) apresentam diversas idéias sobre se o capital social é ou não uma forma de capital porque, além de não ter uma definição única que seja aceita por todos os acadêmicos e profissionais, não pode ser medido e afirma que esta dúvida e as críticas sobre o caráter valorativo do capital social também pode ser estendida para os outros tipos de capital: o humano; o físico; e o natural, que para ele também padecem dos mesmos males.

É claro que esta concepção é uma manifestação isolada e não parece condizer com a realidade. O capital social, como variável, tem potencial para mensuração empírica sim, e o

trabalho de Putnam é um exemplo vivo desta assertiva. Esta diversidade de abordagens decorre da multiplicidade de definições ou de formas de dizer e abordar as mesmas dimensões: confiança; formação de redes; reciprocidade.

É preciso, entretanto, considerar, além dessas observações, que cada fenômeno associado ao conceito de capital social terá sua forma peculiar de abordagem a partir de sua própria gênese, o que quer dizer que, a despeito de existir uma boa base teórica que permita olhar sob um mesmo prisma, a realidade trará facetas específicas e peculiares. Como não há ocorrência igual de um mesmo fenômeno na natureza, as abordagens e tratos empíricos serão necessariamente diferentes pelo fato de o capital social ser um bem intangível e de caráter latente e sirva como uma roupa para cada corpo. O que se quer dizer é que cada fenômeno social terá um tratamento diferenciado mesmo considerando o caráter único da definição de capital social.

Uphoff (2003) afirma que até se aprofundar no estudo do tema, também achava a teorização sobre o capital social no campo descritivo e retórico um pouco tautológica, mas que quando partiu para o campo empírico constatou que realmente as variáveis envolvidas continham forte carga correlacional entre si, o que ficou comprovado na Experiência de Rajasthán²¹.

Uphoff (id) faz, então, uma análise em separado da expressão capital social, perguntando o que é social e o que é capital. Afirma que a característica mais geral do capital é que ele representa um conjunto de abordagens que têm conseqüências produtivas, são ativos, diz ele, que geram uma corrente ou fluxo de benefícios.

Diz Uphoff (ibidem) que o capital físico tende a desvanecer durante o processo, já o capital social tende a se realimentar a partir de seus próprios efeitos, gerando um fluxo de benefícios e de cooperação a partir da sua feição social. É claro que não dá para separar as duas palavras, a expressão é una e indivisível que, desmembrada, não tem paralelo com a expressão completa.

A concepção da Figura 6 vista pelo enfoque sistêmico, pode ser entendida à luz da Teoria Contingencial²², que define a realimentação e o condicionamento do funcionamento de um sistema a partir do seu ajuste determinado pelo ambiente. A dinâmica da formação de estoques de capital físico pode ser entendida como uma conta de poupança, onde os juros

²¹ Explicada mais adiante no item “Experimentos de mensuração do Capital social”.

²² Teoria da Ciência da Administração que tem por objeto as organizações. Foi concebida no início da década de 1970 do século XX e pode ser considerada como sendo a adaptação da organização ao ambiente, a partir da habilidade da alta administração em interpretar as condições que enfrentam a empresa de maneira apropriada, bem como para adotar um curso de ação significativo.

representam a realimentação do sistema. Se se possui uma determinada quantidade de recursos e se poupa mais do que se gasta, o estoque tende a crescer. Fica claro que esta dinâmica não é linear e que vai depender de cada situação *per se*, entretanto, como modelo de funcionamento, parece atender, como regra geral, ao esperado que é o crescimento do estoque.

No capital social esta dinâmica ou proporcionalidade também não é linear. Imagine-se que há um programa de governo sendo aplicado, por exemplo, no início de um mandato em uma microrregião e na fase de sensibilização das *comunidades alvo* para tal programa são feitas promessas de alocação de recursos e, a partir disto, a política pública pede contrapartida dos governos locais e estas últimas são disponibilizadas. Se o programa começa a ser operacionalizado e os recursos do governo federal não são alocados, haverá necessariamente uma perda de confiança, uma realimentação negativa, uma perda de confiança materializada pela diminuição de confiança depositada pelas comunidades no governo.

As perdas de confiança parecem ter muito mais peso do que perdas materiais. É como se se precisasse de muito mais para repor o que se perdeu com a queda dos níveis de confiança, necessitando-se, para recuperar a confiança gerada inicialmente, e perdida por falhas no processo, conquistar níveis semelhantes ou até maiores de confiança que os existentes anteriormente. Neste caso, será preciso, em etapa posterior, muito provavelmente, um esforço muito maior do que o que já despendido no convencimento inicial daquelas *comunidades alvo*, inclusive para o aporte de contrapartidas.

Na realidade, a confiança se origina de duas fontes: uma intragrupal, gerada a partir das interações criadas pela formação de redes intragrupos; e outra extra grupal, gerada pela relação de confiança resultante da interação entre o grupo foco e a sociedade. Dependendo do lado que se escolhe para apreciar o fenômeno de geração e estocagem de confiança, cada visão terá uma interpretação específica.

Esta dinâmica está presente no pensamento de Durston (2003), para quem capital social pode ser definido como o conteúdo de certas relações sociais que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade²³ e cooperação²⁴.

D'Araújo (2003) corrobora esta visão citando Coleman, acrescentando que essas relações de reciprocidade deverão estar baseadas em sistemas de redes e de punições, que

²³ Por reciprocidade entenda-se o ato ou influência que se realiza ou troca entre dois grupos, é um dar e receber. Este parece ser um ingrediente fundamental na formação de redes.

²⁴ Entenda-se cooperação o ato de operar simultaneamente, trabalhar em comum, ou seja trabalhar em torno de um objetivo comum. Para Durston (2003) cooperação é diferente de colaboração que envolve intercâmbio de ajuda entre atores que têm objetivos diferentes. A cooperação se dá entre atores que têm os mesmos objetivos.

proporcionam maiores benefícios àqueles que os possuem, em comparação com os que poderiam se valer deste ativo e não o têm.

No caso do hipotético programa de governo acredito que o cumprimento dos compromissos assumidos geraria um fortalecimento dos laços relacionais das redes formadas, acarretando o aumento da confiança intra e intergrupala, minorando a possibilidade da aplicação de punições, como por exemplo, a interrupção destes programas pelo governo no caso de falharem os compromissos das comunidades.

A Figura 8 apresenta uma visão do autor a partir da concepção de Durston²⁵.

Figura 8 Dinâmica de Durston



Inspirado na Concepção de Durston

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

¹Fase não incluída por Durston em sua concepção sobre o Capital social.

Digna de nota, e parece ser uma constante dentre a maioria dos autores, é a não inclusão, também por Durston,²⁶ de uma fase de realimentação sistêmica na sua dinâmica. Esta omissão foi compensada, na apresentação deste esquema, considerando que também como nos outros casos, dinâmicas que envolvem sistemas abertos devem contar com uma fase de realimentação para sua completa compreensão.

Já para Fukuyama (2002, p. 155), capital social “pode ser definido como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si”. Mas ressalta o autor a existência de sociedades ou grupos com grande volume de normas criadas e que, entretanto não possuem estoque de capital social apreciável, como por exemplo, as ditaduras, ou governos impositivos ou sem participação, onde as políticas públicas são criadas e operacionalizadas por imposição dos governantes, sem a participação dos governados.

Estes valores ou normas informais seriam o núcleo da realimentação sistêmica do modelo. Como se pode depreender, o centro desta definição é a confiança e a cooperação intragrupal que combinam com a idéia de reciprocidade de Durston.

²⁵ Acrescenta também que o debate atual, de certa forma caótico, sobre o conceito, tem a virtude de conectar vários campos conceituais, o econômico, o social, o político, todos relevantes para as estratégias alternativas de superação da pobreza.

²⁶ A natural tendência de cada ciência a ver os fenômenos apenas pelos seus primas específicos pode explicar o porquê da não inclusão, pelos teóricos, da realimentação sistêmica em seus modelos, já que esta é uma apreciação organicista peculiar da ciência da administração.

Em outro momento, Fukuyama (2003, p. 33-47) se refere ao Capital social como uma variável ligada à cultura²⁷, no que encontra paralelo com a visão de Sander (2003), para quem capital social pode ser definido como sendo “the social networks and the norms of trustworthiness and reciprocity that arise from them”. Há aí convergência quanto às dimensões componentes do conceito, convergindo para a base cultural mencionada por Abagnano (1998).

Abagnano (id) afirma que cultura pode ser definida a partir de dois significados: o primeiro ligado à pessoa individual, envolvendo aspectos ligados à formação do indivíduo em sua maturidade espiritual, e na sua humanidade; e o segundo, usado mais hodiernamente por sociólogos e antropólogos para indicar o conjunto de modos de vida criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para outra entre elementos de uma determinada sociedade. Neste segundo significado estão ressaltados os aspectos que envolvem a formação coletiva e anônima de um grupo social nas instituições que o definem. Assim, a partir da visão conjunta de Fukuyama e de Abagnano, esta a partir do segundo significado apresentado, é possível, a meu juízo, considerar que o capital social é um produto das culturas de cada grupo, sociedades ou mesmo países.

Fukuyama afirma também que estas normas representativas de valores que regem a existência deste capital social necessitam incluir virtudes como: falar a verdade; cumprir obrigações; e exercer a reciprocidade, formando o conjunto chave da realimentação sistêmica, agindo como fator multiplicador do capital social intergrupos. Daí, depreendo a existência, no campo conceitual, de dois ambientes: um, intragrupal onde nasce o capital social; e outro, intergrupalo onde se multiplica o capital social gerado no primeiro grupo a partir da reciprocidade, que é um atributo necessário para incrementar os níveis de estoque de capital social-Ks. A reciprocidade atua neste caso como uma externalidade positiva, como um catalisador²⁸ positivo da reação, fazendo com que aumentem os estoques de Ks.

²⁷ Por cultura entenda-se: o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e características de uma sociedade: o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, etc. que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores: civilização, progresso. (FERREIRA, 1986)

O conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade.; e também como: a parte ou o aspecto da vida coletiva, relacionados à produção e transmissão de conhecimentos, à criação intelectual e artística, etc. e também como: O processo ou estado de desenvolvimento social de um grupo, um povo, uma nação, que resulta do aprimoramento de seus valores, instituições, criações, etc.; civilização, progresso. (DICIONÁRIO, 1999). Abagnano() define, após discutir as diversas acepções, cultura como sendo “o conjunto de modos de vida criados , adquiridos e transmitidos de uma geração para outra, entre os membros de determinada sociedade. Nesse significado, diz Abagnano, cultura não é a formação do indivíduo em sua humanidade, nem sua maturidade espiritual, mas é a formação coletiva e anônima de um grupo social nas instituições que o definem.

²⁸ Entenda-se catalisar como o ato ou efeito de causar uma reação química ou a uma alteração de sua velocidade pela adição de uma substância (catalisador), as altas temperaturas, por exemplo são um catalisador positivo para a maioria das reações químicas enquanto a baixa temperatura normalmente as retarda. Este conceito é de uso comum na ciência química.

Esta concepção é adotada por Fukuyama (2003, p. 33-47) quando reforça as dimensões qualitativas das relações sociais e o caráter invasivo das externalidades positivas e negativas, que seria, a meu juízo, no caso, a reciprocidade acima citada. A despeito disto, Fukuyama ressalta que é difícil produzir um padrão de capital social único e aceitável que possa ser usado em modelos formais.

É possível, a meu juízo, estabelecer um modelo que sirva para medir Estoques de Capital social, da mesma forma que se mede confiança nos governos e se mede tendências de mercado, a partir de correções situacionais, pois como as bases das variáveis como confiança, formação de redes e reciprocidade são culturais, os resultados dependerão de ajustes nos diagnósticos para cada ambiente, situação ou mesmo cultura.

Reis (1995) explica que aquele Banfield criou a expressão “familismo amoral”²⁹ para caracterizar um fenômeno no qual a solidariedade social e o sentimento de pertencimento não se prolongam fora dos limites da família, excluindo as relações extra familiares do contexto da cooperação e da formação de redes.

Para Reis (1995, p. 36), o familismo amoral “representava uma espécie de ‘desajustamento’ aos novos tempos.” Este citado familismo amoral tornava impossível a vida social fora dos limites da família, o que ele caracterizava como atraso social exatamente porque foi resultado de uma quebra dos padrões sociais materializado pela pobreza e pela desconfiança intergrupala mútua, é claro.

Esta solidariedade³⁰ teria se estendido para muito além das redes sociais tradicionais, se o governo italiano tivesse tomado para si as rédeas dos esforços para trazer estas comunidades para além do atraso tradicional. Atitude esta que, a meu ver, precisaria ser complementada com doses maciças de reciprocidade e confiança, para o concurso, com sucesso, da ação de governo.

Putnam (2002) mostra que a influência da confiança a partir da criação do crédito em Gênova nos séculos XI e XII teve que extrapolar o âmbito familiar e se deslocar para outros grupos e entre estes. De uma certa forma, a difusão da necessidade da confiança fez com que se criassem novas redes de influência com base na cooperação, e na assistência mútua. Esta condição, por assim dizer, da existência da confiança para ser operacionalizado o sistema de crédito alterou toda a estrutura da sociedade a partir de então.

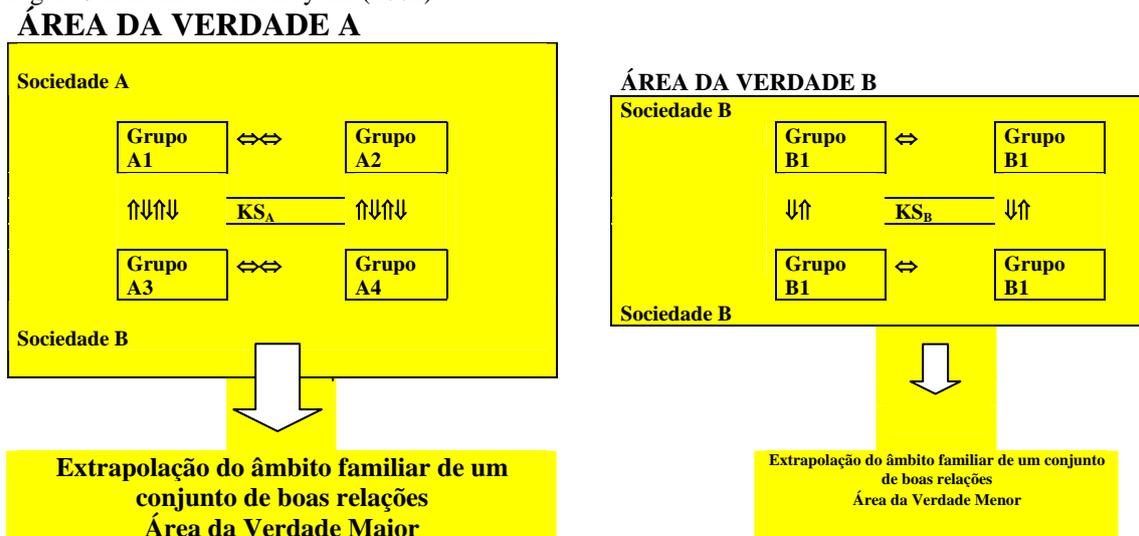
²⁹ Este “familismo amoral” se deve (PUTNAM, 2002) a uma estranha combinação de pobreza e desconfiança que minou o tecido social italiano no Mezzogiorno de 1883.

³⁰ Para Abagnano (1998) solidariedade significa na linguagem comum, inter-relação ou interdependência. Também afirma que solidariedade é assistência recíproca entre membros de um mesmo grupo, por exemplo solidariedade familiar ou solidariedade humana. Ele não inclui, portanto, a confiança como parte da definição, o que permite inferir que a confiança é gerada a partir da solidariedade e não a sua causa ou parte componente.

Pode-se depreender então, que a sociedade ou grupos específicos passam a ter determinado estoque de capital social (confiança, honestidade e reciprocidade) a partir da prática de determinados costumes e hábitos, no que concorda Fukuyama (2002) quando ressalta que “toda a sociedade tem um estoque de capital social” e que neste aspecto, toda a diferença entre elas estaria no tamanho da “área da verdade”. A Figura 9 apresenta uma visão abstrata da idéia de Fukuyama.

O esquema da Figura 9 apresenta duas áreas da verdade, uma maior e outra menor, que representam, *per se*, a *quantidade de relações de reciprocidade intergrupos* e não intragrupos, temperada com a *capacidade de formar relações boas*³¹. Representam também a força necessária para extrapolar da família este conjunto de boas relações que variam de sociedade para sociedade. Quanto maior a área da verdade, maior será a força do grupo para extrapolar estes valores, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de boas relações intergrupos.

Figura 9 Dinâmica de Fukuyama(2002)



Inspirado no Pensamento de Fukuyama(2002)

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Fukuyama sustenta que, em alguns casos, ocorre uma relação inversa. As relações no plano intergrupar ficam mais fracas que as relações no plano intragrupal, ou seja, dentro dos grupos é forte o sentido cooperativo, como dentro de famílias, e fora dele reina a desconfiança, uma confiança menor ou uma anticonfiança, como é o caso da América Latina, onde as famílias são fortes e coesas, mas não há confiança fora dos grupos.

³¹ Entenda-se relações boas como aquelas carregadas de valores favoráveis ao fortalecimento da solidariedade e cooperação intergrupos.

Fukuyama (2002) menciona, além da formação espontânea de relações sociais intra e intergrupais, outra possibilidade, a de serem formados grupos bem sólidos e com resultados sociais relevantes consideráveis onde não exista o capital social conforme definido anteriormente, bastando, para isto, que o estado construa um conjunto do que ele chama de mecanismos de cooperação formais³² (MCFs.). Neste caso o custo do controle³³ seria elevado na medida exata da necessidade de obtê-lo, diferentemente da situação em que a própria sociedade se organiza com base em preceitos auto aplicados e difundidos através de relações de confiança, honestidade e cooperação mútua.

Ressalta Fukuyama (2003) que as vantagens do capital social vão além da esfera econômica, sendo vitais para a formação e o desenvolvimento de uma sociedade sadia, porque o Ks. reforça os laços entre grupos e sociedades que estão entre a família e o Estado, dando mais consistência, penso eu, à malha social intergrupar. Entretanto, diz ele, parece haver um certo grau de obsolescência do capital social, pois um determinado estoque que produziu um certo resultado em um determinado momento pode não ser suficiente em outro momento. Ou seja, precisa ser realimentado, estimulado cuidadosa e continuamente.

Isto pode ser entendido porque o Capital social – Ks não é uma entidade física, mas sim um ambiente, um momento que se realimenta das relações inter e intragrupos. Quanto mais intensas as relações positivas entre as redes de comunicação, mais reforçado é o Ks e maior é a sua energia potencial para polarizar a implementação de políticas públicas exitosas. A Figura 10 apresenta uma abstração conceitual da visão de Fukuyama.

Figura 10 Dinâmica de Fukuyama



Inspirado na Visão de Fukuyama (2002)

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

¹ Fase incluída pelo autor

A visão de Fukuyama combina a existência de uma agenda pragmática envolvendo um ambiente onde existe uma certa dose de capital social que resultaria em uma promoção do

³² Por mecanismo de cooperação formal entenda-se quaisquer tipos de contratos, a estrutura hierárquica organizacional, a constituição, quaisquer sistemas legais etc... (Fukuyama, 2002, p. 155-157).

³³ Por custos de controle entenda-se os de monitoramento, contratação, apreciação e cumprimento de acordos formais. (Fukuyama, 2002, p. 155-157).

crescimento e para a mitigação da pobreza, corroborando a posição de Uphoff (2003) sobre a abordagem tautológica do conceito de Ks, quando afirma ser necessário abordar de forma prática e/ou empírica o conceito.

A sua inclusão em agendas operacionais ou de nível tático nos planejamentos de políticas públicas, com certeza, contribuirá para facilitar tanto a sua medição como as possibilidades de inseri-lo nos contextos operacionais das políticas públicas como mais um instrumento de planejamento. Ou seja, saber previamente os níveis de capital social de determinada comunidade ou grupo social antes de iniciar a implementação de uma política pública é positivo, pois quem tenha níveis elevados levará vantagem na operacionalização de projetos de governo.

Como outros autores já citados, Fukuyama não traz clara em sua concepção a idéia de realimentação, o que é falho, a meu ver, já que o processo de realimentação como base do enfoque sistêmico é inevitável no ambiente social, pois irá contribuir para aumentar a *confiança sistêmica*³⁴ e, por isto, foi incluído na Figura 11. A realimentação também é a base da reciprocidade interpessoal e intergrupar.

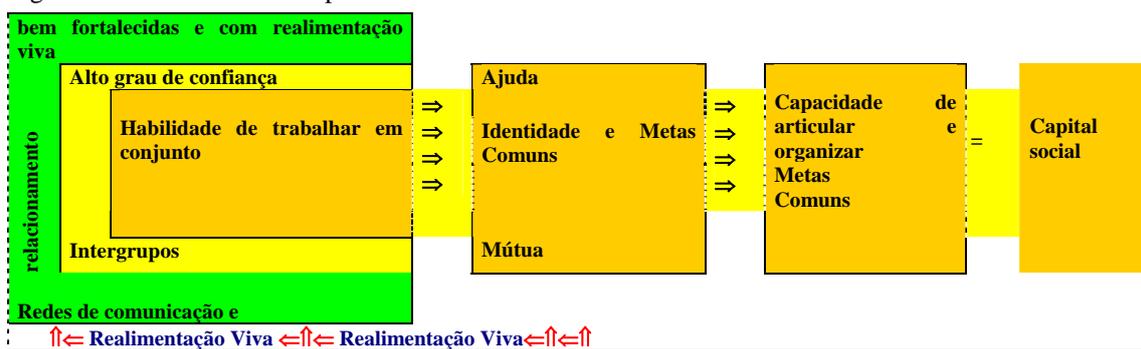
Ocampo (2003) reforça o entendimento de Fukuyama quanto ao capital social, definindo-o como sendo um conjunto de relações sociais cheias de atitudes de confiança e de comportamentos cooperativos e de reciprocidade. A partir deste entendimento, Ocampo busca centrar o entendimento deste tema na direção de dois eixos principais e complementares: a busca de um equilíbrio entre mercado e interesse público; e a concepção de políticas públicas com formas de ação em favor de objetivos de interesse comum, não se limitando a ações estatais.

Explica Ocampo (id) que a matéria prima para a construção do capital social existe em qualquer sociedade com as devidas adaptações e especificidades culturais e que esta matéria prima seria: a habilidade de trabalhar em conjunto, a ajuda mútua baseada em identidade e metas comuns e a capacidade de articular organizações para atingir certas metas comuns. Cabe ressaltar que a variável “habilidade de trabalhar em conjunto” depende substancialmente da existência de: (i) alto grau de confiança intergrupo; e (ii) de redes de comunicação e relacionamento bem fortalecidas e com realimentação viva³⁵. A Figura 11 apresenta uma abstração da visão de Ocampo.

³⁴ Por confiança sistêmica entenda-se a confiança gerada dentro do sistema ou do grupo através de realimentação externa.

³⁵ Entendo como realimentação viva a homeostase não sinérgica, aquela que está constantemente mudando e se aprimorando com vistas a alterar situações anteriores e agregar valor sempre superior ao anteriormente alocado ao fluxo dinâmico da interação.

Figura 11 Dinâmica de Ocampo



Inspirado na Visão de Ocampo (2002)

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A concepção de Ocampo, diferentemente da de Fukuyama, contempla a realimentação sistêmica, ou realimentação ativa, ou viva como ele próprio chamou, e foi, por isto, incluída por mim. Entretanto, a existência de capital social é segmentada e, não raro, aparece nos países de forma desigual tanto regionalmente como inter e intragrupos sociais, a partir de normas culturais informais.

A diminuição dessas desigualdades ou heterogeneidades pode ser minorada, diz ele, desde que se dê ênfase a sistemas econômicos dinâmicos e inclusivos e, em muitos casos, os governos se valham de mecanismos de cooperação formal - MCFs. para criar confiança intergrupala.

Ocampo (id) menciona a importância das Instituições³⁶, para a formulação de marcos integrados de políticas e fala da necessidade da existência de instituições adequadas à condução do processo de desenvolvimento. Ou seja, capacitadas para intervir diretamente nos setores mais pobres da população, para promover sistemas eficazes de coordenação entre as autoridades econômicas e sociais que garantam a incorporação efetiva das prioridades sociais na agenda econômica, e para garantir assim a subordinação do sistema econômico a objetivos

³⁶ De acordo com o Dicionário Eletrônico Houaiss, considera-se Instituição, no campo da Sociologia, cada um dos costumes ou estruturas sociais, estabelecidas por lei ou consuetudinariamente, que vigoram num determinado Estado ou povo estrutura material e humana que serve à realização de ações de interesse social ou coletivo; organização, estabelecimento. Também considera como Instituição, qualquer organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos que visa atender a uma necessidade de dada sociedade ou da comunidade mundial.

No campo do Direito civil, considera Instituição, qualquer associação, agremiação, corporação ou organização; no do direito político, qualquer forma ou estrutura social constituída pelas leis fundamentais que regem um país ou por seus costumes nacionais e também as próprias leis fundamentais de um país, que estabelecem seu ordenamento político; Para o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, considera-se Instituição o ato de instituir ou criar um estabelecimento, também como a coisa instituída ou estabelecida, as Instituições Legais Associações ou organizações de caráter social, educacional, religioso, filantrópico.

No campo da Sociologia é qualquer estrutura decorrente de necessidades sociais básicas com caráter de relativa permanência e identificação pelo valor de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em Leis. Também chama de Instituições as Leis fundamentais que regem uma sociedade política ou regime, e também o conjunto de estruturas sociais estabelecidas pela tradição, especialmente as relacionadas com a coisa pública.

sociais mais amplos. Isto principalmente, penso eu, no caso de implementação de MCFs. como instrumento auxiliar na aplicação de políticas públicas.

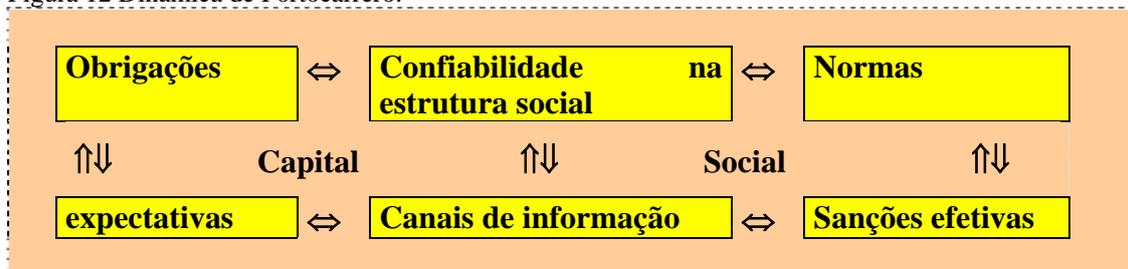
Para os efeitos desejados neste trabalho será considerado como instituição, o “governo federal”. O Estado materializado pelo governo é visto como um ator em potencial para a indução de desenvolvimento, agindo como um catalisador ou potencializador de ingredientes do capital social, a partir da geração de confiança, reciprocidade e formação de redes, além de contribuir na organização de instituições fortes.

Durston (2003, p. 151) discute sobre a possibilidade de fazer duas leituras do conceito de capital social. A dos que vêem o capital social como atributo de indivíduos, expresso em redes de reciprocidade as quais as pessoas têm acesso. E a dos que vêem capital social como um bem de grupos ou estruturas sociais.

Durkeim corrobora esta segunda visão, afirmando que aos indivíduos seguem as normas e definições da sociedade. Durston (2003, p. 159-160) amplia esta visão para mais quatro conceitos, incluindo as classificações de: (1) capital social comunitário; (2) capital social de ponte; (3) capital social de escada; e (4) capital social societal.

Estas visões de Durston podem ser complementadas com a compreensão da visão de Portocarrero (2003) que conclui sobre a semelhança da visão de Putnam e de Coleman. A Figura 12 apresenta uma abstração da síntese das duas visões.

Figura 12 Dinâmica de Portocarrero.



Inspirado na Visão de Portocarrero

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

O esquema da Figura 12 apresenta algumas relações sociais, a partir da visão de Portocarrero, que podem ajudar a construir o corpo de uma definição sobre o capital social: obrigações; expectativas; confiabilidade da estrutura social; canais de informação; e normas e sanções efetivas. Esta visão de Portocarrero bem pode ser estendida para ampliar o pensamento de Durston sobre as diversas formas de capital social, uma vez que estas podem permear todas as situações mostradas por aquele e por todos os teóricos.

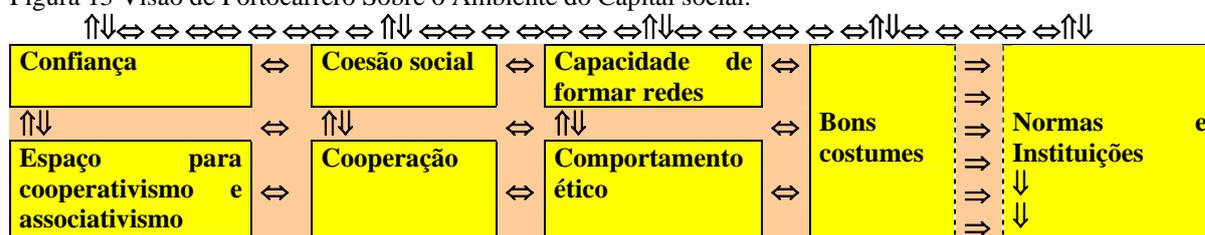
É claro que as definições, tanto do conceito de capital social como das variáveis a ele ligadas, podem parecer vagas, ou até tautológicas, conforme afirmou Uphoff (2003) pela

diversidade e pela amplitude de casos, o que, no entanto não invalida as tentativas de defini-lo.

Portocarrero (2003), entretanto, faz uma crítica a Putnam, extensiva ao trabalho de Fukuyama, assinalando que os dois deixam de lado o componente econômico e político, o que, de uma certa forma, vem sendo excluído em quase todas as visões anteriores, que se cingem à visão social, grupal e de formação de redes de articulação interpessoal e intergruppal³⁷.

A Figura 13 apresenta o ambiente do Capital social na visão de Portocarrero sobre o assunto.

Figura 13 Visão de Portocarrero Sobre o Ambiente do Capital social.



Inspirada na Visão de Portocarrero

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Neste ponto fica claro que Portocarrero concebe capital social como uma dimensão por onde transitam variáveis como confiança; cooperação; capacidade de formação de redes de cooperação; espaço para o cooperativismo e para o associativismo; bons costumes; comportamento ético; coesão social e união em torno de idéias comuns; combinados em uma dinâmica inter-relacional que cria instituições, normas e grupos e suas ligações para objetivos comuns que irão, estas últimas, contribuir de fora do sistema, para o *empowerment* do capital social.³⁸

A partir da visão da maioria dos teóricos, pode-se inferir que a confiança é o principal indicador de capital social, participando de todas as definições ou como criador de bases para formação de redes ou como resultado da formação destas redes, tudo isto a partir das relações intra e intergrupais.

O conceito de capital social abriga, então, uma enorme gama de dimensões e subdimensões que lhe conferem uma abrangência grande, confirmada por Forni (2004, p. 14), que pode se manifestar com maior ou menor intensidade dependendo: (i) do caso em questão;

³⁷ É preciso deixar claro que o processo de estocagem de capital social, por depender de externalidades para a sua ativação, é diversificado e tem bases multidisciplinares, como pode bem demonstrar a questão da sua medição na aplicação de Planos de Estabilização Econômica, absolutamente diferente do processo de medição aplicado em outros casos.

³⁸ Cabe ressaltar aqui que as organizações voltadas para o mal como a Máfia, por exemplo, têm características que as classificariam como portadoras de fortes estoques de capital social, entretanto não farão parte do escopo deste trabalho porque, além de estarem voltadas para o “mal comum”, nelas impera a lei do chefe e não da coletividade.

(ii) do ambiente em análise; (iii) dos grupos envolvidos; (iv) da orientação de eventuais indutores; e (v) do tempo de interação entre eles.

Como se pode observar, diferentemente de todos os outros autores Forni considera o tempo. É claro que considerar o tempo significa implicitamente considerar a possibilidade de realimentação no processo de manifestação maior ou menor do fenômeno de formação de capital social e de relacionamento deste com a implementação de políticas públicas, dentre outras considerações citadas, até porque tratam-se de sistemas abertos.

Fica claro também, a meu juízo, que, dependendo do estoque de Ks existente no ambiente interno e externo, a partir da combinação de todas as variáveis discutidas pelos teóricos já apreciados, como: confiança; capacidade de formar redes; capacidade de interagir e se fazer confiável e de confiar, e componentes de todas as concepções já apresentadas, ficará mais ou menos fácil a inserção de programas de governo em regiões específicas e que como regra, quanto maior o estoque de Ks, maior será a capacidade de absorção destas ações de governo por seus parceiros locais.

Cabe neste ponto deixar claro o conceito de capital social a ser usado nesta pesquisa. Considero capital social como uma dimensão abstrata, latente em determinado momento, fazendo parte dos padrões culturais de cada grupo ou sociedade, porque a vida em grupo pressupõe comportamentos de reciprocidade ou cooperativos inerentes ao processo de formação social.

Esta condição de latência poderá ser perturbada pelo surgimento de fatores que envolvam a necessidade de crescimento ou mesmo de condução de novas atitudes que envolvam as suas variáveis principais; confiança e formação de redes, diretamente ligadas }à existência de solidariedade e cooperação. Assim, no caso da ocorrência destas necessidades o grupo se mobilizará para a consecução de seus objetivos comuns de forma mais ou menos eficiente de acordo com a maturidade da estrutura de seus padrões éticos.

A necessidade de confiar é resultado direto da resposta a esta perturbação. A consecução de objetivos comuns obriga aos grupos sociais a fortalecer os laços de confiança entre si, individuais e grupais. A formação ou fortalecimento das redes interpessoais ou intergrupais passará pela necessidade de confiar no outro, de criar um sentimento de confiança, de perceber a sua existência para conduzir suas tarefas individuais com segurança, sabendo de antemão que pode confiar cegamente no seu companheiro de grupo.

1.4 Experimentos de Mensuração do Capital social

1.4.1 A Experiência em Rajasthán

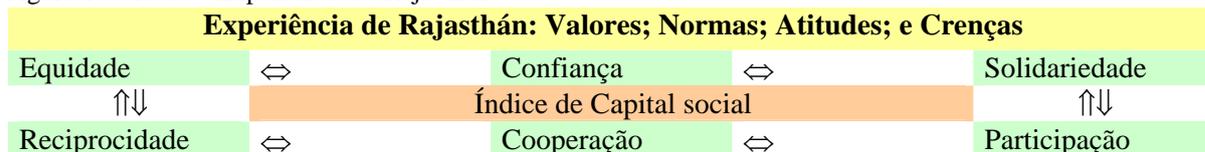
A discussão sobre a medida do nível de capital social se volta para atender o objetivo principal ou geral desta pesquisa. Para Uphoff (2003, p. 130) a grande dificuldade na medição do capital social é que ele não pode ser expresso em termos correntes, como o dinheiro, por exemplo.

Esse autor realizou um estudo baseado em dados sobre 64 aldeias de quatro distritos do Estado de Rajasthán, na Índia, a partir de entrevistas a cerca de 2400 moradores destas aldeias e, deste estudo, resultou um Índice de Capital social convalidado de acordo com as normas e práticas locais. Este índice se baseou em seis elementos que pretenderam refletir a capacidade local de organizar atividades e explicar a ação coletiva e a constatação de sua eficácia se deveu, em parte, a ele estar baseado em realidades locais e relações de foro cultural.

Neste estudo, foram consideradas condições iniciais para classificar o grau de ação coletiva das aldeias em alto, mediano e baixo, a partir de dados relativos a questões de reflorestamento, proteção de terras comuns e outras iniciativas de proteção e desenvolvimento.

Após separar as aldeias segundo este critério, foram escolhidos aleatoriamente 2400 aldeões, com igual número de homens e mulheres, que foram entrevistados com foco em ações coletivas, valores, atitudes e crenças tais como equidade, confiança, solidariedade, reciprocidade, cooperação e participação. Estas seis últimas foram usadas para a construção do índice de Capital social. A Figura 14 apresenta uma visão abstrata da Experiência de Rajasthán.

Figura 14 Visão da Experiência de Rajasthán



Inspirada em Metodologia do Banco mundial

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

O modelo apresenta a dinâmica que envolve a medição do índice de capital social a partir da interação entre critérios que envolveram equidade; confiança; solidariedade; participação; cooperação; e reciprocidade.

O resultado da abordagem empírica em Rajasthán é o índice de capital social que levou em conta as variáveis constantes da Figura 14.³⁹

1.4.2 A Quantificação do Capital social para Fukuyama

Fukuyama (2002: 160) considera o forte conteúdo qualitativo do conceito de Capital social e, por isto apresenta uma forma alternativa de medi-lo a partir da sua ausência. Esta medida teria base na medição de tradicionais indicadores de disfunção social como, por exemplo: níveis de criminalidade; de dissolução familiar; de consumo de drogas; de litígio; de suicídio; de evasão fiscal; etc. É a medição indireta, daí depreende-se a dificuldade em medir capital social. A Figura 15 apresenta a concepção de Fukuyama a partir de variáveis inversas⁴⁰.

Figura 15 Visão da Concepção de Fukuyama Considerando Variáveis Inversas

Capital Social =	Níveis de criminalidade	Níveis de dissolução familiar +	Nível de consumo de drogas +	Níveis de litígios +	Níveis de Suicídio +	Níveis de Evasão Fiscal
-------------------------	--------------------------------	--	-------------------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------------------------

Inspirada em Fukuyama

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

O modelo de Fukuyama apresenta a possibilidade de medição do capital social a partir da prospecção de indicadores de disfunção social, ou seja de medidas indiretas, já que para ele pode ser difícil a sua medição através de indicadores diretos e que os indiretos estariam mais disponíveis que os primeiros.

É preciso que fique claro que, embora não tenha sido mencionado por ele, as variáveis citadas absolutamente não esgotam o rol de possíveis medidas tradicionais de disfunção social - MTDSs na etapa de quantificação da dinâmica da pesquisa. Valerão sempre se apenas abordarmos aspectos da ciência social; entretanto, se estivermos medindo fenômenos

³⁹ Para Uphoff (id), a metodologia de Putnam ficou praticamente inaplicável neste caso: as taxas de votação eram geralmente altas em todas as aldeias; os leitores de periódicos não permitiram diferenciar uma aldeia de outra; a maioria das associações era patrocinada pelo governo; e o conjunto de membros dessas associações não apresentava nenhuma orientação cívica. Este índice, a despeito da observação de Uphoff, foi considerado eficaz como método de predição. O que é plenamente correto, visto que cada experiência de medição de capital social é correlacionada com o fenômeno que se quer medir, assim os padrões de coleta de dados serão ajustados a cada fenômeno, considerando que, embora os fatos sociais sejam, de acordo com a taxonomia durkeimiana, coercitivos, externos e gerais, os objetos são específicos, carecendo assim de tratamento específico.

⁴⁰ Para fins deste estudo considere-se variável inversa a variável que mede atitudes contrárias ao bom viver ao bem comum.

originados por eventos com especificidade científica diversa, os da área econômica, por exemplo, a abordagem inversa ou a visão do Capital social negativo deverá ser extraída a partir de outras fontes disfuncionais diferentes daquelas elencadas em seu artigo: o desemprego, a pobreza, a hiperinflação, conflitos sociais, etc.

1.4.3 A quantificação, aspectos principais para outros teóricos.

Sander (2003) descreve em seu trabalho sobre a construção de capital social, algumas sugestões de métodos efetivos para construir este ativo entre indivíduos e grupos, e este pode ser outro meio indireto para medir os níveis de estoque de capital social, a partir dos mesmos parâmetros usados para criá-los.

Para Sander (2003), capital social não é uma entidade monolítica como é o capital físico como, por exemplo, um liquidificador, uma máquina de lavar roupa, cada uma com sua destinação específica.

E assim pode se apresentar de diversos modos: (i) o de impacto público; (ii) o de impacto privado; (iii) o formal; (iv) o informal; (v) o de *Bridging*; (vi) o de *Bonding*; (vii) o que cria fortes ligações; (viii) o que cria ligações fracas.

A Figura 16 apresenta a visão de Sander e Lowney.

Figura 16 Visão da Concepção de Sander.



Inspirada em Sander e Lowney

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina".

Notas: O chamado *Bonding Social Capital* trabalha com as redes que ligam pessoas ou grupos de pessoas a outras que são inicialmente iguais às primeiras e o chamado *Bridging Social Capital* retrata redes que ligam pessoas a outras com base em clivagens sociais, por exemplo raça, classe ou religião.

O modelo fala por si, retratando as diversas formas ou modos de apresentação do capital social. Destes aspectos, os que mais podem interessar para o presente estudo são os que: (i) criam laços que levam a um viés público como, por exemplo, as associações de pais e mestres, estimulando a membros de uma comunidade a serem mais ativos, os de Impacto Público; (ii) criados por organizações congregando pessoas pagantes e regidas por leis e normas formais, os Formais; (iii) Muitas conexões que se iniciam informalmente depois de

transformam em formais, os Informais; e os que perpassam por diferenças tais como raça, classe ou etnicidade, os de “Bridging”.

Sander e Lowney (2005) fazem uma interessante discussão sobre os instrumentos para criação de capital social, definindo claramente a confiança como sendo o núcleo daquela dimensão. É claro que a formação de redes também é um ingrediente na formação de estoques de capital social, entretanto a confiança é o núcleo, é o “cimento da parede”. A partir da semente de confiança plantada, o ambiente será cada vez mais propício para a reciprocidade e as pessoas passam a fazer pelas outras sem esperar retorno. Esta reciprocidade age como um lubrificante das relações sociais, é a ocasião em que as pessoas fazem pelas outras sem esperar recompensa apenas por saber que podem confiar naquelas outras.

Apresentam uma tipificação de capital social e, nesta abordagem, discutem a questão da motivação, explicando que poucas pessoas formam relações sociais com o propósito explícito de criar capital social, mas sim pela existência de um objetivo comum, dizem eles, por acreditarem que a partir do contato social terão resultados agradáveis, ou pela existência de um problema comunitário que esteja pressionando para solução e, neste caso, por verem um claro benefício ou ameaça ao grupo e também por acreditarem que seu envolvimento pessoal terá impacto na solução deste problema.

Estas redes naturais criadas à base de reciprocidade, cooperação, e não criadas artificialmente por ordenamentos impostos, teriam base nas culturas de cada povo ou organização, reforçadas ao longo do tempo.

Assim, a meu juízo, é possível considerar os grupos de governo como passíveis de conterem capital social, considerando que o capital social focaliza as redes sociais que existem entre nós e o caráter dessas redes, bem como a força de suas ligações e como estas ligações reforçam a confiança e a reciprocidade. Neste sentido, este estoque de confiança pode ser uma base para a criação de um ambiente necessário para um exitoso processo de geração de resultados positivos para a sociedade.

Poder-se-ia considerar a cultura dos componentes de governos, acrescida de doses de confiança que gerariam e reforçariam as redes naturais das próprias organizações que comporiam o capital social desses grupos, uma espécie de senso comum grupal alimentado pelo dia-a-dia e pelas novas formas de comunicação.

Outra forma de medição do capital social pode ser adaptada, a meu ver, a partir da visão de Robison, Siles e Schmid (2003, p. 65), quando trabalham a questão envolvendo os termos de intercâmbio do capital social e abordam as conseqüências gerais da posse do capital social.

Nesta conceituação, são as seguintes as abordagens que podem ser apropriadas para composição do levantamento empírico: (1) ser objeto de sentimentos de solidariedade por parte de pessoas ou grupos; (2) ter acesso a recursos de quem possui capital social em condições mais favoráveis; (3) contar com maior cooperação de pessoas ou grupos; (4) observar uma maior capacidade de intercâmbio e a diminuição do individualismo; (5) observar a diminuição de investimentos em bens individuais e um aumento de investimentos em bens públicos; (6) aumento da disposição para a criação de instituições formais ou não formais, assim como a criação de redes entre essas instituições; (7) observar a possibilidade de existência de discriminação e exclusão de pessoas de fora dos grupos; (8) observar que há disposição para pessoas de um grupo atuarem contra instituições e normas em favor de seus companheiros.

A dimensão capital social pode abrigar diversas subdimensões, tendo como principais: a da confiança; a participação em redes; a reciprocidade; as normas sociais e a pro atividade, no que concorda Sunkel (2003, p. 305).

Para Sunkel (2003, p. 303), especialistas do Banco Mundial reconhecem o potencial da dimensão capital social e vêm investigando de que maneira ele habilita os setores pobres para participar e beneficiar-se do processo de desenvolvimento.

O conceito de capital social foi desenvolvido em sociologia e ciência política para descrever os recursos disponibilizados para indivíduos pela sociedade em forma de redes comunitárias. Em contraste com capital financeiro que reside nas contas bancárias de pessoas ou o capital humano que é materializado pelo investimento na educação e no trabalho de indivíduos, o capital social aparece como importante ativo na estrutura social e na qualidade das relações sociais de indivíduos e grupos sociais.

Bourdieu (1985) afirma que capital social é um agregado de dimensões ou de recursos reais ou potenciais ligados à existência de uma rede duradoura de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de reconhecimento e de conhecimentos mútuos, o que vai ao encontro da definição dada por John Durston (2003) que relaciona capital cultural com capital social em um complexo sistema baseado em três principais condições objetivas: uma material, outra da conduta e outra abstrata. Especificamente com relação ao Capital social ele o coloca na discussão do plano da conduta.

Durston (id) define capital social como o conjunto de certas relações sociais que congregam atitudes de confiança e condutas de reciprocidade e cooperação, tornando possíveis grandes benefícios que não o seriam sem estes ativos e postula quanto à existência de dois tipos de capital social, o individual e o coletivo ou comunitário.

A Figura 17 apresenta uma síntese esquemática da visão de Durston.

Figura 17 Visão Síntese da concepção de Durston sobre KS Individual e Comunitário



Inspirada em Durston

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

O individual pode ser definido como sendo o crédito que uma pessoa pode ter acumulado para usar em momentos de necessidade a partir de pedidos a outras pessoas para as quais tenha prestado favores em outras oportunidades. O comunitário ou coletivo, como apresentado no modelo, pode ser entendido como sendo o conjunto de normas e/ou estruturas que compõem as instituições de cooperação grupal, residindo, não só nas relações interpessoais, mas em sistemas complexos e em suas estruturas normativas com capacidade de gestão e sanção por onde transitem também atitudes de confiança e condutas de reciprocidade e cooperação.

1.4.4 A Quantificação para Putnam

Putnam (2002) aborda a avaliação do desempenho institucional observando o governo representativo, e é o que se pretende fazer neste estudo: compreender o impacto da existência de um determinado estoque de capital social no desempenho das instituições, aí compreendido o governo e sua ação na aplicação de Planos de Estabilização Econômica. É claro que os espaços de aplicação dos PEEs são diferentes daqueles onde foi aplicado o trabalho de Putnam, e por isto a diferenciação será a base concreta do referencial empírico.

O trabalho de avaliação do desempenho governamental de Putnam (2002) se baseou em quatro quesitos: (i) dever ser abrangente; (ii) dever ser internamente coerente; (iii) ser confiável; (iv) ter que corresponder aos objetivos e aos critérios dos protagonistas e dos membros da instituição.

O autor considerou, em seu estudo, as seguintes dimensões para a abordagem empírica: (i) a continuidade administrativa; (ii) as deliberações sobre as políticas; e (iii) a implementação das políticas. Ressaltando que a eficácia de uma instituição depende, principalmente, de sua capacidade de bem conduzir seus elementos internos, tais como: a

estabilidade do aparato decisório; a efetividade de seu processo orçamentário; ou mesmo a eficácia de seus sistemas de informações administrativas.

Todo o seu esforço foi direcionado para avaliar os produtos e não seus resultados, como por exemplo: os serviços de saúde e não as taxas de mortalidade; a política ambiental e não as taxas de poluição do ar; os programas de desenvolvimento econômico e não os lucros das empresas. Ele explica que a saúde, a qualidade do ar e os lucros são importantes, mas que os excluiu porque os resultados sociais são influenciados por muitas causas além dos governos.

Assim, Putnam se baseou em doze indicadores abrangendo as três dimensões abordadas: estabilidade do gabinete; presteza orçamentária; serviços estatísticos e de informação; legislação reformadora; inovação legislativa; creches; clínicas familiares; instrumentos de política industrial; capacidade de efetuar gastos na agricultura; gastos com a unidade sanitária local; e sensibilidade da burocracia.

O estudo de Putnam (2002) foi iniciado em um ambiente de descrença quanto à coerência da sua validade, devido às: imprecisões na mensuração; diferenças nas prioridades regionais; e múltiplas influências exercidas em cada uma das atividades institucionais. No entanto, após a coleta e análise dos dados, observou a existência de coerência nos doze indicadores escolhidos.

Os resultados mostraram que não havia aderência entre qualquer categoria sociológica com o desempenho institucional. Não foram encontradas diferenças entre letrados e iletrados, ricos e pobres, população urbana e rural, fazendeiros e donas de casa, empresários e trabalhadores, homens e mulheres, e jovens ou idosos.

1.5 As Instituições⁴¹: Organizações governamentais

Dadas as características do capital social já discutidas e a sua capacidade de emergir de grupos e conviver com eles e entre eles, é possível considerar, dentro da classificação de Sander, chamada de Formal, a subparcela onde apareceria um conjunto de construtores de políticas públicas ao qual chamaríamos de subgrupo “Capital social Governamental – Ksg” e dele extrair as respostas a partir da abordagem empírica.

Esta possibilidade foi levantada por Durston (2003: p. 151) quando ele sustentou que as definições de capital social podem dividir-se entre aquelas que os autores consideram

⁴¹ Para os fins deste trabalho entenda-se Instituições como o Governo Federal, a partir da compreensão já explicitada anteriormente.

atributos de indivíduos, expressos em redes de reciprocidade, e atributos de estruturas sociais que vão além das individuais, cobrindo formas coletivas de capital social, propriedades de comunidades, classes e sociedades inteiras e acrescenta que esta dualidade se reflete em quem controla o ativo e que se beneficia de seus resultados. Assim, fica reforçada a idéia de que há um ativo de capital social ligado intrinsecamente ao Estado, mais especificamente ao grupo governante, o Ksg. Durston (2003, p. 186-196) afirma, a partir de uma visão de Putnam, que a teoria do capital social se vale da base conceitual do *empowerment*⁴².

O envolvimento do grupo do governo com a geração de padrões sociais mais justos, requer uma análise estreita sobre a participação e a inserção da sociedade no processo de elaboração e concepção das políticas públicas, o chamado “planejamento participativo”. O capital social contribui diretamente para o *empowerment* dos laços que conectam governo federal, estadual e local, no caso do Brasil, e do grupo beneficiado pelas políticas construídas a partir desta concepção, a própria sociedade.

Figueras (2003, p. 257) afirma, citando Collier, que o aporte de ativos sociais⁴³ recai principalmente sobre o Estado porque as necessidades básicas dos pobres, sejam sociais, econômicas ou políticas tendem a ser bens públicos ou semipúblicos e, como tal, merecem ser tratados. Neste caso, o Estado deveria garantir, dentre outros, a segurança jurídica da propriedade e dos contratos, a autonomia e a legalidade das organizações e associações civis e os marcos para a resolução de conflitos. É a este conjunto de ativos que Collier chama de capital social governamental, reforçando a visão de Durston e querendo dizer que estes ativos habilitam ou promovem a ação coletiva de grupos sociais.

Esta visão corrobora o pensamento de Figueras (2003, p. 257) que enfatiza o papel do Estado como uma fonte essencial de recursos necessários para impulsionar o capital social dos pobres e dar o salto qualitativo para o desenvolvimento. Diz, inclusive, que como principal provedor de bens públicos, poderá apoiar atividades reforçadoras de competências na educação e aprimorar sistemas ligados à saúde, além de acompanhar os processos de desenvolvimento com seus conhecimentos técnicos e investimentos sociais; fortalecer as organizações mediante a normalização de atividades; além de criar um clima de confiança por meio da transparência de seus atos e a prestação pública de contas.

Baquero (2005) pergunta o motivo pelo qual a dimensão institucional não consegue explicar porque, embora existindo regras e normas explícitas, o Estado não consegue

⁴² Na estratégia social o *empowerment* é um processo seletivo consciente e intencional, que tem como propósito a igualação de oportunidades entre atores sociais visando transformar excluídos em atores.

⁴³ Por ativos sociais entenda-se, ou conjunto de recursos que habilitam ou promovem a ação coletiva de grupos de base.

implementar determinadas políticas públicas e levanta uma hipótese de que, neste caso, o que falta é a confiança das pessoas nas instituições e, muito mais, nas regras em que elas se baseiam. Diz ele, que esta sinergia de fatores tem gerado uma realidade a partir da qual se observa um ambiente no qual parece ter sido institucionalizada uma sociedade não prevista pelo “paradigma clássico da ação coletiva”. Ou seja, está cada vez mais difícil a solução de problemas de caráter coletivo a partir de bases éticas como: solidariedade, fortalecimento dos laços sociais e de confiança recíproca, ingredientes básicos do capital social.

Durston (2003) afirma que uma postura do Estado frente a movimentos sociais pode gerar reforço na relação destes com os níveis local e nacional aumentando a força do capital social nestes níveis. Explica que esta postura pro ativa deverá incluir a incorporação de novos atores em negociações de projetos nacionais para evitar a sobrecarga das demandas e o conseqüente aumento do clientelismo e de uma democratização incompleta. Fala explicitamente do papel do Estado na geração e no *improvement* de estoques de capital social, agindo como catalisador intergrupar com vistas a aumentar o capital social existente e criar novos focos de KS em grupos específicos.

1.6 Capital social e Planos de Estabilização Econômica no Brasil e na Argentina.

A despeito de várias visões indicando o capital social como componente de um ambiente abstrato, o Banco Mundial o considera um componente concreto, um ingrediente real no processo de aplicação e operacionalização de políticas públicas.

Ocampo (2003) cita o documento estratégico “Equidad, Desarrollo y ciudadanía” , com base nas reflexões cepalinas sobre o assunto, reforçando a necessidade de abordar de forma abrangente a questão da estabilidade econômica.

Destaca também a necessidade de serem construídos marcos integrados de políticas públicas abrangendo aspectos sociais, além dos econômicos, especificando que o sistema econômico deve estar subordinado a objetivos sociais mais amplos do que unicamente o bem estar das sociedades e, neste caso, norteado por sentimentos de identificação com propósitos coletivos e pela necessidade de criar redes de solidariedade.

As redes remetem diretamente ao caminho que deve seguir a sociedade em direção a padrões de vida mais dignos, já que parece que um dos motivos do subdesenvolvimento é a fragilização das redes de coesão social, diz Ocampo (2003).

Afirma Ocampo (ib), citando Durston, que se o Estado se limita a aportar recursos através das redes oficiais, mesmo que com o nome de capital social, estes recursos serão

canalizados para relações informais e para o clientelismo passivo. Defende que, neste caso, o Estado deverá ter um papel muito mais proativo, acompanhando a operacionalidade de organizações ou associações criadas a partir de suas políticas, em seus primeiros anos de atividade.

Neste caso, acredito que o concurso do Estado, tanto como criador de capital social ou como de fomentador de suas bases, é fundamental para qualquer processo de aprimoramento social, principalmente quando concebe e opera políticas de estabilização econômica.

Parece que a falta de bases voltadas para o contexto social tem sido o principal erro do rol de políticas governamentais. Corrobora este pensamento Fukuyama (2003), acrescentando que a capacidade de implementar políticas liberalizantes pressupõe a existência de um Estado competente, poderoso e efetivo aliado a instituições fortes voltadas para operar mudanças em políticas e predisposições culturais, tanto de seu corpo como de quem as recebe.

Fukuyama (2003) afirma que qualquer política pública que venha a ser aplicada deverá sê-lo por um Estado pequeno, porém poderoso, que tenha capacidade de universalizar procedimentos e criar capital social nos ambientes submetidos às suas ações desenvolvimentistas. Dentro desta dimensão de poder de um Estado, deverá ser agregada a sua capacidade de adquirir ou concentrar doses sólidas de confiança, ingrediente básico e fundamental do processo de estocagem do capital social.

Para isto, diz Fukuyama (2003), é necessário o concurso de um conjunto adequado de instituições para o processo de desenvolvimento, tal como a lei, um sistema de tribunais comerciais que teriam capacidade de estabelecer apenações para as disfunções relacionais originadas dentro do contexto da confiança e da formação de redes. Esta seria um papel do estado para manutenção de estoques de capital social, além de fomentá-los.

Diz também que, embora as instituições possam mudar, os valores culturais são muito mais difíceis de sê-lo e, daí, depreende-se que uma sociedade com valores culturais sólidos e bem amalgamados teria, a princípio, mais bases para a operacionalização de projetos de desenvolvimento por ter mais capacidade de gerar altos níveis de capital social intra e inter grupal. Isto reforça a relação entre cultura e instituições, muito mais complexa do que possa aparentar, independentemente de qual delas seja considerada a variável independente.

A hipótese norteadora deste trabalho é a existência de relação entre a variável dependente Sentimento de Confiança nos dois países e os resultados da implementação dos planos de estabilização econômica materializados pelas seguintes variáveis independentes: Índice de preços ao Consumidor Amplo (representando a Inflação no Brasil e na Argentina); Taxa Selic (que representa a relação do governo com o mercado a partir da liquidação de

créditos e da venda de títulos do governo, por conseguinte a confiança interna do mercado no governo do Brasil); o Índice do Custo de Vida (que também representa Inflação no Brasil); a Taxa de Criminalidade (no Brasil); o Desemprego Aberto (no Brasil e na Argentina); e as Greves (no Brasil); a Violência sócio-política (na Argentina); e os Conflitos Laborais (na Argentina).

Será considerado capital social de governo para esta pesquisa como sendo o resultado do concurso de atitudes, ações e iniciativas visando criar no grupo de governo que esteja implementando determinada política pública um determinado estoque de confiança materializado pela percepção deste sentimento pela sociedade que, *in fine*, receberá os frutos desta política pública.

A subdimensão do capital social considerada nesta pesquisa foi a confiança, intergrupala e interpessoal. A confiança intergrupala considerada para a presente pesquisa se deu entre os grupos que operacionalizaram os respectivos planos e os grupos sociais, e a interpessoal foi operada entre os componentes de cada grupo.

Ressalte-se também a dimensão considerada da participação do Estado na criação de estoques de sentimento de confiança na sociedade a partir da implementação de planos de estabilização econômica que seriam políticas públicas voltadas para o bem comum, justificando assim a intervenção do Estado como criador de capital social conforme afirmou John Durston.

CAPÍTULO 2

Uma breve comparação dos contextos brasileiro e argentino por ocasião da implementação dos Planos Real e Conversibilidade

O objetivo deste Capítulo é descrever a dinâmica que envolveu a operacionalização dos Planos Real e Cavallo a partir de um foco que permita conectar a questão econômica centralizada na inflação nos anos 1990, com a questão social, centralizada nos aspectos que envolvem a variável Sentimento de Confiança. O Quadro 2 apresenta uma cronologia dos principais eventos dos dois planos, o Plano Real e o Plano Cavallo.

Quadro 2 Cronologia dos Principais Eventos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina (1989-1999)

B r a s i l	A r g e n t i n a
1989 - Plano Verão executado para conter a inflação. Criado o Cruzado Novo. Fernando Collor de Mello vence Luiz Inácio Lula da Silva na primeira eleição direta para presidente depois do fim do regime militar. Já em curso, mas desacelerado, um programa de privatização de estatais.	1989 - Carlos Menem vence as eleições e substitui Raúl Alfonsín que deixa o mandato antes de completá-lo em meio a uma inflação acumulada ao ano de 3.079%. Inicia-se severo processo de privatização de estatais e serviços públicos. Argentinos elegem Menem por dois fracassos de Alfonsín: o Plano Austral depois copiado pelo Brasil no Plano Cruzado e a política militar, a partir da Semana Santa onde ocorreram diversas insurreições e motins.
1990 - Posse de Collor e implementação do Plano Collor que congelou todos os ativos e depósitos bancários, impondo severas restrições às movimentações financeiras. O padrão cruzeiro é restabelecido e é lançado o Programa Nacional de Desestatização, como uma continuação do que já vinha sendo executado, mas agora com força total.	1990 - A inflação argentina continua elevada, cerca de 2.314% acumulados anuais e se inicia maciça privatização de serviços públicos. Menem inicia seu governo sem projeto de estabilização e sem Domingo Cavallo que chega depois. Melhora da arrecadação tributária e das contas públicas.
1991 - Assinado o Tratado de Assunção pela Argentina, Brasil e Paraguai, criando o Mercosul, para vigorar a partir de um de janeiro de 1995. Criada a Força Sindical, rival da CUT.	1991 - Domingo Cavallo assume o Ministério da Economia, estabelece a paridade peso - Dólar em um ambiente de renitente inflação. A inflação cai. O peronismo vence as eleições na maioria das províncias e na Câmara dos Deputados. Aumento de 10 % do PBI em relação ao ano anterior.
1992 - Impeachment de Fernando Collor ocasionado por denúncias de corrupção. Assuma a presidência Itamar Franco e um plebiscito confirma o presidencialismo no Brasil. Realiza-se a ECO-92 no Rio de Janeiro ainda sob o comando de Fernando Collor de Mello	1992 - Continua acelerado o programa de privatizações de empresas estatais e serviços públicos tendo como principal ato a privatização da estatal YPF – Yacimientos Petrolíferos Fiscales. Ocorre atentado contra a Embaixada de Israel em Buenos Aires. Ocorre o milagre argentino, nos anos que se seguiram o PBI cresceu cerca de 6% ao ano. Menem consegue renegociar a dívida externa.
1993 - Fernando Henrique assume a pasta da economia no Governo Itamar Franco e toma medidas para estabilizar a moeda. É lançado o Plano PAI- Plano de Ação Imediata (saneamento dos bancos dos estados; aumento do controle e fiscalização sobre os bancos estatais; revisão da receita pública). A moeda passa a se chamar de Cruzeiro Real.	1993 - O peronismo vence amplamente nas eleições legislativas nacionais. Ocorre a renegociação da dívida nas bases do Plano Brady ¹ . Foi assinado o Pacto de Olivos que permitiu a reeleição de Menem em 1995, dentre outras ações.
1994 - Em julho é lançado o Plano Real visando controlar a inflação e estabilizar a economia. A nova moeda o Real aproxima-se do valor do dólar, superando-o em determinados momentos do início da sua implantação. Cresce a ocupação de terras por parte do MST. Ocorre a primeira cúpula das Américas em Miami e Clinton propõe a criação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. Foi assinado o Protocolo de Ouro Preto adicional ao Tratado de Assunção, definindo a estrutura do Mercosul para uma segunda rodada de negociações. Fernando Henrique vence as eleições. Privatizações são aceleradas. Eleva-se a taxa de juros e são facilitadas as importações.	1994 - Ocorre a reforma da Constituição depois de um acordo entre Menem e Alfonsín que possibilita a reeleição de Menem para um novo mandato reduzido de seis para quatro anos. Conta corrente do balanço de pagamentos registrou um déficit de 16.000 milhões de dólares. Ao fim de 1994 a dívida externa alcançou 86.000 milhões de dólares, quase 50% a mais do que em 1991. Estado nacional entra em colapso, devido à transferência de funções da área de educação, da saúde e outras para as províncias. Estavam concluídas as privatizações. A taxa de desemprego aberto atinge 10% da PEA. A taxa de desemprego com a de subemprego continuam a subir até cerca de 30% da PEA.
1995 - Fernando Henrique toma posse. São aprovadas emendas constitucionais quebrando o monopólio estatal nas áreas de telecomunicações e petróleo, Criado o Programa Comunidade Solidária para combater a fome e a miséria.	1995 - Menem vence as eleições com 50% dos votos e inicia seu segundo mandato. A conversibilidade resiste aos ataques especulativos do efeito tequila, mas o índice de desemprego chega a 18,4%. Menem se reelege por ter resolvido o problema da instabilidade monetária.
1996 - Aprovada a Lei do Rito Sumário para desapropriar terras improdutivas. Aprovada pelo Congresso a criação do Fundo de desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Neste ano o país apresenta um elevado desequilíbrio na distribuição de renda: segundo a ONU em 1996 a renda da população brasileira com mais recursos, cerca de 10% é cerca de 30 vezes superior a dos mais desfavorecidos, 40% da população.	1996 - Cavallo renuncia, mas persiste a conversibilidade. Neste momento a inflação anual é de 0,1%. Como resultado da reforma da Constituição, ocorrem as primeiras eleições diretas para chefe de governo de Buenos Aires, vencidas por Fernando de la Rúa.

¹ Plano Brady, assim chamado em deferência ao Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, que o anunciou em março de 1989. Teve como elemento essencial à renovação da dívida objeto de reestruturação, mediante a troca por bônus de emissão do governo do país devedor, que contemplam abatimento do encargo da dívida, seja sob a forma de redução do seu principal, seja por alívio na carga de juros. No caso brasileiro, o acordo firmado em abril de 1994 referia-se apenas à parte da dívida do setor público com bancos comerciais estrangeiros.

O desconto efetivo associado ao acordo foi de 7,6% do valor da dívida afetada pelo acordo. <http://www.bcb.gov.br/glossario.asp>

Quadro 2 Cronologia dos Principais Eventos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina (1989-1999) (continuação)

1997 - Foi aprovada a emenda constitucional prevendo a possibilidade de reeleição para presidente, governadores e Prefeitos. Foi lançado o Programa de reestruturação da dívida dos Estados federados.	1997 - Eleições para a Câmara dos Deputados. Renovação parlamentar de outubro, se elegem os radicais.
1998 - Lançado o Programa de Estabilidade Macroeconômica - PEM, em outubro de 1998, com três pilares fundamentais: aprofundamento do programa de consolidação fiscal; política monetária baseada em metas inflacionárias e progressos adicionais na reestruturação da economia. O PEM visava reverter o déficit nas contas públicas	1998 - Recuperação dos níveis de atividade relativos ao efeito tequila, mas persistem os direcionamentos neoliberais e também o aprofundamento do quadro de recessão e desemprego. O campo social a classe média é apenas por não poder arcar com a alta das tarifas públicas submetidas às forças de mercado pela privatização.
1999 - Livre flutuação do câmbio e redução das taxas de juros domésticas	1999 - Menem tenta reeleição, mas não há mais ambiente, a desocupação e o subemprego chegam a níveis de 30%. Os salários estão agora abaixo dos níveis de 1989 e os índices de indigência e pobreza e a prestação de bens públicos como educação, saúde absolutamente deteriorados.

Fontes: (FERRER, 2004); (FAUSTO E DEVOTO, 2001); Pennaforte, [2000]; Broda (2006); e Banco Central do Brasil – Departamento Econômico.

A base contextual deste Capítulo foi uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

2.1 O Plano Real e a sua conexão com o sentimento de confiança

Na década de 1990 os mercados financeiros dos países latino-americanos, especificamente os do Brasil e da Argentina, fragilizados por uma década anterior que teve como ponto comum a deterioração de suas economias, foram alvo de profundas transformações originadas por comportamentos dos mercados internacionais e regionais, o que provocou ações semelhantes de seus governos no sentido de reordená-los (ARIAS, 1999).

Dentre essas ações, pode ser citada a orientação comum quanto à abertura dos mercados e à desregulamentação estatal, a partir de políticas públicas que tiveram como base a limitação dos elementos de controle e intervenção pública que visavam, tanto no Brasil como na Argentina, de forma pouco diferenciada, a estabilidade econômica.

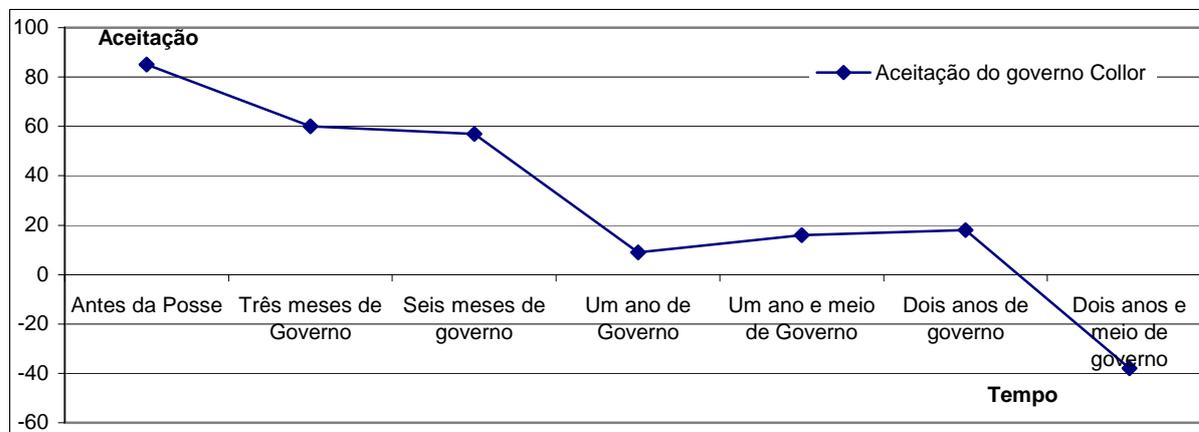
Os governos do Brasil e da Argentina se encaixam dentro deste contexto, pois cada um, a seu modo, tentou corrigir seus rumos, experimentando receitas prontas do Consenso de Washington. Ao longo do tempo, embora tenham criado culturas de estabilização e meios para seu aprimoramento, essas receitas se mostraram carentes de ajustes devido aos resultados secundários que geraram: desemprego, estagnação econômica e alterações no plano social e político.

Na década de 1980, caracterizada por fortes divergências entre ortodoxos e estruturalistas (heterodoxos), ocorrem diversos planos econômicos elaborados sem a preocupação com o déficit fiscal brasileiro, os Planos: Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Nenhum deles logrou sucessos duradouros no que tocava a estabilização.

A partir do governo de Fernando Collor o Brasil experimentou uma grande abertura econômica ao comércio exterior, acompanhada de um processo de privatização. Naquele momento, a inflação, ao mesmo tempo em que provia recursos para o governo financiar seus

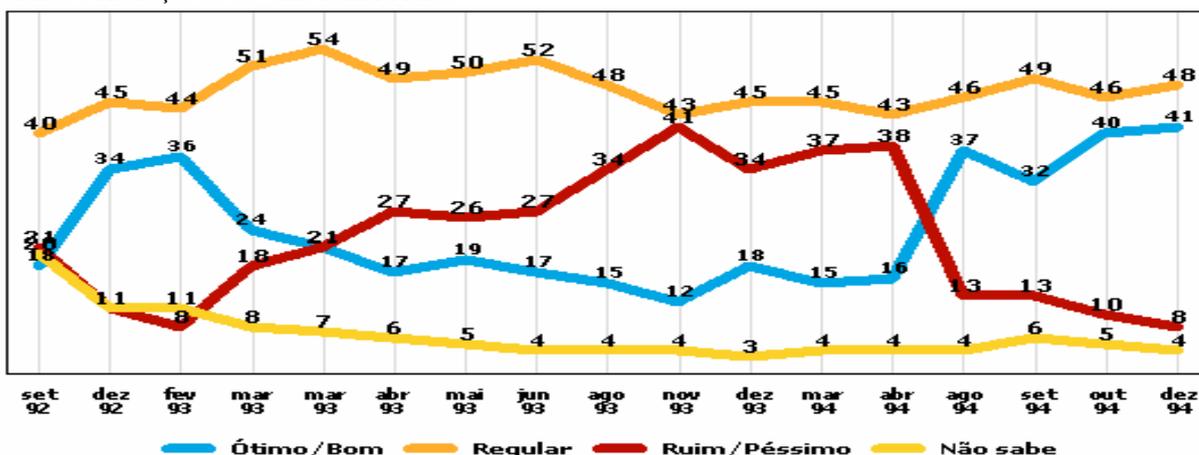
déficits orçamentários, depreciava o valor dos tributos e, portanto, a própria receita pública. Os Gráficos 5 e 6 mostram a evolução da aceitação dos governos Collor e Itamar Franco.

Gráfico 5 Evolução da aceitação do governo Collor



Fonte: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval_pres_1992.shtml Expectativa antes da posse, evolução da avaliação do Governo Collor (Brasil); Estimulada e única. Disponível em, Acesso em 26 de abril de 2006; às 12h30min horas.

Gráfico 6 Aceitação do Governo Itamar Franco



Fonte: Evolução da avaliação do Governo Itamar Franco (Brasil); Estimulada e única. Disponível em http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval_pres_121994.shtml, Acesso em 26 de abril de 2006; às 12h30min horas.

A aceitação de governos é a própria concordância do povo e da sociedade com a gestão da res pública, a anuência de suas atitudes, a aprovação de seus atos administrativos e de suas políticas. Para Martuscelli (2005), especificamente no que toca o campo político e o neoliberalismo, a análise do comportamento político é relevante por evidenciar o nível de aceitação do Governo Collor no seio da sua própria base de apoio eleitoral, permitindo entrever tanto as convergências quanto as tensões entre um e outro.

Especificamente quanto aos resultados das pesquisas apresentados nos Gráficos 5 e 6 os mesmos se referem à avaliação da sociedade quanto ao governo dos dois presidentes.

Como se pode observar a aceitação do governo de Itamar Franco só passa a ter tendência positiva a partir da implementação do Plano Real em 1994, com inversão da tendência decrescente em meados de 1993 quando da implementação do Plano PAI, que

precedeu o Real.

2.2 A Confiança

Para Haddad (2004) o grau de confiança no Brasil é baixo. Considera ele que, externamente ao círculo familiar, profissional e social as pessoas confiam muito pouco umas nas outras e também nas instituições, e esta falta de confiança nas instituições pode ser constatada pela observação da Tabela 1.

Tabela 1 Nível de Confiança nas Instituições Brasileiras

Instituições	1998		1999		2000
	Dezembro	Março	Julho	Outubro	Janeiro
Forças Armadas	3,24	2,88	3,12	2,96	3,20
Imprensa	3,14	2,87	3,02	2,91	3,09
Justiça/Tribunais	2,48	2,16	2,33	2,21	2,42
Governo Federal	2,44	2,09	2,10	1,95	2,24
Polícia	2,35	2,10	2,28	2,24	2,38
Serviço Público	2,31	2,13	2,19	2,14	2,36
Congresso	2,19	1,93	2,05	1,90	2,12

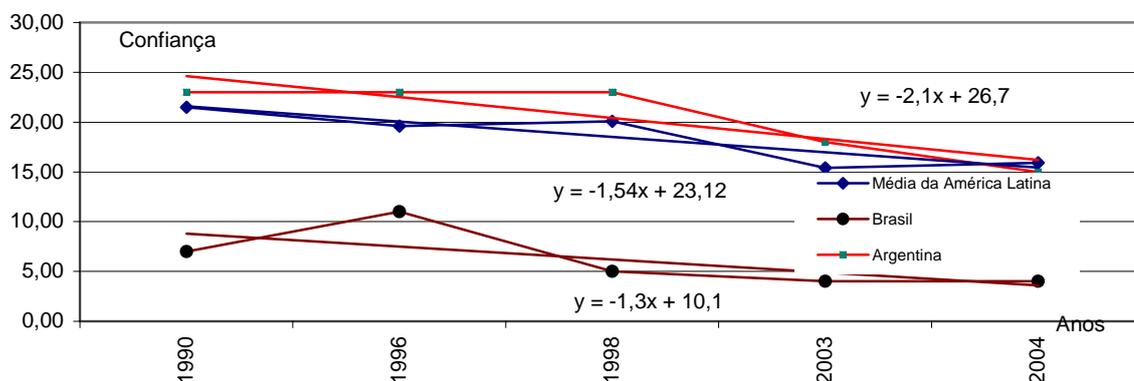
Fonte: Pesquisa de Opinião Pública nacional: CNT – SENSUS - Rodada 22. O país, o cidadão e as instituições, janeiro de 2000.

Nota Média das notas

A partir da observação da Tabela 1, pode-se depreender que a partir do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso a tendência média do nível de confiança foi decrescente.

No caso específico da Argentina, do Brasil e da América Latina, o Gráfico 7 bem apresenta o comportamento comparativo da variável confiança entre 1990 e 2004.

Gráfico 7 Comportamento da Confiança na América Latina, Brasil e Argentina (1990-1996-1998-2003-2004)



Fonte: Latinobarómetro, excepto 1990: Encuesta Mundial de Valores; Disponível em <http://www.cambiocultural.com.ar/investigacion/confianza3.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2006
Compilação e Plotagem: o autor

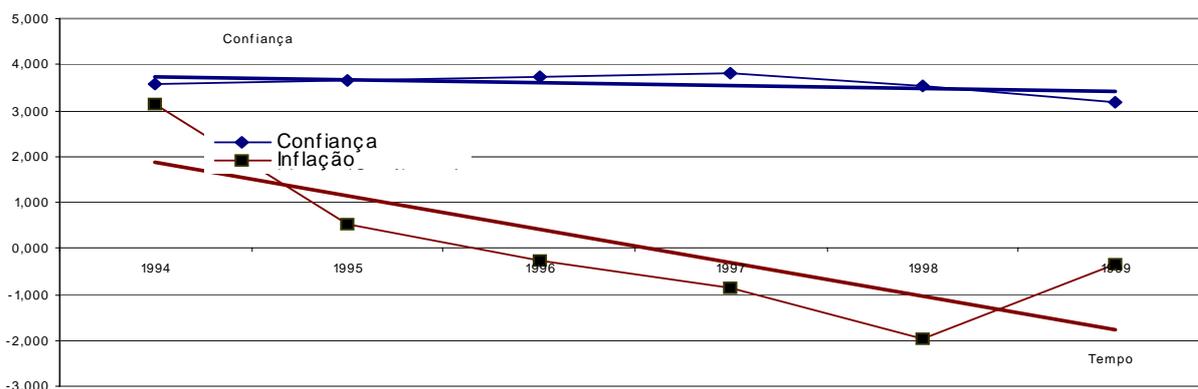
Pode-se depreender que sob o aspecto da confiança interpessoal no Brasil fica bem

abaixo, tanto da média da América Latina, quanto da Argentina que, neste período está acima dos dois em média de confiança. Esta falta ou escassez de confiança no nosso caso pode ter sido responsável pela forte Realimentação do processo inflacionário no período pré-Real.

Uma outra abordagem, que relaciona a desconfiança política a mudanças culturais amplas, encontra seu melhor exemplo na teoria da mudança intergeracional de valores de Ronald Inglehart (1997). Este autor sustenta que o declínio da confiança em “todos os tipos de autoridade tradicional” deve-se a mudanças culturais associadas com processos de modernização e pós-modernização. Esta visão, de certa forma, ilumina o presente estudo de forma bem justa.

Para Inglehart (1997), os cidadãos que cresceram em sociedades que passaram por crescimento econômico significativo, em particular depois da Segunda Guerra, “avaliam seus líderes e suas instituições por padrões mais exigentes do que no passado” (INGLEHART, id. p. 295). O Gráfico 8 apresenta o comportamento da Taxa de Inflação e do sentimento de Confiança nos primeiros anos do Plano Real.

Gráfico 8 Comportamento do Sentimento de Confiança e da Taxa de Inflação de 1994 a 1999.



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Planos de Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo – Compilação e Montagem: o autor”.

Da análise do Gráfico 8 depreende-se que a inflação cai, mas a confiança, que deveria intuitivamente subir, na mesma proporção, cai também, mas com uma intensidade muito menor, o que denota claramente um processo de estocagem por parte do governo, desta última grandeza, ou seja, fica mais do que vai.

A Tabela 2 apresenta Confiança interpessoal na Argentina, no Brasil e na América Latina.

Tabela 2 Confiança interpessoal na Argentina, no Brasil e na América Latina (%)

País	1990	1996	1998	2003	2004
Argentina	23	23	23	18	15
Brasil	7	11	5	4	4
América Latina	--	20	21	17	16

Fontes: Latinobarómetro, excepto 1990 y Encuesta Mundial de Valores; Disponível em <http://www.cambiocultural.com.ar/investigacion/confianza3.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2006

Da análise da Tabela 2 depreende-se a grande diferença entre os níveis de confiança entre o Brasil, a Argentina e da própria América Latina que retrata um quadro de grandes diferenças entre níveis de confiança em ambientes democráticos.

O modelo conceitual desta pesquisa pretende que um governo que vá adquirindo determinado estoque de confiança com o tempo, confiança esta depositada pela sociedade, terá, cada vez mais, força para implementar políticas públicas invasivas, ou seja, aquelas que modificam substancialmente a vida social, fazendo ou impondo sacrifícios em busca de um resultado virtuoso ulterior.

Os cinco primeiros anos do Plano Real foram de grande entusiasmo e serviram, de certa forma, para incutir na mente dos brasileiros a possibilidade de existência de um ambiente sem inflação.

2.3 A Confiança e o Plano Real

O caminho seguido pelo grupo que concebeu e operacionalizou o Plano REAL foi cheio de dificuldades, permeado por crises externas e até diferenças de pontos de vista dentro do próprio grupo e desconfianças por parte do próprio Presidente da República que, inicialmente, preferiria que tivesse sido escolhida novamente a saída do congelamento de preços e salários.

Duas principais linhas teóricas deram base à evolução dos processos que nortearam os planos de estabilização implementados a partir do Cruzado.

A primeira, inicialmente estudada a partir do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, na esteira das novas tendências antiinflacionárias mundiais, teve como objeto o fenômeno da inflação inercial, o *backward looking*, como foi chamada, onde, fora outras causas, tende a se repetir no futuro, e a solução concebida era o congelamento simultâneo de preços e salários. Era a chamada linha heterodoxa.

Entretanto, com a subida da inflação para além dos 200% em 1984, ficou claro que não se podia combater a espiral inflacionária só com restrições no aspecto fiscal e monetário, o que ficou bem claro quando o país entrou na hiperinflação depois do fracasso do Cruzado.

O Gráfico 9 apresenta o comportamento da inflação nos anos que antecederam o Plano Real.

Gráfico 9 Comportamento da inflação em momentos Pré-Real



Fonte: Conjuntura Econômica, 2005
Montagem: o autor

Observa-se que o IGP, índice de preços que indica a inflação veio subindo desde 1981: 95,20 em 1981; 99,72 em 1982; 210,99 em 1983; 223,81 em 1984; e 235,11 em 1985.

Era necessário encontrar uma solução para o problema que já se arrastava por anos sem uma luz no fim do túnel, uma solução que passaria, como se viu, para além da heterodoxia, uma solução mista, ortodoxa e heterodoxa.

A partir da experiência dos planos que antecederam o Plano Real, estava claro para o grupo que o concebeu, que combater a inflação inercial sem olhar para o descontrole das contas públicas seria mais um fracasso, como o dos planos heterodoxos que o sucederam. A face fiscal do problema, assim como a reforma do Estado, tinha que ser arrostada. O Quadro 3 apresenta o comportamento da confiança nos governos pré-Real.

Quadro 3 Cronologia do comportamento da confiança no Governo PRÉ-REAL

Data	Evento	Ânimo da sociedade
15 jan 1985	Tancredo Neves vence Paulo Maluf no Colégio eleitoral.	Esperança Nacional
15 mar 1985	Assume a presidência José Sarney.	Primeiro Governo Civil depois de cerca de duas décadas de ditadura
23 set 1985	Sarney anuncia na ONU que o Brasil não pagará a dívida externa com a fome do povo.	O povo ignorante aplaude o plano de fundo nacionalista.
28 fev 1986	Sarney lança o Plano Cruzado. Congelamento de preços; gatilho salarial toda vez que a inflação chegasse a 20%; extinção da correção Monetária ; criação do Índice de Preços ao Consumidor. Cresce o consumo em todas as faixas sociais.	Grande euforia. Surgem os fiscais do Sarney. Logo depois somem as mercadorias das prateleiras.
3 jul 1986	Popularidade de Sarney 97,5%	Alta satisfação
15 nov 1986	Eleições para Governadores e o PMDB vence em 22 dos 23 estados	esperança
21 nov 1986	Sarney anuncia o Plano Cruzado II. Liderados os preços de produtos e serviços. Caem as exportações, aumentam as importações e se esgotam as reservas cambiais. A Inflação disparou, os combustíveis têm aumento de 60%, automóveis de 80% e bebidas de 100%.	insatisfação
27 nov 1986	Badernaço em Brasília – reações populares ao Plano Cruzado II	insatisfação
20 jan 1987	Decretada moratória, o Plano provocou aumento generalizado de preços	insatisfação
12 jun 1987	Sarney anuncia o Plano Bresser	insatisfação
25 jun 1987	Ônibus do Presidente apedrejado no Rio de Janeiro	insatisfação
01 jul 1987	Incêndio de 60 ônibus no Rio de Janeiro – aumento das passagens de ônibus de 49%.	insatisfação
	Suspensa a moratória.	Incerteza
27 nov 1987	Editorial do Jornal do Brasil apresenta o anticlimax de diversos cruzados em um momento de alta insatisfação	Alta insatisfação
Dez 1987	Inflação chega a 366% e Bresser é substituído por Mailson da Nóbrega – Política econômica Feijão com arroz.	Acomodação da sociedade quanto à inflação. Realimentação automática de aumentos, remarcações diárias nos supermercados.
22 jun 1988	Bloco independente do PMDB abandona a legenda e funda o PSDB	
15 nov 1988	Eleições municipais – oposição vence nas principais capitais (PT e PDT)	
15 jan 1989	Sarney lança o Plano Verão. Novo congelamento, privatização de estatais, cortes em gastos públicos. Plano fracassou e a inflação disparou	Insatisfação

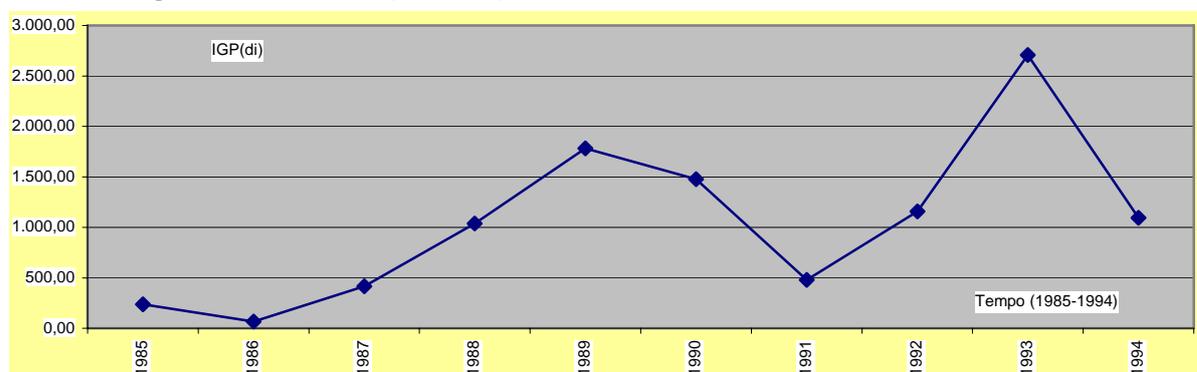
Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Elaboração: o autor

2.4 O Plano Real

Para Delfim (apud Prado, 2005), um crítico ferrenho do Plano Real, foi graças a uma enorme eficiência na comunicação e divulgação das medidas que o povo brasileiro foi convencido a converter os preços em Unidade Real de Valor - URV e depois reconvertê-los para o Real. Em um exercício sócio-econômico de proporções nacionais, isso levou a inflação de 2000% nos doze meses que antecederam a implantação do Plano para 9% em 1996. O Gráfico 10 apresenta o comportamento da inflação no período que antecedeu o Real no período mencionado.

Gráfico 10 Comportamento da Inflação (1985-1994).



Fonte: Conjuntura Econômica, 2005 – Montagem: o autor

Delfim (id), faz uma crítica² quanto à flutuação do câmbio que não foi adotada e que, tendo persistido até 1999, levou a um enorme desemprego, ocasionado pelo baixo crescimento econômico durante os oito anos dos governos de FHC, e por uma dívida de quase 2/3 do PIB. Este diretamente forçou a uma elevação da carga tributária de 27% para 38% do PIB, agravados pela elevação de um déficit em conta corrente para cerca de US\$ 180 milhões.

Há os que dizem, como Franco (2006) que o Real não teria existido sem os planos anteriores: Cruzado; Bresser; Verão; Collor I e Collor II, sendo uma conseqüência daquela série de experimentos em que muito aprenderam os economistas que conceberam e implementaram tanto o Plano de Ação Imediata - PAI como ponto de partida para o Real³.

A sociedade considerava, à época dos planos anteriores, que nada de pior poderia acontecer depois do confisco das poupanças e do *impeachment* do Presidente Collor. Isto favoreceu o aumento dos níveis de confiança em Itamar Franco no início de seu curto

² É claro que Delfim se refere à atitude de retardar a flutuação do câmbio para permitir manter o estoque de confiança e assim contribuir para a reeleição de FHC. Ele foi um dos críticos desta política pública. O que não está dito é que os governos atuam deliberadamente em mecanismos que causarão desemprego² para criar, no curto prazo, uma queda nas taxas de inflação.

³ O povo já havia se acostumado a este tipo de política pública que, de certa forma causou muitos traumas para a sociedade, vide o confisco do Plano Collor e o próprio *impeachment* do presidente Collor, por isto o congelamento foi rechaçado na formulação do Plano Real desde o início por aqueles que entendiam da matéria.

mandato, que, com sua bagagem nacionalista, obstinadamente favorável e determinado a acabar com a inflação, era visto como uma espécie de esperança.

Assim, foi criado um ambiente de distensão política que facilitou a concepção e a implementação do Real nos anos que se seguiram.

Se de um lado o plano agradava a maioria, a determinados setores específicos e poderosos desagradava⁴, como uma confirmação da perda de parcela da sociedade e do ganho da maioria. O grupo que conduziu o Plano Real tomou como referência o Plano de Conversibilidade argentino, o que se devia fazer e o que em nenhuma hipótese devia ser feito⁵.

Naquele momento afluía a tese da inflação inercial. Um fenômeno que se alimenta de dados passados para indexar uma expectativa futura. Um comportamento que pode ser explicado pela falta de confiança da sociedade em um futuro bom e que por isto remarca os preços para se proteger.

Cardoso (2006, p. 149) explica este fenômeno fazendo uma pergunta: “Como pedir paciência ao povo se a cada mês a moeda perdia 30% de seu valor? Como convencer aos políticos de que a inflação se alimentava de *expectativas* futuras e, pior ainda, expectativas formadas nos mercados, e não simplesmente pela ganância dos especuladores (que por certo havia) e por custos crescentes?”

Ou seja, a falta de confiança em um processo exitoso de estabilização, tendo como exemplos os malfadados planos Pré-Real, era o que mais contribuía para a expectativa de aumento e para a Realimentação futura de um processo que ainda não havia se efetivado. E foi isto que a moeda de conta, a URV, eliminou aos poucos, como plataforma de estabilização intermediária.

Em abril de 1993 a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN foi vendida⁶, As pessoas nunca entenderam a intenção das privatizações, sem considerar a forma como foram implementadas.

A idéia era diminuir a máquina, minorar o gasto público, aliviar o desequilíbrio patrimonial e desmobilizar os ativos do Estado (PRADO, 2005).

⁴ É patente que quem perde com a inflação é quem não pode se defender dela, os pobres. Semanas depois do lançamento do Real, os empresários (PRADO, 2005) estavam em pé de guerra com as inaceitáveis perdas que a nova política pública lhes estava impondo a partir da nova concorrência com os produtos importados. Há quem hoje critique o Plano pelo lado da facilitação das importações, que, de certa forma, desmorraram o setor produtivo brasileiro.

⁵ No interregno da mudança *pós-impeachment*, FHC (apud PRADO, 2005, p. 59) fez uma declaração pró Itamar que estava receoso de assumir, haja vista os fatos imediatamente anteriores, dizendo que “os empresários têm perdas, mas se salvam com a proteção da correção monetária; quem não se salva é o povo”.

⁶ Uma vitória para a implementação do Plano PAI, se se considerar o viés nacionalista do Presidente Itamar Franco, para quem as privatizações eram mal vistas na origem.

Dias depois o Presidente Itamar recebeu um alento de confiança quando o povo votou pela manutenção do presidencialismo e pelo governo republicano. Ainda neste mês a sociedade tomou conhecimento do Plano do governo Itamar, o Plano PAI.

Logo assumem Rubens Ricúpero a pasta da Fazenda e Pécio Arida o BNDES. Ricúpero assumiu em 5 de abril de 1994 aceitando a imposição de Itamar quanto à manutenção da equipe, e cumpre as recomendações de FHC sobre a necessidade de um substancial esforço de comunicação para o sucesso do Plano Real⁷.

Ricúpero assumiu o papel na medida e na hora certa em que se fazia necessário cumprir um plano de comunicação muito bem organizado e concatenado visando ganhar a confiança tanto da sociedade como dos grupos de interesse, tornando-se inclusive indispensável para a equipe que se viu livre da obrigação de explicar operações econômicas tão complicadas.

Ele foi também o elo que faltava na comunicação entre Itamar e o grupo do Real, preenchendo o *gap* de confiança entre eles.

Viajou por todo o Brasil para amainar os ânimos dos empresários e dos exportadores com relação ao câmbio, usando como argumento de autoridade a sua passagem pelo comércio exterior, reforçando que o Brasil estava cometendo menos erros que outros países da América Latina com relação à apreciação⁸ da moeda.

Entretanto, o primeiro mês de IPCr abalou um pouco os ânimos. As expectativas do povo eram de que o primeiro índice fosse baixo, o que não ocorreu devido a um erro metodológico⁹ do IBGE que descarregou todo o aumento em um mesmo mês.

Isto determinou um início de movimento de várias empresas para aumentar seus preços¹⁰.

O Gráfico 11 apresenta a evolução do IPCr¹¹ após seu lançamento em 1994.

⁷ A medida provisória da URV já havia sido editada no período em que FHC estava no cargo de Chanceler e precisava de um defensor e divulgador adicional, já que os economistas do grupo se esquivavam de explicar pela complexidade do assunto.

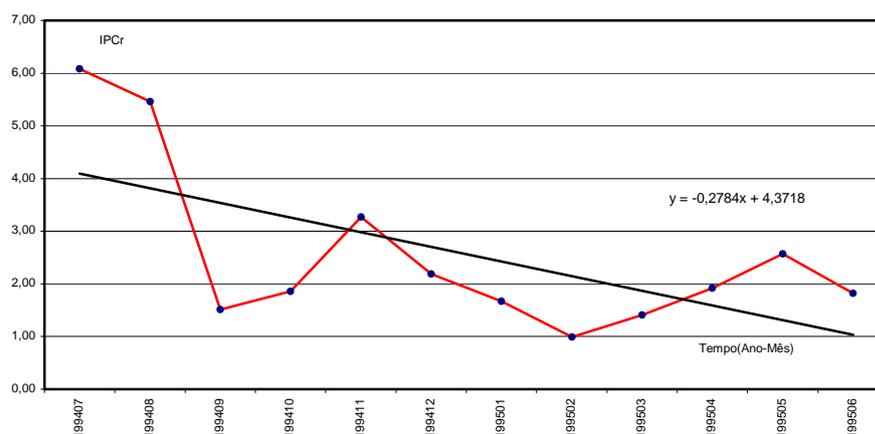
⁸ Esta denominação decorre do tipo de regime de câmbio se está praticando. Se se fala de regime de câmbio fixo, onde o governo é quem decide a taxa de câmbio diz-se que ele estará apreciando ou depreciando a moeda, já quando o regime de câmbio é o flutuante, onde o mercado é quem define o preço da moeda, ela estará sendo valorizada ou desvalorizada. (GREMAUD et al. In: LOPES e VASCONCELLOS, 2002)

⁹ A história mostra que em diversos momentos as metodologias de cálculo de indicadores de governo foram alteradas para atender às expectativas dos formuladores de políticas públicas, entretanto deve ser considerado o que está publicado como verdade e, ao que parece, Realmente o comportamento do Indicador apresentado teve declínio no período, mostrando posteriormente a validade da política pública em execução.

¹⁰ Este fato acabou sendo o estopim da “questão da parábola”, incidente que determinou tempos depois a bombástica declaração do Ministro e a sua saída.

¹¹ Índice de Preços ao Consumidor do Plano Real, criado para medir a inflação a partir da implementação do Plano Real.

Gráfico 11 Comportamento do IPCr até junho de 1995

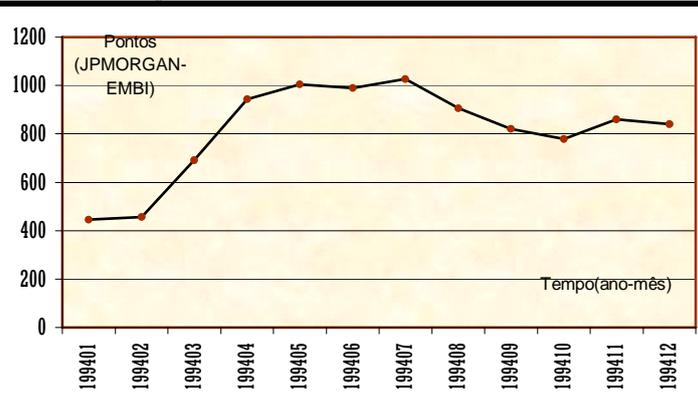


Fonte: IBGE – Elaboração: o autor

Havia ainda, antes do lançamento efetivo do Plano Real, muita incerteza. Todos duvidavam da efetividade da medida que iria ser implementada, os bancos, os investidores internacionais, a forma de conversão da URV em Real.

O próprio André Lara Resende¹², já fora do governo, contribuiu para um aumento da desconfiança do mercado ao defender publicamente em 15 de maio, o câmbio fixo misturado com conversibilidade, a exemplo do Plano Cavallo. Seu ceticismo e sua desconfiança em relação ao Plano Real só serviram para aumentar a desconfiança do mercado em relação ao mesmo. O Gráfico 12 apresenta o comportamento do Risco Brasil em 1994

Gráfico 12 Comportamento do Risco Brasil em 1994



Fonte: IBGE – Elaboração: O autor

Um importante ponto de sustentação do Plano Real foi a coerência do discurso que ajudou a firmar uma sólida sustentação logo do início e também pela naturalidade do processo de informação e pela transparência.

¹² Ele era simpático ao plano argentino.

Cada passo era divulgado amplamente, com antecedência, para que não ocorressem surpresas, muito diferente do que ocorreu no Plano Collor onde as pessoas foram apanhadas de surpresa. Muitas questões foram discutidas em face de reações de diversos grupos de interesse: militares; funcionários públicos; empresários; exportadores; etc.

Todas foram resolvidas a partir de discussões entre os formuladores do Plano e inclusive algumas contribuíram para aproximar o Presidente Itamar do grupo, como, por exemplo, a idéia de pagar o aumento dos militares com recursos provenientes da privatização¹³.

Quanto aos exportadores, em 19 de agosto de 1994, foi anunciado um conjunto de medidas para apoiar o setor industrial e estimular as exportações. É claro que teve objetivo definido e explícito, o que não afasta a possibilidade de seu lançamento ter sido acelerado pelo IPCr ruim.

2.5 A implementação do Plano Real e o efeito da parabólica

FHC assumiu a Fazenda sem equipe. Mesmo tendo acompanhado de perto toda a dinâmica anterior, precisava ter a sua equipe em que confiasse piamente. Cardoso (2006, p. 224) explica que “a primeira tarefa de quem ganha o ápice do poder formal é constituir um grupo da estrita confiança”.

Recorreu a Edmar Bacha, a Murilo Portugal que ocupava o cargo de Secretário do Tesouro Nacional desde 1992, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Clóvis Carvalho que o ajudou no comando da equipe agindo como animador substituto, e a outros *experts*, tanto na

¹³ Para que se tenha uma idéia do programa de privatizações, o governo federal designou em 1990 o BNDES como gestor do Fundo Nacional de Desestatização, e este se tornou o órgão responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização. O primeiro (e emblemático) leilão foi a venda da Usiminas, em 1991 e para Realizá-la com êxito, foi necessário superar enorme dificuldade e resistência inerente à condução do processo. Uma dessas dificuldades era o desconhecimento da sociedade sobre as vantagens de transferir para a iniciativa privada a responsabilidade pela produção de aço e outros bens, de modo que o Estado pudesse se voltar para atribuições específicas como: educação, saúde, justiça, segurança. Depois veio a privatização da siderurgia, da energia elétrica, da petroquímica, dos portos, das rodovias e das telecomunicações. Em 1993, por exemplo, já encerrara a privatização de todas as oito grandes empresas siderúrgicas, com o leilão da CSN, da Cosipa, da Companhia Siderúrgica de Tubarão, da Piratini, da Acesita, da Cosinor e da Açominas e com o início do processo de liquidação da Siderbrás, a *holding* que controlava o setor. Em seguida, o BNDES se dedicou à privatização dos outros setores. Em 1994, Realizaram-se 22 leilões. Em 1995, com a venda da Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa), o Programa de Desestatização inaugurou uma nova etapa: a privatização de empresas de serviços públicos. Uma mudança na lei 8987/95 foi vital para apoiar e definir o novo regime de concessão de serviços públicos, aplicável à energia elétrica e aos transportes (rodoviário, ferroviário e portuário) e a Companhia Vale do Rio Doce faria parte do Programa. Em 1995 o Programa do Governo Federal de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, graças ao qual foram privatizadas, com o apoio do BNDES, várias distribuidoras estaduais de energia elétrica. (BRASIL, 2002)

ciência da economia como na do direito positivo¹⁴, visando formar diversos grupos que, voltados para o mesmo objetivo geral, passaram a trabalhar em esferas diferentes¹⁵.

Em 1995 todos já elogiavam FHC e o Real depois de um ano de implementação. Foi construída uma credibilidade sem dolarização, sem congelamentos de preços e salários, e muitos passaram a defender a necessidade de privatizar empresas estatais¹⁶.

Neste ambiente o governo FHC passa a receber notas elevadas de aprovação em relação aos seus três antecessores no fim do primeiro ano de mandato. FHC recebeu 43% de aprovação popular nas pesquisas, contra 13% de Itamar Franco, 30% de Fernando Collor e 36% de Sarney e o REAL foi considerado bom ou ótimo por 72% da população.

Tonella (2006) considera relevante o chefe do grupo de governo estar com as rédeas do processo na mão e ele mesmo estar conferindo uma efetividade ao processo de estabilização. Na Realidade foi isto mesmo que aconteceu, Fernando Henrique não só participou desde o tempo em que era chanceler, como também em 1995, já na chefia do Poder Executivo.

Os mais céticos ainda falavam que o Real foi uma espécie de conspiração eleitoreira, mas a literatura mostra que havia de fato um grupo de pessoas mais técnicas do que políticas com expertise para conceber e implementar esta política.

O Real foi lançado no fim do mandato de Itamar Franco, inicialmente em uma plataforma que foi chamada de Plano de Ação Imediata (PAI). Muitos achavam que seria o mesmo processo que ocorreu com o Cruzado de Sarney, mas não foi. A diferença é que havia por trás um grupo de técnicos trabalhando diuturnamente para evitar as mesmas conseqüências desastrosas dos planos anteriores que só contribuiriam para o descrédito dos Planos que antecederam o Plano Real.

Neste ambiente ocorreram, entretanto, fatos que de certa forma contribuíram para minorar o esforço de angariar confiança para poder melhor conduzir a mudança, como por exemplo, o episódio da parabólica em que o Ministro Ricúpero declarou sem saber que estava em rede nacional, que “o que é bom a gente fala e o que é ruim a gente esconde”, o que lhe custou a demissão em 06 de setembro de 1994.

A despeito de Pedro Malan ter considerado que naquele momento tudo tinha ido por

¹⁴ Entenda-se como direito positivo o direito formal, oriundo da doutrina escrita (ABBAGNANO, 1998).

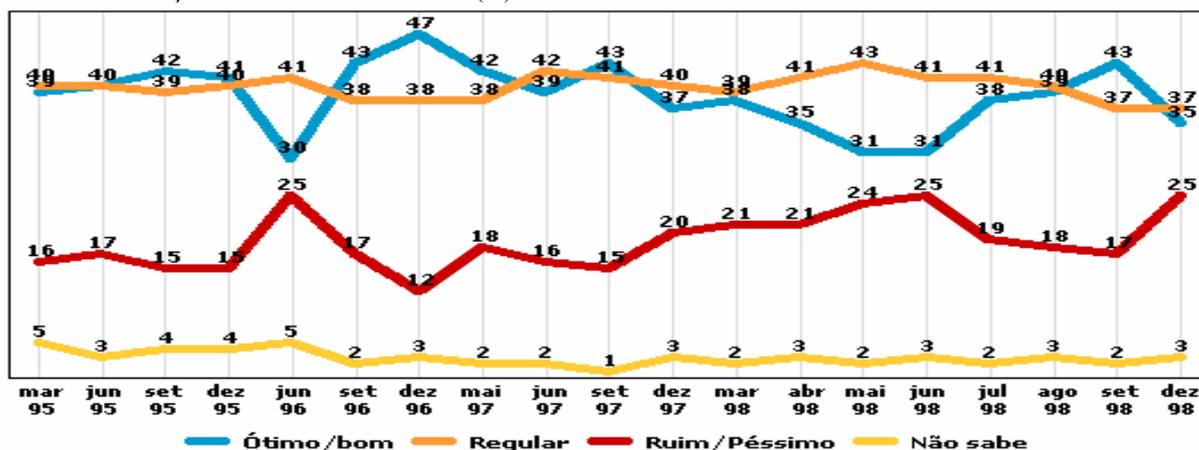
¹⁵ Clóvis Carvalho agiu também como o grande animador desta equipe, convencendo-a diariamente que era preciso continuar em frente, com receio de que houvesse uma debandada geral, dado o enorme fator de incerteza que rondava o trabalho e seus resultados. Houve casos inclusive que a própria oposição, no caso o Partido dos Trabalhadores, interferiu a favor de FHC, a Lei Paim, onde, se sancionada pelo Presidente Itamar, acarretaria grande solavanco nas contas públicas, uma das principais preocupações de FHC e sua equipe. Com aquela Lei, a inflação mensal subiria em curto prazo para além dos 30% ao mês, observados em meados de 1993 (PRADO, 2005). O trabalho teve como objetivos próximos as reformas que deram base à estabilização e depois, mais em médio prazo, à estabilização propriamente dita.

¹⁶ Verdadeiros cabides de emprego e reservatórios de ineficiência administrativa.

água abaixo, o incidente não afetou o comportamento da inflação, nem prejudicou a eleição de Fernando Henrique em outubro de 1994. A sociedade queria mudanças e acreditava em na nova fórmula que não envolvia congelamento de preços e de salários.

O Gráfico 13 apresenta a aceitação da sociedade quanto ao primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Gráfico 13 Aceitação do Primeiro Governo FHC (%)



Fonte: Evolução da avaliação do Primeiro Governo de FHC; Estimada e única. Disponível em http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval_pres_15122002a.shtml, Acesso em 26 de abril de 2006 às 12h40min horas.

Observa-se, a partir do Gráfico 13 que nos primeiros doze meses de implementação do Plano Real a metodologia aplicada teve resultado eficaz no controle da inflação, a despeito de persistir uma cerca inflação residual acumulada de 165% de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIEPE o que permitiu uma sensível elevação da aceitação do governo. As quedas da aceitação do governo podem estar associadas à elevação da taxa de desemprego, como ocorreu em meados de 1996, e em maio/junho de 1998 quando isto ocorre de forma abrupta¹⁷.

Observa-se também, que, em todo o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique, a aceitação fica, a despeito de alguns picos decrescentes, estabilizada e alta e que no entanto, as avaliações ruim ou péssimo vão crescendo até dezembro de 1998.

Nos anos que se seguiram o Plano Real conseguiu manter a inflação sob controle à custa da "âncora cambial", combinada com uma política de abertura econômica que contribuiu para recrudescimento de um crescente desequilíbrio fiscal que deteriorou as contas do governo.

¹⁷ De acordo com a escola neoclássica de Economia, a desaceleração inflacionária no longo prazo está associada a uma redução da produção de bens e serviços por um certo período, até que os agentes econômicos se adaptem ao novo ambiente de formação de preços e reformulem suas expectativas quanto ao panorama econômico. A esta redução passageira da produção se convencionou chamar de taxa de sacrifício e o custo social dessa política pública é a elevação da taxa de desemprego. (BALL, 1993)

É possível que, esse crescimento da não aceitação se deva ao conhecimento pela população que o desequilíbrio fiscal tenha sido acompanhado de um grande crescimento da dívida pública, auxiliado pela alta taxa de juros básicos utilizados pelo governo como forma de atração de capital estrangeiro.

Os principais benefícios da queda da inflação¹⁸, a despeito dos crescentes aumentos das taxas de desemprego, foram o desaparecimento do imposto inflacionário, que incidia de forma mais vigorosa sobre os mais pobres, e uma melhoria da renda da camada menos favorecida no momento da estabilização e permitiu também que os agentes econômicos planejassem suas contas de forma mais segura e precisa o que facilitou uma maior racionalidade na alocação de renda e as compras a longo prazo, incrementando o crédito.

A idéia foi desonerar os pobres retirando deles o imposto inflacionário, mas ao mesmo tempo, lhes foi negado, pelo próprio modelo¹⁹, o emprego.

A forte entrada de capitais especulativos no país ocasionada pela elevação das taxas de juros, garantiu o incremento das reservas em dólar e possibilitou a adoção do câmbio valorizado. Além disso, promoveu-se uma forte abertura comercial²⁰, baseada também na queda das barreiras tarifárias e não tarifárias do país.

A valorização cambial permitiu a entrada maciça de produtos importados que conquistaram fatia importante do mercado interno ocasionando sérias dificuldades para muitas indústrias com demissões em massa e falências, como por exemplo o caso da indústria têxtil e de brinquedos.

Cabe mencionar que durante a vigência do Plano Real, o país sofreu²¹, por diversas oportunidades os efeitos de várias crises econômicas como a crise mexicana em 1994, a asiática em 1997, a russa em 1998, cujos efeitos se fizeram sentir na sua própria aceitação conforme mostra o Gráfico 13.

¹⁸ Segundo o IPC-FIPE, de uma inflação de 2490,99% em 1993 chegou-se à deflação em 1998 e à inflação de 8,64% em 1999.

¹⁹ O modelo neoliberal trouxe consigo a desestatização da economia, a abertura comercial e financeira, a flexibilização das regras no mercado de trabalho e a busca de austeridade fiscal. Isto tudo alimentou altos índices de desemprego, além do aumento excessivo das taxas de juros, causando elevação da dívida interna, comprometendo a situação fiscal nos anos que se seguiram. O câmbio valorizado e a abertura comercial, responsáveis pelo controle da inflação após a implantação do plano, colocaram os produtos nacionais em concorrência direta com os importados.

²⁰ Uma abertura comercial é positiva para qualquer economia, considerando que propicia aumento da concorrência e, conseqüentemente, melhoria dos produtos e queda nos preços. O que os críticos do Plano Real alegam é quanto à magnitude e o curto espaço de tempo com que foi efetuada essa abertura, além da aceitação passiva de medidas protecionistas dos países envolvidos com o comércio de produtos nacionais. O resultado desta abertura comercial acelerada causou uma ampliação significativa do déficit externo brasileiro, obrigando ao governo ao uso de taxas de juros nunca dantes praticadas com o propósito de atrair capitais para financiar o déficit. Fiscal.

²¹ pela extrema vulnerabilidade nas contas externas e das finanças públicas após a adoção do câmbio supervalorizado e do brutal aumento da dívida pública.

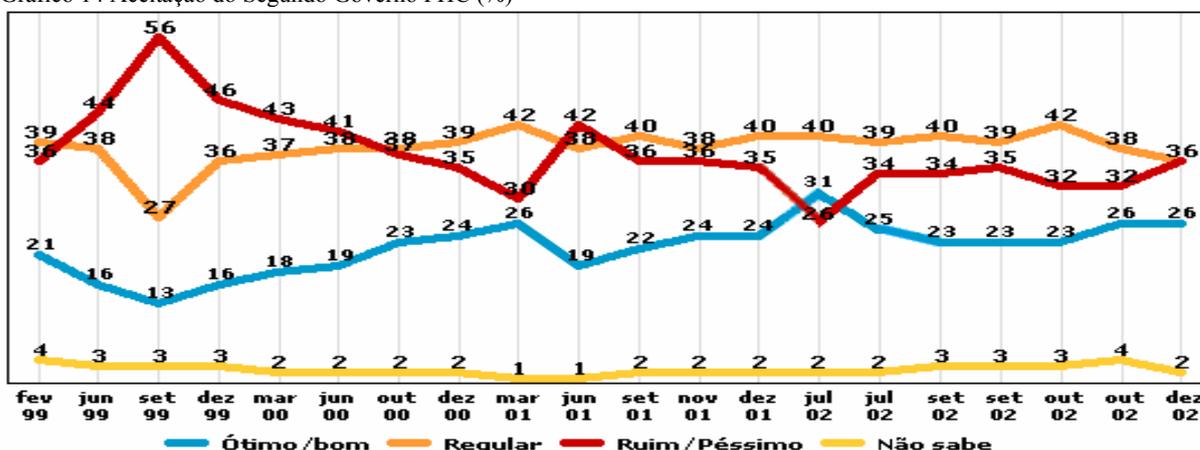
A fuga do capital especulativo internacional aumentou rapidamente, exigindo do governo um novo aumento nas taxas básicas de juros²², com isso, em novembro de 1998, dada a extrema vulnerabilidade das contas externas e a percepção, por parte do mercado, de que era impossível sustentar por mais tempo o câmbio sobrevalorizado, o Brasil foi obrigado a captar o maior empréstimo da história, no valor de US\$ 40 bilhões. Esses recursos foram utilizados pelo governo para saldar as dívidas dos investidores externos que estavam aplicados no Brasil, especialmente nos títulos da dívida pública atrelados à taxa SELIC²³.

Neste período a tendência de aceitação positiva foi ascendente, com uma leve tendência de estabilização/queda ao final. Esta tendência parece ter sido resultado da liberação do câmbio em 1999 que permitiu uma febre de importações, certa liberalização dos mercados e um aumento da receita das exportações ocasionado pelo cambio favorável à colocação de produtos brasileiros nos mercados externos.

Em contrapartida, a liberalização do câmbio depois das eleições foi interpretada pela sociedade como uma espécie de estelionato eleitoral, e isto também pode ter afetado o consciente social no sentido de minorar os índices de aceitação do presidente reelegia.

O Gráfico 14 apresenta a evolução da aceitação do segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Gráfico 14 Aceitação do Segundo Governo FHC (%)



Fonte: Evolução da avaliação do Segundo Governo de FHC; Estimulada e única. Disponível em http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval_pres_15122002a.shtml, Acesso em 26 de abril de 2006 às 12h50min.

Da observação do Gráfico 14 depreende-se que a tendência da aceitação do primeiro governo FHC foi ascendente, corroborado por uma queda na não aceitação no mesmo período, possivelmente por terem sido atingidas as metas de estabilização. O desemprego parece ter sido também, neste período, o principal ponto negativo da aplicação desta política

²² em setembro de 1998, a taxa de juros real estava próxima de 50% a.a.

²³ A taxa SELIC chegou ao nível de 45% ao ano neste período.

pública.

É possível que esta tendência de crescimento da não aceitação se deva ao fato de que o controle dos gastos públicos, a reforma tributária, da previdência, trabalhista, que de acordo com este modelo seriam a solução para todos os problemas, não foram implantados ou, no caso da previdência, foram implantadas apenas parcialmente.

Não conseguindo mais conter a saída de capital e para não exaurir as reservas cambiais, em janeiro de 1999 o governo abandona o sistema de bandas cambiais e deixa a taxa de câmbio flutuante ou livre e em dois meses, o Real se desvaloriza cerca de 40%. Neste momento termina tecnicamente o Plano Real.

A prática de juros elevados resultou em alguns problemas como por exemplo a explosão da dívida interna desde a implantação do Plano Real e, conseqüentemente, da despesa com juros e o freio ao crescimento econômico apresentado pela economia nos últimos anos e, em conseqüência disto, o substancial aumento do desemprego.

O Quadro 4 apresenta uma comparação da aceitação média dos governos pré-Real e Real.

Quadro 4 Comparação entre os governos Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique

	José Sarney	Fernando Collor	Itamar Franco	FHC (1º mandato)	FHC (2º mandato)
Ótimo	9	9	41	35	26
Regular	34	21	48	37	36
Ruim/Péssimo	56	68	8	25	36

Fonte: Datafolha: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval_pres_15122002a.shtml

Nota: aceitação média

Especificamente quanto ao governo FHC, no quadro acima, a aprovação de seu governo foi sempre maior entre empresários, profissionais liberais, brasileiros com renda familiar superior a dez salários mínimos; e os com 60 anos ou mais.

Entre os desempregados a desaprovação chegou a 43%, o que é natural, considerando o impacto da falta de emprego por qualquer que seja o motivo, mesmo com um exitoso programa de estabilização que proporcionou a queda da inflação e o fortalecimento dos salários anteriormente deteriorados pela inflação e uma conseqüente melhora na distribuição de renda.

Neste ponto cabe sumariar as conceituações e inter-relacionamentos entre os principais eventos da implementação do Plano Real e o sentimento de confiança que a sociedade depositou no governo durante a mesma.

Basicamente podem ser apontados dois períodos: o pré-Real, compreendendo os governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco; e o período do Real propriamente dito que compreende os dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

O primeiro período se caracterizou por abrigar diversas experiências de estabilização, que resultaram em oscilações na percepção da sociedade quanto à confiança no governo. Observou-se no governo Sarney, o movimento “Fiscais do Sarney” para apoiar o congelamento de preços, a perseguição²⁴ de bois no campo e a confiança veio caindo à medida que o mercado reagiu e tirou as mercadorias das prateleiras dos supermercados. No período Collor a insatisfação começa logo no início com o pacote impositivo que congelou²⁵ os depósitos nos bancos culminando com uma reação da sociedade que, combinada com a falta de apoio político levou ao *impeachment* do Presidente.

O governo Itamar Franco pode ser dividido quanto ao aspecto do Sentimento de Confiança em duas fases, uma pré Plano PAI e outra pós Plano PAI. O sentimento de confiança da sociedade no governo tem aí diversas tendências, uma ascendente, até janeiro de 1993, resultante na esperança inicial do povo quanto ao novo governo, seguindo-se uma fase descendente que vai até novembro de 1993.

Aí ocorre uma reversão da tendência que se torna ascendente até dezembro de 1994 quando já estava eleito Fernando Henrique Cardoso e corresponde ao momento em que, com o lançamento do Plano de Ação Imediata - Pai, já estavam lançadas as bases do Plano Real e a inflação já havia baixado o suficiente para o povo acreditar e aceitar a nova política econômica.

O segundo período, o pós Plano PAI, se caracterizou por abrigar a implementação do Plano Real por dois governos consecutivos, com mais força no primeiro. Neste momento a inflação caiu abruptamente e o sentimento de confiança nos quatro primeiros anos continuou com sua tendência ascendente acompanhando uma tendência do governo anterior. Entretanto o desemprego cresceu o que determinou a queda da aceitação de FHC. O Plano Real tecnicamente termina em 1999 com a liberação do câmbio.

A implementação do Plano Real, no entanto, sofreu diversas influências externas e, em 1999, pressões especulativas forçaram Fernando Henrique a liberar o câmbio e neste momento os brasileiros passaram a considerar que tudo que Fernando Henrique havia feito estava perdido e que o país voltaria a hiperinflação e à recessão, perdendo toda a confiança

²⁴ O governo Sarney tentou salvar o Plano Cruzado buscando o boi no campo, como uma demonstração de austeridade administrativa. A busca de bois no campo visava forçar os produtores de carne a colocar seu produto nas prateleiras que havia sumido face ao congelamento de preços. Naquele momento a sociedade, confiante no Plano Cruzado, se organizou em grupos denominados fiscais do Sarney que iam de supermercado em supermercado fiscalizando a remarcação de preços dos produtos.

²⁵ O Plano Collor que visava o fim da inflação, foi a primeira medida econômica do Presidente Fernando Collor de Mello e de sua ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Este plano consistiu inicialmente na retirada de moeda de circulação com um bloqueio dos depósitos em bancos. O Plano Collor, http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Collor.

que havia nele depositado. Depois disto Fernando Henrique, que contou com muita confiança da sociedade para levar à frente o Real, foi acusado de levar o país para a regressão e para a estagnação, sem, no entanto, fazê-lo. Confiança é volátil, portanto, não em uma relação estritamente direta com o seu ambiente, mas é volátil.

2.6 O Plano Cavallo e a sua conexão com o sentimento de confiança

A Argentina vinha de uma hiperinflação crônica e elevada desde o Governo de Alfonsín. A conversibilidade, de certa forma, conferiu certeza e segurança ao ambiente adverso que reinava. A sociedade passou, então, a conviver com um câmbio estável e um ambiente de confiança na conversibilidade da moeda, diferentemente do Brasil onde a desconfiança era apenas na alta desenfreada dos preços. Lá eles tinham dois problemas: a inflação de preços e a questão da conversibilidade da moeda. Eles, na Realidade, não tinham moeda, já que a moeda norte-americana era a moeda Real.

A maior vantagem da dolarização é a completa eliminação do risco de desvalorização cambial (isto hoje significaria maior disponibilidade de capitais a juros muito reduzidos). A maior desvantagem é a perda de importantes instrumentos de política econômica para moeda padrão. Em um país com um regime cambial flexível, um desequilíbrio nas contas externas pode ser corrigido permitindo-se a depreciação da taxa de câmbio. Já em uma economia dolarizada ou de regime de câmbio fixo, a depreciação não pode acontecer e, portanto, o caminho para o equilíbrio externo passa por reduções de salários e preços, geralmente produzidas por recessão.

A outra saída do impasse argentino teria sido na direção oposta à dolarização com a adoção do câmbio flutuante. Entretanto, haveria uma forte desvalorização cambial numa economia onde, diferentemente do Brasil, a maioria dos contratos é feita em dólares e o povo pensa em dólares. Assim, os agentes econômicos endividados em dólar, no caso de uma flexibilização, sofreriam perdas consideráveis, gerando mais desemprego e inflação alta.

2.7 A Implementação do Plano Cavallo

Desde que assumiu o poder em julho de 1989 o Presidente Menem procurou estender um grande toldo protetor para a economia do país. A economia popular de mercado, os anúncios sobre as privatizações e reformas do Estado e a desregulamentação em geral

serviram durante algum tempo como pára-quadras protetor dos erros da política econômica conjuntural que foram sendo cometidos.

Era como se a conjuntura não tivesse importância, e o anúncio que se ia reformar o Estado e privatizar estatais, questões altamente influentes nas expectativas da comunidade, bastassem para alterar a história. Assim, a cada balanço na política econômica se respondia com um novo anúncio sobre as reformas já ditas. O fruto deste comportamento foi uma política econômica modesta, era buscar, antes de reformar, a estabilidade desejada. Havia, ao que parece, uma grande preocupação com a busca da credibilidade primeiro, para depois reformar o que se alardeava.

Ou seja, ocorreu realmente uma queda brusca nas taxas de inflação, mais pelo impacto das iniciativas que pela criação de uma estrutura capaz de torná-la sustentável. A *Nueva Ortodoxia* menemista, que levou a chamada estabilidade a 8% de inflação ao mês, não resolveu definitivamente o problema da Argentina. Isso resulta, de certa forma, de duas principais razões que tocam diretamente ao problema aqui arrostado.

A primeira tangencia quase que estritamente às questões políticas direcionadas para atenuar o custo social resultante da estabilidade, levando a atitudes graduais. Isto se deveu ao medo dos intelectuais e assessores de Menem quanto à clara direção da ação de governo, caso se efetivo do que deveria ser feito para estabilizar, com resultados drásticos no plano social como a queda dos salários reais e o desemprego.

A segunda questão expressa foi a hipótese institucionalista, de que um Estado deteriorado não pode dar base a uma estabilidade duradoura. Na Argentina eram requeridas mudanças que precisariam, por exemplo, da redefinição da soberania do Estado, da solução de sua crise externa e dos direitos de propriedade dos cidadãos em sentido amplo. Neste caso o cálculo do equilíbrio fiscal é só uma parte da mudança.

Os países que conseguiram a estabilização a partir de políticas de médio prazo com base na reforma do Estado também muito falada e implementada no Brasil de FHC tiveram como o coração das reformas uma espécie de “Revolução Impositiva” antes da “Revolução Produtiva”; não aumentar impostos sem antes aprimorar os sistemas de coleta dos mesmos a partir de um aumento de eficiência do próprio Estado.

Ou seja, onde as reformas foram efetivas foi necessária uma competente preparação prévia do próprio Estado para dar base às políticas de estabilização. Primeiro, se reformou o Estado para, depois, iniciar as políticas de privatização que foram, para estes países, apenas um complemento necessário para a reforma econômica.

Para Broda (2006), o governo Menem apenas inverteu a ordem, confundiu privatização com reforma do Estado e fez a privatização antes que a reforma monetária fizesse surgir um mercado de capitais eficiente e perene. Implementou, primeiro, as privatizações que, tradicionalmente, demandavam recursos de investimento antes que a estabilização facilitasse o desenvolvimento de um mercado de capitais sólido.

Para Broda (1990) em 1991 o Plano Cavallo, de uma forma geral, tinha muitas chances de êxito, mesmo com uma transitória baixa da taxa de inflação para níveis de 5% ao mês, com um nível de atividade e um poder aquisitivo recuperando-se lentamente ao fim do primeiro trimestre de 1991. Mas, a despeito destes prognósticos, estava longe de ser um programa definitivo que permitisse a construção de inferências para horizontes de quinze meses. Ainda assim, diz Broda, seria necessário monitoramento semanal, dada à aleatoriedade dos prognósticos mensais e trimestrais, depreendendo-se daí a fragilidade da política pública menemista.

As perspectivas, até então eram, no campo externo, a projeção adquirida pela Argentina pela decisão de enviar tropas ao Golfo Pérsico; o encontro Menem-Bush e o Tratado Bilateral por eles assinado chamado de Iniciativa das Américas; o avanço para a integração regional com o Tratado do Mercado Comum do Cone Sul entre o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguay; e, no campo interno, a queda da inflação em outubro para níveis de 10% com possível queda em novembro.

A Tabela 3 apresenta a evolução da taxa de inflação mensal de maio de 1989 a setembro de 1991.

Tabela 3 Taxa de Inflação Mensal Argentina (198905-199102)

Ano-Mês	Taxa	Ano-Mês	Taxa	Ano-Mês	Taxa
198905	78,5	199004	11,4	199103	***11,0
198906	114,5	199005	13,6	199104	5,5
198907	196,6	199006	13,9	199105	****2,8
198908	37,9	199007	10,8	199105	*****1,6 a 3,3
198909	9,4	199008	15,3	199106	3,1
198910	5,5	199009	15,7	199107	*****1,8 - (Real)2,6
198911	6,5	199010	7,8	199108	1,3
198912	40,1	199011	**6,2	199109	*****1,3 a 1,9
199001	79,2	199012	**4,7	199102	*27,0
199002	61,6	199101	**7,7		
199003	95,5	199102	*27,0		

Fonte: Carta Econômica, com base em pesquisa própria. Outubro de 1990 – A1

Elaboração: o autor

Notas: * Marzo de 1991 A1; ** Carta Econômica com base em pesquisa própria (Março de 1991 A1); *** Carta Econômica com base em pesquisa própria (Abril de 1991 A5); **** a expectativa era de 5,0%, ***** prognóstico.

A Tabela 3 mostra que todas as expectativas ou previsões de inflação depois da implementação do Plano Cavallo se concretizaram dentro do panorama vigente até aquele momento.

Neste momento, estavam ativos dois cenários: um do Ministro Cavallo que tenta apagar o incêndio da situação econômica e, outro, o do grupo político que se dedica a armar uma estratégia que lhe permita reverter a tendência negativa que mostram as sondagens de opinião sobre as próximas eleições em Buenos Aires. Um cenário paralelo tinha relação com o conflito social latente, com o poder aquisitivo do salário que podia vir a cair ao perigoso nível dos saques.

No primeiro mês de Cavallo na economia, surgem três Cavallos (BRODA, 1991, p. EE2); O Cavallo *Almacenero* que passa a cuidar do varejo, um Cavallo *Concertador* que passa a cuidar do compromisso com sua pasta, e um Cavallo *blanqueador* que se incumbiu de colocar em ordem a emissão de austrais postergada há três meses.

Nesta última roupa, de *blanqueador*, adota a estratégia de prêmios e castigos, de dar e receber, ou seja, se compromete a reduzir o imposto da indústria se esta se compromete a duplicar a produção, eliminar as retenções às exportações se o setor agropecuário se compromete a pagar pontualmente seus impostos.

A política econômica de Cavallo logrou sucesso ao fim de fevereiro de 1991 através da aprovação das leis fiscais pelo parlamento, que, criadas para redirecionar fundos para diminuir o déficit do tesouro, também asseguraram respaldo institucional às medidas econômicas. Em paralelo a taxa de inflação também caiu de 20 para 2%, permitindo, assim, uma expectativa de inflação de um dígito, que era o que se desejava, fazendo com que as tensões sociais ficassem mais manejáveis.

Foi, também, instituído pela nova lei de conversibilidade, um sistema de bandas para o câmbio que passou a funcionar, e, pelo menos no curto prazo, gerou um horizonte de credibilidade imediata, a despeito da persistência de questões estruturais ainda pendentes. Com isto, Cavallo tendia a se tornar o homem forte do governo.

Entretanto, a figura do governo permanece fraca na sociedade pela questão da corrupção não resolvida e pela queda dos salários gerada pela queda da inflação, a despeito dos bons resultados da política externa devido à participação no conflito do Golfo e do *empowerment* da integração regional criado pelo Mercosul. Ou seja, havia uma crise econômica da qual cuidava Cavallo e estava contida, e uma crise política da qual cuidava Menem, que não estava. A Tabela 4 apresenta a imagem dos distintos temas nacionais.

Tabela 4 Imagem dos Distintos Temas Nacionais (fev de 1991)

	Positiva	Regular	Negativa
Política Econômica	15,4	34,1	47,4
Política de Privatizações	40,1	31,6	25,2
Gestão de Menem	24,6	38,3	35,3
Política Exterior	25,8	29,9	28,2
Medidas para combater a corrupção	34,2	20,4	34

Fonte: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría. Palavra do Dr. Rosendo Fraga. Carta Econômica Broda (fev de 1991) (adaptação)

A observação da Tabela 4 permite depreender que naquele momento, as medidas para combater a corrupção e as políticas de privatização contavam com forte aceitação popular, mas em contrapartida as políticas econômica, exterior e a própria gestão de Menem contavam mais com a desaprovação do que com apoio popular.

Um componente muito importante do Projeto de Lei enviado ao Congresso girou em torno da desindexação, buscando a convergência das expectativas para os objetivos do Programa visando deter a inflação propagada pelos mecanismos de indexação (aluguéis, seguros médicos, educação, e outros) que, de certa forma são questões transversais ao cotidiano do cidadão e também pelos mecanismos inerciais que poderiam interromper a desejada queda da taxa de inflação. Esta foi a preocupação básica tanto na Argentina como no Brasil. (Carta Econômica, BRODA, 1991, P. 93-94).

A desindexação, o controle de preços e a política de ingressos foram idealizados por uma corrente de pensamento neo-estruturalista como parte fundamental do programa de estabilização, por três principais fatores: primeiro, a inflação é um problema de indexação e eliminada a indexação, a inflação terminaria; segundo, a questão da inércia gerada pelos contratos com cláusulas de ajuste fixadas sobre a inflação passada; terceiro, com a desindexação e controles diretos ou indiretos de preços, o governo poderia influir sobre as expectativas do setor privado para que se convergisse rapidamente para os objetivos do Programa.

É claro que em um programa de estabilização, se todos pensam ou acreditam que a taxa de inflação é alta e não baixará e os preços são ajustados de acordo com as expectativas, os custos associados em matéria de nível de atividade e de desemprego serão muito maiores. Se ao contrário, a sociedade descobre que, rapidamente, os preços deixam de aumentar, a estabilidade pode produzir reativação da economia e evitar o desemprego.

No início da implementação do Plano Cavallo, o contexto externo mostrou claramente que a política exterior de Menem se alinhava diretamente com os Estados Unidos, de quem recebeu palmas pelos resultados iniciais do Plano de Estabilização.

No plano interno, a figura de Cavallo se fortaleceu enquanto a de Menem continuava sem se recompor, o que não ocorreu no Brasil. Aqui FHC e Malan eram identificados diante do povo. Lá, questões internas de eleições em Buenos Aires seguiam balançando a popularidade de Menem.

A Tabela 5 apresenta um balanço da opinião pública sobre o processo de privatização no ano de 1990 e no início de 1991.

Tabela 5 Imagem das Privatizações na Opinião Pública

	Positiva	Regular	Negativa	Outras opiniões	Total
Fevereiro de 1990	59,4	15,9	16,4	8,3	100
Abril de 1990	46,8	21,6	26,3	5,3	100
Junho de 1990	47,9	22,9	25,3	3,9	100
Julho de 1990	60,3	15,3	18,9	5,5	100
Outubro de 1990	36,5	21,3	32,9	9,3	100
Novembro de 1990	38,2	26,1	31,9	3,8	100
Dezembro de 1990	38,3	24,4	34,4	2,9	100
Fevereiro de 1991	40,1	31,6	25,2	3,1	100
Março de 1991	32,5	25,5	37,9	4,1	100

Fonte: Centro de Estudios para la Nueva Mayoria (Cuadernos)

Assim, as privatizações estavam em alta durante 1990, em média, cerca de 46,77% achavam positivo o processo, enquanto que 21,07% o achavam regular e apenas 26,58% as consideravam negativas. Neste ambiente, entretanto, a visão que faziam do governo, em geral era mais negativa (34%) do que positiva (28%)²⁶. As Tabelas 6 e 7 apresentam a imagem do povo sobre os poderes do Estado e sobre as instituições.

Tabela 6 Poderes do Estado (março de 1991)

Tabela 7 Imagem das Instituições *

	Positiva	Regular	Negativa		Positiva	Regular	Negativa
Governo Nacional	14,2	43,2	41,2	Forças Armadas	29,4	40,2	27,2
Congresso	9,3	37,1	51,0	Igreja Católica	39,7	31,3	25
Poder Judiciário	16,3	43,1	37,5	Políticos	4,8	34	60,5
...	Sindicatos	8,5	24	66,2
...	Empresários	12,2	36,8	47,9

Fonte: Centro de Estudios para la Nueva Mayoria (cuadernos)

*Gran Capital Buenos Aires

E a imagem do governo Menem extraída pelas organizações de pesquisa era a apresentada nas Tabelas 8 e 9.

²⁶ Ver Tabela 4.

Tabela 8 Evolução da Imagem do Governo Menem

Pesquisa	Excelente/boa	Regular	Má ou muito má
Lynch, Menendez y Nivel (23/07/90)	45,8	33,6	18,8
Lynch, Menendez y Nivel (07/03/91)	17,8	35,2	45,3

Fonte: Centro de Estudios para la Nueva Mayoria (cuadernos)

Tabela 9 Imagem da Gestão dos Presidentes do Cone Sul

Presidente	Consultora	Pesquisa (data)	Excelente	Regular	Má
Menem	Lynch, Menendez y Nivel	07/03/91	17,8	35,2	45,3
Collor de Melo	Folha de São Paulo	16/03/91	23,0	40,0	34,0
Patricio Aylwin	Centro de Estudios da Realidade	26/03/91	73,4		11,0
Lacalle	Gallup	26/03/91	35,0		

Fonte: Centro de Estudios para la Nueva Mayoria (cuadernos)

A estabilidade econômica aparece na análise comparada de Fraga ([2000]) dos quatro países do Cone Sul como um fator determinante da imagem da gestão dos seus Presidentes e a melhor imagem é a do Presidente do Chile, Patricio Aylwin Azócar, com inflação menor do que 1% em março, seguida do Presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Herrera, com um dígito no mesmo mês, seguida da do Brasil que chega a 20% mensal e a pior é a da Argentina, aonde a inflação mensal chega a 27% ao mês, antes do lançamento do plano de conversibilidade.

Enquanto os Presidentes dos países que encabeçavam economias mais estáveis como o Chile e o Uruguai tinham obtido bons índices de aceitação, os de países de alta inflação mostram uma clara evolução negativa quanto à opinião pública.

No dia 7 de maio, Cavallo fez um discurso para o povo onde apresenta os resultados no primeiro mês de Plano. Apresenta, pela primeira vez na história, as contas fiscais do setor público consolidadas. Evitou, entretanto, entrar no triunfalismo corriqueiro, declarando que, embora os resultados tenham sido alentadores, ainda não eram suficientes. Enfatizou o aumento da arrecadação com foco no aumento das receitas de impostos novos, o Imposto de Valor Agregado – IVA e outros, além de declarar que resistiria às orientações do FMI quanto ao aumento generalizado de impostos.

Porém, sabia-se que a necessidade de aumentar a arrecadação seria inevitável dado que os prognósticos de aumento do gasto público eram de aumentos futuros.

No discurso, Cavallo focalizou as principais idéias: o desejo de inaugurar décadas de estabilidade crescimento; o desejo de permanência, de sustentabilidade; o objetivo de aumentar a arrecadação; a luta contra a evasão fiscal; o aumento do gasto público em pagamentos de salários e em investimentos em infra-estrutura, como resultado de um aumento de arrecadação; o repasse recorde de recursos para as Províncias; um alto superávit operacional visando acumular recursos para saldar compromissos com a dívida interna e

externa de forma a não emitir; e flexibilização dos contratos de trabalho de forma a permitir um aumento de produtividade.

Em maio de 1991, a distribuição das principais preocupações da sociedade girava, nesta ordem, em torno: dos salários baixos, da corrupção administrativa, da educação, da inflação, do desemprego e outros pontos.

A questão dos salários foi prioritária neste momento, desde dezembro de 1990, e o desemprego também, dadas as recentes demissões, tanto no setor privado como no setor público, bem como com a reorganização do Estado.

A Tabela 10 apresenta a distribuição percentual das principais preocupações do povo argentino.

Tabela 10 Principais Preocupações da Sociedade (dez 90-mai91)

Problemas	Dez/90	Fev/91	Mar/91	Abr/91	Mai/91
Salários Baixos	27,2	35,3	41,5	37,8	30,3
Corrupção administrativa	19,8	25,0	24,0	22,1	15,3
Educação	11,5	9,9	8,1	10,9	10,5
Inflação	7,2	8,3	10,4	9,5	6,9
Desemprego	12,3	2,9	8,1	8,6	20,7
Drogas	5,9	7,4	3,4	4,8	7,1
Auge da delinqüência	6,4	2,8	1,8	2,6	4,4
Outros	7,7	5,7	3,1	3,3	4,6

Fonte: Centro de Estudios para la Nueva Mayoría

Notas: adaptações e traduções - Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina".

O lançamento do Plano Cavallo produziu muitas modificações na política laboral do governo Menem. O congelamento salarial no setor público a partir de abril foi uma peça fundamental do Plano de Estabilização e uma sinalização clara da força política do governo. Assumida a decisão de congelar os salários do funcionalismo o governo pode explicar os aumentos prévios do setor estatal e pode, a partir disto, impedir aumentos no setor privado.

Essa atitude foi fundamental nas negociações com a Unión Obrera Metalúrgica (UOM) dada a sua tradicional influência neste tipo de dinâmica. Aparece aí um ponto de conflito, comum em todos os países, que é a diferença de tratamento do problema dos aumentos salariais pelas duas pastas, a da Economia e a do Trabalho.

No Governo, aparecem linhas diferenciadas de pensamento. O Ministro do Trabalho foi ao encontro de aportar benefícios aos trabalhadores sem conflitar com Cavallo e Menem, e de uma maneira geral, se alinhava apoiando a Confederação Geral do Trabalho (CGT).

No campo dos conflitos sindicais, evidenciam sua presença os grupos dos funcionários públicos ou os chamados grêmios estatais, os docentes e os metalúrgicos. Assim, o sindicalismo perdia espaço, a despeito das ações do Ministro do Trabalho Rodolfo Díaz em

manter uma política tradicional, defendendo uma nova Lei de Emprego, enquanto Cavallo cuidava de desenvolver uma política mais progressista através da desregulamentação do mercado de trabalho e as convenções coletivas de trabalho, negociações, arbitragens e conciliações.

Cavallo era e é muito capaz, mas não há super-homem que possa compreender tantas questões ao mesmo e em tão pouco tempo. Assim, o Cavallo *Concertador* cometeu erros que, de certa forma, desconcertaram a muitos. Ao contrário do Brasil, que teve uma equipe fortemente coesa e competente, desde o próprio FHC, o Ministro da Economia e o Presidente do Banco Central, a Argentina só teve Cavallo.

As preocupações do povo argentino, no momento, começavam pelos salários e pela corrupção administrativa, cerca de 60% e o resto delas orbitava em torno de educação, a própria inflação, o desemprego e as drogas. Como se pode observar, mesmo em um ambiente de altíssima inflação, as preocupações não eram com ela, mas sim com a corrupção e os baixos salários, é claro, pois um povo que respira dólar, naturalmente não se preocupa com a desvalorização da sua própria moeda (FRAGA apud BRODA, 1991).

Para ilustrar esta assertiva, observa-se naquele momento a alta credibilidade de Menem em 21,8%, só superada por Eduardo Angelóz, mas superando praticamente todos os políticos argentinos mais importantes.

Dentro do próprio governo haviam forças conservadoras antagônicas que pressionavam negativamente a operacionalização do Plano de Estabilização. Todos os planos de estabilização produziram, nos últimos anos, inicialmente, resultados satisfatórios em todos os países: queda das taxas de inflação e de juros; reativação econômica; aumento do poder aquisitivo dos salários e uma forte sensação de bem estar na sociedade. Entretanto, para sustentar estes resultados, é necessário incrementar os investimentos privados, o que só é possível a partir da existência de confiança no governo o que permite sustentar a previsibilidade das políticas, deter a fuga de capitais para o exterior e promover o retorno dos capitais que fugiram.²⁷

²⁷ Para Broda (1992), a Realidade argentina de abril/maio de 1991, onde nem o equilíbrio fiscal era consistente e nem se havia conseguido um nível satisfatório de educação econômica dos governantes, era uma espécie de condição pendular. Quando há riscos de inflação, o poder político se subordina ao comando econômico mas, quando a inflação abaixa, o poder público vem com propostas só exequíveis com níveis de inflação de 3 a 6 % ao mês. Em julho de 1991, a perspectiva de Broda (1992, p. 95-96) já se modificava. Para ele, podem haver muitos que recordem a euforia dos primeiros meses de um plano de estabilização, mas, naquele momento as coisas estavam ficando complicadas e já havia os que acreditavam que tudo ia por água abaixo.

A Carta (de BRODA) sempre acreditou que este programa econômico seria o salvador da pátria, que não deveria ser analisado da mesma forma que os outros dezoito anteriores, entretanto sempre acreditando que estrada a trilhar não seria reta. No caso de uma dificuldade, da véspera de uma hiperinflação, todo o país se une e apóia os “planos salva-vidas” de forma a impedir conflitos sociais e maiores problemas, mas quando a taxa de inflação baixa, como já dito anteriormente, se cai na

Naquele momento, a imagem de Menem na opinião pública, a despeito de todos os seus esforços, estava mais baixa do que a de Cavallo. A Tabela 11 apresenta uma comparação entre a imagem de Menem e a de Cavallo e a Tabela 12 apresenta uma comparação entre a imagem do governo e das medidas econômicas.

Tabela 11 Comparação entre a Imagem de Carlos Menem e de Domingo Cavallo (abril a setembro de 1991)

Imagem de Menem (1 e 2 de setembro de 1991)			Imagem de Cavallo (1 e 2 de setembro de 1991)				
	Positiva	Regular	Negativa		Positiva	Regular	Negativa
199104	31,5	33,2	34,8	199104	33,1	23,7	19,6
199106	34,5	28,5	36,3	199106	39,6	29,5	25,7
199107	37,1	29,3	33,4	199107	42,1	30,6	24,5
199108	38,0	35,9	25,8	199108	32,8	41,1	23,6
199109	43,3	26,6	29,9	199109	51,7	26,1	19,2

Fonte: Lynch, Menendez, Nivel apud Broda (1992)
Média da Capital e de Buenos Aires

Tabela 12 Comparação entre a Imagem do Governo e das Medidas Econômicas do Momento

Imagem do Governo			Imagem das medidas econômicas de Cavallo				
	Positiva	Regular	Negativa		Positiva	Regular	Negativa
199104	21,2	40,1	37,4	199104	39,7	25,8	20,0
199106	25,0	33,5	39,0	199106	30,2	30,6	32,7
199107	29,4	36,4	32,5	199107	34,1	30,4	29,1
199108	27,1	43,8	27,5	199108	26,0	35,8	35,8
199109	39,0	30,1	30,0	199109	50,4	25,6	19,2

Fonte: Lynch, Menendez, Nivel (1 e 2 de setembro de 1991)
Média da Capital e de Buenos Aires
Compilação e adaptações: o autor

Pode-se observar, a partir da análise das Tabelas 11 e 12 que a pessoa do governante estava com maior aceitação do que as suas próprias políticas. Em média, a figura do

loucura de crer que uma taxa mensal de inflação de 3% significa estabilidade ou “mar de almirante” e neste cenário de euforia ignorante, se iniciam as concessões avessas e irresponsáveis.

Por sorte, diz Broda (2006) a Argentina vivia um momento em que, tanto o Presidente como o Ministro da Economia, estavam pessoalmente comprometidos com as próximas eleições e, por isto, identificados com a vontade comum de chegar bem nas eleições, admitindo para a sociedade como irreversível o caminho traçado, rechaçando qualquer atitude de retorno ao passado e evitando qualquer tipo de concessão que pudesse afetar a tendência de queda da taxa de inflação. Neste ponto, a estabilidade volta a ser prioridade muito mais política do que técnica.

A Carta (apud BRODA, 1991) estabeleceu um prognóstico de que Menem seguiria apoiando Cavallo e seu Plano Econômico e que o próprio Ministro Cavallo, que vinha perdendo poder, teria que passar a buscar financiamento para cada nova despesa que viesse. E isto, de certa forma, aconteceu com base em um novo acordo *stand by* em 29 de julho e desembolsado antes de 5 de agosto. Isto deu um alívio a Cavallo e permitiu que se prognosticasse: uma taxa de inflação em torno de 2,2% e 3,6%, centrada em 2,6% ao mês; e uma estabilização dos níveis do poder aquisitivo dos salários ao mesmo patamar de junho.

Os capitais estrangeiros começaram a voltar porque o país estava ficando confiável e previsível em médio prazo e a maioria da sociedade estava apoiando as reformas estruturais.

Os indicadores reais de nível de produção, o poder aquisitivo dos salários e os indicadores financeiros de estoque de Reservas do Banco Central de la Republica Argentina – BCRA e os *argentólares* estão nos seus melhores níveis e momentos da história. Broda (1992) apresenta uma pequena equação para mostrar didaticamente a questão.

Como ocorre em qualquer família, para fazer frente aos juros e amortizações de suas dívidas acumuladas, esta deve recorrer ao excesso de seus ingressos dos salários sobre seus gastos correntes (superávit operacional), ou vender o apartamento deixado pelo tio (privatizações) ou cultivar uma amizade como o gerente do Banco para que lhe dê crédito (recursos para ajustar a sua dívida externa). Assim, resta a seguinte equação:

Superávit operacional + Privatizações + recursos para ajustar a sua dívida externa = Serviços da dívida interna + serviços da dívida externa.

Com o superávit operacional se buscava obter saldos positivos a partir do aprimoramento dos instrumentos de arrecadação e o processo de privatização foi acelerado para engordar o que o superávit operacional não conseguia, além dos recursos para ajustar a sua dívida externa que estavam começando a chegar de fundos diversos.

Presidente Menem estava com aceitação do que seu próprio governo e o mesmo se pode dizer de Cavallo que contava pessoalmente com cerca de 10% de aceitação a mais do que sua própria política econômica.

A partir desta plataforma, o governo trata de consolidar suas leis no Congresso: a reforma laboral, a fiscal, da previdência e a financeira terão prioridade neste quadro favorável. Ou seja, o processo eleitoral, corroborou os resultados das pesquisas e mostrou a existência de consenso quanto à questão econômica e também apoio popular ao Projeto do Presidente Menem. Basicamente o governo teve 20% de votos contra seu projeto, principalmente vindos da oposição.

Assim, a ordem de prioridade dos problemas²⁸ se apresenta no Quadro 4.

Quadro 5 Evolução da Prioridade dos Problemas

	199108	199706	199712	Comentários
Salários Baixos	30,21	13,50	5,20	Claro declínio pelo tema ao fim de 1997
Corrupção Administrativa	22,68	14,10	15,60	Queda e estabilização das preocupações da sociedade com o tema
Educação	11,26	10,20	3,80	Claro declínio das preocupações da sociedade sobre o tema
Desocupação	9,78	40,50	35,40	Claro aumento das preocupações da sociedade com o tema
Saúde	7,19	1,70	2,30	Declínio das preocupações da sociedade com o tema
Drogas	6,73	2,50	4,90	Aparente estabilidade no nível de preocupação da sociedade com o tema
Inflação	5,74	Não aparece na pesquisa em 1997 *
Delinqüência	4,65	Não reaparece na pesquisa em 1997 *
Dívida Externa	2,03	Não reaparece na pesquisa em 1997 *
Direitos Humanos	0,95	Não reaparece na pesquisa em 1997 *
Questão Militar	0,45	Não reaparece na pesquisa em 1997 *
Justiça	...	8,50	7,10	Novas questões aparecem com baixa prioridade na opinião Pública
Aposentadoria	...	2,50	6,40	Novas questões aparecem com baixa prioridade na opinião Pública
Segurança	...	2,90	19,30	Novas questões aparecem com baixa prioridade na opinião Pública
Outros	*	6,90	*	

Fonte: Fraga, 2001BK & Broda, 1996.

* (em 1991 já eram temas de baixa prioridade)

Adaptação e Montagem próprias

Como apresenta o quadro acima, e era de se esperar, a prioridade dos problemas para a opinião pública foi mudando à medida que os mesmos iam sendo solucionados pelo governo. Em um balanço da Conversibilidade de seis meses de governo Broda (Carta Econômica – Dezembro-Janeiro de 1992. EE 4) explica que o primeiro passo para lograr uma nova ordem econômica era a estabilidade monetária e de preços e, também, que a questão era essencialmente fiscal que implicava focalizar o gasto público.

Ainda assim, persistiu a dificuldade de caminhar na direção de uma política de flutuação cambial e por isso foi decidido adotar não só uma política de câmbio fixo como também resguardá-la através de uma lei.

²⁸ Média dos dados obtidos em pesquisa feita nas Províncias no mês de agosto de 1991

Assim dizendo, o Banco Central da República Argentina (BCRA) passou a, por lei, comprar e vender todos os dólares que a comunidade lhe entregasse ou lhe pedisse, a respaldar todos os austrais que emitisse (oferta de base monetária) 100% com divisas, mesmo que com algumas podres como os Bonex²⁹.

A despeito dos Bonex, o ambiente criado permitiu a criação de um patamar de confiabilidade muito grande que teria que ser garantido ao longo do tempo ou mesmo até que mudasse a lei. Daqui se pode depreender o perigo que foi a sanção dessa Lei, uma vez que universalizava e garantia uma atitude do governo frente a um futuro incerto e com toda a certeza, dadas as variáveis envolvidas no cenário externo, fora do seu controle, atrelando sua moeda ao dólar.

A Tabela 13 apresenta a evolução da imagem de Menem nos seus dois primeiros anos de governo.

Tabela 13 Evolução da Imagem de Menem

Imagem	198812	198912	199012	199112	199102	199103	199104	199105	199106	199107	199108	199109	199110	199111	199112
Positiva	43,1	47,6	41,8	50,2	35,2	30,5	31,5	...	34,5	37,1	38	43,3	50,2
Regular	21,4	29,5	29,5	28,2	32,6	24,8	33,2	...	28,5	29,3	35,9	26,6	28,2

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel

Da observação da Tabela 13 depreende-se que em média a avaliação positiva ficou alta, em cerca de 40,25%, com uma taxa de variação final 16,1% maior e que a avaliação regular média foi 28,9% com um aumento significativo de 31,8%, ou seja, a despeito de ter ocorrido um aumento na avaliação positiva, houve um aumento muito maior na regular o que denota uma substancial mudança na visão opinião pública que não havia se manifestado positivamente sobre a imagem do presidente argentino.

A Tabela 14 apresenta a evolução comparada do desempenho do governo Menem nos seus dois primeiros anos.

Tabela 14 Avaliação comparada entre o desempenho de períodos do governo Menem

Governo de 1991 em relação ao de 1990		Governo de 1992 em relação ao de 1991	
Opinião	Relação	Opinião	Relação
Melhor	58,9	Melhor	47,7
Igual	24,2	Igual	19,0
Pior	13,4	Pior	13,9
Não sabe	3,5	Não sabe	19,5

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel apud Broda (1992)

²⁹ Bonex foram bônus que o governo Menem criou em 1990 para manter o dinheiro dos poupadores em conta de forma a usá-lo para financiar o déficit público. Esta foi outra medida que gerou insatisfação no povo argentino.

Quanto a Tabela 14 observa-se que, em todos os casos, exceto quanto aos indecisos, a avaliação do desempenho comparado do primeiro governo de Menem com a do segundo, cai, confirmando a análise da Tabela 13. Neste momento a imagem de Cavallo estava bem melhor do que a de Menem, em um ambiente de disputa para o próximo processo eleitoral.

A evolução das preocupações da sociedade coloca neste ponto a inflação como tendo prioridade menor que média das avaliações em contrapartida a desocupação e os salários passam a preencher a maioria das preocupações do povo, e parece que até agora, só os salários são reclamados pelos argentinos, a despeito dos índices de desemprego terem diminuído³⁰.

Daí, quanto mais o Estado resolve o problema da Inflação, mais se vê premido pela necessidade de focalizar e solucionar problemas nas áreas indelegáveis. A evolução da prioridade dos problemas é mostrada na Tabela 15.

Tabela 15 Evolução de prioridade de problemas para a sociedade

	199108	199706	199712
Salários Baixos	30,21	13,50	5,20
Corrupção Administrativa	22,68	14,10	15,60
Educação	11,26	10,20	3,80
Desocupação	9,78	40,50	35,40
Saúde	7,19	1,70	2,30
Drogas	6,73	2,50	4,90
Inflação	5,74
Delinqüência	4,65
Dívida Externa	2,03
Direitos Humanos	0,95
Questão Militar	0,45
Justiça	...	8,50	7,10
Aposentadoria	...	2,50	6,40
Segurança	...	2,90	19,30
Outros	*	6,90	*

Fonte: Fraga, 2001BK & Broda, 1996

Compilação, Adaptação e Montagem: o autor

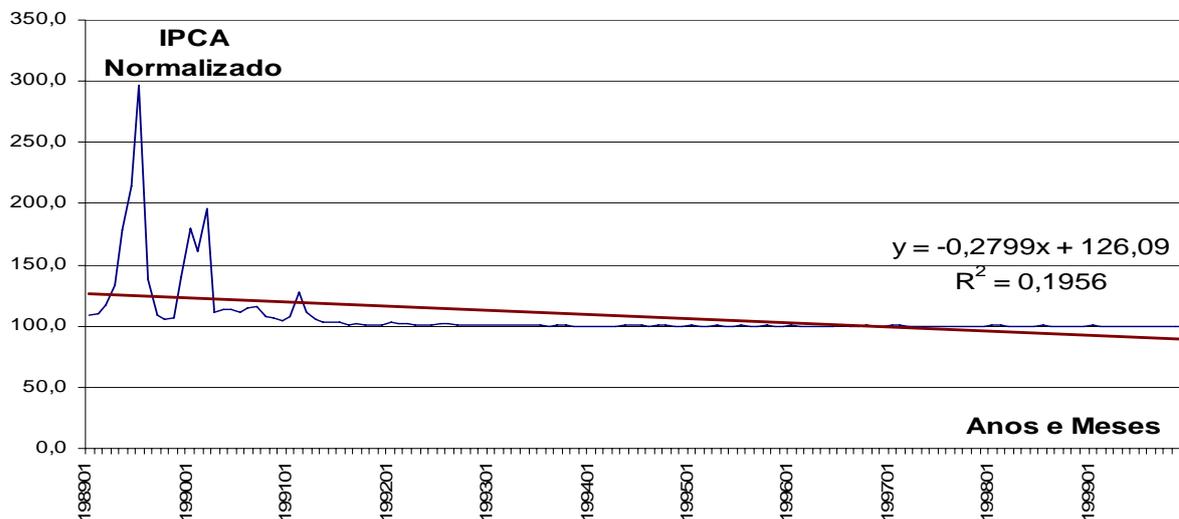
Notas: * Não houve contagem neste ano; ... Não foi objeto desta pesquisa

Da observação da Tabela 15 depreende-se que as prioridades ou as inquietações da sociedade argentina vão se alterando com as mudanças provocadas pelas práticas políticas, como já apresentado anteriormente. Em 1991 a maior preocupação do povo eram os salários, seguida da corrupção administrativa e da educação, depois disto vinham outras questões e a inflação figura como preocupação de apenas 5,74% do povo, o que pode ser considerado natural, pois neste momento a euforia era grande quanto aos resultados iniciais da implementação do Plano Cavallo.

³⁰ Hoje o argentino médio reclama dos baixos salários, os que trabalham. Entretanto acreditam estarem melhor do que antes, mesmo trabalhando mais e recebendo menos.

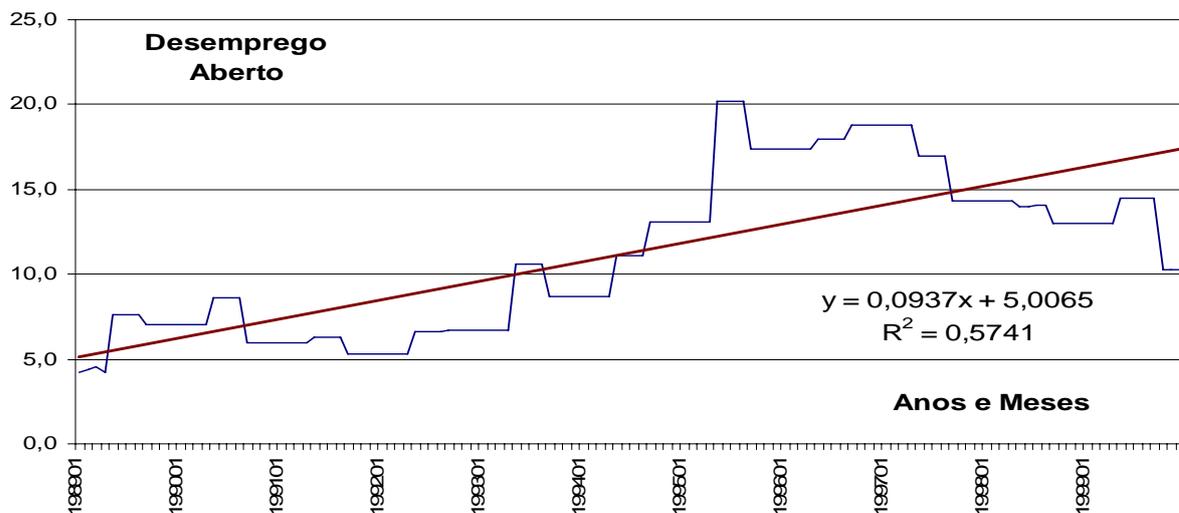
Os Gráficos 15 e 16 apresentam a evolução do Índice de Inflação e o Desemprego respectivamente.

Gráfico 15 Evolução do Índice de Preços ao Consumidor de janeiro de 1989 a dezembro de 1999.



Fonte: INDEC

Gráfico 16 Taxa de desemprego Aberto (Janeiro de 1989 a dezembro de 1999)



Fonte: INDEC

Compilação e montagem: o autor

Nota: o comportamento do desemprego apresenta esta forma porque até 1999 o índice não era medido todos os meses, assim foi considerado nesta série que nos meses onde não foi feita a coleta de dados por parte do INDEC, considera-se sempre a última observação.

A observação dos Gráficos 15 e 16 permite concluir que até fins de 1993, as taxas de inflação caem vertiginosamente enquanto que a evolução da taxa de desemprego aberto permanece quase constante. A partir de 1994, no entanto, as taxas de desemprego crescem e a desocupação passa a ocupar as mentes dos argentinos com máxima intensidade e assim continua até 1997, mesmo com uma ligeira queda.

A longo do tempo observa-se a tendência crescente para o desemprego e decrescente para a inflação. Fica claro que a estabilização a partir de metas de inflação traz consigo o desemprego e que, a despeito de, no curto prazo ocorrer certa estabilização na desocupação, no longo prazo o desemprego tende a crescer.

Neste ponto cabe resumir as conceituações e inter-relacionamentos entre os principais eventos da implementação do Plano Cavallo e o sentimento de confiança que a sociedade depositou no governo argentino durante a mesma.

Embora não explicitamente mencionada a inter-relação entre a confiança no governo e a implementação do Plano Cavallo, a literatura indica os diversos momentos em que o sentimento de confiança da sociedade argentina no seu governo foi abalado por diversos motivos envolvendo a operacionalização de políticas públicas de estabilização econômica. Este capítulo buscou, a partir de uma revisão bibliográfica e documental, compreender e apontar estes momentos.

O Plano Cavallo iniciou sem uma preparação prévia, ao que parece saiu da cabeça de Domingo Cavallo apenas, inspirado pelas instituições internacionais ligadas ao Banco Mundial. Nos primeiros meses de governo de Carlos Menem a taxa de inflação, que vinha de uma hiperinflação, continuou a subir. Parece que Cavallo e Menem só tinham uma saída, a conversibilidade, já que todos os depósitos do povo argentino estavam dolarizados, porque àquela altura ninguém acreditava no peso ou qualquer que fosse a moeda em curso.

Ferrer (2006) concordou com o autor, quanto a ser possível explicar esta questão a partir de duas visões: a primeira que envolve o aspecto cultural da sociedade argentina que sempre viu para fora de seu país, idolatrando a moeda norte-americana e a Espanha como parceira; e a segunda, um pouco mais longínqua, se origina um ou dois séculos atrás na questão da liberdade das províncias em relação a Buenos Aires, em uma época na qual as províncias podiam emitir as suas próprias moedas.

2.8 Planos – Real e Cavallo, principais interconexões com o sentimento de confiança das duas sociedades.

Importa ressaltar os pontos de simetria e assimetria entre as implementações dos dois Planos – Real e Cavallo, apontando suas principais interconexões com o sentimento de confiança que as duas sociedades a do Brasil e a da Argentina percebido quanto à ação dos seus dois governos.

Nos períodos considerados nos dois países, podem ser apreciadas duas etapas ou dinâmicas nas presidências de Carlos Saúl Menem e de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1989 a janeiro de 1995, e muitas diferenças. Enquanto na Argentina decorria um momento de alegria e ufanismo nacional e esperança em Menem, no Brasil, diversas turbulências assolaram o panorama nacional, decorrentes ambas de estados de hiperinflação acelerada e de um quadro internacional comum. A despeito desse quadro e bases também comuns que focaram a estabilização econômica, as dinâmicas instaladas demonstraram resultados diversos.

Na Argentina, a volta ao peronismo com a posse de Menem, e no Brasil, a conturbada passagem de Collor amenizada pela sua substituição por Itamar Franco, depois de um processo de *impeachment*.

Assim, enquanto na Argentina o governo se estabilizava, no Brasil ainda cambaleava. Ou seja, embora os dois governos tenham se instalado em tempos cronológicos diferentes, passaram por problemas semelhantes e foram submetidos aos mesmos *inputs* externos. Cabe observar que, por óbvio, os resultados foram diferentes, haja vista a diferença nas respectivas culturas políticas de cada povo.

Algumas semelhanças podem ser arroladas: o instituto da reeleição que na Argentina foi resultado do bem sucedido Pacto de Olivos³¹ que definiu novos horizontes para o país a partir não só da reeleição como também da criação de mais uma cadeira no senado para cada Estado, o que veio facilitar a presidência de Menem.

No Brasil o instituto da reeleição foi conseguido a partir de longa tramitação no Congresso com muito desgaste para o Presidente “diante das acusações, por parte da oposição, de compra de votos, embora nunca comprovadas” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 474).

O perfil político dos dois presidentes era bem distinto. Enquanto Menem personificava o político profissional, velha raposa da política provincial, FHC se destacava como um acadêmico que havia se passado para a política, embora tendo em seu *curriculum vitae* um cargo de Senador da República e outro de Ministro de Estado. Menem já era uma figura

³¹ El antecedente político de la reforma constitucional de 1994 fue el Pacto de Olivos firmado el año anterior entre los jefes de los dos principales partidos políticos del país: Raúl Alfonsín (Unión Cívica Radical) y Carlos Menem (Partido Justicialista). Uno de los puntos “oscuros” del acuerdo, difundido por los medios de comunicación, fue la renovación parcial de la Corte Suprema que se produciría con la renuncia de algunos de sus miembros. Como consecuencia, dimitieron Mariano Cavagna Martínez y Rodolfo Barra, quienes fueron reemplazados por Guillermo López y Gustavo Bossert. Los acontecimientos reflejaron cómo los popes de los partidos negociaron cargos y leyes pasando por arriba de las instituciones. La última incorporación en la década del ‘90, ocurrió tras la salida de Ricardo Levene, en 1995, sustituido por Adolfo Vázquez, amigo personal de Menem. (BOSSI, 2006)

política de destaque no seu país e a sua indicação para a presidência foi fruto de uma grande habilidade de reunir facções diversas, entre elas dirigentes sindicais.

Para Fausto e Devoto (2004, p. 476), este passado acadêmico conferiu a FHC a possibilidade de rever conceitos e ideologias de forma mais cautelosa e consistente, mas com uma característica comum com Menem: “a percepção de que o mundo e os respectivos países viviam um novo quadro, ao qual era necessário dar uma resposta que não passava pelas fórmulas protecionistas do nacionalismo, pela sustentação de certo tipo de *welfare state*, no caso argentino, nem muito menos pelas antigas receitas populistas, as quais, aliás, Fernando Henrique nunca sustentara”.

Para os autores, o título de neoliberal aplica-se com perfeição apenas a Menem, que seguiu à risca os receituários internacionais, tendo, no seu primeiro mandato, sido considerado pelos organismos internacionais como um modelo a ser seguido pelos outros países em desenvolvimento, a despeito de, nos primeiros momentos também terem sofrido com a incredulidade do meio internacional que só passa a apoiá-los depois dos sucessos iniciais do Plano Cavallo.

Quanto à base de sustentação inicial dos dois governos, também cabe comentário. Na Argentina, Menem começou seu primeiro mandato sem apoio congressional até a tomada de posse de novos membros em dezembro de 1989. Ainda assim, com maioria da Câmara, Menem teve que apelar para uma espécie de “terrorismo argumentativo” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 478) apresentando sempre como única solução, a dada pelo executivo, o que foi facilitado pela conjuntura hiperinflacionária vigente, além de ter iniciado seu Governo aplicando o Plano Bonex³², que confiscou ativos de pessoas físicas no sistema bancário o que nunca é agradável para nenhuma sociedade.

Já FHC teve logo de início o apoio do Congresso, tanto pelo amplo arco de alianças como pela existência prévia de um Plano de Ação Imediata, que foi a base para implementação do Plano Real, mesmo antes da sua posse como Presidente, o que, de uma certa forma, contribuiu para uma forte dose de confiança pré-posse.

Na Argentina foi muito mais fácil o início da implementação do Plano Cavallo. Lá, a aprovação da Lei de Emergência Econômica e da Lei de Reforma do Estado conferiu ao Presidente poderes para decidir sobre como seriam as privatizações, por exemplo.

Quanto ao pacto federativo também cabem comentários sobre as diferenças entre o Brasil e a Argentina. Lá, apesar dos instrumentos de centralização do poder, que não

³² O Plano Bonex foi adotado na Argentina em um de janeiro de 1990 por Ermán Gonzalez. Para Cavallo (apud BETING, 2006) foi um desastre.

bastaram, Menem passou a dar concessões às províncias, passando para a sua esfera diversas atribuições antes do Estado Federal, aumentando a compensação financeira das mesmas o que, no entanto, não bastou, pois a despesa das mesmas sempre ficou além das receitas gerando um caos nos médio e longo prazos, como, por exemplo, das Províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, as maiores e, por conseguinte, as principais formadoras de opinião sobre o governo central.

No caso do Brasil, a partir de Constituição de 1988, o pacto federativo ficou bem claro e descentralizado. O Estado Federal passou para a esfera dos Estados Federados e dos municípios, diversas funções antes suas acompanhadas de recursos oriundos de participação em receitas tributárias nacionais e também a possibilidade de tributar, antes limitada.

Por outro lado os governos do Brasil e da Argentina também cuidaram da possibilidade de legislar em casos específicos sem o concurso de seus Congressos, a partir, lá, dos Decretos de Necessidade e de Urgência, os DNUs., e aqui através das Medidas Provisórias, que não sofreram alteração até setembro de 2001, quando o próprio Congresso limitou o seu uso impossibilitando as sucessivas prorrogações.

Na Argentina, a explicação de parte desta ação se dá pela tradição caudilista do argentino e como causa comum, pode ser apontado o baixo sentimento de confiança depositado nos parlamentos nos dois países no período considerado. De certa forma, estas medidas: os DNUs, na Argentina, e as MPs, no Brasil contribuíram para acelerar a operacionalização de medidas que precisavam de celeridade na sua aprovação e implementação.

Menem iniciou as privatizações em 1990, que antes no Brasil já haviam sido pensadas desde 1970. Aqui a privatização só foi incluída na agenda da política econômica em 1981, com a criação da Comissão Nacional de Desestatização que identificou cerca de 140 estatais prontas para serem privatizadas em curto prazo. O Governo Collor aprimorou o processo criando o Programa Nacional de Desestatização.

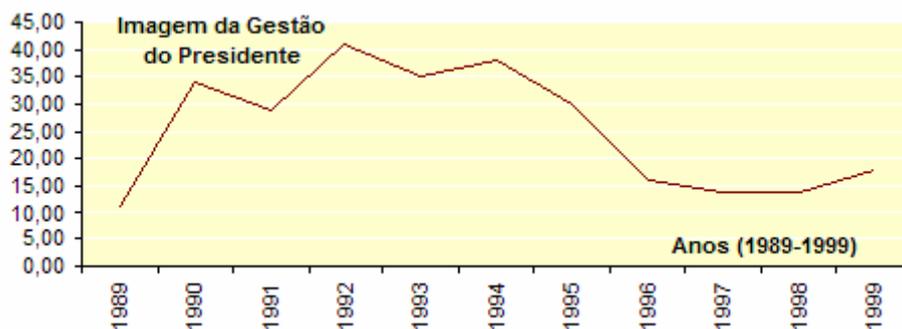
No caso do Brasil, as privatizações³³ seguiram de forma acelerada e de acordo com o órgão de controle e gestão do fundo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

³³ O processo de privatização de empresas nas quais tinha participação teve seu timão direcionado para o BNDES em 1990. O governo designou o Banco como gestor do Fundo Nacional de Desestatização, e como isto esta instituição se tornou responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização começando como o primeiro e emblemático leilão da venda da Usiminas, em 1991. Para Realizá-la com êxito, foi necessário superar enormes obstáculos e resistências inerentes à condução do processo e uma dessas dificuldades foi o desconhecimento da sociedade sobre as vantagens de transferir à iniciativa privada a responsabilidade pela produção de aço e outros bens, de modo que o Estado pudesse cuidar de suas atribuições específicas – educação, saúde, justiça, segurança.

O Plano Cavallo foi recebido com entusiasmo pela sociedade argentina em um momento extremamente favorável (FERRER, 2001). A recuperação dos salários reais e a eliminação da hiperinflação conferiram prestígio e confiabilidade à condução da economia Argentina, e o país cresceu em ritmo acelerado até a crise mexicana em fins de 1994.

O Gráfico 17 apresenta o comportamento do sentimento de confiança do argentino na gestão de Menem de 1989 a 1999.

Gráfico 17 Comportamento do Sentimento de Confiança na Gestão de Menem



Fonte: Centro de Estudios para la Nueva Mayoría – Cuadernos – Elaboração: o autor

De acordo com Fausto e Devoto (id) o PIB argentino elevou-se de 1991 a 1994 em média 9,1%. Ocorreram ganhos salariais no setor privado dada a maior demanda por trabalho embora crescesse também o desemprego gerado pela reestruturação da economia, que, segundo Lascano (2001), produziu saldos provenientes da venda das estatais que antes consumiam cerca de 10% do orçamento nacional.

A questão do desemprego³⁴, ou seja, relação entre a PEA e o percentual de desempregados, também merece nota, por ser no período considerado, a questão mais complicada e significativa tanto no Brasil como na Argentina. No governo FHC o índice de desemprego aberto passou de cerca de 4,8% da PEA em 1995 para 7,2% no segundo semestre de 2002³⁵.

³⁴ Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que segue critérios internacionais, a PEA (população economicamente ativa) compreende todo o potencial de mão de obra produtiva, as pessoas desocupadas que não têm trabalho, mas estão dispostas a trabalhar e as ocupadas, abrangendo empregados, trabalhadores por conta própria e empregadores. O contapropismo é um termo que significa trabalho por conta própria. Muito usado modernamente inclusive na língua espanhola *cuentapropismo* define uma parcela de trabalhador não remunerado formalmente. No Brasil (JANUZZI, 2005, P. 177), “do ponto de vista das condições de inserção ocupacional da força de trabalho, as diferenças se mantêm significativas e mais desfavoráveis ao Nordeste, onde se encontram maiores parcelas de membros não remunerados, trabalhadores na produção para próprio consumo e trabalhadores por conta própria. O contapropismo não é, contudo, uma especificidade do mercado de trabalho regional do Nordeste, mas atinge parcelas significativas nas várias regiões. Mesmo no mercado de trabalho da Região Sudeste, mais urbano e complexo, e onde o assalariamento atinge níveis mais expressivos – 61,5% dos ocupados, quase um quinto, são conta-própria”.

³⁵ Se considerada a metodologia do DIEESE e a nova metodologia que o IBGE passou a adotar, os números são ainda mais desalentadores, chegando a 12% ao invés dos 7,2% acima apresentados.

Este fenômeno do incremento do desemprego tem várias causas, tanto na Argentina como no Brasil. A elevação da PEA, que foi positiva nos dois governos FHC, mas não sobrepujou a modernização das empresas motivada pela impulsão da abertura da economia e pela agregação de tecnologia nos processos de produção que não criou um correspondente incremento dos postos de emprego.

Dados comparativos mostram muita disparidade entre o que ocorreu aqui e o que ocorre na Argentina.

A Tabela 16 mostra um esboço comparativo do comportamento do desemprego nos dois países no período de 1991 a 1999.

Tabela 16 Comportamento do Desemprego no Brasil e na Argentina (1991-1999)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Argentina	...	6,90	...	10,70	17,40	17,10	18,80	13,20	14,50
Brasil	4,84	5,78	5,32	5,06	4,65	5,43	5,67	7,60	7,53

Fontes: IBGE e INDEC – Elaboração: o autor

Depreende-se da tabela acima que a situação na Argentina ficou muito pior do que a do Brasil. Assim, como desemprego se relaciona diretamente com desigualdade social³⁶, a despeito de o Plano Real ter, a princípio, demonstrado resultados favoráveis no que toca a distribuição de renda se mostrou ineficiente no longo prazo no que respeita a desigualdade social.³⁷

Para Fausto e Devoto (2004) estas observações negativas não podem ser atribuídas a Menem, cuja legitimidade e aparente sucesso pessoal deveram-se exclusivamente aos êxitos iniciais do Plano Cavallo enquanto existiram e despencaram quando o quadro recessivo se aprofundou, mas sim ao próprio processo de estabilização, diretamente relacionado com o aumento do desemprego.

A conversibilidade imposta por lei, somada à possibilidade de depositar seus haveres em dólar levou a sociedade portenha a um caos no médio prazo, pela fragilidade da sua economia. Apenas uma dezena de ilhas ou territórios, segundo o Banco Mundial (LASCANO, 2001) aderiram à conversibilidade nos anos 1990, como expediente para regular a oferta de dinheiro e de crédito.

³⁶ Para Luna (2006), “uma das conseqüências diretas da concentração da riqueza é o processo de exclusão social – intimamente ligado ao aumento dos índices de violência e dos níveis de desemprego. A ausência de oportunidades de trabalho em larga escala alimenta e estimula a desigualdade social. Com os impactos causados pelas inovações tecnológicas, as transformações no mercado de trabalho, a internacionalização da economia e o desemprego estrutural, entre outros pontos, países da América Latina sofrem de forma mais acentuada os efeitos de uma estrutura que acentua as desigualdades”.

³⁷ Uma evidência da relação entre a desigualdade e o desemprego é o aumento da desigualdade de renda medida pelo índice de Gini em 3.654 municípios do Brasil na década de 90 e em 23 Estados brasileiros o índice é pior em 2000 do que era em 1991 em paralelo com o crescimento acelerado dos índices de desemprego no mesmo período. Ver http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Press_Release_1.doc e Tabela 29 desta pesquisa.

Se a taxa de câmbio fixa adotada pela Argentina se constituiu em uma prática importante para estabilizar os preços em 1991, a perpetuação dela no longo prazo se converteu em um forte contratempo, basicamente a partir de setembro de 1992, quando ocorreram os desalinhamentos cambiais na Europa e as crises que se seguiram no México em 1994, na Tailândia em 1997, na Rússia em 1998 e no próprio Brasil em 1999.

É preciso considerar que a sobrevalorização do peso frente ao dólar alentou importantes endividamentos públicos e privados irresponsáveis, sobretudo em contextos de crescente desemprego, restrições de crédito, déficits fiscais e risco constante antiexportador.

O Gráfico 18 apresenta a evolução da imagem da política econômica nos dois governos Carlos Menem e o Gráfico 19 apresenta a visão da opinião pública sobre os principais problemas de seu país.

Gráfico 18 Imagem da Política Econômica nos Governos Menem

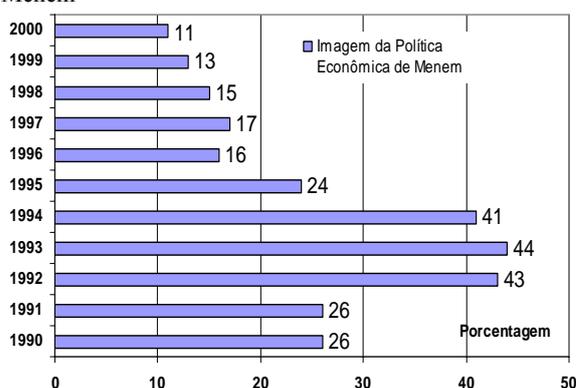
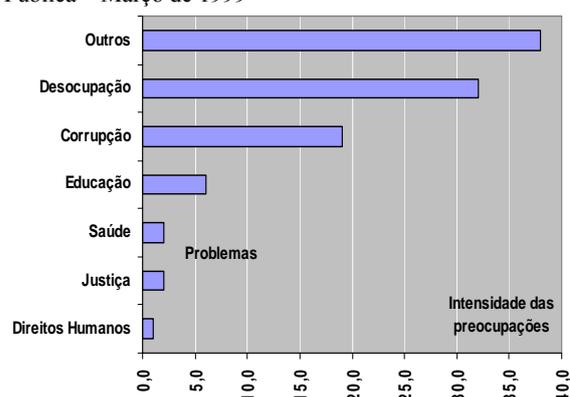


Gráfico 19 Problemas mais Importantes Segundo a Opinião Pública – Março de 1999



Fontes: Centro de Estudios para la nueva mayoría - Capital Federal - Gran Buenos Aires

Nota: no Gráfico 19 Outros é o conjunto de cerca de cinco preocupações ou problemas na mente do povo, nenhuma delas maior do que o desemprego,

O Gráfico 18 apresenta a evolução da imagem da política econômica dos governos Menem indicando certa estabilidade nos anos de 1990 e 1991, quando se instalou o Plano Cavallo em 26%, um aumento nos anos de 1992, 1993 e 1994 com uma média de 43% e depois declinando para 11 em março de 2000. A imagem da política econômica na última década, apresentada no Gráfico 18, consideradas as médias anuais reflete o descontentamento dos argentinos com a marcha da economia a partir de meados da década de 1990.

Da observação do Gráfico 19 depreende-se que, passados cerca de oito anos da implementação do Plano Cavallo, os problemas que mais preocupam a opinião pública são o desemprego, a corrupção e a educação. Como se pode observar, aí não aparecem os direitos humanos, a inflação, já debelada, drogas, delinquência e salários baixos, apresentados na Tabela 15.

Os Gráficos 20 e 21 apresentam o comportamento do PIB per capita e do desemprego no Brasil e na Argentina.

Gráfico 20 PIB-percapita Brasil-Argentina (1990-2003)

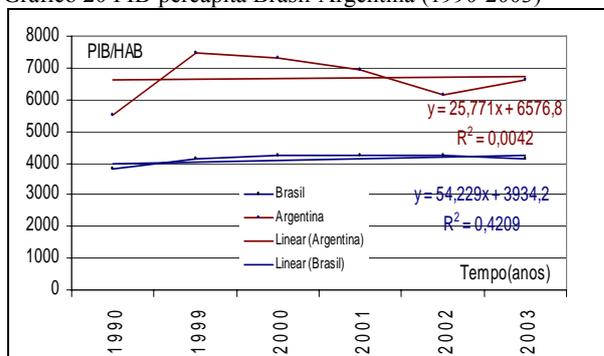
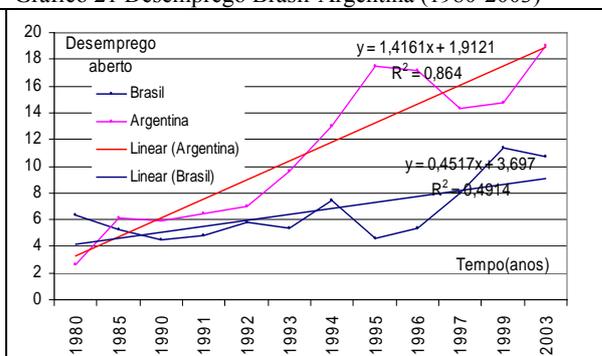


Gráfico 21 Desemprego Brasil-Argentina (1980-2003)



Fonte: INDEC

Compilação e Montagem: o autor

Deles pode-se depreender que, na Argentina o problema foi muito maior do que no Brasil, pela própria evolução do índice de desemprego que tendeu a crescer muito mais lá do que aqui, a despeito do PIB per capita dos dois países, que, embora defasados pela média, apresentam comportamento bem similar.

2.9 Síntese da apreciação sobre os Planos Real e Cavallo sob a ótica da confiança.

Neste ponto cabe sumariar as conceituações e inter-relacionamentos entre os principais eventos da implementação dos dois planos e o sentimento de confiança que a sociedade depositou nos seus respectivos governos a partir de uma perspectiva comparada das duas historiografias.

De uma forma geral podem ser apontadas as seguintes diferenças na implementação dos dois Planos: o Plano Real começou com um planejamento prévio, o Plano Cavallo não; havia uma relação de confiança entre os membros do grupo que operacionalizou o Real e não havia equipe na Argentina como no Brasil; as relações entre os Presidentes e seus respectivos Ministros da Economia foram diferentes nos dois países: aqui FHC e Malan trabalharam sempre juntos, em sintonia; na Argentina Menem e Cavallo tinham uma espécie de relação de interesse político, que era bem diferente da dos correspondentes brasileiros onde era quase que de amizade e de grande confiança mútua; aqui não ocorreram pacotes, a equipe do Real sempre se preocupou com as repercussões políticas e judiciais de seus movimentos na ação pública, na Argentina a própria Lei da Conversibilidade por si só foi uma forma de engessamento da própria economia; existiram similitudes nas duas implementações, pois ambas decorreram de uma linha de pensamento comum, a do Consenso de Washington; as

privatizações foram iniciadas na Argentina em 1991, enquanto que aqui esta questão já vinha constando na agenda do governo desde 1970 e em 1981 foi criada uma comissão para cuidar do assunto.

Nos dois países foi crucial o incremento dos índices de desemprego, entretanto no primeiro governo de FHC, a queda nos níveis de aceitação do governo foi muito acentuada em relação ao ganho de aceitação e no segundo governo de FHC as duas retas de ajuste se encontram no fim do mandato, ou seja, a aceitação cai vertiginosamente enquanto que a não aceitação cresce.

É preciso ressaltar que esta aceitação ou não aceitação ocorre dentro dos períodos em que ocorrem os principais momentos da história econômica, durante os quais o Brasil sofreu diversos choques externos, em 1994, em 1997, em 1998 e em 1999 quando flexibilizou o câmbio definitivamente e com outros momentos e situações apresentados no Quadro 2 deste Capítulo.

Tanto Fernando Henrique Cardoso como Carlos Saúl Menem são reeleitos em 1994/1995 por terem debelado o fantasma da inflação e ambos saem de seus mandatos fragilizados por não terem conseguido administrar o pós-plano, ou seja, o que fazer com as conseqüências sociais do plano neoliberal.

CAPÍTULO 3

As relações entre alguns indicadores sócio-econômicos e o Sentimento de Confiança no Brasil.

O objetivo deste Capítulo é apreciar o comportamento das observações levadas a efeito na pesquisa de campo sobre o Brasil. A metodologia utilizada se ateve inicialmente ao estabelecimento das melhores interações no tempo para cada variável independente de forma a efetuar a regressão multivariada para cada país a partir da melhor situação de cada variável independente com relação à variável dependente. Os processos e técnicas específicas usadas encontram-se dispostos no Apêndice C deste trabalho.

3.1 Os Modelos Bivariados

As interações bivariadas foram efetuadas visando estabelecer e compreender a defasagem que melhor explica cada relação per se, representando o tempo que cada variável preditora leva para melhor influenciar a variável explicada. Este modelo foi implementado a partir da premissa de que as variáveis independentes não influenciam a variável dependente, no mesmo momento em que suas observações são divulgadas pela imprensa, ou seja, leva um certo tempo para que o estímulo representado pelo conhecimento de um fato afete a percepção da sociedade quanto a este fato. Esta relação entre a percepção e o estímulo é definida pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens.

As respostas atenderam à premissa inicial, apontando diversas diferentes defasagens para cada relação bivariada. A partir destes resultados foram estabelecidas as bases para o modelo multivariado que contou com o concurso das variáveis já defasadas nas melhores interações, apresentado no item 3.2.

As relações bivariadas, na realidade, são incompletas por mais estatisticamente perfeitas que sejam, para explicar a relação completa, já que para esta relação completa concorrem muitas outras variáveis não consideradas nas relações bivariadas. A impossibilidade real de explicar a variável dependente, através de modelos bivariados não deve obscurecer a discussão qualitativa levada a cabo em cada uma das relações bivariadas, que, por si só, serve para aprimorar a discussão sobre o tema como um todo.

3.1.1 Sentimento de Confiança e Desemprego Aberto

Variável dependente - LSECOB¹3 e independente - LDESEB²

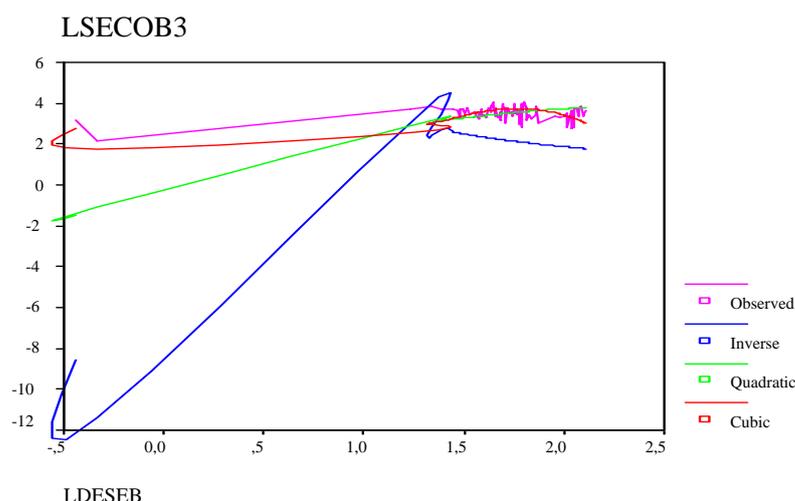
a) A Regressão simples deste modelo apresentou os seguintes resultados principais: Índice de explicabilidade ajustado de 0,998870 com um erro padrão de 0,37689; a Análise de variância registrou como resultado do Teste F o valor de 2597,09023 com significância de 0,0000. O melhor ajuste foi obtido por uma curva cúbica. Os termos do primeiro, do segundo e do terceiro grau apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável Índice de Desemprego Amplo logaritmizado no Brasil (LDESEB):

Variável	B	SE B ³	Beta	T	Sig T
LDESEB	-2,873122	0,445249	-1,397976	-6,453	0,0000
LDESEB**2	6,833300	0,505874	5,934380	13,508	0,0000
LDESEB**3	-2,270530	0,149816	-3,601624	-15,155	0,0000

A melhor interação entre a variável independente LIPCAB e a variável LDESEB foi a defasada de três meses. A sua explicabilidade foi 98,870% com uma significância de 0,0000, total, portanto.

O ajuste escolhido foi o apresentado pela curva Cúbica e é apresentado no Gráfico 22.

Gráfico 22 Sentimento de Confiança e Desemprego Aberto no Brasil (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A relação que representa a interação é:

¹ Sentimento de confiança no Brasil Logaritmizado.

² Desemprego Aberto no Brasil Logaritmizado.

³ Erro padrão de B.

$$\text{LSECOB} = - 2,873122 \text{LDESEB}_{t-3} + 6,8333 (\text{LDESEB}_{t-3})^2 - 2,27053 (\text{LDESEB}_{t-3})^3$$

$$\text{SE (B)} \quad 0,445249 \quad 0,505874 \quad 0,149816$$

b) Análise econométrica da relação encontrada.

As variáveis envolvidas nesta relação são: Sentimento de Confiança no Brasil Logaritmizado (LSECOB); e Índice de Desemprego Amplo no Brasil Logaritmizado defasado de três meses (LDESEB_{t-3}), daí o índice t-3.

Efetuada a Análise econométrica da função, e o valor máximo de SECOB encontrado (41,76%) ficou dentro do intervalo de observação do fenômeno, e dentro da escala de confiança de 0 a 100% estabelecida pela pesquisa, o que confirma a validade da função encontrada pelo SPSS. A relação apresentada pode ser explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens.

A Função que representa o fenômeno é uma função cúbica, com um mínimo no ponto $\text{SECOB}^4 = 0,7208\%$, fora do intervalo de observação e com um máximo no ponto $\text{SECOB} = 41,76\%$ e o intervalo de observação está contido no ramo ascendente da mesma, o que confirma a relação direta entre a variação da Taxa de desemprego e a variação do Sentimento de Confiança.

Neste caso parece haver um paradoxo, visto que um aumento no desemprego deveria gerar uma diminuição dos índices de confiança observados, entretanto, ocorre que os governos ao estabelecerem metas econômicas prevêm metas de inflação que comandam todo o processo. A questão do desemprego no Brasil, embora socialmente importante e persistente no imaginário coletivo, permaneceu em um lugar secundário, à luz da maior demanda que foi a estabilidade econômica.

Para Lopes e Vasconcellos (2000), se se pretende diminuir o desemprego, disto resultará mais inflação e vice-versa, ou seja um aumento do desemprego é esperado, embora não desejado. Quando governos estão operacionalizando políticas de estabilização, o desemprego é assunto secundário frente às metas de inflação.

A equação da taxa de inflação em função do desemprego (Vasconcellos e Lopes, 2000) é $\pi = - \delta (\mu - \mu_n)$ onde π é a taxa de inflação; δ é a sensibilidade do salário nominal em relação ao desemprego; μ é a taxa de desemprego; μ_n é a taxa de desemprego natural no longo prazo.

⁴ Aqui já deslogaritmizada.

Ou seja, é clara a variação inversa entre desemprego e inflação e conseqüentemente clara a influência direta no sentimento de confiança como efeito secundário.

Esta relação foi estabelecida por Phillips na conhecida Curva de Phillips que estabelece o *trade off* entre Taxa de Inflação e Desemprego confirmando uma importante mensagem: o combate à inflação exige ampliação do desemprego impondo uma natural taxa de sacrifício à sociedade. (Vasconcellos & Lopes, id)

c) Análise substantiva da relação encontrada

Não foi elaborada análise anual ou por período da relação entre as duas funções. A relação foi estudada de forma global em todo o período compreendido pela pesquisa, assim não foram elaboradas análises específicas relativas a momentos determinados da relação entre as variáveis. A representação da relação por uma função cúbica com três termos pode explicar a complexidade do fenômeno que envolve esta relação.

Possui dois termos com coeficientes negativos o que pode explicar a influência inversa desta variável no sentimento de confiança, confirmando a força da variabilidade inversa desta relação e o termo positivo pode estar representando a parte que interfere na inflação fazendo com que a mesma diminua o que determinará um aumento de confiança em determinados momentos no período considerado. Esta relação é paradoxal por definição.

O primeiro harmônico apresenta uma relação direta e com uma elasticidade de 2,633845, o que significa que, *coeteris paribus*, para cada variação unitária do desemprego aberto no Brasil equivalerá a uma variação, no sentido contrário, de -2,873122 do sentimento de confiança.

O mesmo raciocínio vale quando se analisa o segundo harmônico, o de segundo grau. Uma variação percentual do índice de desemprego aberto equivalerá a uma variação no mesmo sentido, de + 6,8333 unidades. Para o terceiro harmônico uma variação percentual do índice de desemprego aberto equivalerá a uma variação no mesmo sentido, de - 2,27053 unidades

Se olharmos a notação matemática deslogaritmizada ficará assim:

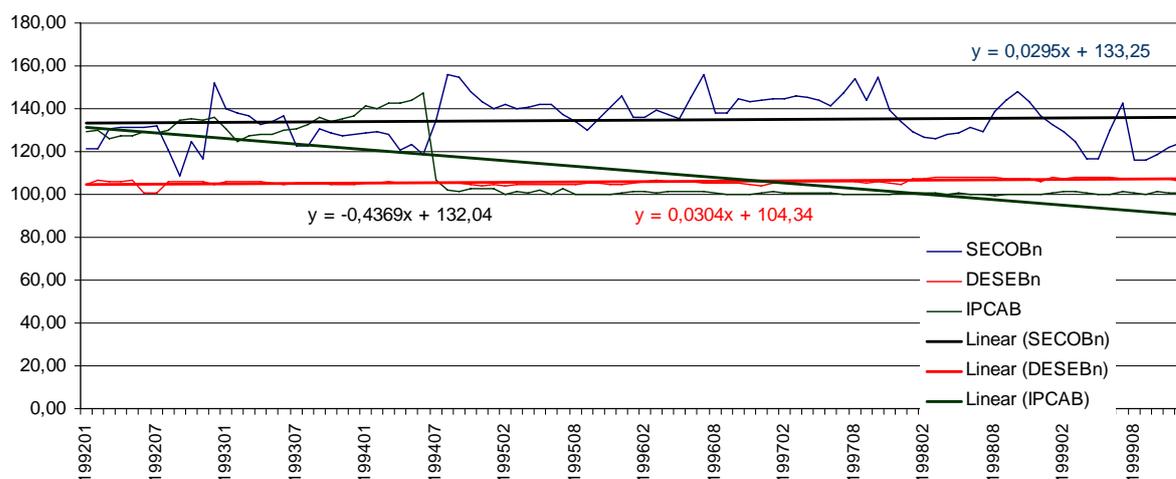
$$\text{SECOB} = \text{DESEB}_{t-3}^{3,981288}$$

Assim, da mesma forma como foi analisado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e a partir das mesmas premissas, observa-se a relação inversa ao esperado, ou seja, no limite, a elasticidade deste modelo apresenta uma variação percentual positiva de 3,981288 o que quer dizer que, para uma variação muito pequena do índice de Desemprego Aberto, o Sentimento de Confiança variará percentualmente 3,981288 mais.

Esta relação, apesar de estatisticamente correta, não explica a variável dependente pelos mesmos motivos apresentados no item 4.1.2, entretanto é possível considerar que, da mesma forma que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo cai abruptamente quando da implementação do Plano Real em meados de 1994, o Índice de Desemprego Aberto inicia uma ascensão em função da implementação da meta de redução da inflação.

O Gráfico 23 apresenta individualmente o comportamento das variáveis Sentimento de Confiança; índice de Preços ao Consumidor Amplo e o Desemprego no período considerado.

Gráfico 23 Sentimento de Confiança, ÍPCA e Desemprego (1992-1999) (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Da observação do gráfico anterior depreende-se que o comportamento da inflação e do desemprego ocorre como previsto na Lei de Phillips, ou seja, quando (LOPES e VASCONCELLOS, 2000) o governo deseja diminuir as taxas de inflação influencia de forma a aumentar o desemprego.

Assim, além dos resultados da regressão simples, que apresenta a relação entre duas variáveis, a observação do comportamento individual das mesmas através de séries temporais, usando a distribuição de dados da realidade empírica no tempo, mostra que uma diminuição dos indicadores de Inflação corresponde um aumento dos níveis de emprego, se o desemprego diminui e inflação aumenta.

3.1.2 Sentimento de Confiança e Índice de Preços ao Consumidor

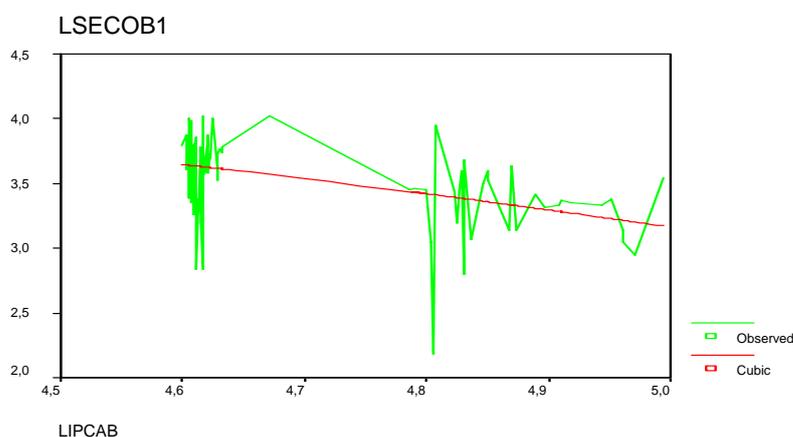
Variável dependente – LSECOB1⁵ e independente - LIPCAB⁶

a) A Regressão simples deste modelo apresentou os seguintes resultados principais: índice de explicabilidade ajustado de 0,99377 com um erro padrão de 0,27983; a Análise de variância registrou como resultado do Teste F o valor de 7097,93642 com significância de 0,0000. O melhor ajuste foi obtido por uma curva cúbica sem o concurso do termo de terceiro grau por não ter significância compatível. Os termos do primeiro grau e do segundo grau apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável Índice de Preços ao Consumidor Amplo logaritimizado no Brasil (LIPCAB):

Variável	B	SE B ⁷	Beta	T	Sig T
LIPCAB	2,633845	0,232196	3,493524	11,343	0,0000
LIPCAB**2	-0,400246	0,049311	-2,499813	-8,117	0,0000

A melhor interação entre a variável independente LIPCAB e a variável LSECOB foi a defasada de um mês, a partir de uma curva cúbica. A sua explicabilidade foi a maior dentre todas as defasagens, ficando em 99,377%, com uma significância de 0,0000, total, portanto. O ajuste escolhido é apresentado no Gráfico 24.

Gráfico 24 Sentimento de Confiança e IPCA (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A relação que representa a interação é:

$$\text{LSECOB}^8 = + 2,633845 \text{ LIPCAB}_{t-1} - 0,400246 (\text{LIPCAB}_{t-1})^2$$

⁵ O número 1 significa que a interação foi efetuada com um mês de defasagem. LSECOB significa Sentimento de Confiança Logaritimizado e no Brasil.

⁶ Índice de Preços ao Consumidor Amplo no Brasil Logaritimizado.

⁷ Erro padrão de B.

SE (B) 0,232196 0,049311

b) Análise econométrica da relação encontrada.

As variáveis envolvidas nesta relação são: Sentimento de Confiança no Brasil Logaritmizado e Índice de Preços ao Consumidor Amplo no Brasil Logaritmizado defasado de um mês ($LIPCAB_{t-1}$), daí o índice t-1 e estão envolvidas em uma relação de correlação.

Feita a análise econométrica da função e o valor máximo de SECOB encontrado (76,18%) está fora do intervalo de observação do fenômeno, mas está dentro da escala de confiança de 0 a 100% estabelecido pela pesquisa, o que confirma a validade da função encontrada pelo SPSS. A relação apresentada pode ser explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens.

Neste par bivariado a melhor função seria a inversa, entretanto a análise econométrica indicou que os resultados estão fora do intervalo e da escala de observação, por isto foi escolhida a segunda melhor interação a partir de uma função cúbica.

A Função que representa o fenômeno é uma parábola com concavidade para baixo, com um máximo no ponto $LSECOB = 4,333047353$ e o intervalo de observação está contido no ramo descendente da mesma, o que confirma a relação inversa entre a Taxa de Inflação e o sentimento de confiança no período considerado.

c) Análise substantiva da função encontrada

Não foi elaborada análise anual ou por período da relação entre as duas funções. A relação foi estudada de forma global em todo o período compreendido pela pesquisa, assim não existem análises específicas relativas a momentos determinados da relação entre as variáveis. Assim, a representação da relação por uma função quadrática com dois termos pode explicar dois fenômenos. O primeiro harmônico apresenta uma relação direta e com uma elasticidade de 2,633845, o que significa que, *coeteris paribus*, para cada variação unitária do índice de Preços ao consumidor amplo – IPCA no Brasil equivalerá a uma variação, no mesmo sentido, de 2,633845 do sentimento de confiança. O mesmo raciocínio vale quando se abaliza o segundo harmônico. Uma variação infinitesimal no índice de preços ao consumidor amplo equivalerá a uma variação em sentido contrário, de 0,400246 unidades. Se olharmos a notação matemática deslogaritmizada ficará assim:

$$SECOB = [IPCAB_{t-1}]^{2,633845} * [(LIPCAB_{t-1})^2]^{-0,400246}$$

⁸ Sentimento de Confiança no Brasil Logaritmizado.

$$\text{Ou } \text{SECOB} = \left[[\text{IPCAB}_{t-1}]^{2,633845} + [(\text{IPCAB}_{t-1})^2]^{-0,400246} \right]$$

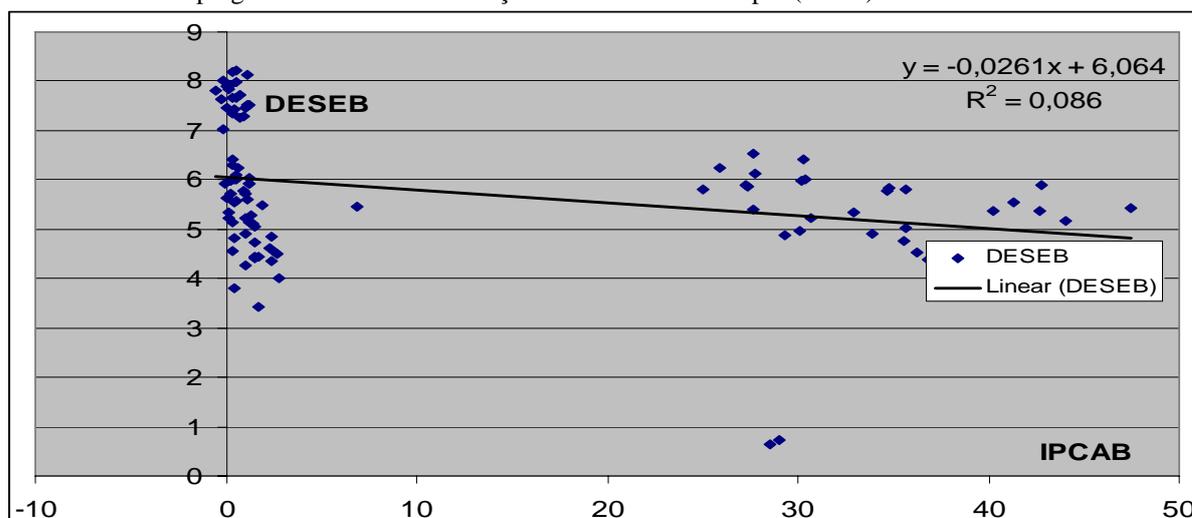
$$\therefore \text{SECOB} = \text{IPCAB}_{t-1}^{2,233599}$$

Assim, a função final representada na concepção da Primeira Lei da Psicofísica de Stevens demonstra que a percepção de confiança da sociedade varia a partir de uma elasticidade de 2,233599, o que quer dizer que um aumento percentual no índice de preços ao consumidor amplo no Brasil gera um aumento mais do que dobrado no Sentimento de confiança.

Foi verificada a aplicabilidade da Lei de Phillips para a relação entre as duas variáveis independentes desemprego e inflação conforme pode ser observado no Gráfico 18, o que pode explicar a relação direta entre confiança e inflação, da mesma forma como ocorreu na relação entre desemprego e Inflação apresentada na explicação da próxima relação bivariada.

O Gráfico 25 apresenta o comportamento do desemprego aberto no Brasil quando influenciado Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Gráfico 25 Desemprego aberto e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (Brasil)



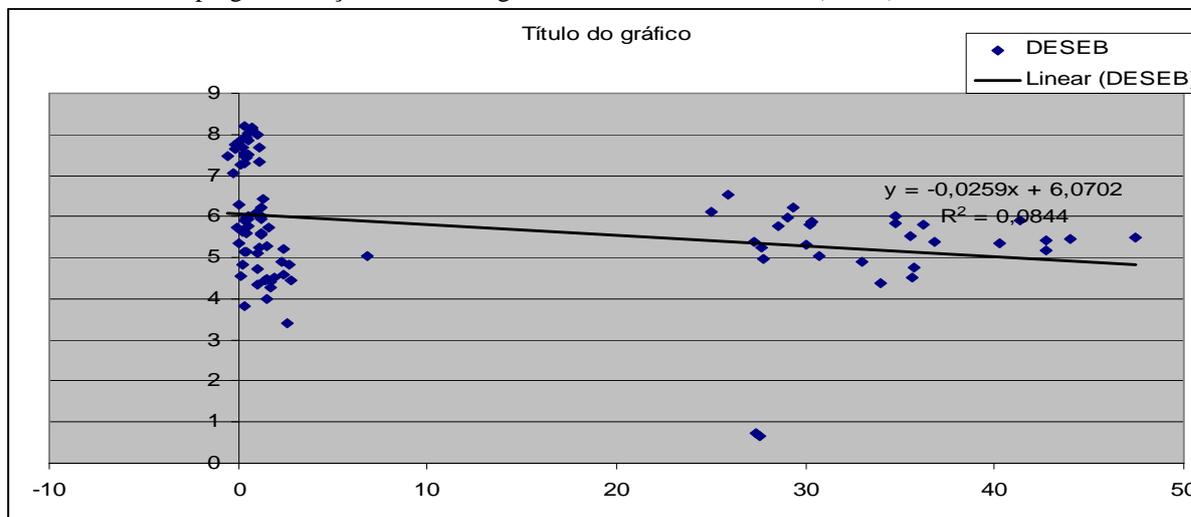
Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”

A partir da análise do Gráfico 25 observa-se a verificação da Lei de Phillips, comprovando a relação inversa entre as variáveis, o que determina a inversão de influência com relação à confiança, já que obrigatoriamente quando o desemprego aumenta a inflação diminui.

Foi verificada também, a partir do Gráfico 26, a relação de defasagem entre as duas variáveis independentes, já que o desemprego entrou no modelo bivariado com três meses de defasagem e a inflação entrou com um mês, restando, entre elas uma defasagem de dois meses.

Desta verificação conclui-se que não há alteração significativa no modelo apresentado por Phillips.

Gráfico 26 Desemprego e Inflação com defasagem entre elas de dois meses (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”

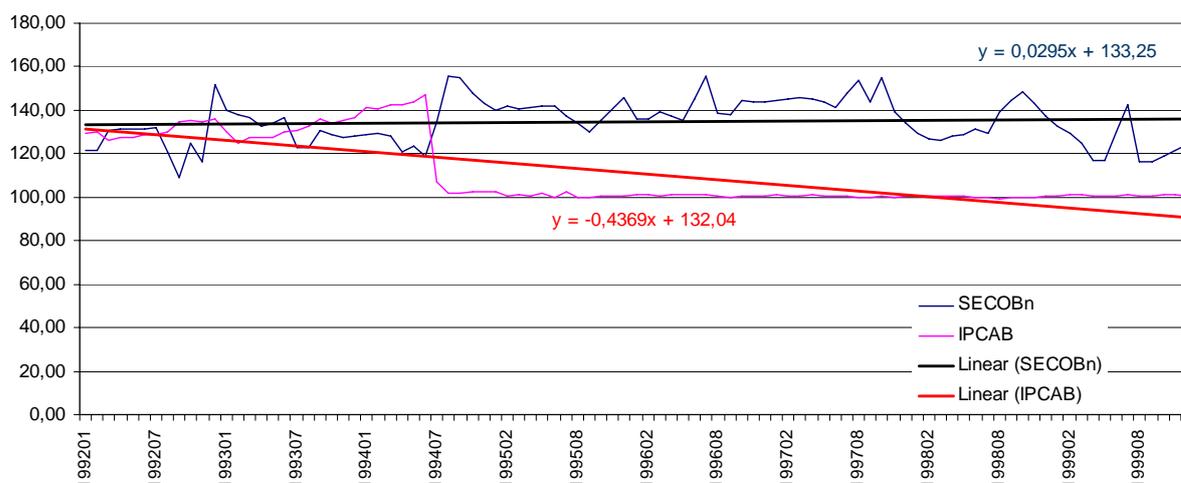
O que permite concluir que a real influência é a apresentada pela Lei de Phillips. Esta análise pode explicar a relação inversa da dinâmica esperada entre a variável Índice de Preços ao Consumidor Amplo no Brasil e o Sentimento de Confiança no Brasil, já que os governos usam interferir nas taxas de desemprego para diminuir as taxas de inflação.

A despeito de ser estatisticamente correta, a equação encontrada não explica diretamente a relação Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Sentimento de Confiança no Brasil, principalmente porque na maior parte do período considerado, depois de meados de 1994, a inflação caiu a níveis muito baixos o que, de certa forma, impede uma explicabilidade completa de todo o modelo bivariado.

No plano qualitativo esta questão pode ser explicada a partir da interveniência de outra variável independente, o desemprego aberto, cujos índices de crescimento alarmam toda a população depois de um primeiro momento de euforia e confiança pela queda da inflação. Esta preocupação quanto ao desemprego acompanha a mente dos brasileiros durante toda a implementação do Plano Real.

O Gráfico 27 apresenta o comportamento entre as duas variáveis no período considerado.

Gráfico 27 Sentimento de Confiança e Índice de Preços ao Consumidor (1992-1999) (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Nota: SECOB – Sentimento de Confiança.

Da observação do gráfico anterior que representa a comparação do comportamento dos dados das duas variáveis coletados na realidade empírica, depreende-se a inversão de comportamento entre as duas no tempo, o que confirma a perspectiva inicial de que quando a inflação cai a confiança aumenta e as variáveis se comportam exatamente como prevê a Lei de Phillips.

A observação do comportamento individual das variáveis a partir de séries temporais, que representa a distribuição das observações da realidade empírica no tempo, mostra que a diminuição dos indicadores de inflação corresponde um aumento do sentimento de confiança da sociedade no Brasil.

3.1.3 Sentimento de Confiança e Taxa Selic

Variável dependente - LSECOB1 e independente - LTXSEB⁹

a) A regressão simples deste modelo apresentou os seguintes resultados principais: Índice de explicabilidade ajustado de 0,96456 com um erro padrão de 0,66735; a análise de variância registrou como resultado do teste F o valor de 808,41917 com significância de

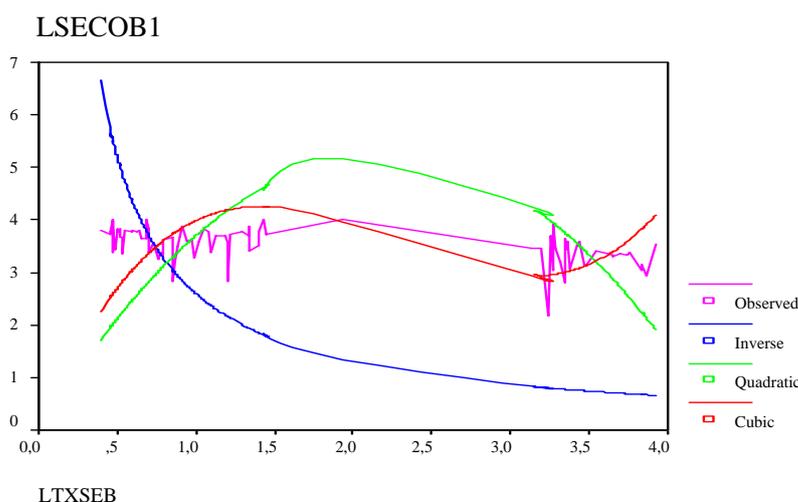
⁹ Para Barros (2005), a taxa básica de juros é fixada mensalmente pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) como meta para a taxa Selic, que é a taxa de juros média que incide sobre os financiamentos diários com prazo de um dia útil (*overnight*) lastreados por títulos públicos registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Grosso modo a Taxa Selic define a remuneração dada pelo governo aos bancos e aos cidadãos que compram títulos públicos. Quando o COPOM fixa uma meta de Taxa Selic para um determinado ano, de, por exemplo, 19,75%, é em torno dessa taxa que os bancos pagam para captar dinheiro no mercado. Contudo se o consumidor se dirigir a uma agência bancária para retirar um empréstimo pessoal vai pagar uma taxa de juros em torno de, por exemplo, 5,39% ao mês, ou seja 87,75% ao ano. Essa diferença de 19,75 para 87,75% é o que se costuma chamar de *spread* bancário, ou seja diferença entre aquilo que os bancos pagam para captar dinheiro no mercado (taxa de juros básica) e os juros efetivamente cobrados dos clientes nas operações de crédito (custo ao tomador). O *spread* cobrado pelos bancos serve para compensar o risco de inadimplência, os impostos diretos e indiretos, as despesas administrativas, e é claro, o lucro dos bancos.

0,0000. O melhor ajuste foi obtido por uma curva cúbica. Os termos do primeiro, do segundo e do terceiro grau apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável Taxa Selic logaritmizada no Brasil (LTXSEB):

Variável	B	SE B ¹⁰	Beta	T	Sig T
LTXSEB	7,096413	0,266024	4,339281	26,676	0,0000
LTXSEB**2	-3,648286	0,260465	-7,366819	-14,007	0,0000
LTXSEB**3	0,536669	0,054211	3,808754	9,900	0,0000

A melhor interação entre a variável independente LIPCAB e a variável LTXSEB foi a defasada de um mês. A sua explicabilidade foi 96,456% com uma significância de 0,0000, total, portanto. O ajuste escolhido foi o apresentado pela curva Cúbica e é apresentado no Gráfico 28.

Gráfico 28 Sentimento de Confiança e Taxa SELIC (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A relação que representa a interação é:

$$LSECOB1 = 7,096413 LTXSEB_{t-1} - 3,648286 (LTXSEB_{t-1})^2 + 0,536669 (LTXSEB_{t-1})^3$$

SE B	0,266024	0,260465	0,054211
------	----------	----------	----------

¹⁰ Erro padrão de B.

b) Análise econométrica da relação encontrada:

As variáveis envolvidas nesta relação são: Sentimento de Confiança no Brasil Logaritmizado (LSECOB); e Taxa Selic no Brasil Logaritmizada defasada de um mês ($LTXSEB_{t-1}$), daí o índice t-1.

Feita a Análise econométrica da função e o valor máximo de SECOB encontrado (105,98%) está fora do intervalo de observação do fenômeno, mas está dentro da escala de confiança de 0 a 100% estabelecido pela pesquisa. Já o valor mínimo da função está dentro do intervalo de observação (70,53%), confirmando, ambos, a validade da função encontrada pelo SPSS. A relação apresentada pode ser explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens.

A Função que representa o fenômeno é uma cúbica com a concavidade voltada para baixo, com um máximo no ponto $LSECOB = 4,333047353$ ou $SECOB = 70,53\%$ e o intervalo de observação está contido no ramo descendente da mesma, o que confirma a relação inversa entre a variação da Taxa Selic e a variação do Sentimento de Confiança.

c) Análise substantiva da relação encontrada.

Não foi elaborada análise anual ou por período da relação entre as duas funções. A relação foi estudada de forma global em todo o período compreendido pela pesquisa, assim não existem análises específicas relativas a momentos determinados da relação entre as variáveis.

Se olharmos a notação matemática deslogaritmizada ficará assim:

$$SECOB = TXSEB_{t-1}^{1,409848}$$

Da mesma forma que no caso específico do Desemprego Aberto e do índice de Preços ao Consumidor Amplo, a Taxa SELIC é um instrumento que o governo do Brasil usa para controlar a quantidade de moeda circulante, vendendo títulos e assim retirando moeda de circulação para, conjuntamente com outras medidas, abaixar a taxa de inflação, neste caso, representada pelo IPCA. Assim é um fator que, se apreciado separadamente, influencia de duas formas o Sentimento de Confiança.

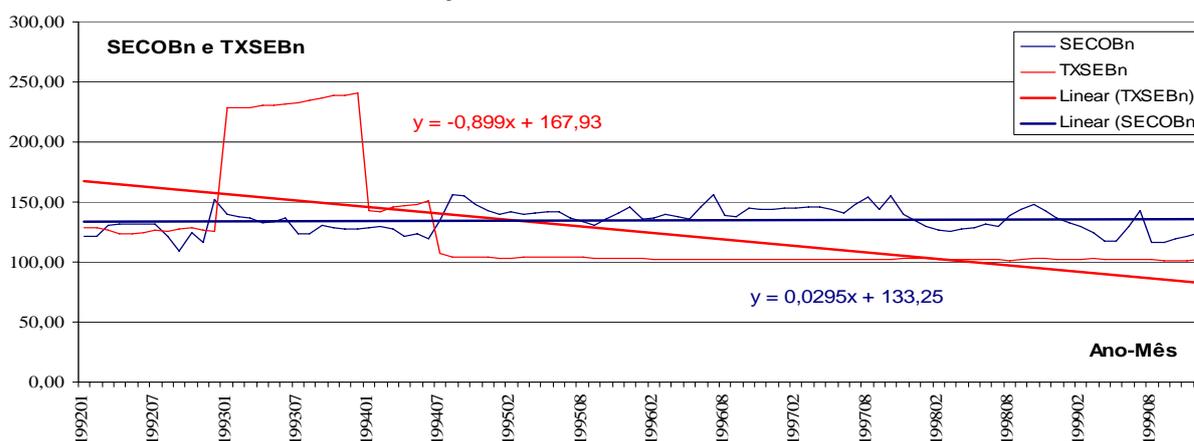
Diretamente, pela própria relação encontrada. E indiretamente, por ser um instrumento usado pelos governos para diminuir ou manter em níveis baixos a taxa de inflação, o que, por sua vez, acarretará uma alteração no comportamento dos níveis de sentimento de confiança da sociedade no governo.

Da mesma forma que nos itens que apresentam as relações bivariadas relativas às variáveis independentes: Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Desemprego, esta relação,

embora estatisticamente correta, não explica individualmente no plano qualitativo a interação desejada.

O Gráfico 29 apresenta o comportamento individual das duas variáveis em estudo neste item.

Gráfico 29 Sentimento de Confiança e da Taxa Selic (1992-1999) (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Da observação do Gráfico 29 que representa a distribuição no tempo das observações da realidade empírica, depreende-se que de 1993 a 1994 a Taxa Selic teve aumentos evidentes que podem ser explicados pelas intenções do governo em minorar as taxas de inflação, e que posteriormente se estabilizaram após ter sido atingida a meta de inflação prevista pelo Plano Real. Enquanto o Sentimento de Confiança teve aumento quase linear positivo a Taxa Selic teve diminuição sensível depois dos aumentos registrados.

Aqui pode ser enunciado que a um determinado aumento da Taxa Selic correspondeu, no período considerado, a uma diminuição maior do Sentimento de Confiança.

3.1.4 Sentimento de Confiança e Criminalidade

Variável dependente – LSECOB2 e independente - LCRIMB.

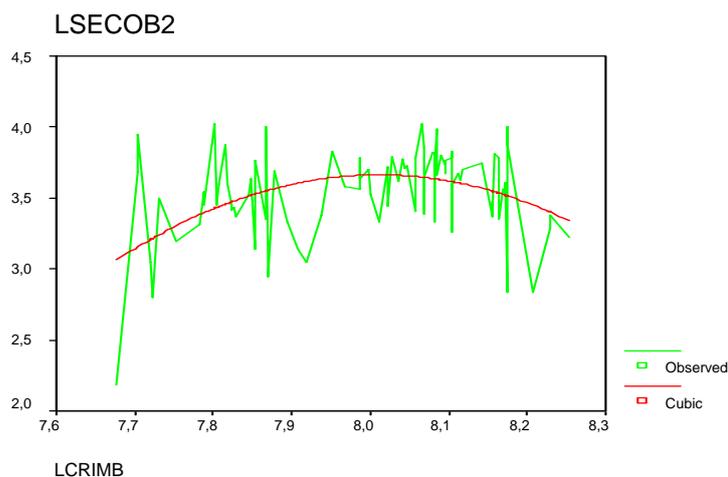
a) A regressão simples que melhor explicou este modelo foi efetuada com intercepto em -228,803491 apresentou os seguintes resultados principais: Índice de explicabilidade ajustado de 0,16180 com um erro padrão de 0,28550; a Análise de variância registrou como resultado do Teste F o valor de 9,49331 com significância de 0,0002. O melhor ajuste foi obtido por uma curva cúbica sem o termo de segundo grau. Os termos do primeiro e do

terceiro grau apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável Criminalidade logaritmizada no Brasil (LCRIMB):

Variável	B	SE B ¹¹	Beta	T	Sig T
LCRIMB	43,526841	11,921955	21,139511	3,651	0,0004
LCRIMB**3	-0,226071	0,062617	-20,904381	-3,610	0,0005

O ajuste foi efetuado pela curva Cúbica e é apresentado no Gráfico 30.

Gráfico 30 Sentimento de Confiança a Partir da Variação do Índice de Criminalidade (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A melhor interação entre a variável independente LIPCAB e a variável LCRIMB foi a defasada de dois meses. A sua explicabilidade foi 16,18% mas com significância máxima de 0,0000.

A relação que representa a interação é:

$$\text{LSECOB1} = -228,803491 + 0,00432 \text{ LCRIMB}_{t-2} + 0,027021 (\text{LCRIMB}_{t-2})^2$$

SE B	63,289315	0,216125	0,027021
------	-----------	----------	----------

Variável Independente - Taxa de Criminalidade no Brasil Logaritmizada defasada de dois meses, daí o índice t-2.

b) Análise econométrica da função

Feita a análise econométrica da função e o valor mínimo de SECOB encontrado (0,0256%) está fora do intervalo de observação do fenômeno, mas está dentro da escala de confiança de 0 a 100% estabelecido pela pesquisa. Já o valor máximo da função está dentro do intervalo de observação (38,99%), confirmando, ambos, a validade da função encontrada

¹¹ Erro padrão de B.

pelo SPSS. A relação apresentada pode ser explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens.

A Função que representa o fenômeno é uma cúbica com intercepto e a concavidade voltada para baixo, com um máximo no ponto $LSECOB = 3,663561631$ ou $SECOB = 38,99\%$ e o intervalo de observação está contido no ramo descendente da mesma, o que confirma a relação inversa entre a variação da Taxa Selic e a variação do Sentimento de Confiança.

c) Análise substantiva da relação encontrada

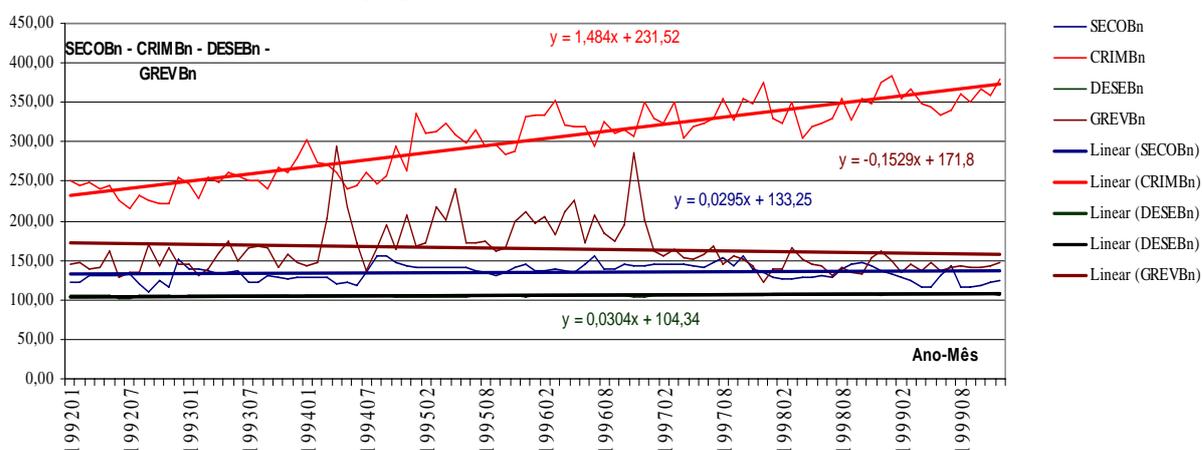
Não foi elaborada análise anual ou por período da relação entre as duas funções. A relação foi estudada de forma global em todo o período compreendido pela pesquisa, assim não existem análises específicas relativas a momentos determinados da relação entre as variáveis.

Se olharmos a notação matemática deslogaritmizada ficará assim:

$$SECOB = e^{-228,803491} * CRIMB_{t-2}^{0,058362}$$

A criminalidade é um dos mecanismos tradicionais de disfunção social listados por Fukuyama. A ordem de grandeza da relação bivariada final pode dar a conhecer uma muito pequena influência no modelo, quando analisada isoladamente. De uma forma geral, o resultado da relação de correlação desta variável independente com a dependente foi uma influência direta e positiva, mostrando que aumentos na criminalidade acarretaram variações no mesmo sentido na variável Sentimento de Confiança, a despeito de tal variável representar uma medida negativa ou uma medida tradicional de disfunção social no sentido apresentado por Fukuyama. O Gráfico 31 apresenta o comportamento individual das variáveis do campo social e da variável Sentimento de Confiança no período considerado.

Gráfico 31 Criminalidade, Desemprego, Greves e Sentimento de Confiança (1992-1999) (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

O panorama da individualizado das variáveis independentes do campo social no tempo apresenta-se difuso e pouco conclusivo. Para um pequeníssimo aumento no índice de variação do Sentimento de Confiança e do Desemprego, ocorre significativo aumento na criminalidade. Ou seja, enquanto que, ao longo de todo o período considerado o sentimento de confiança no governo tendeu a aumentar um determinado quantitativo, a criminalidade variou no mesmo sentido cerca de 50 vezes mais, ou seja enquanto que a confiança cresceu em todo o período de forma modesta, a criminalidade cresceu de forma muito mais acelerada.

3.1.5 Sentimento de Confiança e Greves

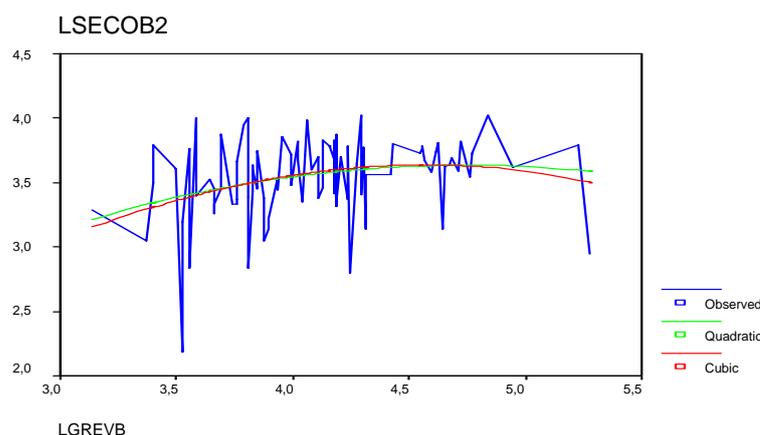
Variável dependente – LSECOB2 e independente - LGREVB.

a) A regressão simples que mais explicou este modelo apresentou os seguintes resultados principais: Índice de explicabilidade ajustado de 0,99303 com um erro padrão de 0,29646; a Análise de variância registrou como resultado do Teste F o valor de 6354,43848 com significância de 0,0000. O melhor ajuste foi obtido por uma curva cúbica sem o termo de segundo grau. Os termos do primeiro e do terceiro grau apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável Greves logaritmizada no Brasil (LGREVB):

Variável	B	SE B ¹²	Beta	T	Sig T
LGREVB	1,193372	0,036987	1,385535	32,264	0,0000
LGREVB**3	-0,019024	0,002037	-0,400975	-9,337	0,0000

O ajuste foi efetuado pela curva Cúbica e é apresentado no Gráfico 32.

Gráfico 32 Sentimento de Confiança a Partir da Variação do Índice de Greves (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

¹² Erro padrão de B.

A melhor interação entre a variável independente LIPCAB e a variável LGREVB foi a defasada de dois meses. A sua explicabilidade foi 99,303% e com significância máxima de 0,0000.

A relação que representa a interação é:

$$LSECOB1 = 1,193372 LGREVB_{t-2} - 0,019024 (LGREVB_{t-2})^3$$

$$SE B \quad 0,036987 \quad 0,002037$$

As variáveis envolvidas nesta relação são:

Dependente Sentimento de Confiança no Brasil Logaritmicado.

Independente Greves no Brasil Logaritmicada defasada de dois meses, daí $t-2$.

b) Análise econométrica da função encontrada.

Feita a Análise econométrica da função e o valor mínimo de SECOB encontrado (0,0263%) ficou fora do intervalo de observação do fenômeno, mas está dentro da escala de confiança de 0 a 100% estabelecido pela pesquisa. Já o valor máximo da função (38,02%) está dentro do intervalo de observação, confirmando, ambos, a validade da interação apresentada pelo SPSS. A relação apresentada pode ser explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens.

A Função que representa o fenômeno é uma cúbica sem intercepto com um máximo no ponto $LSECOB = 3,663561631$ ou $SECOB = 38,99\%$ e o intervalo de observação está contido no ramo descendente da mesma, o que confirma a relação inversa entre a variação dos índices de Greves e a variação do Sentimento de Confiança.

c) Análise substantiva da relação encontrada.

Não foi elaborada análise anual ou por período da relação entre as duas funções. A relação foi estudada de forma global em todo o período compreendido pela pesquisa, assim não existem análises específicas relativas a momentos determinados da relação entre as variáveis.

Se olharmos a notação matemática deslogaritmicada ficará assim:

$$SECOB = GREVB_{t-2}^{1,1363}$$

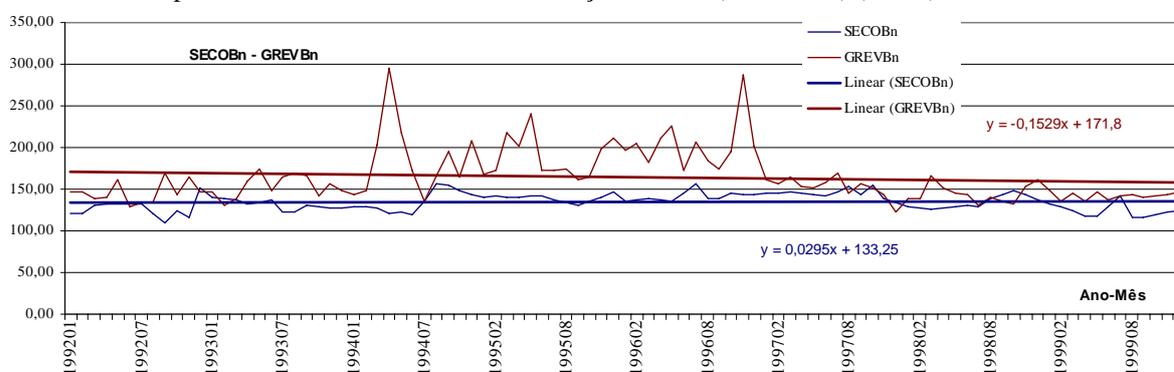
As Greves são um dos mecanismos tradicionais de disfunção social listados por Fukuyama. A ordem de grandeza da relação bivariada final pode dar a conhecer uma grande influência no modelo, quando analisada isoladamente. De uma forma geral, o resultado da relação de correlação desta variável independente com a dependente foi uma influência direta e positiva, ou seja, o modelo bivariado mostrou que aumentos no número de greves

acarretaram variações no mesmo sentido na variável Sentimento de Confiança, a despeito de tal variável representar uma medida negativa ou uma medida tradicional de disfunção social no sentido apresentado por Fukuyama.

É possível supor que esta força de impacto resultou em uma diminuição dos estoques de confiança no mesmo sentido, já que se trata de uma variável que intuitivamente influencia negativamente a confiança. Quanto mais perturbações na ordem sindical menor deveria ser a confiança depositada pela sociedade no seu governo.

O Gráfico 33 apresenta o comportamento individual das variáveis Sentimento de Confiança e Greves no período considerado.

Gráfico 33 Comportamento do Sentimento de Confiança e Greves (1992-1999) (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A observação do gráfico acima, construído a partir de duas séries temporais com as observações empíricas durante o período considerado, permite, em complementação à análise da regressão simples efetuada, depreender a relação inversa entre as variáveis, ou seja, para uma variação positiva do índice de Greves corresponde uma variação negativa do Sentimento de Confiança da sociedade brasileira no seu governo.

3.1.6 Sentimento de Confiança e Índice do Custo de Vida

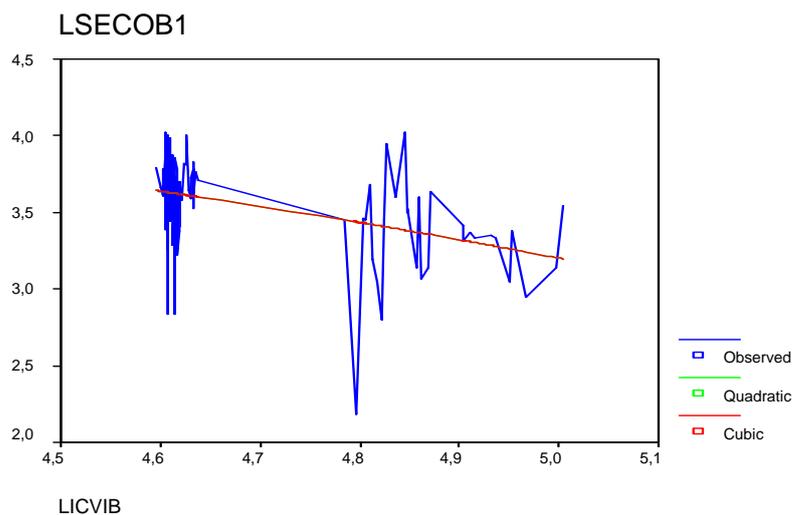
Variável dependente - LSECOB1 e independente - LICVIB.

a) A regressão simples que mais explicou este modelo apresentou os seguintes resultados principais: Índice de explicabilidade ajustado de 0,99351 com um erro padrão de 0,28562; a Análise de variância registrou como resultado do Teste F o valor de 6811,23199 com significância de 0,0000. O melhor ajuste foi obtido por uma curva cúbica sem o termo de terceiro grau. Os termos do primeiro e do segundo grau apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável índice de Custo de Vida logaritmizado no Brasil (LICVIB):

Variável	B	SE B ¹³	Beta	T	Sig T
LICVIB	2,525313	0,232675	3,351843	10,853	0,0000
LICVIB**2	-0,377017	0,049377	-2,358058	-7,635	0,0000

O ajuste foi efetuado pela curva Cúbica e é apresentado no Gráfico 34.

Gráfico 34 Sentimento de Confiança a Partir da Variação do Índice do Custo de Vida (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo na Argentina”.

A melhor interação entre a variável independente LIPCAB e a variável LICVIB foi a defasada de um mês. A sua explicabilidade foi 99,351% e com significância máxima de 0,0000.

A relação que representa a interação é:

$$LSECOB1 = 2,525313 \text{ LICVIB}_{t-1} - 0,377017 (\text{LICVIB}_{t-1})^2$$

SE B	0,232675	0,049377
------	----------	----------

As variáveis envolvidas nesta relação são:

Dependente Sentimento de Confiança no Brasil Logaritmizado.

Independente Índice de Custo de Vida no Brasil Logaritmizado defasada de um mês, daí o índice t-1.

¹³ Erro padrão de B.

b) Análise econométrica da função

Feita a análise econométrica da função e o valor máximo de LSECOB encontrado (68,63%) está fora do intervalo de observação do fenômeno, mas está dentro da escala de confiança de 0 a 100% estabelecido pela pesquisa. Já o valor máximo da função (38,02%) está dentro do intervalo de observação, confirmando a validade da função encontrada pelo SPSS.

A Função que representa o fenômeno é uma cúbica sem intercepto com um máximo no ponto $LSECOB = 4,228725593$ ou $SECOB = 68,63\%$ e o intervalo de observação está contido no ramo descendente da mesma, o que confirma a relação inversa entre a variação do índice de custo de vida e a variação do Sentimento de Confiança.

c) Análise substantiva da relação encontrada

Não foi elaborada análise anual ou por período da relação entre as duas funções. A relação foi estudada de forma global em todo o período compreendido pela pesquisa, assim não existem análises específicas relativas a momentos determinados da relação entre as variáveis. Se olharmos a notação matemática deslogaritmizada ficará assim:

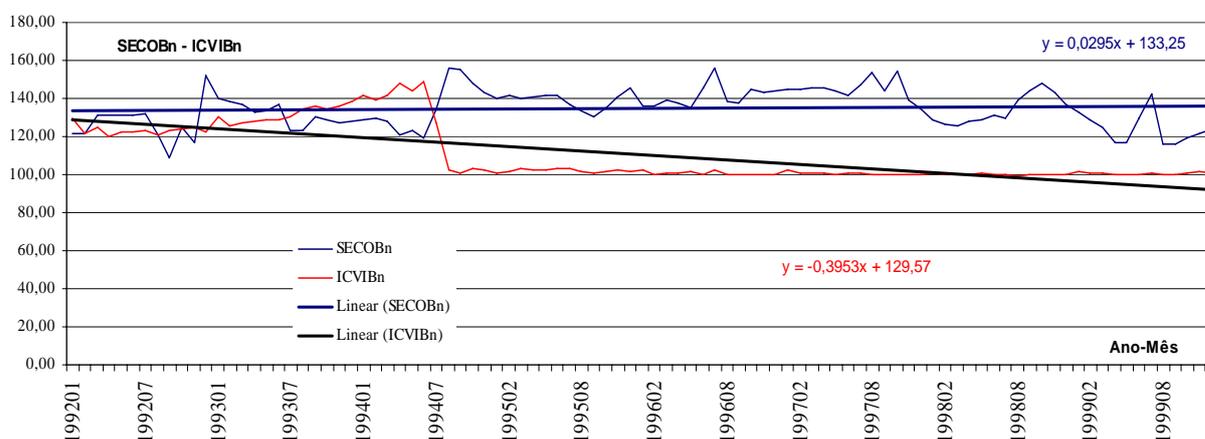
$$SECOB = ICVIB_{t-1}^{2,525313} * ICVIB_{t-1}^{2* - 0,377017}$$

$$\text{Ou } SECOB = ICVIB_{t-1}^{1,771279}$$

Assim, a função final representada na concepção da Primeira Lei da psicofísica de Stevens demonstra que a percepção de confiança da sociedade varia a partir de uma elasticidade de 1,771279. Considerando que a lei de variação do Índice de Custo de Vida é a mesma que a do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o mesmo raciocínio feito no item 5.3.1.1 vale aqui. Há uma relação inversa entre duas variáveis independentes e a dependente.

O Gráfico 35 apresenta o comportamento do Sentimento de Confiança e do Índice de Custo de Vida no período considerado.

Gráfico 35 Sentimento de Confiança e do Índice de Custo de Vida (1992-1999) (Brasil).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo na Argentina”.

A visão do Gráfico 35 permite depreender que o comportamento individual do Custo de Vida e do Sentimento de Confiança, contrariamente ao definido pela regressão simples, apresentam-se dentro da lógica inicial prevista, ou seja, a um aumento no custo de vida corresponde uma diminuição do sentimento de confiança no mesmo período.

3.2 O Modelo Multivariado

Este modelo completo incorpora inicialmente todas as variáveis já defasadas a partir das melhores interações bivariadas elaboradas anteriormente.

a) O método de regressão utilizado foi o *stepwise* e a Tabela 17 apresenta as explicabilidades de cada modelo encontrado, bem como o resultado do teste de Durbin Watson para os resíduos e o resultado dos testes F com as respectivas significâncias.

Tabela 17 Sumário do Modelo Multivariado (c,d) (Brasil).

Modelo	R	R ² a	R ² ajustado	Erro padrão de estimativa	Estatísticas Gerais					Durbin Watson
					Mudança no R ²	Mudança no F	Graus de liberdade 1	Graus de liberdade 2	Mudança no F	
1	0,9 98	0,995	0,995	0,26198	0,995	2161,8 56	6	64	0,000	0,745

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Planos de Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo na Argentina”.

Notas: a) para regressão sem intercepto mede a proporção de variabilidade da variável dependente; b) predictoras LTXSEB, LDESEB, LGREVB, LCRIMB, LICVIB c) Variável dependente Sentimento de Confiança; d) regressão linear pela origem.

A Tabela 17 apresenta o melhor modelo com sua significância e a Tabela 18 apresenta os coeficientes da relação multivariada obtida.

Tabela 18 Coeficientes gerados pelo modelo multivariado (Brasil).

Modelo		Coeficientes não padronizados		t	Sig.
		B	Erro Padrão		
1	LDESEB	-0,795	0,188	-4,226	0,000
	LTXSEB	-0,436	0,101	-4,292	0,000
	LCRIMB	-0,623	0,342	-1,820	0,073
	LGREVB	4,068E-02	0,090	0,453	0,652
	LICVIB	2,280	0,613	3,718	0,000

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Planos de Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo na Argentina”.

Notas: Variável dependente SECOB; Regressão linear pela origem.

b) Análise econométrica do modelo

O SPSS apresentou também os coeficientes do modelo escolhido para a notação matemática e destes foram escolhidos aqueles com maior significância, os relativos às

variáveis: Desemprego; Taxa Selic; Criminalidade; Índice de Custo de Vida. Assim a Relação multivariada final é a seguinte:

A vantagem do uso da técnica de logaritmização é que ela possibilita a observação da elasticidade final de cada variável quando tratadas em conjunto em uma regressão linear, como explicado por Bilich (1978).

A notação matemática deste primeiro modelo multivariado é:

$$\text{LSECOB} = - 0,795 \text{LDESEB}_{t-3} - 0,436 \text{LTXSEB}_{t-1} - 0,623 \text{LCRIMB}_{t-2} + 2,280 \text{LICVIB}_{t-1}$$

	0,188	0,101	0,342	0,613
--	-------	-------	-------	-------

As variáveis componentes deste modelo são:

Dependente	Sentimento de Confiança no Brasil [LSECOB]
Independentes	LDESEB [Desemprego Aberto]; Taxa Selic [LTXSEB]; LCRIMB [Criminalidade]; e Índice de Custo de Vida [LICVIB].

O modelo escolhido foi o que incorporou o maior número de variáveis. Depois das interações estatísticas foram eliminadas as variáveis taxa de inflação e de greves.

Importante notar que sempre permanecem, depois das interações estatísticas realizadas pelo SPSS, as variáveis do campo social e do campo econômico, o que confirma a hipótese do concurso de variáveis desses dois campos.

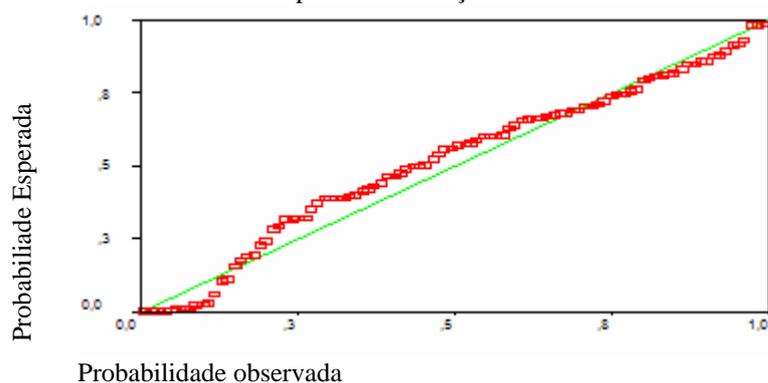
Na equação final do modelo LSECOB é o sentimento de confiança no Brasil em todo o período considerado (1992-1999) e os coeficientes das variáveis independentes que ali figuram, representam, em todo o conjunto, as elasticidades de cada variável independente em relação à variável dependente.

Cabe ressaltar que, embora estas elasticidades não devam ser consideradas em separado, mas como parte de um todo, o resultado de sua operação conjunta pode ser visto como a resultante de um sistema de forças específico formado pelas variáveis aceitas pelo SPSS após a sua operacionalização pelo método *Stepwise*.

O Gráfico 36 apresenta o comportamento da probabilidade esperada em função da probabilidade observada e dele se pode depreender que os pontos estão próximos da reta de ajuste o que corrobora a idéia de validade do modelo.

¹⁴ Erro padrão de cada um dos coeficientes.

Gráfico 36 Probabilidade Esperada em Função da Probabilidade Observada (Brasil)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A observação visual do Gráfico anterior mostra o ajuste quase perfeito dos dados deste modelo à reta de regressão linear múltipla representado pela irregularidade de posição dos resíduos em relação à diagonal. Foram efetuados testes com os valores tabelados pelas observações do campo substituindo-os na equação construída com as saídas do modelo e todos os resultados se encaixam dentro do valor médio da regressão e dentro do desvio padrão do modelo.

c) Análise substantiva do modelo

Neste caso a influência linear de todas as variáveis independentes ficou por conta, no final, da Taxa de Criminalidade; do Desemprego Aberto; da Taxa Selic; e do Índice de Custo de Vida.

A análise deste modelo completo deve ser feita para cada variável independente de forma isolada, não há como apreciar a dinâmica de todas as variáveis interagindo simultaneamente, para isto deveria existir um tipo de representação espacial com tantas dimensões quantas variáveis estivessem envolvidas no modelo.

Relação 1

$$SECOB = DESEB_{t-3}^{-0,795} * TXSEB_{t-1}^{-0,436} * CRIMB_{t-2}^{-0,623} * ICVIB_{t-1}^{+2,280}$$

Perfeitamente definida pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens a relação Sentimento de Confiança pode ser explicada pela variável Desemprego considerando-a inversamente a partir do sinal de seu expoente, o que confirma separadamente a dinâmica da variação entre as duas variáveis.

A elasticidade é dada pela variação percentual de $-0,795$ da variável Sentimento de Confiança quando ocorre uma variação no limite da variável Desemprego. Qualitativamente

observa-se que quando a Taxa de Desemprego aumenta, ocorre uma diminuição do Sentimento de Confiança da sociedade no governo do Brasil no período considerado.

Relação 2

$$\text{SECOB} = \text{DESEB}_{t-3}^{-0,795} * \text{TXSEB}_{t-1}^{-0,436} * \text{CRIMB}_{t-2}^{-0,623} * \text{ICVIB}_{t-1}^{+2,280}$$

Perfeitamente definida pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens a relação Sentimento de Confiança pode ser explicada pela variável Taxa Selic que, embora devendo ser considerada em separado, dentro do modelo geral oferece influência indireta no Sentimento de Confiança. A elasticidade é dada pela variação percentual de $-0,436$ da variável Sentimento de Confiança quando ocorre uma variação no limite da variável Taxa Selic. Qualitativamente observa-se que quando a Taxa Selic aumenta, o governo está tentando abaixar ou manter em baixos níveis as taxas de inflação, ou seja, há um sentimento de confiança baixa neste momento onde a Taxa Selic é manipulada pelo governo para atingir seus objetivos.

Relação 3

$$\text{SECOB} = \text{DESEB}_{t-3}^{-0,795} * \text{TXSEB}_{t-1}^{-0,436} * \text{CRIMB}_{t-2}^{-0,623} * \text{ICVIB}_{t-1}^{+2,280}$$

Perfeitamente definida pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens a relação Sentimento de Confiança pode ser explicada pela variável Criminalidade que apresenta influência indireta no Sentimento de Confiança, confirmando o que se poderia esperar, ou seja, a uma alta no valor da Taxa de Criminalidade, corresponderá uma diminuição do sentimento de confiança da sociedade brasileira no seu governo no período considerado.

Relação 4

$$\text{SECOB} = \text{DESEB}_{t-3}^{-0,795} * \text{TXSEB}_{t-1}^{-0,436} * \text{CRIMB}_{t-2}^{-0,623} * \text{ICVIB}_{t-1}^{+2,280}$$

Perfeitamente explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens a relação Sentimento de Confiança pode ser explicada pelas quatro variáveis: desemprego; taxa SELIC; criminalidade; e índice de custo de vida. As quatro primeiras se apresentam, após as interações estatísticas e matemáticas efetuadas pelo SPSS, de forma inversa, e a última o Índice de Custo de Vida que aparece substituindo a variável Índice de Preços ao Consumidor Amplo e se comporta influenciada pelo desemprego¹⁵. Assim, se a inflação aumenta é de se

¹⁵ A base teórica para esta afirmação se apóia na Curva de Phillips que representa a explicação para o fenômeno que retrata a influência dos índices de desemprego e a taxa de inflação. (LOPES e VASCONCELLOS, 2000)

supor que os índices de desemprego caíam o que irá influenciar positivamente no sentimento de confiança no governo.

Cabe relatar que a inflação caiu no primeiro ano de implementação do Real, e, a partir daí, a variável que assume lugar de influência no imaginário da sociedade é o desemprego.

Aqui, de novo a influência do desemprego correlacionado com a Taxa de Inflação ou com o custo de vida. A uma alteração nos Índices de Desemprego corresponderá uma variação contrária nas taxas de Inflação ou no custo de vida conforme definido pela Curva de Phillips que discute o *trade off* entre inflação e desemprego (LOPES e VASCONCELLOS, 2000).

No período, comparativamente o desemprego no Brasil foi, em média, muito acima dos níveis da América Latina, assim é possível que esta variável esteja influenciando indiretamente a correlação entre a Taxa de Inflação e o Sentimento de confiança.

3.3 Síntese dos resultados da análise dos dados relativos ao Brasil.

Todas as relações bivariadas tratadas pela técnica de regressão simples apresentaram resultados estatísticos mais do que satisfatórios, com altíssimas significâncias e as relações resultantes foram todas testadas através de análise econométrica resultando em todos os casos a obtenção de valores dentro dos desvios padrão de cada interação e, por conseguinte, dentro dos intervalos apresentados no início deste item, o que comprova a validade das relações.

Ficou também comprovado que realmente ocorre a defasagem na interação, ou seja, as variáveis independentes influenciam a dependente com um retardo natural devido a um tempo que a sociedade leva para processar a informação dos índices divulgados.

Em média, o tempo que leva para cada uma das independentes influenciarem a dependente é de 1,71 mês. É possível que esta seja a permanência média do problema no imaginário das pessoas, variando de caso a caso de acordo com a importância relativa da influência de cada variável independente sobre a dependente.

A maioria das relações não explica individualmente a variável dependente Sentimento de confiança, o que já era de se esperar dada a impossibilidade de explicar, em separado, uma relação para a qual, na realidade, concorrem muitas outras variáveis.

A natureza das relações bivariadas é de correlação, confirmando sua explicabilidade pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens, não havendo nenhuma relação - variável independente x variável dependente, que se possa considerar como sendo de causa e efeito.

Já o mesmo não se pode dizer de determinadas relações entre variáveis independentes, não focadas diretamente pelo presente estudo, que, entretanto apresentam relação de causa e efeito como, por exemplo, a relação desemprego x inflação. Esta relação de causa e efeito pode ter influenciado a relação direta entre as variáveis independentes e a Variável dependente - Sentimento de Confiança.

O modelo final, representado pela equação:

$$\text{SECOB} = \text{DESEB}_{t-3}^{-0,795} \text{CRIMB}_{t-2}^{-0,623} * \text{TXSEB}_{t-1}^{-0,436} * * \text{ICVIB}_{t-1}^{+2,280},$$

considera duas variáveis do campo econômico - a Taxa Selic e o Índice de Custo de Vida e duas do campo social - o Desemprego e a Criminalidade. Todas estas, com exceção do Índice de Custo de Vida, apresentam relação de correlação coerente com a dinâmica inicial concebida para a hipótese formulada, ou seja, quando ocorre um aumento unitário em uma das preditoras (exceto o Índice de Custo de Vida) ocorre uma influência inversa na variável dependente.

É possível que esta apresentação da variável Índice de Custo de Vida, contrariando a dinâmica esperada, se deva à queda de importância que as taxas relativas à inflação e ao custo de vida pela mudança, no consciente coletivo da sociedade, das prioridades quanto às principais preocupações. Daí a preocupação se apresentar influenciada contrariamente pelo desemprego que guarda relação de causa e efeito com a inflação.

Digna de nota também a exclusão da variável Índice de Preços ao Consumidor, que havia sido escolhida como âncora do segmento independente considerado, o que valida a inserção de outra variável com a mesma natureza e da mesma escala no modelo, a variável Índice de Custo de Vida.

Portanto o modelo encontrado estabelece que há uma relação de correlação inversa entre as variáveis índice de desemprego; taxa SELIC; e índice de criminalidade e a variável dependente sentimento de confiança e que há uma relação de correlação direta entre o índice de custo de vida e o sentimento de confiança e que, a relação inversa é, em média cerca de 30% menor do que a influência direta, ou seja o peso da variável custo de vida na relação estudada é muito maior do que o das outras variáveis aceitas depois das interações.

Cabe ressaltar que, das relações inversas, a que mais sobressai é a influência da variável desemprego, com o maior peso, o que confirma a permanência desta questão no imaginário do povo como sendo o principal problema apontado nas pesquisas.

CAPÍTULO 4

As relações entre alguns indicadores sócio-econômicos e o Sentimento de Confiança na Argentina.

O objetivo deste Capítulo é apreciar o comportamento das observações levadas a efeito na pesquisa de campo sobre a Argentina. A metodologia operacionalizada se ateve inicialmente a estabelecer as melhores interações no tempo para cada variável independente ou preditora de forma a efetuar a regressão multivariada para cada país a partir da melhor situação de cada variável individual. Os processos e técnicas específicas usadas encontram-se dispostos no Apêndice C desta pesquisa.

4.1 Os Modelos Bivariados

Como no Brasil, não se pretendeu aqui explicar separadamente as influências de cada variável independente sobre a dependente, embora este tipo de análise tenha sido feito para confirmar ou rejeitar algumas relações bivariadas, considerando que, na realidade, a influência é do conjunto de todas as independentes e de mais outras não consideradas, sobre a dependente.

Assim, da mesma forma usada para o tratamento das variáveis brasileiras, as interações bivariadas foram efetuadas visando estabelecer a defasagem que melhor trabalha cada relação, a fim de inserir esta defasagem no modelo multivariado final. Este modelo foi implementado a partir da premissa de que as variáveis independentes não influenciam imediatamente a dependente, mas sim em um tempo posterior.

As respostas atenderam à premissa inicial, apontando diversas diferentes defasagens para cada relação bivariada. A partir destes resultados foram estabelecidas as bases para o modelo completo que contou com o concurso das variáveis já defasadas nas melhores defasagens, e será apresentado no item 4.2. A reduzida escala de valores dos coeficientes é explicada pela logaritmização

4.1.1 Sentimento de Confiança e Desemprego Aberto

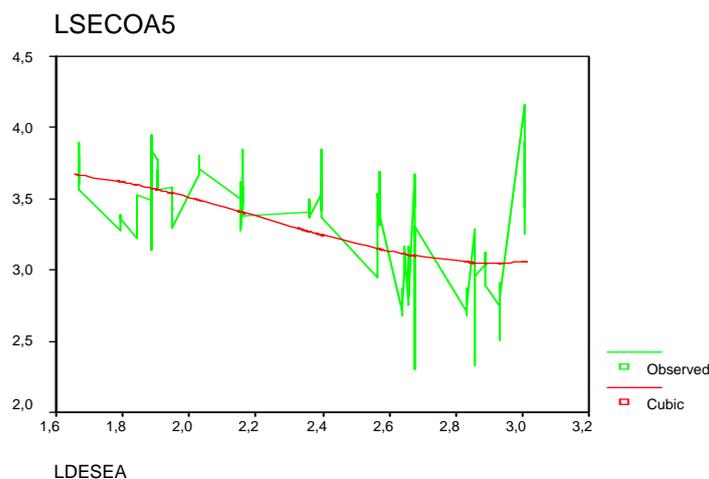
Variável dependente – LSECOA5¹ e independente - LDESEA.

a) A Regressão simples deste modelo apresentou os seguintes resultados principais: Índice de explicabilidade ajustado de 0,99106 com um erro padrão de 0,31242; a Análise de variância registrou como resultado do Teste F o valor de 4696,29696 com significância de 0,0000. O melhor ajuste foi obtido por uma curva cúbica. Os termos da equação apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável Índice de Desemprego Aberto Logaritmizado na Argentina (LIPCOA):

Variável	B	SE B ²	Beta	T	Sig T
LDESEA ³	5,931112	0,501522	4,366187	11,826	0,0000
LDESEA**2	-2,989606	0,425820	-5,641795	-7,021	0,0000
LDESEA**3	0,450650	0,088431	2,263713	5,096	0,0000

O Gráfico 37 apresenta o resultado da regressão.

Gráfico 37 Sentimento de Confiança a Partir da Variação da Taxa de Desemprego (Argentina)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A melhor interação entre a variável independente LDESEA e a variável LSECOA foi a defasada de cinco meses, a partir de uma curva cúbica. A sua explicabilidade foi a maior dentre todas as defasagens, ficando em 99,106%, com uma significância de 0,0000, total, portanto.

A relação que representa a interação é:

$$\text{LSECOA} = 5,931112 \text{ LDESEA}_{t-5} - 2,989606 (\text{LDESEA}_{t-5})^2 + 0,450650 (\text{LDESEA}_{t-5})^3$$

¹ O número 5 representa a defasagem temporal que melhor ajustou a relação. A mesma notação vale para as outras relações.

² Erro padrão de B.

³ Desemprego Aberto na Argentina.

SE (B) 0,501522 0,425820 0,088431

As variáveis envolvidas nesta relação são:

Dependente Sentimento de Confiança na Argentina Logaritmizada.

Independente Índice de Desemprego Aberto na Argentina Logaritmizada defasada de cinco meses, daí o índice t-5.

b) Análise econométrica da relação bivariada

Feita a análise econométrica da função e os valores máximo e mínimo da função estão dentro do intervalo de observação da realidade, dentro da escala de medição do fenômeno, o que confirma a validade da função encontrada pelo SPSS.

A relação apresentada pode ser explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens e teve significância máxima em todas as raízes. Neste par bivariado, o que determinou a melhor relação foi a alteração de significância. Quanto ocorreu alteração para piorá-la as defasagens foram interrompidas.

A Função que representa o fenômeno confirma a relação inversa entre a Taxa de desemprego e o Sentimento de Confiança.

Quanto à alta defasagem, parece haver uma explicação, ou seja, para que o desemprego leve tanto tempo para influenciar a confiança, especificamente na Argentina é necessário que se leve em conta a força da confiança do povo argentino em seus governantes de uma forma geral, e especificamente em Menem no período inicial de seu primeiro governo que mesmo depois de sua reeleição em 1995, sempre foi muito grande.

Para Fraga (1999) o desemprego foi, no período considerado, o problema que sempre esteve em primeiro lugar nas preocupações do povo argentino. Talvez por isto tenha demorado tanto na pauta de preocupações do povo, que influenciou o Sentimento de Confiança no governo Menem. Daí depreende-se a sua alta defasagem na influência da variável independente considerada.

b) Análise substantiva da relação bivariada

A relação que representa este par bivariado possui um termo com coeficientes negativos o que pode explicar a influência inversa desta variável no Sentimento de Confiança.

Os termos positivos podem estar representando a parte que interfere na inflação fazendo com que a mesma diminua, o que provocará um aumento de confiança em determinados momentos no período considerado. Assim, esta relação é paradoxal por definição.

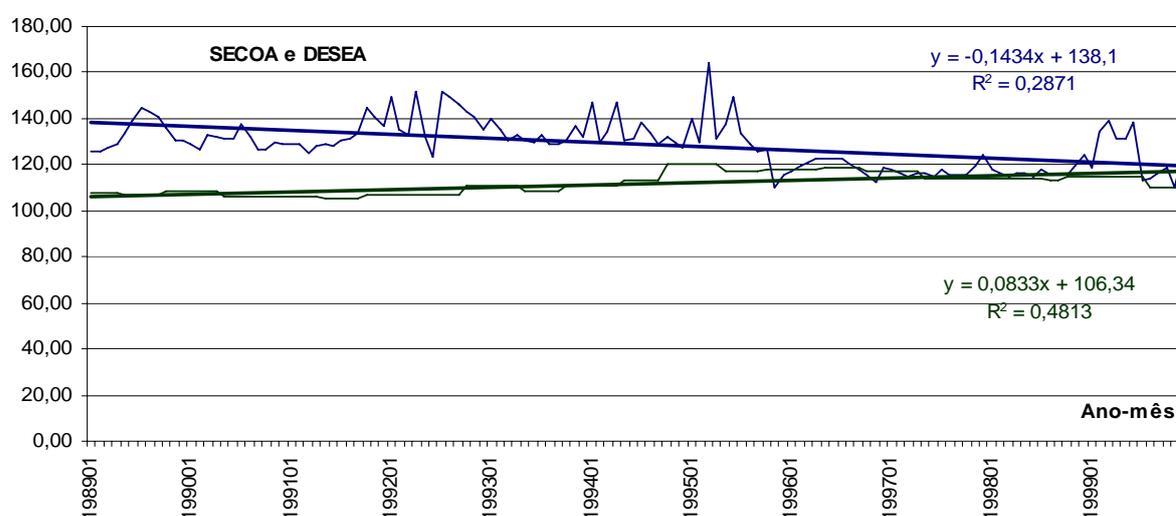
A notação matemática deslogaritmizada ficará:

$$\text{SECOA} = \text{DESEA}_{t-5}^{1,32005}$$

Assim, observa-se a relação inversa ao esperado, ou seja, no limite, a elasticidade deste modelo apresenta uma variação percentual positiva de 1,32005, o que quer dizer que para uma variação muito pequena do índice de Desemprego Aberto, o Sentimento de Confiança variará percentualmente 1,32005 mais.

O Gráfico 38 apresenta o comportamento das duas variáveis no tempo, o Sentimento de Confiança e o Desemprego.

Gráfico 38 Sentimento de Confiança e Desemprego (1989-1999) (Argentina)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Nota: SECOA – Sentimento de Confiança; DESEA – Desemprego Aberto.

A partir da observação do Gráfico 38 que apresenta a distribuição dos dados observados no campo no período de tempo considerado pela pesquisa, constata-se que, isoladamente, o sentido de variação das duas variáveis: dependente e preditora é inverso, o que confirma a relação de correlação encontrada. A descontinuidade sistemática na coleta dos dados de desemprego dão à sua curva um aspecto de dente de serra.

4.1.2 Sentimento de Confiança e Índice de Preços ao Consumidor

Variável dependente - LSECOA1 e independente - LIPCOA.

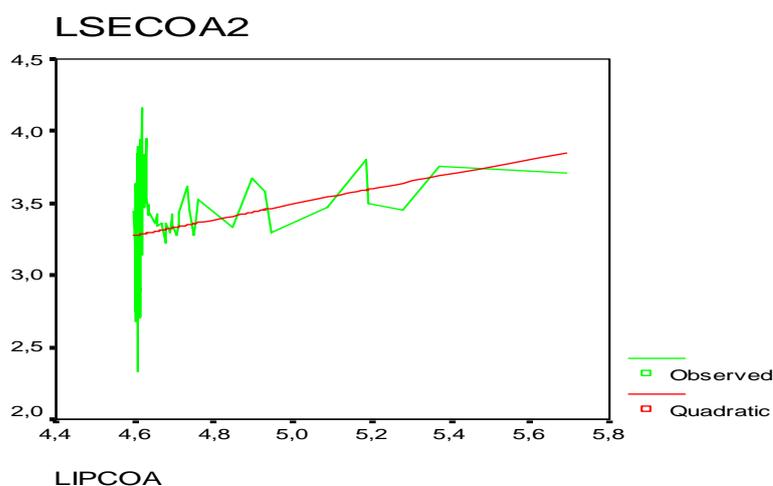
a) A regressão simples deste modelo apresentou os seguintes resultados principais: Índice de explicabilidade ajustado de 0,98860 com um erro padrão de 0,35560; a Análise de variância registrou como resultado do Teste F o valor de 5377,88720 com significância de 0,0000. O melhor ajuste foi obtido por uma curva quadrática e os termos do primeiro grau e

do segundo grau apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável Índice de Preços ao Consumidor logaritmizado na Argentina (LIPCOA):

Variável	B	SE B ⁴	Beta	T	Sig T
LIPCOA	0,860807	0,174992	1,206547	4,919	0,0000
LIPCOA**2	- 0,032367	0,037383	- 0,212367	- 0,866	0,3883

O ajuste foi efetuado pela curva quadrática e é apresentado no Gráfico 39.

Gráfico 39 Sentimento de Confiança a Partir da Variação da Taxa de Inflação (Argentina).



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A melhor interação entre a variável independente LIPCOA e a variável LSECOA foi a defasada de dois meses e a relação que representa a interação é:

$$LSECOA = 0,860807 LIPCOA_{t-2} - 0,032367 (LIPCOA_{t-2})^2$$

$$SE (B) \quad 0,174992 \quad 0,037383$$

As variáveis envolvidas nesta relação são:

Dependente Sentimento de Confiança na Argentina Logaritmizada.

Independente Índice de Preços ao Consumidor na Argentina Logaritmizada defasada de um mês, daí o índice t-2.

b) Análise econométrica da Relação

Efetuada a análise econométrica da função, os valores máximo e mínimo da função estão fora do intervalo de observação da realidade, mas dentro da escala de medição do fenômeno, o que confirma a validade da função encontrada pelo SPSS. A significância do

⁴ Erro padrão de B.

segundo termo do modelo não foi satisfatória, mas nenhum dos modelos deste par bivariado tiveram significância satisfatória, e por isto o critério de escolha foi a explicabilidade, que no caso foi a maior constatada. A relação apresentada pode ser explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens.

Neste par bivariado, o que determinou a melhor relação foi a alteração de significância. Quanto ocorreu alteração para piorá-la, as novas interações com maiores defasagens foram interrompidas.

c) Análise substantiva do modelo

A mesma análise teórica efetuada no item 3.3.1.1 vale para esta relação da Argentina. Não foi elaborada análise anual ou por período da relação entre as duas funções. A relação foi estudada de forma global em todo o período compreendido pela pesquisa, assim não existem análises específicas relativas a momentos determinados da relação entre as variáveis.

$$\text{LSECOA} = 0,860807 \text{ LIPCOA}_{t-2} - 0,032367 (\text{LIPCOA}_{t-2})^2$$

O primeiro harmônico apresenta uma relação direta e com uma elasticidade de 0,860807, o que significa que, *coeteris paribus*, para cada variação unitária do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Argentina equivalerá a uma variação, no mesmo sentido, de 0,860807 do Sentimento de Confiança.

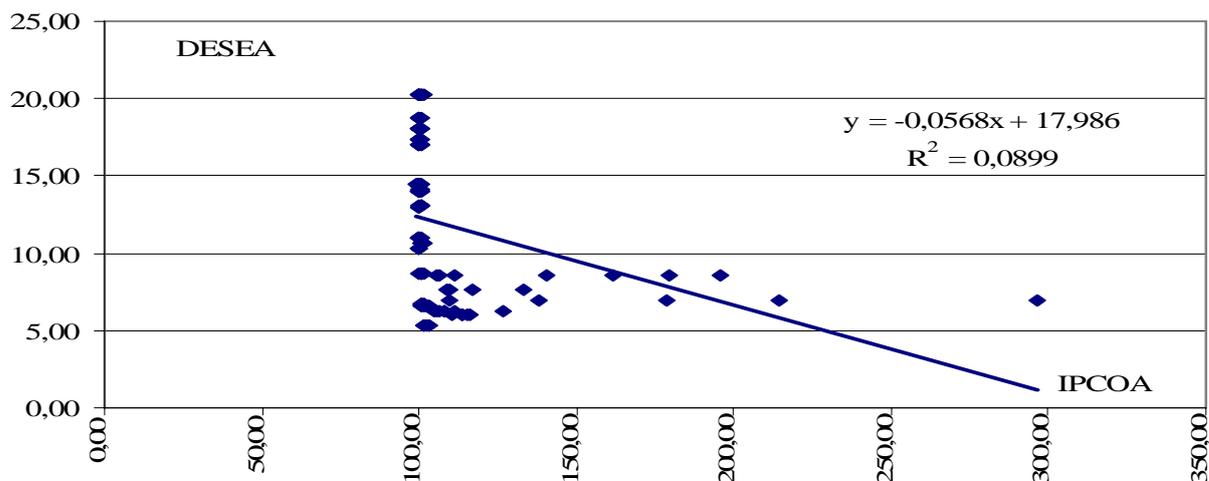
O mesmo raciocínio vale quando se abaliza o harmônico de segundo grau. Neste caso, para uma variação infinitesimal no índice de preços ao consumidor amplo equivalerá a uma variação em sentido contrário, de 0,032367 unidades. Se olharmos a notação matemática deslogaritmizada ficará assim: $\text{SECOA} = \text{IPCOA}_{t-2}^{0,796073}$

Assim, a função final representada na concepção da Primeira Lei da Psicofísica de Stevens demonstra que a percepção de confiança da sociedade varia a partir de uma elasticidade positiva de 0,796073, o que quer dizer que um aumento percentual no IPCA na Argentina gera um aumento de igual sentido no Sentimento de Confiança.

Verificada a aplicabilidade da Curva de Phillips para a relação entre as duas variáveis observa-se que, da mesma forma que no Brasil, a inflação só é significativa até a implementação do Plano Cavallo. A partir daí ela perde a força para outra variável independente, o desemprego que se torna a principal preocupação da sociedade argentina. Ocorre uma espécie de inversão nas prioridades do povo portenho.

O Gráfico 40 apresenta a relação correta entre desemprego e inflação que pode explicar a inversão demonstrada acima.

Gráfico 40 Influência da Taxa de Inflação na variável desemprego (Argentina)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

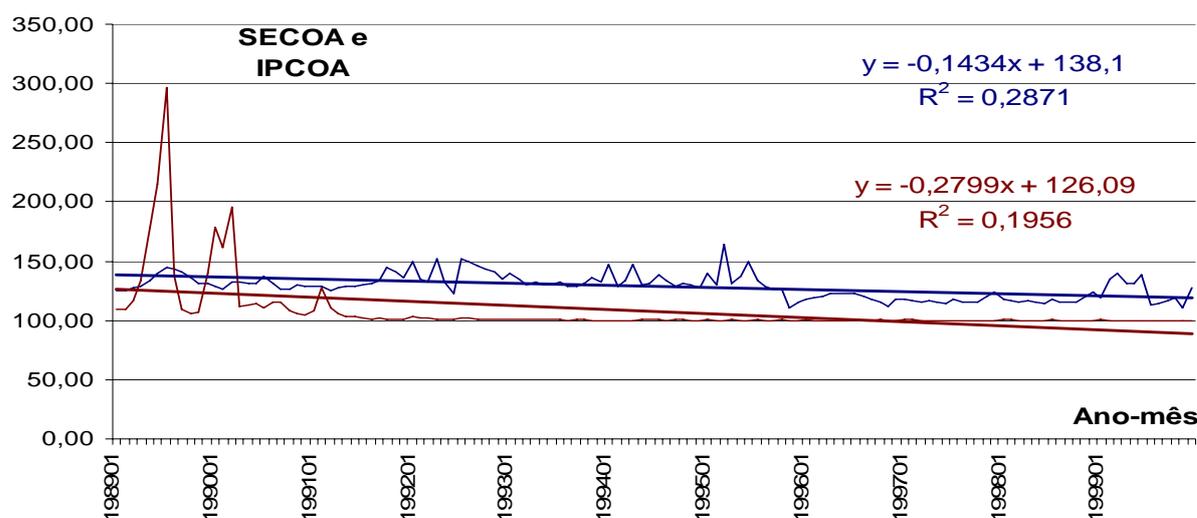
A partir da análise do gráfico anterior observa-se a relação inversa entre as variáveis, o que gera um paradoxo com relação à confiança, já que de acordo com Lopes e Vasconcellos (2000) quando o desemprego aumenta, induzido pelo governo, a inflação diminui, ou seja se o desemprego aumenta o Sentimento de Confiança deveria diminuir, mas se a inflação diminui o Sentimento de Confiança deve aumentar. É a taxa de sacrifício que a sociedade tem que pagar para se livrar do imposto inflacionário.

É possível que, no curto prazo, um determinado aumento na inflação gerada por uma diminuição dos índices de desemprego cause certa euforia na sociedade pelo aumento dos empregos o que determinaria um aumento nos níveis de Sentimento de Confiança.

Como a Curva de Phillips (LOPES e VASCONCELLOS, id) só se verifica, de acordo com o teoria econômica, no curto prazo, nos médio e longo prazos o efeito do desemprego no caso de quedas nos níveis de inflação seria preponderante no consciente da sociedade, quando apreciado isoladamente é claro.

O Gráfico 41 apresenta o comportamento no tempo das duas variáveis em análise.

Gráfico 41 Sentimento de Confiança e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (1989-1999) (Argentina)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Nota: SECOA – Sentimento de Confiança; IPCOA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

A partir da observação do Gráfico 41 pode-se depreender que a variável independente neste caso varia muito mais individualmente que a dependente, ou seja, a inflação cai cerca de duas vezes mais rápido que a confiança, denotando certa tendência à manutenção de confiança mesmo com uma maior queda das taxas de inflação, o que de certa forma confirma a relação encontrada no plano estatístico correlacional.

4.1.3 Sentimento de Confiança e Violência Sócio-Política

Variável dependente - LSECOA2 e independente - LVIOLA.

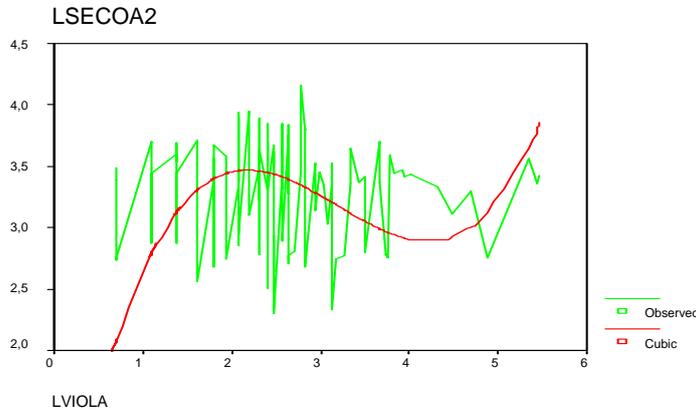
a) A Regressão simples deste modelo apresentou os seguintes resultados principais: Índice de explicabilidade ajustado de 0,98070 com um erro padrão de 0,45945; a Análise de variância registrou como resultado do Teste F o valor de 2202,73817 com significância de 0,0000. O melhor ajuste foi obtido por uma curva cúbica. Os termos da equação apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável Violência Sócio-Política Logaritmizada na Argentina (LVIOLA):

Variável	B	SE B ⁵	Beta	T	Sig T
LVIOLA	3,847042	0,135470	3,077328	28,398	0,0000
LVIOLA**2	-1,339445	0,081872	-3,626065	-16,360	0,0000
LVIOLA**3	0,139831	0,011458	1,552759	12,204	0,0000

⁵ Erro padrão de B.

A melhor interação entre a variável independente LVIOLA e a variável LSECOA foi a defasada de dois meses, a partir de uma curva cúbica e o ajuste é apresentado no Gráfico 42.

Gráfico 42 Sentimento de Confiança a partir da Violência Sócio-Política (Argentina)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A relação que representa a interação é:

$$LSECOA = 3,847042 LVIOLA_{t-2} - 1,339445 (LVIOLA_{t-2})^2 + 0,139831 (LVIOLA_{t-2})^3$$

SE (B)	0,13547	0,081872	0,011458
--------	---------	----------	----------

As variáveis envolvidas nesta relação são:

Dependente Sentimento de Confiança na Argentina Logaritmizada.

Independente Violência Sócio-Política na Argentina Logaritmizada defasada de dois meses, daí o índice t-2.

b) Análise matemática da relação.

Feita a análise matemática da função, os valores máximo e mínimo da função estão dentro do intervalo de observação da realidade, dentro da escala de medição do fenômeno, o que confirma a validade da função encontrada pelo SPSS, máximo em 32,13% e mínimo em 19,74%. A relação apresentada pode ser explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens e teve significância máxima em todas as raízes.

Neste par bivariado, o que determinou a melhor relação foi a explicabilidade a partir do R^2 Ajustado.

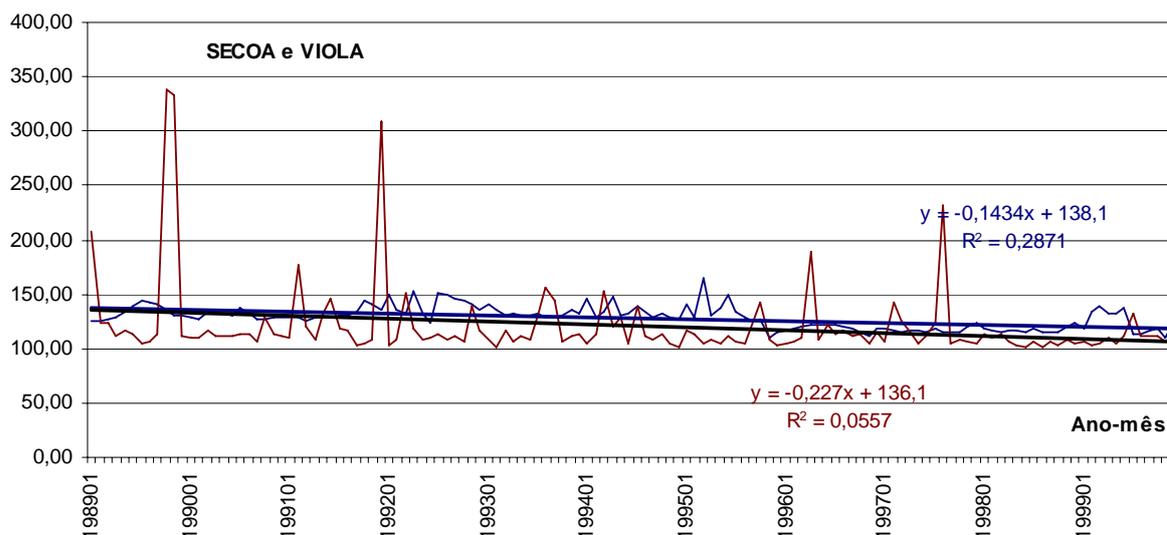
c) Análise Substantiva da relação.

A despeito da relação LVIOLA x LSECOA ter significância estatística e alta explicabilidade, a variável Violência Sociopolítica não se apresentou relevante para

influenciar ou mesmo explicar individualmente a variável Sentimento de Confiança e, a não ser por alguns picos ocorridos em fins de 1989 com a hiperinflação pré Plano Cavallo, variou muito pouco durante todo o período.

O Gráfico 43 apresenta o comportamento das duas variáveis no tempo, o Sentimento de Confiança e a Violência Sóciopolítica.

Gráfico 43 Sentimento de Confiança e Violência Sóciopolítica (1989-1999) (Argentina)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Nota: SECOA – Sentimento de Confiança; VIOLA – Violência Sóciopolítica.

Em fins de 1989 com o país estava a beira do caos e Menem já no comando, não havia qualquer sinal de saída para a hiperinflação. Em 1991 e 1992, possivelmente pela ainda influência da renitente inflação pré-Cavallo e pela massivas privatizações em empresas estatais e serviços públicos ocorre um pico de violência sóciopolítica.

A observação do gráfico anterior, construído a partir de dados coletados no campo, permite concluir que, separadamente, a violência sóciopolítica varia no mesmo sentido que o Sentimento de Confiança, com alguns picos que ocorrem depois de eventos envolvendo a confiança e outras variáveis.

4.1.4 Sentimento de Confiança e Conflitos Laborais

Variável dependente - LSECOA e independente - LCONFA.

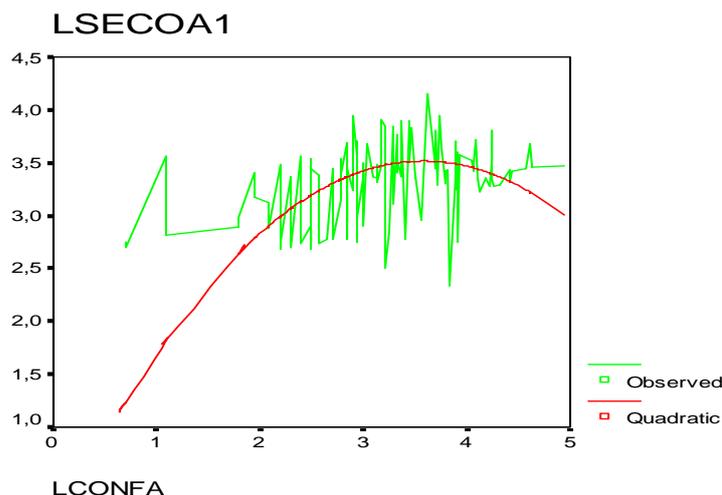
a) A regressão simples deste modelo apresentou os seguintes resultados principais: Índice de explicabilidade ajustado de 0,98385 com um erro padrão de 0,42289; a Análise de variância registrou como resultado do Teste F o valor de 3777,18642 com significância de 0,0000 e erro padrão de 0,42289. O melhor ajuste foi obtido por uma curva quadrática. Os

termos da equação apresentaram os seguintes coeficientes para os termos da variável Conflitos Laborais logaritmizada na Argentina (LCONFA):

Variável	B	SE B	Beta	T	Sig T
LCONFA	1,964972	0,059326	1,923595	33,122	0,0000
LCONFA**2	0,274544	0,016456	-0,968915	-16,683	0,0000

O ajuste é apresentado no Gráfico 44.

Gráfico 44 Sentimento de Confiança a Partir da Taxa de Conflitos Laborais (Argentina)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

A relação que representa a interação é:

$$LSECOA = 1,964972 LCONFA_{t-1} + 0,274544 (LCONFA_{t-1})^2$$

$$SE (B) \quad 0,059326 \quad 0,016456$$

As variáveis envolvidas nesta relação são:

Dependente Sentimento de Confiança na Argentina Logaritmizada.

Independente Conflitos Laborais na Argentina Logaritmizada defasada de um mês, daí o índice t-1.

b) Análise econométrica da relação.

Feita a Análise econométrica da função e o valor máximo está dentro do intervalo de observação da realidade, dentro da escala de medição do fenômeno, o que confirma a validade da função encontrada pelo SPSS, máximo em 24,5%.

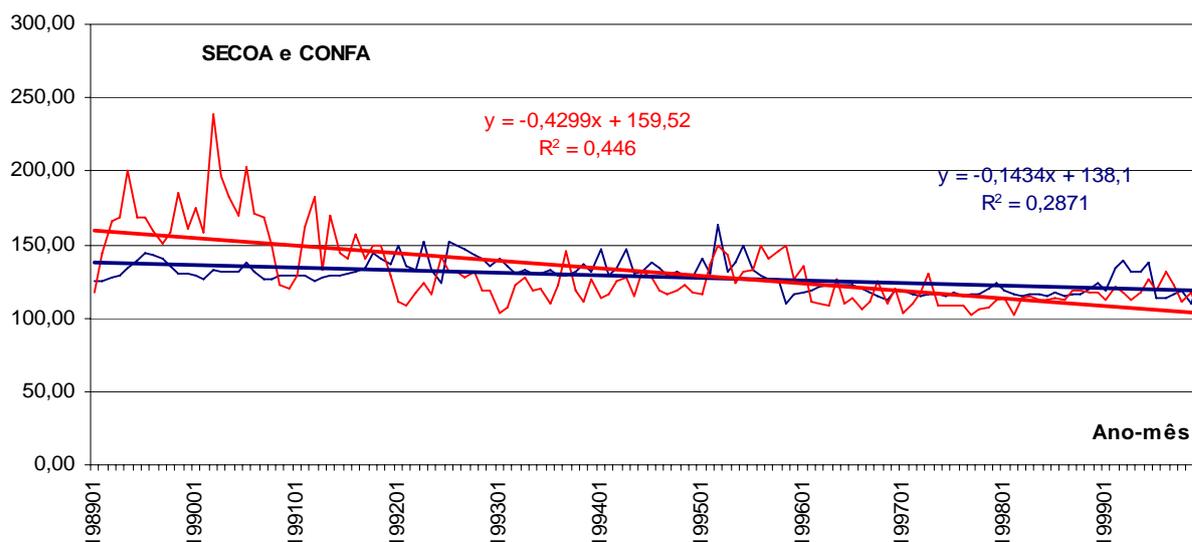
A relação apresentada pode ser explicada pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens e teve significância máxima em todas as raízes. Neste par bivariado, o que determinou a melhor relação foi a explicabilidade a partir do R^2 Ajust.

c) Análise substantiva da função

A despeito de estatisticamente a variável independente se correlacionar de forma significativa com a variável dependente Sentimento de Confiança, ela não explica individualmente o comportamento do Sentimento de Confiança.

O Gráfico 45 apresenta o comportamento da série Conflitos Laborais no período considerado.

Gráfico 45 Sentimento de Confiança e Conflitos Laborais (1989-1999) (Argentina)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Nota: SECOA – Sentimento de Confiança; CONFA – Conflitos Laborais.

Função em vermelho representa os Conflitos Laborais e a em azul o Sentimento de Confiança.

Da observação do Gráfico 45, construído a partir de dados de campo, depreende-se que a variável Conflitos Laborais varia, no período considerado, da mesma forma que o Sentimento de Confiança, cerca de três vezes mais, confirmando a tendência contrária ao esperado que seria o aumento do Sentimento de Confiança ocasionado por uma diminuição dos Conflitos Laborais..

A variável Conflitos Laborais, assim, não influencia o Sentimento de Confiança possivelmente porque a sociedade, neste caso, possa ter estado mais preocupada com as taxas de inflação e com o desemprego que assolou o país no período.

4.2 Modelo Multivariado

Foram consideradas inicialmente todas as variáveis, tendo sido desconsideradas ao final a Violência Sóciopolítica e os Conflitos laborais. A Tabela 19 apresenta as principais estatísticas do modelo considerado.

Tabela 19 Sumário do Modelo multivariado (Argentina)

Modelos	R	R ²	R ² Ajustado	Erro padrão de estimativa	Durbin-Watson
1	0,994	0,988	0,988	0,359755335	
2	0,995	0,991	0,990	0,323241113	0,938

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Modelos: [1 – preditora LIPCOA; 2 - preditora LIPCOA, LDESEA]: Dependente: LSECOA.

Regressão pela origem sem intercepto. R2 mede a proporção de explicabilidade da variável independente sobre a dependente.

A Tabela 19 apresenta dois modelos com diferentes significâncias, determinados pela técnica estatística, todos dentro dos limites aceitáveis e assim, foi escolhido o que considerou o maior número de variáveis, o segundo, que considera uma variável do campo social, o Desemprego e uma do campo econômico, o Índice de Preços ao Consumidor. A Tabela 20 apresenta os coeficientes e as principais estatísticas do modelo escolhido.

Tabela 20 Coeficientes do Modelo multivariado (Argentina)

Modelos		Coeficientes			t	Sig.
		Não Padronizados		Padronizados		
		B	Std. Error	Beta		
1	IPCOA	0,704	0,007	0,994	106,905	0,000
2	IPCOA	0,894	0,033	1,261	26,872	0,000
	DESEA	- 0,370	0,064	- 0,272	-5,785	0,000

Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Modelos: [1 – preditora LIPCOA; 2 - preditora LIPCOA, LDESEA]: Dependente: LSECOA.

A Equação do modelo encontrado é a seguinte:

$$LSECOA = 0,894 LIPCOA_{t-2} - 0,370 LDESEA_{t-5}$$

$$SE B \quad 0,033 \quad 0,064$$

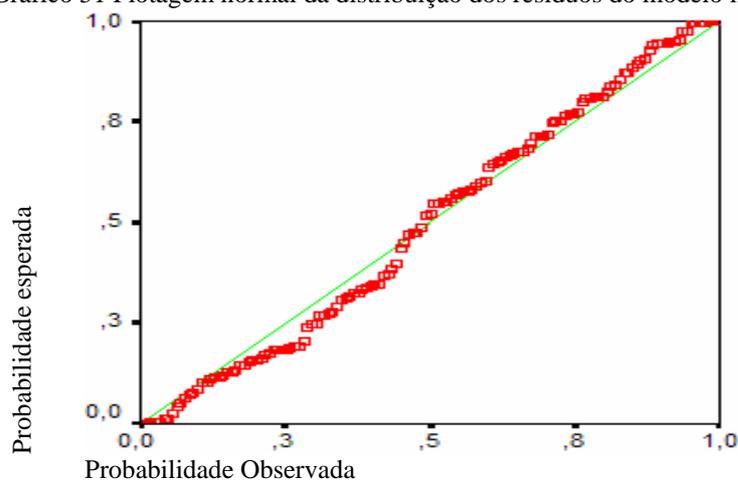
As variáveis que entraram neste modelo são as seguintes:

Dependente Sentimento de Confiança

Independentes Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Desemprego Aberto.

O Gráfico 51 apresenta o comportamento da probabilidade esperada em função da probabilidade observada

Gráfico 51 Plotagem normal da distribuição dos resíduos do modelo multivariado (Argentina)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Do Gráfico anterior pode-se depreender que os pontos não estão tão próximos da reta de ajuste, mas também que não há um padrão específico de apresentação dos resíduos, o que corrobora a idéia de validade do modelo.

c) Análise substantiva do modelo.

Este modelo eliminou as variáveis Violência Sócio-Política e Conflitos Laborais, ambas do campo social e apresenta a influência linear das variáveis independentes: Índice de Preços ao Consumidor e Desemprego Aberto.

A análise deste modelo completo foi elaborada a partir dos resultados do tratamento de cada variável independente de forma isolada. A relação final entre as variáveis consideradas pela regressão é $LSECOA = 0,894 LIPCOA_{t-2} - 0,370 LDESEA_{t-5}$

Paradoxalmente ao que se esperava, a interação de diversas variáveis em um modelo linear apresentou resultados diversos às lógicas individuais de interação de cada variável independente com a dependente.

Relação 1

$$SECOA = IPCOA_{t-2}^{0,894}$$

Perfeitamente definida pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens a relação da percepção do Sentimento de Confiança pode ser explicada pelo estímulo da variável Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou seja, quando há inflação, há emprego e, ao que parece, a sociedade argentina, durante todo o período considerado viveu exatamente isto, antes do fim da Inflação e depois que as taxas de inflação ficaram controladas, durante todo o tempo, o desemprego foi a base de todas as preocupações dos argentinos.

No caso da Argentina a questão da inflação era menos importante que o valor dos seus dólares depositados nos bancos e de seus contratos. O desemprego, sim, foi relevante dada a sua persistência em todas as pesquisas como o fator de maior preocupação do povo argentino e persistiu por todo o período de implementação do Plano Cavallo.

A elasticidade é dada pela variação percentual de 0,747 da variável Sentimento de Confiança quando ocorre uma variação no limite da variável Índice de Preços ao Consumidor amplo. Assim, para a Argentina persiste a relação inversa ao esperado com relação à inflação.

Relação 2

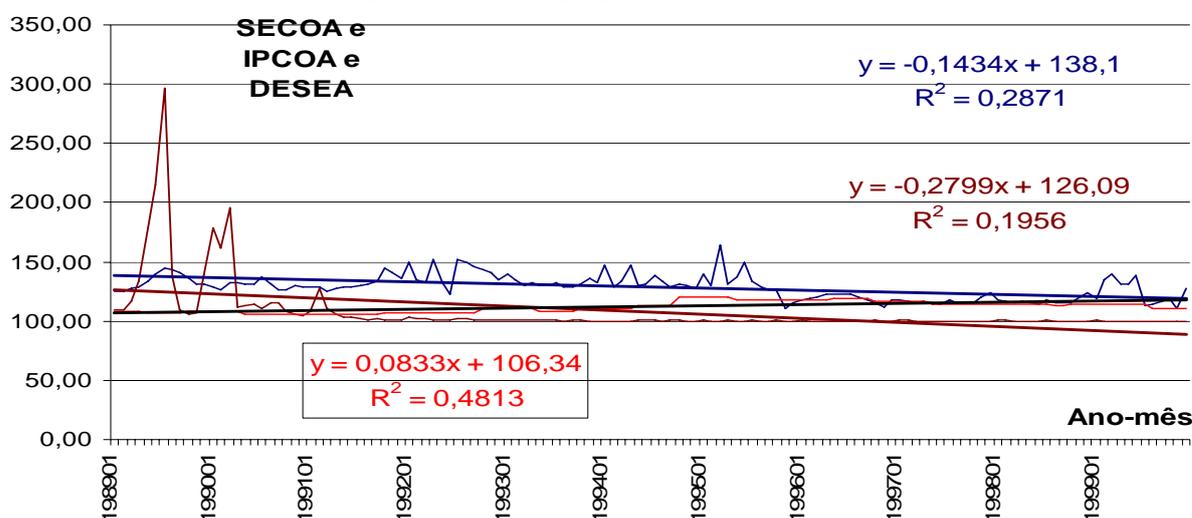
$$\text{SECOA} = \text{DESEA}_{t-5}^{-0,370}$$

Perfeitamente definida pela Primeira Lei da Psicofísica de Stevens a relação entre a percepção do Sentimento de Confiança pode ser explicada pelo estímulo da variável Desemprego considerando-a como tendo influência inversa, dado o seu expoente negativo, o que confirma separadamente a dinâmica da variação entre as duas variáveis.

A elasticidade é dada pela variação percentual de $-0,436$ da variável Sentimento de Confiança quando ocorre uma variação no limite da variável Desemprego. Qualitativamente observa-se que quando a Taxa de Desemprego aumenta, ocorre uma diminuição das quantidades de Sentimento de Confiança da sociedade no governo da Argentina no período considerado, o que de certa forma confirma a assertiva sobre o desemprego acima.

O Gráfico 52 apresenta o comportamento isolado entre as três variáveis no tempo, aqui considerado e forma a permitir a comparação entre o desempenho isolado das variáveis e o seu desempenho quando interagindo juntas também no tempo.

Gráfico 52 Sentimento de Confiança, IPCA e Desemprego (1989-1999) (Argentina-isolados)



Fonte: Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina”.

Nota: SECOA – Sentimento de Confiança; IPCOA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo; DESEA – Desemprego Aberto.

O Gráfico 52 permite confirmar a análise de regressão a partir de uma análise em separado, no tempo, das três variáveis resultantes da regressão linear múltipla efetuada. O comportamento da variável desemprego confirma a sua influência inversa sobre a variável Sentimento de Confiança, ou seja quanto maior o Desemprego menor a quantidade de confiança depositada no governo argentino.

4.3 Síntese analítica dos dados da Argentina

Neste ponto cabe apresentar uma síntese analítica sobre os modelos encontrados. A presente pesquisa traz uma nova forma de encontrar e tabular a variável Sentimento de Confiança a partir de dados de opinião pública, já que não se encontravam disponíveis séries representando este fenômeno e não havia tempo hábil para efetuar uma pesquisa de opinião pública específica para medir confiança.

Assim foram escolhidos indicadores já disponíveis destas fontes no período considerado para a composição da série Sentimento de Confiança que foi utilizada para a verificação da sua relação com as outras variáveis.

Cabe ressaltar que as regressões foram operacionalizadas a partir de observações da realidade, não consistindo, o rol de observações, de tratamento amostral, embora tais dados possam ser considerados amostras, a despeito de comporem um número limitado de variáveis.⁶

A utilização de defasagem no tempo facilitou o aprimoramento da utilização da técnica, já que os modelos de regressão completos foram montados a partir das melhores interações bivariadas, o que permitiu a obtenção de resultados com altas explicabilidades e altas significâncias, confirmados por testes T e F dentro dos padrões necessários para validação das interações.

As equações de cada modelo bivariado foram submetidas à análise econométrica e seus resultados ficaram todos dentro dos limites dos intervalos de observação da realidade, e dos desvios padrão dos modelos bivariados e multivariados.

⁶ Na realidade deveriam ser acompanhadas de uma série de outras, não analisadas aqui, por se tratar de uma pesquisa limitada no tempo, no espaço, na abrangência e na própria periodicidade da variável independente âncora do estudo, a Taxa de Inflação, representada nos dois países pelo Índice de Preços ao Consumidor.

As equações dos modelos multivariados também foram testadas e seus resultados ficaram dentro dos limites esperados pelos modelos completos delimitados pelos seus respectivos desvios-padrão, o que confirma a observação dos diagramas de dispersão apresentados ao fim de cada análise multivariada completa.

As equações finais dos modelos completos confirmam a existência de relação de influência entre as variáveis componentes do ambiente social e econômico com o Sentimento de Confiança da sociedade nos seus governos no período considerado, mesmo considerando que o modelo expurgou algumas variáveis, o que é natural neste tipo de técnica estatística de tratamento de dados pela própria natureza dos dados, do software de tratamento dos dados e dos erros inerentes aos processos de observação de campo.

A Primeira Lei da Psicofísica de Stevens se mostrou adequada para explicar a relação entre as variáveis independentes e a dependente, tanto pela sua conceituação, que relaciona estímulos com percepções, sendo, no caso, os estímulos as variáveis independentes medidas a partir de observações da realidade e a dependente a percepção da sociedade de um determinado estoque de confiança em seus governos.

A sua notação matemática está materializada nas equações resultantes do modelo, de forma completa e detalhada. Os estímulos neste caso são as variáveis independentes: índice de Preços ao Consumidor; Desemprego Aberto; Taxa SELIC; Violência Sócio-Política; e Conflitos Laborais, e a percepção ficou representada pela variável dependente Sentimento de Confiança.

Nos modelos completos foram escolhidas, dentre as interações que a técnica estatística apresentou, as melhores, considerando a quantidade de variáveis, suas significâncias, e a melhor distribuição dos erros representada pelo Teste de Durbin Watson, o que em determinados casos envolveu a exclusão de alguma variável.

É sabido que é possível existir correlação significativa entre variáveis mesmo que a explicabilidade de suas relações não seja alta, ainda assim, para assegurar a validade das interações encontradas, foi mantido este critério, que em mais de 95% das interações se mostrou acertado.

As relações encontradas a partir das interações efetuadas permitem equacionar matematicamente o relacionamento entre as variáveis, facilitando a predição de valores de Sentimento de Confiança dados os valores das outras variáveis independentes em ambientes similares.

As equações que sintetizam as relações de influência e o próprio relacionamento entre as variáveis independentes com a variável dependente na Argentina são:

$$\text{LSECOA} = 0,765450 \text{ LIPCOA}_{t-1} - 0,002790 (\text{LIPCOA}_{t-1})^3$$

$$\text{LSECOA} = 5,931112 \text{ LDESEA}_{t-5} - 2,989606 (\text{LDESEA}_{t-5})^2 + 0,456050 (\text{LDESEA}_{t-5})^3$$

$$\text{LSECOA} = 3,847042 \text{ LVIOLA}_{t-2} - 1,339445 (\text{LVIOLA}_{t-2})^2 + 0,139831 (\text{LVIOLA}_{t-2})^3$$

$$\text{LSECOA} = 1,933160 \text{ LCONFA}_{t-1} - 0,267726 (\text{LCONFA}_{t-1})^2$$

Observa-se, da apreciação dos modelos bivariados que, em média, a defasagem das melhores influências ficou em dois meses.

Dos modelos Multivariados:

$$\text{LSECOA} = 0,910 \text{ LIPCOA} - 0,400 \text{ LDESEA}$$

Observa-se da apreciação dos modelos multivariados na Argentina que o desemprego figura nos dois modelos o que pode confirmar a força desta variável indicada pela sua permanência no modelo bivariado por tanto tempo, comprovada pelas pesquisas de opinião naquele país que apontam em todo o período dos anos 1990 o desemprego como a principal preocupação dos argentinos.

Os conflitos laborais e a violência sócio-política, não predizem o Sentimento de Confiança da sociedade argentina em seus governos no período considerado, possivelmente (BRODA, 2006) pela ligação dos líderes de sindicatos, cooptados pelo governo argentino para cargos no estamento governamental, o que, de certa forma, os afastou das bandeiras sociais e dos seus próprios sindicatos.

Conclusão

As concepções teóricas adotadas neste trabalho giraram em torno da tentativa de compreender e definir capital social, tratando-o mais como uma dimensão do que como uma variável. É comum, em quase todas as abordagens, caracterizar Capital Social como sendo composto de confiança e formação de redes. Por razões operacionais foi escolhida para este trabalho a confiança da sociedade nos governos depositada pela sociedade.

Sobressai da discussão teórica, o conceito de capital social de governo que permitiu dar base teórica ao sentimento de confiança no governo que se desejou medir.

Vale ressaltar a importante conceituação de Francis Fukuyama, os mecanismos tradicionais de disfunção social, vislumbrados por ele como forma indireta de medir capital social dada a volatilidade e a dificuldade de aferi-lo de forma direta, considerada com ênfase durante a pesquisa na análise qualitativa e na escolha das variáveis preditoras.

Também como ponto comum observou-se que a visão teórica da maioria dos estudiosos focaliza a dimensão social sem considerar a possibilidade do concurso de outras ciências na definição desta dimensão, com exceção de Ocampo que aborda explicitamente a realimentação sistêmica na construção do conceito de capital social acenando sem declarar explicitamente, com uma abordagem multidisciplinar.

A despeito de cada estudioso quase ignorar outras ciências ao estudar estes fenômenos ligados à confiança, o que permite afirmar o caráter incompleto de quase todas as visões, a Teoria da Contingência foi usada neste trabalho para complementar as discussões na busca de uma visão multidisciplinar.

As relações entre as variáveis consideradas foram operacionalizadas no contexto da implementação dos planos de estabilização da moeda no Brasil e na Argentina.

Aspectos comuns aos dois países podem ser ressaltadas: o cenário internacional e as suas influências na América Latina; a hiperinflação causada pela fragilidade das economias dos dois países; a tradicional tendência de alinhamento e aceitação das receitas do Fundo Monetário Internacional; as reações das sociedades na busca da autoproteção contra a inflação materializadas por contratos em dólar, pela descrença no valor da sua própria moeda na Argentina e na visão de retrovisor que realimentou a inflação no Brasil.

Influências externas comuns perniciosas aos ambientes de implementação dos Planos de Estabilização Econômica, como as crises do México, da Rússia e da Ásia deram seu tom durante todo o tempo de implementação dos planos Real e Cavallo, interferindo no fluxo dos capitais e nas respectivas balanças de pagamento a partir de indicadores criados pelos mercados para medir a confiança externa nos dois países.

A dimensão cultural aparece como pano de fundo da formação dos Estados brasileiro e argentino. A formação centralizada do Estado brasileiro e a descentralizada do Estado argentino, onde até hoje, Buenos Aires exerce um papel de preponderância no cenário político nacional, a possibilidade de emitir moeda das províncias argentinas em determinada fase de sua história e a utilização de moeda única no Brasil desde que se tornou independente em 1822, são alguns dos parâmetros culturais que diferenciam as duas sociedades. Estes, de certa forma, condicionaram seus respectivos governos no desenho e na implementação dos Planos de estabilização operados na década de 1990 nos dois países.

Diversos pontos de convergência e de divergência na execução dos planos podem ser citados. A falta de planejamento inicial na Argentina e um cuidadoso esquema de implementação inicial do Plano Real no Brasil, a questão da reeleição e a sua condução nos dois países, a diferença de perfil político dos dois Presidentes, Fernando Henrique com um viés acadêmico e Menem com um viés político, as privatizações na Argentina e no Brasil com direcionamentos e conduções diferentes, lá a reforma do Estado foi o programa de privatizações e aqui as privatizações fizeram parte da reforma do Estado.

Diferenças marcantes também devem ser ressaltadas, como por exemplo, o congelamento de preços e de salários na Argentina, rechaçado no Brasil a todo custo pela equipe econômica do Real, as reações das equipes econômicas, no Brasil quando da saída vitoriosa da teia do Plano Brady através da compra de garantias dos *zero bonds* do tesouro americano sem precisar recorrer a empréstimos para tanto e na Argentina o alinhamento total ao FMI com aplausos no curto prazo e afastamento no médio prazo.

Além destes, são dignos de nota, na Argentina, o Pacto de Olivos que permitiu apoio ao presidente Menem nas fases iniciais de implementação do Plano Cavallo e aqui a engenharia sócio-político econômica teve sua costura engendrada a partir de cuidadoso trabalho de convencimento inclusive do partido da situação e do próprio Presidente da República em um ambiente onde ninguém acreditava que poderia dar certo, nem o partido da situação, nem o próprio Presidente Itamar Franco que antecedeu

Fernando Henrique, mas que, por fim, apoiou o Plano de Ação Imediata – PAI que antecedeu o Real.

O comportamento da confiança nos dois países teve similaridades. Observou-se que as sociedades voltam-se para opinar sobre seus governantes demonstrando altos índices de sentimento de confiança em seus novos governos e que, ao longo do tempo, estes índices oscilam para baixo dando lugar a novas prioridades ligadas especificamente a problemas relacionados com inseguranças pessoais, como, por exemplo, salários e desemprego que, nos dois países, se mostraram as principais preocupações.

Restou constatado que durante a vigência dos Planos Real e Cavallo, o Brasil apresentou níveis muito mais baixos de confiança que os da Argentina e que os da média do continente. Em ambos os países, ao longo do tempo, ocorre naturalmente a inversão de prioridades da sociedade quanto aos seus principais problemas¹; desemprego; conflitos laborais; drogas; corrupção administrativa; delinqüência e baixos salários.

A pesquisa tratou de identificar, compreender, definir e explicar a influência de dois grupos de variáveis no sentimento de confiança que as sociedades brasileira e argentina depositam ou percebem em seus respectivos governos no período em que estiveram vigendo os Planos Real e Cavallo.

O primeiro grupo de variáveis envolvendo o ambiente da ciência econômica foi composto no Brasil pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, pela Taxa SELIC, e pelo Índice de Custo de Vida e, na Argentina pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

O segundo grupo envolvendo o ambiente da ciência social, abordou os mecanismos tradicionais de disfunção social e foi composto no Brasil pelo Desemprego Aberto, pelo Índice de Greves, e pelo Índice de Criminalidade; e na Argentina, pelas variáveis Desemprego Aberto, Violência Sócio-Política e Conflitos laborais.

A escolha das variáveis se deu a partir de sua disponibilidade de forma mensal dada a periodicidade dos índices de inflação que foram a âncora do lado explicativo da relação que se buscou explicar e definir.

A abordagem metodológica usada pode ser considerada como um mixto de técnicas tradicionais e inovadoras. Tradicionais porque usa técnicas estatísticas

¹ Isso dificulta a análise do modelo como um todo, já que as prioridades vão mudando e também a composição das forças que compõem a variável Sentimento de Confiança, âncora do estudo pelo seu lado.

consagradas. Inovadora, pois, a partir de coleta específica de dados de opinião pública, permitiu a construção de uma série histórica com periodicidade mensal, representativa do Sentimento de Confiança que as sociedades brasileira e argentina depositaram em seus governos durante a aplicação dos planos de estabilização econômica Real no Brasil e Cavallo na Argentina. Esta série inexistia até então.

Também pouco usual foi a utilização de cerca de seis variáveis explicativas no Brasil, e quatro na Argentina, o que tornou a utilização da técnica de regressão simples e múltipla, na melhor das hipóteses, complicada, já que para ela concorreram apreciações qualitativas e quantitativas.

Estas análises muitas vezes envolveram variáveis independentes correlacionadas entre si, como no caso do índice de preços ao consumidor amplo e o desemprego aberto, tornando o trabalho árduo e em determinados momentos difuso, dada a característica diferenciada e eventuais correlações intrínsecas entre as variáveis independentes envolvidas.

A análise das observações de campo envolveu duas etapas. A primeira efetuada a partir de regressões simples entre cada variável independente ou preditora visando, em primeiro lugar, definir e explicar melhor a relação individual entre as variáveis independentes e a dependente, o que, em muitos casos teve que ser complementado com análise de séries temporais, dado o caráter difuso de algumas relações bivariadas. Em segundo lugar a técnica de regressão simples foi usada para determinar o melhor tempo de influência entre cada variável preditora e a dependente.

Na primeira etapa de tratamento dos dados a partir de regressões simples, nenhuma das variáveis, tanto no Brasil como na Argentina, correspondeu à expectativa inicial de quantificação, ou seja, apresentaram relações que, individualizadas, não conseguiram explicar a percepção do Sentimento de Confiança pela lógica qualitativa, mas apenas pela lógica estatística. Do total apenas a taxa de criminalidade exibiu, como esperado, uma influência inversa sobre o sentimento de confiança.

Nestes casos as análises substantivas foram efetuadas à guisa de discussão sobre cada relação, sem o propósito de explicá-las, mas sim de, a partir delas, estabelecer o melhor tempo de percepção das influências individuais das variáveis preditoras sobre a variável dependente, o Sentimento de Confiança.

De uma forma geral as defasagens temporais ficaram entre um e dois meses com exceção da variável desemprego nos dois países, cuja defasagem ficou entre três e cinco meses. Isso, de certa forma, pode ser explicado pela importância relativa dada no Brasil

e na Argentina ao problema do desemprego e o tempo que esta variável ficou no pensamento das duas sociedades.²

Os modelos completos expurgaram estatisticamente no Brasil, do campo econômico, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, variável independente âncora da pesquisa. Do campo social o modelo eliminou a variável Greve.

A eliminação estatística de variáveis nos dois países não significa absolutamente que as variáveis excluídas não tenham influenciado o Sentimento de Confiança, mas apenas que foram retiradas dos modelos finais por eventual inadequação estatística ou por motivos ligados a erros na coleta de dados e na montagem das séries usadas para as interações estatísticas.³

A partir da relação que representa o modelo completo do Brasil pode-se concluir que uma variação unitária no índice de desemprego ocasionará uma alteração inversa no sentimento de confiança de 0,795 vezes, que uma variação unitária na Criminalidade ocasionará uma alteração inversa no sentimento de confiança de 0,436 vezes, que uma variação unitária na criminalidade ocasionará uma alteração inversa no sentimento de confiança de 0,623 vezes e que uma variação unitária do custo de vida ocasionará uma alteração direta no sentimento de confiança de 2,28 vezes.

A partir das relações que representam os modelos completos da Argentina, pode-se concluir que uma variação unitária no Índice de Preços ao Consumidor Amplo ocasionará, em média, uma alteração direta no sentimento de confiança de 0,8205 vezes, que uma variação unitária nos Índices de Desemprego ocasionará uma alteração inversa média no sentimento de confiança de 0,403 vezes, que uma variação unitária no Risco País ocasionará uma alteração direta no sentimento de confiança de 0,445 vezes.

Desta dinâmica depende-se que, no Brasil, a variável do campo econômico que mais afetou o sentimento de confiança foi o custo de vida e a variável do campo social que mais afetou o sentimento de confiança foi o desemprego e que, na Argentina, a variável do campo econômico que mais afetou o sentimento de confiança foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e a variável do campo social que mais afetou o sentimento de confiança foi o desemprego.

² Lá os índices de desemprego permaneceram, em média, sempre abaixo dos níveis do pleno emprego preconizados pela OIT.

³ A série que mais pode estar carregando vícios é a de Sentimento de Confiança pela sua montagem e também outras por diversos erros de coleta relacionados com amostragem e observação nas pesquisas que originaram cada uma delas. Ainda assim, por motivos de consistência metodológica os modelos simplificados finais foram mantidos como forma de demonstrar a verificação da hipótese inicial da pesquisa. As relações encontradas, no entanto, não configuram relações de causa e efeito, apresentando-se sim como relações de correlação no plano estatístico.

Da observação dos dois modelos - do Brasil e da Argentina - depreende-se que, em ambos, variáveis dos dois campos, o social e o econômico, influenciaram no sentimento de confiança, mais especificamente, as relacionadas com a Inflação e o Desemprego.

A apreciação da análise final das relações inter-variáveis permite concluir sobre a hipótese enunciada no item 4 da Introdução a este trabalho, que, no Brasil, apenas se sustentam as relações entre o Sentimento de Confiança e: o Desemprego; a Criminalidade; a Taxa SELIC; e o Índice de Custo de Vida e que, na Argentina, apenas se sustentam as relações entre o Sentimento de Confiança e: o Desemprego; e o índice de Preços ao Consumidor Amplo, estando, portanto, descartadas as outras variáveis que não se sustentaram depois da aplicação dos modelos bivariados.

A partir dos dados obtidos é possível aceitar a hipótese de que “há uma relação de correlação, definida pela influência da inflação e do desemprego sobre o Sentimento de Confiança que as sociedades brasileira e argentina depositaram em seus respectivos governos durante a implementação dos Planos Real e Cavallo”.

AAKER, David A.; **KUMAR V.**; **DAY George S.** Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 2001.

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Tradução; Alfredo Bosi.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. A sociologia Política da Inflação. In: Na corda Bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1993.

AGUIAR, Marco Antônio de Souza. Manual básico de pesquisa de mercado, Brasília, SEBRAE, 1998.

ALMOND, Gabriel Abraham & **VERBA** Sidney. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton, N. J., Princeton University Press, 1963

ALUÍZIO, Barros. Argentina: As saídas da lenta agonia. Belo Horizonte: O Tempo, 02 de dezembro de 2001. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/b/barros23.doc> . Acesso em 12 de janeiro de 2006.

ARIAS, Xose Carlos. Reformas Financeiras em América Latina, 1990-1998. Desarrollo Económico, vol 39, nº 155 (octubre-diciembre de 1999). Instituto de Desarrollo Económico y Social. Buenos Aires.

ARON, Raymond. Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

ARTIGO. Desemprego: a bomba que ameaça o mundo. Disponível em <http://www.ai.com.br/pessoal/indices/EMPREGO.HTM>, Acesso em 13 de janeiro de 2006.

BACEN, Banco Central do Brasil – Departamento Econômico. Sumário dos Planos Brasileiros de Estabilização e Glossário de Instrumentos e Normas Relacionadas à Política Econômico-Financeira. SEP/NAN/DESOE. Disponível em www.investsantos.com.br/economia/planeco.htm. Acesso em 20 de agosto de 2006.

BALL, Laurence M., What Determines the Sacrifice Ratio? (March 1993). NBER Working Paper No. W4306.

BAQUERO, Marcello. Dossiê Cultura Política, Democracia e Capital Social. Revista Sociologia Política, Curitiba, 21, p. 7-11, nov. 2003.

BAQUERO, Marcello. Los dilemas de la construcción democrática en Brasil: como el capital social podría ayudar a establecer un nuevo contrato social. Capturado no site http://www.corredordelasideas.org/docs/set_04/marcelo_baquero.doc às 14:50 do dia 15 de janeiro de 2005.

BARROS, Aluizio. “Argentina: As Saídas da Lenta Agonia”. Belo Horizonte: O Tempo, 02 de dezembro de 2001. Jel: E, F. Resumo disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/b/barros23.doc>. Acesso em 05 de janeiro de 2006.

BETING, Joelmir. Bonex é confisco. Disponível no site http://www2.uol.com.br/JC/_1999/1902/job1902.htm. Acesso em 13 de setembro de 2006.

BILICH, Feruccio. Dependence-Based Transportation Model. 1978. 201p. PhD Dissertation - Wharton Doctoral Program, University of Pennsylvania. USA.

BORON, Atílio. A crise política. Entrevista a Ana Maria Stuart Publicada em Teoria e Debate, td nº 49 (out/nov/dez 2001) disponível em http://www.fpa.org.br/td/td49/td49_internacional.htm Acesso em 02 de jul de 2005.

BRASIL. BNDES 50 ANOS. Brasília, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Área de Comunicação e Cultura, junho de 2002.

CAMINOTO, João. Corrupção ainda infecta vida pública brasileira. O Estado de São Paulo. Edição Digital. Disponível em <http://www.estadao.com.br/nacional/noticias/2005/abr/25/24.htm>, acesso em 25 de abril de 2005 - 07h39.

CARDOSO, Fernando Henrique. A arte da política: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARMO, Márcia & **YANAKIEW**, Mônica. Argentinos:Manias, Mitos y Milongas. 1 ed. Buenos Aires: Planeta, 2006.

CASTEJÓN, Gabriela González de, y **MARTOS**, Isabel. Argentina: História, Política, Sociedad, Economía, Cultura. Nueva; Madrid, 2004. Estudios de Política Exterior SA. ISBN: 84-9742-321-6.

CASTILHO, Luiz. Desenvolvimento na Argentina e no Brasil. Brasília: Embaixada da Argentina, 2004. Entrevista concedida a Jacques Salomon Crispim Soares Pinto em 27 de outubro de 2004.

CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. Anuário Estadístico para América Latina Y El Caribe. Primera Edición, Santiago de Chile, 2001.

CHARRYS, Clara Inês. El concepto de capital social y sus campos de aplicación. UAM-IZTAPALAPA, Septiembre, 2003.

COLEMAN, James S. “Social capital in the creation of the human capital” American Journal of sociology 94(9)

Comportamento das contas públicas nos anos 70. Disponível em http://www.economiabr.net/economia/7_financas-antes80.html. Acesso em 25 de julho de 2006.

CONSTANTINO, Rodrigo. O choro da Argentina. Em 31 de maio de 2005, disponível em www.midiasemmascara.com.br/artigo.ohp?:sid=3717 acesso em 13 jun 2005.

DAHL, Robert. (1989). Democracy and its Critics. New Haven, Yale University Press.
D'ARAÚJO, Maria Celina. Capital Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DEHESA, Guillermo de la. “A Argentina pode e deve sair da crise”. São Paulo: Gazeta Mercantil, 13 de Agosto de 2001. Jel: F. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/d/dehesa1.doc>. Acesso em 13 de junho de 2005.

DICIONÁRIO Aurélio Eletrônico Século XXI. Versão 3.0. Lexikon Informática LTDA, Novembro de 1999.

DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 1.0. São Paulo: Objetiva, 2001.

DINIZ, Eli. Globalização, reformas econômicas e elites empresariais – Brasil anos 90. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

DRAIBE, Sônia M. Neoliberalismo y políticas sociales: reflexiones a partir de las experiencias latinoamericanas. Desarrollo Económico, vol 34, n° 134 Julio-Stiembre 1994). Instituto de Desarrollo Económico y Social. Buenos Aires.

DURSTON, John. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: Raúl Atria &

Marcelo Silea. Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile, CEPAL, 2003. p. 147-202.

DUTRA, Valvim. O capitalismo e a ética protestante. Texto corrigido e atualizado em 26 fev. 2004. Disponível em < http://renascebrasil.com.br/a_capitapro.htm> . Acesso em 15 jan. 2005.

ECONOMIANET. Inflação. Disponível em http://www.economiabr.net/economia/4_inflacao.html, acesso em 04 jan 2006

ELIAS, Utrera- Koroch, Willington, Porto. **INGRAM**, Gregory, “Social Indicators and Productivity Convergence in Developing Countries”; Working Papers , Development Economics ,WPS 894, April 1992.

ESTADO mínimo e discurso único. Disponível em http://www.universia.com.br/social/materia_voluntariado.jsp?id=3763 , inserido em 12/04/2003 às 02:00. Acesso em 05 de abr. de 2005.

ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX. [2005] Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 de julho de 2005.

EVOLUCIÓN DE HECHOS DELICTUOSOS (1990 – 1999). Total País. Disponível em <http://www.polcrim.jus.gov.ar/InfoDecada/infosnic2C33A.pdf> . Acesso em 19 de setembro de 2006.

FERNANDES, Rubem César. Inflação e desconfiança. In: Na corda Bamba: Doze estudos sobre a cultura da inflação. José Ribas Vieira et al Organizadores. Rio de Janeiro; Relume – Dumará, 1993. p. 43-48

FERRAREZI, Elisabete. Capital Social: conceitos e contribuições às políticas públicas. Revista do Serviço Público. Ano 54, nr. 4, Out-Dez 2003. p. 7-21.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2.ed. 41º impressão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

FERRER, Aldo. A Argentina e o seu Plano de Estabilização da era Menem. Entrevista concedida a Jacques Salomon Crispim Soares Pinto em Buenos Aires, Av Del Libertador, 1750, 1º Piso em 10 de setembro de 2006.

FERRER, Aldo. La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI. Fondo de Cultura Económica; Buenos Aires, 2004.

FERRER, Aldo. La enfermedad Argentina. In: La Economía Argentina Hoy. Marcelo Ramón Lascano (org). Buenos Aires: Ateneo, 2001.
Finanças públicas brasileiras entre 1981 e 1994. Disponível em http://www.economiabr.net/economia/7_financas-81-94.html . Acesso em 25 de julho de 2006.

FRAGA, Rosendo. Cuadernos. Buenos Ayres, Centro de Estudios para la Nueva Mayoria, [2000].

FURTADO, Celso. A pré-revolução brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. 116 p.

_____. Teoria e Política do desenvolvimento econômico. São Paulo, 1967.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOEDDER, Carlos. Una perspectiva económica liberal de largo plazo: Argentina entre 1853 y 2000. In: SIMONETTA, Martín. Políticas liberales exitosas: soluciones pensando en la gente. Atlas y Naumann: Buenos Aires, 2006, 160 p, p. 111-132.

FIGUERAS, Javier Diaz-Albertini. Capital Social, organizaciones de base y el Estado: recuperando los eslabones perdidos de la sociedad. In: Raúl Atria & Marcelo Silea. Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile, CEPAL, 2003. p.247-302.

FILGUEIRAS, Luiz. O Plano Real. São Paulo, Boitempo, 2000

FORNI, Pablo, **SILES**, Marcelo, **BARREIRO**, Lucrecia. Qué es el Capital Social y como Analizarlo en contextos de Exclusión Social y Pobreza? Estudios de Caso en Buenos Aires, Argentina. Michigan, Michigan State University, 2004. Research Report N° 35, December 2004.

FRANCO, Gustavo H. B. Como sair de um “currency board?” [2003b]. Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a81.htm>. Acesso em 12 de jun de 2005.

FRANCO, Gustavo H. B. Lições da experiência Argentina. [2003a] Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a131.htm> . Acesso em 12 de jun de 2005.

FUKUYAMA, Francis. Capital Social In: Huntington Samuel. A Cultura Importa. São Paulo, Record, 2002. p. 155-171.

FUKUYAMA, Francis. Capital Social y Desarrollo: La agenda Vendera In: Raúl Atria & Marcelo Silea. Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile, CEPAL, 2003. p.33-47.

GOERTZEL, Ted. Brazil Magazine. Disponível em <http://www.brazzil.com/content/view/6340/67/>. Acesso em 24 de agosto de 2006.

HADDAD, Claudio L. S.. Desenvolvimento e Confiança. Publicado em 03/12/04

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6. ed. Rio de Janeiro, DP&A., 2001.

HAIR, Joseph F. Jr.; **ANDERSON**, Rolph E.; **TATHAM**, Ronald L.; **BLACK**, William C. Multivariate Data Analysis. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 1.0 – dezembro de 2001, Copyright©Instituto Houaiss. Produzido e distribuído por Editora Objetiva Ltda.

HUNTINGTON, Samuel & **HARRISON**, Lawrence. A cultura importa. Rio de Janeiro, Record, 2002.

JANUZZI, Paulo de Martino. Trabalho. In: Brasil em Números. Rio de Janeiro, IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2005

KATZ, D., **KAHN**, E. Psicologia social das organizações. São Paulo: Atlas, 1974.

LARRAÍN, Jorge. A Trajetória Latino-Americana para a Modernidade. Capturado em 23 de setembro de 2004 no site http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0055-02.shtml às 14:00 hs;

LASCANO, Marcelo Ramón. La década de los noventa: Presupuestos intelectuales dominantes y resultados. In: La Economía Argentina Hoy. Marcelo Ramón Lascano (org). Buenos Aires: Ateneo, 2001.

LOBO, Haddock. História Econômica e Administrativa do Brasil. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1966.

LOCKE, Richard M. Construindo Confiança. Tradução do original do original em inglês por Pedro Rocha de Oliveira. Revisão por Carlos Augusto Vidotto. Revista Econômica, v. e, n. 2, p. 253-281, dezembro 2001 – Impressa em setembro de 2003.

LOPES, Luiz Martins e **VASCONCELLOS**, Marco Antonio Sandoval (organizadores). Manual de Macroeconomia: nível básico e nível intermediário. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LOUREIRO, Maria Rita. Os economistas no governo: Gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LUNA, Maurício. Desigualdade social digna de Quarto Mundo. Disponível em http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=39&cod_chave=1&letra=c. Capturado em 15 de novembro de 2006.

MACHADO, Mario Brockmann. Desenvolvimento político. Disponível em www.casaruibarbosa.gov.br/mario_machado/main_mariodesenvolvimento.html Acesso em 12 de agosto de 2006. Publicado na Enciclopédia Mirador Internacional, São Paulo, Vol 7, 1976, p. 3257-3259

MACIEL, Maria Lúcia. Confiança, capital social e desenvolvimento.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade & **LAKATOS**, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, Danilo Nolasco C. Uma perspectiva teórico-metodológica para as políticas de desenvolvimento. Brasília, UnB, 2000. Encontrado às 13:00 hs de 13 set. 2004, no site <http://atlas.sct.embrapa.br/cct/CCT.nsf/0/c5162996b846ec0703256b1f00508ff2?OpenDocument> .

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A crise do Governo Collor e a tática do PT. Campinas, SP : [s.n.], Dissertação de mestrado em Ciência Política, Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2005.

MATIAS PEREIRA, José. Políticas neoliberais e governabilidade na América Latina: uma comparação entre a crise político-econômica da Argentina e do Brasil. Disponível em http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/economia/xv_cbe/009.pdf . Acesso em 15 de janeiro de 2006.

MEDINA, Guillermo. Perspectivas Exteriores 2002. Los intereses de España en el mundo. Política exterior, Biblioteca Nueva y Fride, 2002.

MENDENHALL, Willian; **SINCICH**, Terry. A Second Course in Business Statistics: Regression Analysis. New York: Mcmillan Publishing Company, 1993.

MODIANO, Eduardo. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In: **ABREU**, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 347-386.

NAÍM, Moisés. Ascensão e queda do Consenso de Washington: O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington. Rio de Janeiro, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 2000. Revista Brasileira de Comércio Exterior, Reprodução autorizada pela Foreign Policy 118 (Spring 2000). Copyright 2000 pelo Carnegie Endowment for International Peace

NETO, Demóstenes Madureira de Pinho. O interregno Café Filho: 1954-1955. In: **ABREU**, Marcelo de Paiva et al. A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

OCAMPO, José Antonio. Capital social y agenda del desarrollo In: Raúl Atria & Marcelo Silea. Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile, CEPAL, 2003. p. 25-31.

TOCQUEVILLE, Alexis. A democracia na América. 3.ed. São Paulo, Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. 12 ed. São Paulo, Atlas, 2001.

PASTORE, Affonso; **PINOTTI**, Maria. Inflação e estabilização: algumas lições da experiência brasileira. Revista brasileira de economia, v. 53, n. 1, 1999.

PENNAFORTE, Charles. Era Menem: o legado neoliberal. Disponível em www.charlespennaforte.pro.br. Acesso em 10 de outubro de 2006.

PEREIRA, José Matias. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. In. Revista de Administração Mackenzie. São Paulo, Mackenzie, 2001. Ano 1, n.1, (2000). Semestral, p. 39-58.

PORTOCARRERO, Felipe, **LOVEDAY**, James. Capital Social: genealogia de un concepto. 2003: capturado no dia 20 de janeiro de 2005 às 13:40, no site http://ftp.ruv.itesm.mx/pub/portal/cca/micrositios/sitio_sociedad/pdf_cca/capitalsocialgenealogia.pdf.

POWER J. Timothy & JAMISON, D. Giselle. Desconfiança política na América Latina. 2005: Disponível no site <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23695.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2006 às 13:40.

POWER, Timothy J. & **JAMISON**, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. Florida International University, Estados Unidos: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 64-93.

PROSPECÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO. Disponível em http://www.cgee.org.br/prospeccao/index.php?operacao=Exibir&serv=textos/topicos/texto_exib&tto_id=5&tex_id=1. Acesso em 19 de setembro de 2005.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. 3. ed., Rio de Janeiro, FGV, 2002.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. Revista de Sociologia e Política . n.21 Curitiba nov. 2003. ISSN 0104-4478 *versão impressa* Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 de julho de 2006.

REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade – uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ?local?, n. 29, ano 10, out. 1995. Publicação quadrimestral, p. 35-48.

ROBISON, Lindon J. e **SILES**, Marcelo E. e **SCHMID**, A. Allan. El Capital social y la reducción de la pobreza: hacia um paradigma maduro. In: Raúl Atria & Marcelo Silea. Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile, CEPAL, 2003. p. 51-113.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. origem da desigualdade entre os homens. São Paulo, Escala, [2003]. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal 7. Tradução Ciro Moranza.

RUIZ, Manoel. A História do Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão e Cruzado novo. 11 de set de 2003 Disponível em <http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=112&item=4>. Acesso em 05 de jul de 2005.

SANDER, Thomas H. & **LOWNEY**, Kathleen. Social Capital Building Toolkit. Saguaro Seminar: Civic Engagement in America, John F. Kennedy School of Government, Harvard University, set 2005.

SANTOS, Reneé. O Sistema Único de Saúde Brasileiro. Ministério da Saúde, Anexo; Sala 128^A. Entrevista concedida a Jacques Salomon Crispim Soares Pinto o dia 25 de janeiro de 2005.

SANTOS, Rui Silva. Cuidado! Um Cavallo pode te atropelar na corrida!. Disponível em <http://www.revistaautor.com.br/artigos/2001/01rss.htm>. Acesso em 01 de maio de 2005.

SARNEY, José. *Artigo*. disponível em <http://elogica.br.inter.net/crdubeux/hsarney.html>. Acesso em 01 de julho de 2005.

SAYAD, João. Planos de Estabilização Econômica. Disponível em < SAYAD, João. Planos de Estabilização Econômica. Disponível em < <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/panorama/apresent/q-plano.htm> > . Acesso em 23 mar. 2005

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Programas de Estabilização e Presidencialismo Imperial: Argentina, Brasil e Peru. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 20, 1997. Disponível em:<www.georgetown.edu/pdba/Executive/biblio.html>. Acesso em 15 mar. 2005.

SOUZA, Jorge de. *Métodos Estatísticos nas Ciências Psicossociais; Métodos de Escalagem Psicossocial (Uni e Multidimensional)*, Brasília, Thesaurus, 1988.

STEVENS, Stanley; **STEVENS**, Geraldine. Psychophysics: Introduction to Perceptual, Neural and Social Prospects. New York: J. Willey, 1975.

SUNKEL, Guillermo. La pobreza en la ciudad: Capital social y políticas públicas. In: Raúl Atria & Marcelo Silea. Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile, CEPAL, 2003. p. 303-338.

TENDÊNCIAS. Opinião Pública. [on-line]. May 2002, vol.8, no.1 [cited 26 January 2006], p.107-132. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000100006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-6276. Acesso em 22 de Janeiro de 2006. Scielo Brasil

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. 4.ed. Itatiaia: Belo Horizonte; 1998.

TONELLA, Celene. Capital social e redução da pobreza: o ponto de vista da CEPAL. Curitiba, Revista de Sociologia e Política.

TUPPY, Maria Isabel Nogueira. Inserção Profissional e Imaginário Social. Disponível em <http://www.anped.org.br/27/gt09/t0912.pdf>. Acesso em 13 de fev de 2006.

UPHOFF, Norman. El capital social y su capacidad de reducción de la pobreza. In: Raúl Atria & Marcelo Silea. Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile, CEPAL, 2003. p. 151-1113.

VALVIM, M. Dutra. Acorda Brasil. Texto corrigido e atualizado em 26 de fev. de 2004. Disponível em: <http://www.renascerebrasil.com.br/a_capitapro.htm>. Acesso em 10 jan. 2005.

WATERHOUSE, Price. A Constituição do Brasil 1988 comparada com a Constituição de 1967 e comentada. São Paulo: Price Waterhouse, 1989. iv, 1028 p. 2º tiragem - mai. 1989.

WATKINS, Thayer. Argentine Political Economic History. San José State University. Economic Department, capturado no site <http://www2.sjsu.edu/faculty/watkins/argent1.htm> às 13:00 hs do dia 14 dez 2004.

WEBER, Max. Ensaaios de Sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro, LTC, 1979.

WUCHER, Michele. “Fazer confusão não basta”. São Paulo: Valor Econômico, 06 de agosto de 2001. Jel: F. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/w/wucher.doc>. Acesso em 15 de junho de 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ESTRUTURAS DAS ENTREVISTAS

Estrutura preparada em castelhano para remessa por e-mail para professores e experts.

Estimado Profesor Dr., Buenos días

Estimada Profesora Dra., Buenos días

Mi nombre es Jacques Salomon Crispim Soares Pinto y en la actualidad estoy matriculado en un Doctorado en el Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (Centro de Investigación y Posgraduación sobre las Américas) de la Universidad de Brasilia trabajando en una Tesis que aborda la cuestión del Capital Social de los Gobiernos y la aplicación de políticas públicas.

Mi hipótesis es que: “Hay una relación entre la existencia de una determinada reserva de Capital Social y la implantación de Planos de Estabilización Económica en una perspectiva comparada Brasil Argentina, y con foco en los Planos REAL y CAVALLO.”

Tengo conocimiento de su trabajo a través del Artículo presentado en la Conferencia Internacional “Hacia un Nuevo paradigma: Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe” organizada en Santiago do Chile por la CEPAL en Septiembre del 2001, y por medio de esta carta, solicito al distinguido Profesor Dr. (o Profesora Dra.) que estudie la posibilidad de atender a una prospección que pretendo realizar a partir de un cuestionario que anexe a la presente carta.

Le agradezco de antemano su atención, resaltando que para mi es muy importante su opinión acerca de las cuestiones presentadas en la prospección y, desde ya, me comprometo a enviarle los resultados de mi análisis antes de su divulgación.

En el caso que Profesor (Profesora) atendiera a mi solicitud, le ruego que, en la medida de lo posible, me proporcione su respuesta hasta el día 25 del presente mes.

Brasilia, 4 de Mayo del 2006

Atentamente

Jacques Salomon

Guión de entrevista/cuestionario

¿La Sra. cree que existe **relación** entre un **Grupo de Gobierno** que haya recibido determinado grado de confianza de la sociedad y **su capacidad y disposición para concebir e implantar políticas públicas**? ¿Esto es valido para el Plano REAL y para el Plano CAVALLO, o no?

¿En que momentos, entre la concepción del Plano REAL y del Plano CAVALLO y el prime semestre del 1999, la Sra. (o el Sr.) piensa que este **grado de confianza influcio en mayor o menor medida en la decisión de la implantación o en los cambios de rumbo**?

La ingeniería social usada por el Ministro y después Presidente FHC usada en la **formación y por la conducción del grupo** que concibió el Plan REAL ¿Influcio en el éxito del Plan?

La ingeniería social usada por el Presidente Menem y por el Ministro Cavallo usada en la **formación y por la conducción del grupo** que concibió los Planes REAL y CAVALLO, ¿Influcio en la implantación de los dos Planes?

¿Cual fue el factor mas importante en relación al Grupo de Gobierno que concibió e implantó los Planes REAL y CAVALLO, que los ayudó a **mantener la cohesión**? ¿Tan solo fue la confianza mutua o existe algún otro ingrediente que formó parte de la receta?

¿El Sr. cree que durante la implementación de los Planes REAL y CAVALLO, la divulgación de algunas Medidas Tradicionales de Disfunción Social, tales como: índice de desempleo; índice de desigualdad; índice de corrupción en el gobierno, pueden haber influenciado en el sentido de aumentar o disminuir la confianza que la sociedad depositaba en el gobierno, haciendo que determinada etapa o paso de los Planes no fuera implementada o fuera retrasada?

¿Cual de estos indicadores la Sra. (o señor) cree que mas influció en el grado de confianza en el gobierno con ocasión de la implantación en el caso de los Planes REAL y CAVALLO?

¿El Sr. (la Sra.) piensa que el conocimiento por parte de la sociedad de la existencia de un grupo de gobierno trabajando en equipo con el objetivo de montar una política pública como los Planes REAL y CAVALLO pudo haber favorecido en una actitud de confianza en los gobiernos de modo que influenciara en una expectativa positiva en relación a aquellas políticas públicas?

¿El Sr. cree que el Riesgo País, aún siendo un indicador externo de confianza en el gobierno puede influenciar en el índice de confianza interna de la sociedad en el gobierno?

¿El Sr. piensa que la divulgación sistemática del índice de popularidad del gobierno pudo haber influenciado en la confianza que la sociedad confirió al gobierno durante la concepción y la implementación de los Planes REAL y CAVALLO?

Estrutura de Entrevista usada com o Dr. Aldo Ferrer.

Dia 08 de setembro de 2006

Residência:

Av Libertador 1750 1º piso

10:00 – Semi-aberta

- Qual a relação que o sr vê entre cultura de um povo e o processo de inflação?
- No caso da Moeda como elemento unificador da identidade de um país, porque foi escolhida por Cavallo, a conversibilidade como paradigma para estabilização?
- A existência de diversas moedas em um determinado espaço de tempo na Argentina pode ter contribuído como herança cultural para a fuga para o dólar como única saída?
- O que o Sr diria sobre a diferença entre a formação do Estado Argentino e o Brasileiro com base na questão “supremacia de Buenos Aires sobre as Províncias” ?
- Quais as diferenças histórico-culturais básicas entre o Brasil e a Argentina que podem ter influenciado a decisão de implementar os Planos: Real; e Cavallo?
- Quando o sr acha que, tecnicamente, terminou o Plano Cavallo?
- O senhor concorda com as seguintes dinâmicas **sob o prisma sócio-econômico**?

Inflação ↑⇒	Taxa Selic ↑⇒	Custo de Vida ↑⇒	Desempreg o↓⇒	Greves ↓⇒	Criminalid ade↓⇒	Sentimento de Confiança no Governo ↓↓↓
----------------	------------------	---------------------	------------------	--------------	---------------------	---



Inflação ↓⇒	Taxa Selic ↓⇒	Custo de Vida ↓⇒	Desemprego ↑⇒	Greves ↑⇒	Criminalida de↑⇒	Sentimento de Confiança no Governo ↑↑↑
----------------	------------------	---------------------	------------------	--------------	---------------------	---

Estrutura de Entrevista/Questionário

1. Na sua opinião é importante que o governo tenha a confiança da sociedade para implementar Planos de Estabilização Econômica?

R:

2. Qual a sua opinião com relação a influência do apoio popular na implementação de Programas de Estabilização Econômica?

R:

3. Seria correto dizer que o apoio popular varia diretamente com o estoque de confiança que um governo detenha em momentos de implementação de políticas públicas?

R:

4. Considerando o horizonte do Plano Real, quais os momentos em que foi fundamental a existência de um considerável estoque de confiança para a sua implementação segura?

R:

5. O Plano Real foi espelhado no Plano de conversibilidade argentino?

R:

6. No tocante ao ambiente pré-implementação criado pelas duas equipes econômicas, quais as principais diferenças quanto a aplicação no Brasil e na Argentina?

R:

7. A confiança no Governo influenciou nos resultados da aplicação das diversas fases no Brasil?

R:

8. Quais as principais diferenças no que toca a capacidade de armazenar confiança que detinham os governos do Brasil e da Argentina, do modo de agir das equipes econômicas dos dois países?

R:

9. É possível que a divulgação de medidas de correção de rumo e de novas etapas de execução pela imprensa tenha afetado o estoque de capital social do governo brasileiro? E do governo argentino? Em que momentos esta divulgação foi fundamental para o desempenho das novas etapas ou das já implementadas?

R:

10. Quem o Sr. indicaria para contribuir com esta prospecção, na qualidade de especialista, de jornalista e de Político?

R:

11. Quais as principais diferenças e similitudes do ambiente do Brasil e do da Argentina no que toca a implementação de PEEs.?

R:

Entrevista com o Dr. Gustavo Franco na sede da Rio Bravo, Rio de Janeiro, Avenida Presidente Wilson, 231, sala 1704, no dia 24 de abril de 2006, concedida a Jacques Salomon Crispim Soares Pinto, às 11:30.

Jacques Salomon: O senhor acha que existe relação entre um grupo de governo que detém determinado estoque de Capital Social e a sua capacidade de implementar políticas públicas e disposição para concebê-las? Isto valeu para o plano real?

Dr. Gustavo Franco: Acho que sim, embora em nosso caso a relação seja dinâmica e interativa entre o que você chama de social e o que em nossa linguagem de economistas tratamos como credibilidade. Existem muitos modelos matemáticos de efetividade de políticas econômicas e de políticas públicas, que se baseiam na modelagem da interação estratégica entre o Banco Central, Ministério da Fazenda, a sociedade, o público, os agentes econômicos. E é claro que esta interação no contexto de teoria dos jogos, modelada matematicamente, conduz a resultados tanto melhores quanto mais o ente formulador, consegue acumular reputação, credibilidade, quanto mais a sociedade acredita que não será de alguma forma ludibriada pela autoridade. Portanto a sua pergunta tem uma resposta positiva, não apenas em nível de literatura acadêmica em economia, como ela encontra um respaldo empírico, histórico e indiscutível na experiência que nós vivemos¹.

Jacques Salomon: Já com foco no Plano Real, em que momentos principais esse grau de confiança, essa credibilidade, influenciou na decisão de implementação ou mudança de rumo no Plano?

Dr. Gustavo Franco: Acho que durante todo tempo, toda experiência no plano, do início até hoje², ela é uma espécie de jogo contínuo interativo entre formuladores e o público, onde o grau de confiança é um elemento dinâmico nesse jogo e por isto ajuda bastante a política econômica. Às vezes os níveis de confiança vão para baixo por que o povo se sente frustrado diante da incapacidade do governo de entregar coisas que prometeu. Assim como aplaude e nos

¹ Aqui o Respondente se refere à ele próprio.

² Neste ponto pude observar uma espécie de satisfação do Dr. Gustavo Franco pela sua obra, materializada em uma espécie de alegria e, de uma certa forma, se reportando aos resultados que permanecem até hoje.

dá confiança, credibilidade quando nós entregamos as coisas que prometemos, também é verdade que pune, e é verdade também que para quem está lá na cabine de comando, lá no Banco Central, o melhor termômetro para este tipo de sentimento que vem da sociedade é a reação dos mercados financeiros, que a gente sempre concebe como sendo a parte mais ágil, elaborada e bem informada da opinião pública, é ali que se ganha ou que se perde a batalha da credibilidade. Não se deve pensar neste jogo do qual estamos falando, como algo que envolva a sociedade no seu todo, movimentos sociais, não. Na verdade, se fossemos olhar esse panorama mais genérico, o fenômeno mais impressionante que descobriríamos seria a indiferença. Existe uma pequena parte da sociedade extremamente bem informada, mobilizada e a maior parte desta parcela está no mercado financeiro, que aplaude vendendo ou comprando o que o governo está fazendo, e uma parte da maioria que não, apenas assiste televisão, e a cada quatro anos exerce o seu direito de voto. O dia-a-dia, o minuto a minuto é mesmo em tempo real com o mercado financeiro, esse é que é o grande interlocutor das democracias dos mundos globalizados. É por aí que a gente tem credibilidade ou não, é por aí que a gente ganha ou perde a guerra.

Jacques Salomon: Isso que o senhor falou agora valeu também para o Plano Cavallo?

Dr. Gustavo Franco: Com certeza, com certeza valeu. Eu acho que lá, enfim existem diferenças importantes no modo como o plano foi estruturado, no nosso caso, sempre enxergamos a solução dada na Argentina como um caso extremo, aonde o governo teve que amputar parte do organismo econômico, ou mesmo uma parte da sua constitucionalidade, e abrir mão de ter moeda nacional, essencialmente. Por isto entendo aquele plano como uma sucessão inacreditável de derrotas, de fracassos, de perdas de credibilidade num nível absolutamente extremo. Ali é um caso de um governo, de uma estrutura de poder, que a mais de meio século vem fazendo tudo errado e a sociedade já desenvolveu os anticorpos contra isso e não confia em nenhuma iniciativa governamental e, portanto nesse cenário o Plano Cavallo fez sentido, fez sentido lá, como não faria sentido aqui, e isso foi muito discutido aqui. Neste sentido, para a formulação do Plano Real alguns dos economistas envolvidos na sua formulação, o Dr. André Lara, o Dr. Pérsio Arida eram pró Plano Cavallo e diziam, “vamos fazer igual aqui, por que aqui a credibilidade está tão baixa quanto lá”, e não era esse o pensamento de alguns outros membros da equipe, e foi esse pensamento que o Ministro e depois o Presidente adotou como dominante.

Jacques Salomon: O Senhor acha que a engenharia social usada para formar o grupo de economistas e técnicos que concebeu e implementou o real foi fator de peso para o sucesso do plano?

Dr. Gustavo Franco: É claro que a formação do grupo foi importante uma vez que o Brasil tinha um quadro patológico, muito grave, mas também muito singular. Nós tínhamos na ocasião alguns dos melhores especialistas do mundo neste tipo de doença e não por acidente eu e outros fomos estudar hiperinflação por aí e não foi por diletantismo, foi porque era grande a patologia, a grande doença a nossa volta, fora. Não estávamos vivendo uma experiência única, isso a título de curiosidade intelectual, foram muitos anos de inflação muito alta, portanto, aqui se formaram profissionais do melhor gabarito neste campo. Autoridades mundiais, portanto, alguns desses estiveram envolvidos em alguns esforços de estabilização antes do real; foram várias, pelos menos uma meia dúzia de tentativas, todas fracassadas, mas cada um desses episódios sempre trouxe alguma lição, algum aprendizado. Ou seja, criou ainda mais reflexão crítica sobre o conhecimento do fenômeno. Como ele combinou estes esforços trazendo gente que tinha estado envolvido em outros, com gente que não estava, mas era estudioso do assunto, como é o meu caso. A grande pergunta é: como um pequeno grupo de técnicos subitamente fica tão *empowered*, tão no controle de decisões importantíssimas na agenda nacional? Isto será sempre uma fonte de reflexão, um pequeno mistério, talvez a chave para compreensão de tudo. E desta vez os técnicos tiveram o poder que tiveram e impuseram as soluções corretas.

Jacques Salomon: O fator mais importante, a relação desse grupo que o ajudou a manter a coesão, foi a confiança mútua?

Dr. Gustavo Franco: Sim, era um grupo de pessoas de mesma formação ou com formação muito semelhante, alguns tinham sido colegas, estudado juntos, trabalhado juntos, havia inclusive relações professor e aluno, além da origem social parecida, valores parecidos. Era um grupo muito homogêneo, Rio de Janeiro, zona sul, só o Pécio que é Paulista, mas também foi professor da PUC. Enfim, um grupo que se conhecia desde muito cedo.

Jacques Salomon: Fukuyama tem um trabalho que fala de capital social e sobre a dificuldade de medir esse tópico e apresenta uma solução para a medição pelo que ele chama de medição indireta através de medidas tradicionais de disfunção social. o índice desemprego, o índice de desigualdade e o índice de corrupção no governo. O senhor acha que durante a implementação do plano real esses medidores podem ter influenciado no sentido de diminuir ou aumentar a confiança que a sociedade depositava no governo depois de determinado ponto da implementação fazendo com que alguma etapa do plano real não tenha sido implementada ou mesmo tenha sido postergada?

Dr. Gustavo Franco: Olha, *data vênia*, eu não acho que esses seus indicadores meçam o que você quer medir não, eu acho que estão errados, porque eles são, principalmente no caso do desemprego, meio que resultado de um problema. E eu entendo que você está em busca de um indexador, de um indicador *ex-ante* que possa indicar a existência da credibilidade ou confiança ou algo por aí, o desemprego captura isso, mas e eu acho que você deveria procurar variáveis aonde essencialmente, onde você tenha o futuro dentro³. Quando se mede, por exemplo, como um termo um pouco mais sofisticado, mais no limite, na bolsa de valores, o valor de uma ação reflete a percepção que as pessoas têm com o futuro daquela companhia, ali estão incluídas previsões implícitas sobre se o governo vai ser bom ou ruim, médio, se vai dar certo ou errado. O mesmo vale para as taxas de juros, não a taxa SELIC, que é uma criatura fixada de forma administrada, mas existem taxas de juros de mercado que são determinadas por oferta e demanda especialmente para um período de um ano. São essas taxas de juros que refletem muito, as expectativas que as pessoas tem sobre se vai cair, vai subir, vai melhorar, se há otimismo ou pessimismo, é este tipo de variável que eu acho que capturaria melhor o tal capital social de um grupo de governo.

Jacques Salomon: Que taxas de juros seriam essas?

DR. Gustavo Franco: É inevitável entrar aqui num campo mais sofisticado, mas existe uma taxa de juros muito sofisticada que é a taxa de juros SUAP, para quem tem uma

³ Aqui o Dr. Gustavo Franco quis abordar a necessidade de ser comparada a expectativa com a realidade e a expectativa estaria representando uma espécie de previsão de futuro.

obrigação pré-fixada e pós-fixada isso é manobrável, é o tipo de variável que os economistas usam nestes modelos onde existem interesses de governo. Você olha as taxas de juros de ontem e olha o que as pessoas estão esperando para daqui a um ano e aí você pode dizer “Ah, bom estão otimistas, estão pessimistas. Os economistas usam estudos parecidos com o seu, dois tipo de métrica, de medidas: uma para as questões futuras futuros, são os preços que você vê no mercado, preços de ativos, preços das ações, preços de títulos de dívidas externas brasileira, e o risco Brasil. São maneiras de você saber diretamente se as pessoas estão otimistas ou pessimistas. Há momentos que se acha que o mundo vai acabar, o risco Brasil está 2000 pontos está mal, se está em duzentos como hoje e está muito bem, isso é uma coisa, a outra coisa é como são as medidas baseadas em mercado, olhar cotações e ver se está ruim, se está bom, outras são os *surveys*, onde as pessoas, onde existem questionários que se manda regulamente para instituições financeiras e pergunta qual é a expectativa que eles têm para o PIB, para a balança comercial, etc ...que você pergunta “o que você espera daqui a um ano, para o fim do ano etc ...”. É muito fácil você considerar esses indicadores e depois olhar pra trás e saber o que realmente aconteceu e o que as pessoas esperavam, e verificar se houve frustração das expectativas ou não, se as pessoas estavam muito otimistas ou pessimistas. O otimismo aí é um pouco a medida da credibilidade, a pessoa acha que o país vai crescer muito ou pouco, vai aí um pouco em acreditar no governo, no Estado e na política econômica, e um ano depois não cresce, isso gera uma dinâmica de revisão pra baixo, de piora das expectativas, entrando num processo sobre o qual eu recomendaria muito que você olhasse uma base de dados muito bacana feita pelo banco central. Desde o meu tempo começamos a coletar dados e hoje toda semana o banco central publica uma coisa chamada Relatório de Mercado, que são expectativas, tem até uma página só de resumo. Hoje entrevistam semanalmente mais de cem instituições financeiras perguntando o que eles esperam, com o que vai acontecer com diversas situações, e então se publicam uma espécie de lista de quem acerta mais, todo mundo quer acertar. São medidas de confiança, que são muito mais importantes até que o desemprego, que não tem a menor importância nesse jogo, é meio como o resultado da coisa não é um número que indique disfunção ou mesmo de que a coisa está errada, a economia tem seus problemas, outra coisa é haver credibilidade sobre se o governo vai resolver os problemas ou não. Desigualdade social existe a 500 anos e não é pegar este indicador e considerar que as pessoas confiam ou não no governo até porque isto varia muito pouco no tempo de aplicação de

políticas públicas de curto prazo. Os mercados podem dar pinotes de otimismo ou pessimismo e o governo ter muita ou pouca credibilidade e a taxa de desemprego não mexe nada. A maior crise de credibilidade que se pode ter notícia foi em 2002, na eleição do Presidente Lula, ali o nosso capital social foi para o buraco e no entanto a taxa de desemprego nem mexeu.

Jacques Salomon: O senhor acha que existe relação entre um grupo de governo que recebeu uma determinada quantidade de confiança da sociedade e a partir disto teve capacidade de implementar políticas públicas e disposição para concebê-las, e esta relação valeu para a implementação do plano real?

Dr. Gustavo Franco: Não, não funciona ...

Jacques Salomon: Qual desses índices que eu citei, essas medidas de disfunção social o senhor acha que mais poderia ter influenciado no grau de confiança no governo?

Dr. Gustavo Franco: Para min, nenhuma delas que você mencionou, o governo, e isso também vale para o presidente da República, hoje em dia olham para os indicadores financeiros, o Presidente da Republica dá declaração e a bolsa desaba. Este é um indicador, é uma votação em tempo real, entendeu. O presidente diz alguma coisa meio torta e a bolsa cai, os juros sobem, o cambio cai, são três mercados com as pessoas votando com os seu bolso. O presidente está dando uma declaração qualquer e as pessoas vendem ou compram, é assim que funciona a democracia globalizada do mundo moderno, aqui ou em qualquer lugar. Índices de desemprego nada têm de muito social neste jogo não, o mercado financeiro é a ponta de lança, é o pessoal que presta atenção, é a minoria que está ali ligada e tomando conta do dinheiro de um grupo muito maior que forma opinião.

A interlocução da política econômica não é com o Brasil, com 180 milhões de pessoas, é com o conjunto de pessoas que estão interessadas que é muito menor, e das pessoas interessadas, as pessoas que têm dinheiro, que ficam mais ricas ou mais pobres imediatamente em decorrência de decisão do governo, são essas que são pessoas, seus interlocutores, através dos mercados,

inclusive, acho que mais recentemente no REAL isso é muito evidente, o Presidente, o Congresso, todos aprendem que é muito, muito importante, a reação do mercado à uma certa medida do que a reação do representante do FIESP, por exemplo entendeu. Ele não tem nenhuma importância no quadro geral da política econômica nos dias de hoje, acredite nisto. O sindicalista, o movimento social são criaturas do imaginário do cientista político, da coisa do passado, em que você personalizava a sociedade em pessoas em que você chama para conversar em torno de uma mesa.

Nossa sociedade em massa não tem esse fenômeno, não tem pessoas que representam marchas, maiorias mudas, que você chama como interlocutor, não existe isso. Acabou interlocução! A interlocução relevante é através dos mercados, é por aí que as maiorias votam e se manifestam, ou é no dia das eleições com o voto, mas aí é de quatro em quatro anos, ou é nos mercados financeiros em tempo real, todo dia, abre às 8 e fecha às 18, estamos lá votando sim, não, sim, não, talvez, é assim que funciona.

Jacques Salomon: O senhor acha que o Risco País, mesmo sendo um indicador de confiança externa, pode influenciar o grau de confiança interna da sociedade no governo?

Dr. Gustavo Franco: Com certeza.

Jacques Salomon: O senhor acha que divulgação sistemática do índice de popularidade do governo e dos índices de inflação que é o IPCA novo, pode ter influenciado na confiança que a sociedade tenha conferido ao governo?

Dr. Gustavo Franco: Pois é, eu acho que nós estamos falando da mesma coisa, apenas..., existe apenas uma idealização da sociedade como partícipe do processo de política econômica e isso não existe, é século XIX do processo democrático. Nossa democracia da vida real, do mundo globalizado, é uma democracia mediática, televisiva, de tela de computador, aonde os mercados financeiros são os interlocutores básicos da econômica, bom, dito isso o Risco Brasil sim, é uma de muitas métricas relevantes de índice de popularidade do governo, é publicados de forma assim muito pouco freqüente, aprovação do governo nesse tipo de coisa, eles são assim, é são o que é que a sociedade pensa do governo, a realidade do mercado, do envolvimento da imprensa, do

movimento de opinião, expressas pelos mercados é muita mais rica do que isso, você tem ações diferentes ... de pronunciamento **Troca de fita**

É claro que os primeiros dois ou três meses de impacto eram fundamentais para saber se a coisa estava funcionando ou não, estamos nos submetendo a um teste muito, muito severo e hoje tempo depois tem a política de metas de inflação explicitamente adotada. No nosso tempo a gente morria de medo de fazer, dizer, oh! Nossa meta de inflação é de 5% ao ano, 20% ao ano ou 3% ao mês, porque se você erra, pronto acabou, tá morto. Hoje é um pouco diferente, no mundo da inflação baixa dá pra você trabalhar com metas e isso não soar como uma pré-fixação ou uma espécie de congelamento, o problema é que o sucesso ou o fracasso da sua política passa a ser mediada de uma forma muito clara, isto é uma coisa que os governos gostam muito de escapar dentro desse contexto do jogo, entre governo e sociedade o governo acertar é muito importante e, ele prometer “vou fazer uma inflação baixa, vou fazer o país crescer” e entregar o que prometeu, é importantíssimo é assim que ele ganha, quando promete e entrega o contrário, evidentemente se coloca em maus lençóis, portanto, existe um risco em prometer, esse risco claro, quanto maior e mais difícil a promessa a minha sensação é que quanto mais ambicioso é claro que o *upside* é maior, ninguém acredita que você vai ter uma inflação de primeiro mundo e você diz “Em um ano eu vou ter inflação de primeiro mundo” e chega lá, você ganha credibilidade de sobra, você vira Deus, entendeu? Agora se você não tiver coragem de prometer e acontecer, você não fica tão popular, você não acumula tanta credibilidade, porque como você não tinha convicção que iria acontecer, e, portanto você mesmo não acreditava, então se você não acreditava claro que talvez não tenha sido por causa de suas ações que aconteceu, mas se no começo você vai lá e diz “Vou fazer, vamos atrás da inflação de primeiro mundo” e em dois anos a gente tem inflação de primeiro mundo, caramba, é isso é coragem. Em 1999 quando houve a desvalorização e eu não estava mais no governo, e quando veio o Armínio e disse que iria resolver em um ano e que todo mundo acho impossível e riram dizendo, imagina ele não vai conseguir, e conseguiu, ganhou enorme credibilidade, ele estava certo e todo mundo estava errado, isto é parte do jogo da política econômica.

Jacques Salomon: Eu vou explorar um pouquinho o senhor, desses indicadores que o senhor mencionou eu poderia usar o IBOVESPA?

Dr. Gustavo Franco: Sim, e o Risco Brasil também. Valeria também usar os quatro pré, e também a sua sensibilidade e pegar um dos relatórios de mercado do banco central de expectativa e ver como seria dentro do seu universo de preocupações aproveitar essa pesquisa.

Jacques Salomon: Quando eu digo sociedade, eu posso está dizendo o mercado, na realidade que está representado a realidade?

DR. Gustavo Franco: Pode ser.

Jacques Salomon: Quem em Brasília o senhor acha que eu poderia estar entrevistando, assim nesta etapa?

DR. Gustavo Franco: Alguns diretores do Banco Central que são doutores e terão sensibilidade para ajuda-lo nisto. O Tombini e o Rodrigo Azevedo, por exemplo.

Jacques Salomon: Tem um livro similar argentino do nosso “A real história do real” da Maria Clara R.M. do Prado?

Dr. Gustavo Franco: Não conheço nenhum similar argentino.

Jacques Salomon: Como o Sr. Sugere que eu trate esta questão dos indicadores de confiança nesta questão?

Dr. Gustavo Franco: Bem, aí eu acho que se a idéia é buscar uma medida de confiança na política econômica, vale buscar uma medida de confiança no campo econômico, na medida econômica, acho que essa é a trajetória. A indicação de popularidade vai te dar pontos aqui nesta curva que podem não estar exatamente contínuos.

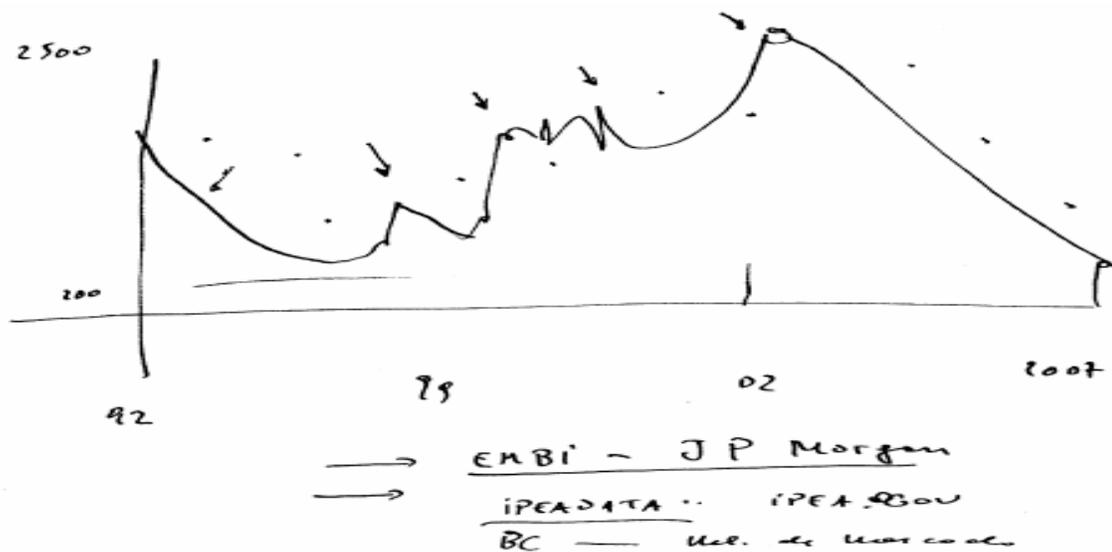


Figura 1: Apresentação do comportamento do Risco Brasil de 1992 a 2007

Fonte: Construída por Gustavo Franco durante a entrevista

As medidas econômicas de mercado são apresentadas de forma diária. No caso do Risco Brasil, como a curva⁴ mostra, você vê que é uma cotação diária e pode comparar por exemplo, a crise da Ásia, comparada com a crise da Rússia foi ridiculamente pequena, a crise mexicana praticamente não teve importância, onze de setembro foi importante. Agora pior crise foi eleição de 2002, você permite esse tipo de comparação, isso aqui é a capacidade ou a crença de credores do Brasil, brasileiros ou estrangeiros de que o Governo vai honrar suas obrigações. Isso é mais direto, não é exatamente o que você quer, mas como *próxis* ao que você quer, é absolutamente cristalino. Você pode usar um índice composto conhecido com **EMBI** produzido por um banco chamado J.P.Morgan que é um composto de vários títulos de dívida externa brasileira, pode-se escolher um título e verificar o preço dele, durante esse tempo, tem um site do IPEA, chamado IPEADATA e lá eu acho que tem isso, aqui, no banco central, o relatório de mercado.

Bem, Dr. Gustavo Muito Obrigado pela atenção e pelo seu tempo.

⁴ da Figura 1. A curva foi traçada por Gustavo Franco durante a entrevista para explicar o comportamento do Risco Brasil em diversos momentos desde a implementação do Plano REAL.

Entrevista com Miguel Angel Broda – 17:30 Julho de 2006 - Studio Broda Y Asociados**Tipo: Aberta****Síntese**

Conforme Broda a Argentina passava por um período de altíssima inflação no período pré-Menem, com variações de cotações de dólar e de peso de até dez vezes ao dia, a inflação chegou a atingir patamares de 5% ao dia. Neste contexto havia necessidade premente de, antes de “ajeitar a casa”, fazer a paridade, pois todos os argentinos contratavam e negociavam em dólar, desde os aluguéis até as menores transações comerciais de rua. Diferentemente do Brasil, que vinha de um impeachment, que, de uma certa forma, preparou a opinião pública para uma maior aceitação do novo governo, que seria uma espécie de esperança depois do confisco de Collor, fazendo de Itamar sem querer uma espécie de esperança a Argentina vivia um momento de grande instabilidade. Lá a inflação havia chegado a patamares de 5% ao dia, o dólar, moeda corrente em determinados momentos chegou a desvalorizar dez vezes ao dia. Ou seja, na Argentina a variável mais importante era o dólar e neste ambiente qualquer programa de estabilização que tivesse a confiança da sociedade deva passar por ações dirigidas para a frenagem das altas sucessivas do dólar frente ao peso. Esta é um pouco a raiz do Plano Cavallo para tirar a Argentina da hiperinflação onde se utilizou o tipo de câmbio fixo que por sua própria raiz determinou inicialmente um aumento dos níveis de emprego e esta foi a característica mais importante do Plano. As pessoas assustadas pela hiperinflação quando vêem que caem os índices de inflação e que aumenta o nível de emprego e da própria atividade econômica passam a navegar em um mar de confiança inesperado e, por conseguinte os níveis de confiança e de aceitação da ação do governo sobem muito. Este ambiente também ocorre durante a implementação do Plano Real, embora já antes de sua implementação a confiança estava se restabelecendo face aos acontecimentos no quadro político anteriores. Cavallo sabia que não teria êxito qualquer programa de estabilização, inclusive atacando a questão fiscal, sem antes encaminhar duas ações: a partir de determinado momento, ou seja, no primeiro de abril de 1991, \$ 10.000 austrais passaram a equivaler a um (1) peso; nunca mais emitir para financiar o déficit fiscal e fazer com que o estado tenha reservas para sustentar a base monetária, ou seja, foi uma modificação drástica do dia para a noite. Assim como a unidade de conta o argentino era o dólar e o dólar de uma hora para outra passa a não variar a confiança no governo assim tem uma subida diretamente proporcional à queda da inflação que ocorre de um dia para o outro.

Entrevista com Ricardo López Murphy - 10 de julho de 2006 às 12:00 hs**Tipo: aberta****Síntese**

Plano Cavallo chega em um momento muito crítico e a decisão do governo de ordenar a situação foi com a intenção de incrementar os níveis de confiança.

A compreensão do problema que estava enfrentando o Brasil é muito diferente do que estava a Argentina. FHC e Menem trabalharam de forma diferente. Cardoso foi resolver os verdadeiros problemas do país, a reforma fiscal a reforma dos Bancos Estatais, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a modernização das regras comerciais a inserção de um programa integral de desenvolvimento, tanto é que seu sucessor e opositor fez praticamente o mesmo. No caso da Argentina não foi assim, não houve medidas preparatórias, não havia um prognóstico claro, nem sobre o federalismo fiscal nem sobre os bancos estatais nem sobre a regulação.

Nos eixos de governança estas questões foram sendo arrostadas, mas mais como um resultado das circunstâncias do que como uma reforma integral pensada. Provavelmente o governo argentino não teve maioria no seu congresso para efetuar as reformas assim como sofreu FHC para passar cada reforma constitucional. O mesmo ocorreu na Argentina, onde havia um déficit estratégico para compreender bem o problema fiscal e dos bancos estatais.

Quanto ao grupo de economistas que conduziu o Plano Cavallo eu diria que este grupo se concentrou em torno de Domingo Cavallo na Fundação Mediterrânea com a cooperação de outro grupo de economistas que estavam com Roque Fernandez. O Brasil teve a vantagem a partir do conhecimento de Malam do problema estratégico da economia, havia sido negociador da dívida externa, representou o Brasil, foi presidente do Banco Central, e chegou ao Ministério da Fazenda. Pedro Malam tinha uma grande lucidez estratégica e a confiança que havia entre Menem e Cardoso não havia entre Menem e Cavallo. Sempre tive a impressão de que Cardoso e Malam eram a mesma pessoa.

Cavallo saiu do Ministério em 1996 e as regras institucionais seguiram vigentes, mas as coisas foram ficando complicadas de 1997 em diante com a crise asiática, a crise russa a crise brasileira e a crise do Nasdaq que foram as quatro situações muito negativas para os argentinos.

Além disto, ao contrário do Brasil, as províncias têm mais poder que o estado nação e este fenômeno é que faz ingovernável a Argentina. Não ter bem definidas as características institucionais, este problema tem afetado a governabilidade da Argentina.

Eu diria que o Brasil desenvolveu instrumentos de proteção como, por exemplo, a caderneta de poupança, na Argentina era o dólar, a moeda estrangeira, no Brasil o depositante nunca foi roubado, já na Argentina sim.

Em todo o caso o Plano Collor foi uma espécie de confisco, mas não de roubo do depositante.

*

APÊNDICE

APÊNDICE B – QUADROS E TABELAS

Tabela 25 Todas as Variáveis Logaritimizadas e Defasadas-Brasil (continuação)

3,7377	3,7305	3,7136	3,6964	3,7305	3,6914	3,7842	4,6221	1,2292	1,3343	8,0953	4,5433	4,6105	6,7344
3,6163	3,7377	3,7305	3,7136	3,6964	3,7305	3,6914	4,6220	1,4918	4,6384	8,1182	4,2047	4,6143	6,9725
3,5234	3,6163	3,7377	3,7305	3,7136	3,6964	3,7305	4,6153	1,4493	4,6372	8,0443	4,2905	4,6201	7,0327
3,4095	3,5234	3,6163	3,7377	3,7305	3,7136	3,6964	4,6206	1,4859	4,6469	8,0465	4,7707	4,6371	7,2746
3,5625	3,4095	3,5234	3,6163	3,7377	3,7305	3,7136	4,6292	1,4698	4,6468	8,0830	4,6151	4,6317	7,1877
3,7013	3,5625	3,4095	3,5234	3,6163	3,7377	3,7305	4,6315	1,5027	4,6468	8,0359	4,9416	4,6322	7,0070
3,8286	3,7013	3,5625	3,4095	3,5234	3,6163	3,7377	4,6275	1,5268	4,6448	8,0000	4,2905	4,6330	7,0345
3,5835	3,8286	3,7013	3,5625	3,4095	3,5234	3,6163	4,6285	1,5780	4,6446	8,0580	4,2905	4,6329	6,9883
3,5918	3,5835	3,8286	3,7013	3,5625	3,4095	3,5234	4,6150	1,5903	4,6428	7,9855	4,3175	4,6200	6,9888
3,6763	3,5918	3,5835	3,8286	3,7013	3,5625	3,4095	4,6150	1,6516	4,6379	7,9963	4,1109	4,6102	6,9286
3,6243	3,6763	3,5918	3,5835	3,8286	3,7013	3,5625	4,6192	1,6296	4,6356	7,9509	4,1744	4,6198	6,9012
3,5639	3,6243	3,6763	3,5918	3,5835	3,8286	3,7013	4,6198	1,5540	4,6335	7,9669	4,5951	4,6326	6,9933
3,8177	3,5639	3,6243	3,6763	3,5918	3,5835	3,8286	4,6207	1,4925	4,6326	8,1050	4,7095	4,6208	6,9274
4,0200	3,8177	3,5639	3,6243	3,6763	3,5918	3,5835	4,6185	1,6627	4,6306	8,1119	4,5643	4,6302	6,7470
3,6455	4,0200	3,8177	3,5639	3,6243	3,6763	3,5918	4,6154	1,7448	4,6284	8,1143	4,6540	4,6083	6,6520
3,6376	3,6455	4,0200	3,8177	3,5639	3,6243	3,6763	4,6087	1,8585	4,6271	8,1699	4,4188	4,6162	6,7746
3,8000	3,6376	3,6455	4,0200	3,8177	3,5639	3,6243	4,6177	1,7980	4,6256	8,0784	4,7185	4,6108	6,6981
3,7751	3,8000	3,6376	3,6455	4,0200	3,8177	3,5639	4,6173	1,7767	4,6251	8,0659	4,8363	4,6226	6,6197
3,7865	3,7751	3,8000	3,6376	3,6455	4,0200	3,8177	4,6170	1,7806	4,6248	8,0693	4,2767	4,6061	6,6092
3,7955	3,7865	3,7751	3,8000	3,6376	3,6455	4,0200	4,6162	1,7217	4,6243	7,9875	4,6728	4,6283	6,5140
3,8067	3,7955	3,7865	3,7751	3,8000	3,6376	3,6455	4,6096	1,7135	4,6247	8,0901	4,4308	4,6026	6,4760
3,8286	3,8067	3,7955	3,7865	3,7751	3,8000	3,6376	4,6067	1,6557	4,6240	8,0401	4,3041	4,6062	6,3226
3,8177	3,8286	3,8067	3,7955	3,7865	3,7751	3,8000	4,6082	1,6390	4,6236	8,0580	4,5539	4,6084	6,3029
3,7842	3,8177	3,8286	3,8067	3,7955	3,7865	3,7751	4,6084	1,5178	4,6231	8,0278	5,2311	4,6084	6,3426
3,7197	3,7842	3,8177	3,8286	3,8067	3,7955	3,7865	4,6099	1,3382	4,6231	8,1594	4,6250	4,6090	6,2811
3,8607	3,7197	3,7842	3,8177	3,8286	3,8067	3,7955	4,6169	1,6396	4,6223	8,1032	4,1271	4,6261	6,1569
3,9843	3,8607	3,7197	3,7842	3,8177	3,8286	3,8067	4,6102	1,7205	4,6218	8,0818	4,0254	4,6098	6,0162
3,7842	3,9843	3,8607	3,7197	3,7842	3,8177	3,8286	4,6103	1,7912	4,6215	8,1628	4,1589	4,6102	6,1062
4,0033	3,7842	3,9843	3,8607	3,7197	3,7842	3,8177	4,6139	1,7523	4,6216	8,0226	3,9890	4,6159	6,1485
3,6738	4,0033	3,7842	3,9843	3,8607	3,7197	3,7842	4,6093	1,7922	4,6209	8,0684	3,9512	4,6051	6,0725
3,5360	3,6738	4,0033	3,7842	3,9843	3,8607	3,7197	4,6106	1,8072	4,6211	8,0843	4,0604	4,6150	5,9925
3,3718	3,5360	3,6738	4,0033	3,7842	3,9843	3,8607	4,6074	1,7892	4,6211	8,1029	4,2341	4,6107	5,9574
3,2877	3,3718	3,5360	3,6738	4,0033	3,7842	3,9843	4,6050	1,7809	4,6209	8,1755	3,8067	4,6024	5,9258
3,2573	3,2877	3,3718	3,5360	3,6738	4,0033	3,7842	4,6058	1,7298	4,6209	8,0959	4,0254	4,6063	5,9290
3,3322	3,2573	3,2877	3,3718	3,5360	3,6738	4,0033	4,6075	1,7451	4,6218	8,1727	3,9318	4,6058	6,0411
3,3524	3,3322	3,2573	3,2877	3,3718	3,5360	3,6738	4,6069	1,6766	4,6352	8,1559	3,7612	4,6073	6,4820
3,4395	3,3524	3,3322	3,2573	3,2877	3,3718	3,5360	4,6095	1,5732	4,6345	8,2287	3,1355	4,6070	6,3508
3,3878	3,4395	3,3524	3,3322	3,2573	3,2877	3,3718	4,6122	1,9830	4,6315	8,1032	3,6636	4,6121	6,3876
3,6636	3,3878	3,4395	3,3524	3,3322	3,2573	3,2877	4,6098	2,0043	4,6262	8,0818	3,6636	4,6080	6,2563
3,7899	3,6636	3,3878	3,4395	3,3524	3,3322	3,2573	4,6086	2,1019	4,6269	8,1628	4,1897	4,6072	6,1529
3,8764	3,7899	3,6636	3,3878	3,4395	3,3524	3,3322	4,6076	2,0699	4,6221	8,0226	3,9318	4,6071	6,1567
3,7628	3,8764	3,7899	3,6636	3,3878	3,4395	3,3524	4,6102	2,1056	4,6213	8,0684	3,8067	4,6093	6,2806
3,6109	3,7628	3,8764	3,7899	3,6636	3,3878	3,4395	4,6054	2,0659	4,6211	8,0843	3,7612	4,6057	6,4479
3,4843	3,6109	3,7628	3,8764	3,7899	3,6636	3,3878	4,6040	2,0825	4,6221	8,1029	3,4012	4,6015	6,4492
3,3742	3,4843	3,6109	3,7628	3,8764	3,7899	3,6636	4,6001	2,0543	4,6198	8,1755	3,6889	4,5962	6,8883

Tabela 25 Todas as Variáveis Logaritmizadas e Defasadas-Brasil (continuação)

3,2189	3,3742	3,4843	3,6109	3,7628	3,8764	3,7899	4,6030	2,0344	4,6297	8,0959	3,5553	4,6041	7,2428
2,8332	3,2189	3,3742	3,4843	3,6109	3,7628	3,8764	4,6054	2,0100	4,6342	8,1727	3,4965	4,6073	7,1694
2,8332	2,8332	3,2189	3,3742	3,4843	3,6109	3,7628	4,6040	1,9515	4,6312	8,1559	3,9890	4,6018	6,9617
3,3928	2,8332	2,8332	3,2189	3,3742	3,4843	3,6109	4,6085	1,8411	4,6289	8,2287	4,1109	4,6067	7,1292
3,7495	3,3928	2,8332	2,8332	3,2189	3,3742	3,4843	4,6121	2,0454	4,6267	8,2530	3,8918	4,6189	7,2657
2,7726	3,7495	3,3928	2,8332	2,8332	3,2189	3,3742	4,6156	2,0111	4,6287	8,1739	3,5553	4,6166	7,1753
2,9392	2,7726	2,7726	3,7495	3,3928	2,8332	2,8332	4,6108	2,0779	4,6284	8,1565	3,5835	4,6063	6,8090
3,0819	2,9392	2,7726	2,7726	3,7495	3,3928	2,8332	4,6082	2,0374	4,6252	8,1421	3,8501	4,6074	6,8501
3,1801	3,0819	2,9392	2,7726	2,7726	3,7495	3,3928	4,6071	2,0588	4,6218	8,1134	3,6109	4,6086	6,9057
	3,1801	3,0819	2,9392	2,7726	2,7726	3,7495	4,6160	2,0180	4,6216	8,1315	3,7377	4,6170	6,9590
		3,1801	3,0819	2,9392	2,7726	2,7726	4,6108	2,0364	4,6207	8,1934	3,7612	4,6090	7,0164
			3,1801	3,0819	2,9392	2,7726	4,6083	1,9942	4,6199	8,1614	3,6889	4,6089	6,9256
				3,1801	3,0819	2,9392	4,6170	2,0165	4,6189	8,2101	3,7377	4,6144	6,8376
					3,1801	3,0819	4,6146	1,9862	4,6189	8,1862	3,7842	4,6185	6,6724
						3,1801	4,6112	1,8305	4,6210	8,2441	3,8501	4,6131	6,5388

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo na Argentina."

Nota: Dados Logaritmizados.

Tabela 26 Variáveis Logaritimizadas e Defasadas a Partir das Defasagens Individuais no Brasil

DATA	LSECOB	LIPCAB	LDESEB	LTXSEB	LCRIMB	LGREVB	LICVIB	
199201	3,068053	4,862599	1,583683	3,369220	7,826443	3,828641	4,862754	
199202	3,068053	4,870070	1,858209	3,358878	7,803435	3,850148	4,802873	
199203	3,433987	4,835567	1,829530	3,290547	7,822044	3,663562	4,824306	
199204	3,449988	4,847410	1,768083	3,174837	7,788626	3,688879	4,785406	
199205	3,449988	4,848979	1,874659	3,135320	7,803435	4,127134	4,806886	
199206	3,449988	4,860200	-0,329624	3,189657	7,719574	3,367296	4,804267	
199207	3,465736	4,856162	-0,436155	3,266209	7,676010	3,526361	4,816808	
199208	3,044522	4,869149	1,786951	3,244353	7,752335	3,526361	4,795956	
199209	2,186051	4,903273	1,754634	3,319931	7,721349	4,248495	4,811859	
199210	3,198673	4,910078	1,760573	3,338513	7,703910	3,784190	4,822537	
199211	2,803360	4,903718	1,762794	3,273535	7,703008	4,174387	4,826472	
199212	3,944877	4,914638	1,507848	3,254872	7,846981	3,828641	4,809498	
199301	3,683867	4,870223	1,792571	4,856085	7,808323	3,828641	4,870070	
199302	3,638901	4,828154	1,757426	4,859037	7,731931	3,401197	4,835567	
199303	3,601959	4,846232	1,772680	4,854839	7,844633	3,637586	4,847410	
199304	3,496508	4,850075	1,812670	4,871603	7,817625	4,077537	4,848979	
199305	3,521348	4,849605	1,686293	4,874434	7,870166	4,317488	4,860200	
199306	3,602777	4,868073	1,600543	4,882120	7,852439	3,891820	4,856162	
199307	3,135494	4,873058	1,655531	4,888317	7,824046	4,174387	4,869149	
199308	3,135494	4,890048	1,673269	4,902605	7,828038	4,234107	4,903273	
199309	3,417727	4,910373	1,616550	4,921658	7,783224	4,189655	4,910078	
199310	3,367296	4,897243	1,591186	4,930148	7,893945	3,737670	4,903718	
199311	3,314186	4,909414	1,559092	4,930004	7,867489	4,043051	4,914638	
199312	3,332205	4,918812	1,480630	4,944353	7,938446	3,871201	4,930943	LEMBIB
199401	3,349904	4,950956	1,710902	3,755564	8,012350	3,761200	4,952300	6,097962
199402	3,377588	4,943569	1,683487	3,737473	7,917901	3,871201	4,936486	6,125259
199403	3,332205	4,961095	1,776290	3,837660	7,909122	4,644391	4,950885	6,539774
199404	3,044522	4,960604	1,680183	3,839138	7,870930	5,273000	4,997753	6,850293
199405	3,144152	4,970022	1,643081	3,870171	7,788212	4,762174	4,968006	6,912601
199406	2,944439	4,993353	1,690606	3,924340	7,802618	4,290459	5,004953	6,896097
199407	3,548180	4,671332	1,697459	1,927413	7,867871	3,583519	4,845682	6,934446
199408	4,021774	4,623599	1,703279	1,427991	7,813996	4,189655	4,627030	6,808943
199409	4,007333	4,620354	1,619237	1,343900	7,854381	4,553877	4,611749	6,709537
199410	3,871201	4,631033	1,510296	1,287042	7,986505	4,158883	4,634535	6,658396
199411	3,768153	4,632883	1,386960	1,404237	7,877397	4,682131	4,632202	6,756409
199412	3,784190	4,622126	1,229230	1,334343	8,095294	4,543295	4,610456	6,734365
199501	3,691376	4,622027	1,491801	4,638358	8,118207	4,204693	4,614328	6,972513
199502	3,730501	4,615319	1,449291	4,637182	8,044305	4,290459	4,620059	7,032717
199503	3,696351	4,620551	1,485859	4,646908	8,046549	4,770685	4,637056	7,274630
199504	3,713572	4,629180	1,469774	4,646842	8,083020	4,615121	4,631715	7,187697
199505	3,730501	4,631520	1,502708	4,646771	8,035926	4,941642	4,632202	7,007025
199506	3,737670	4,627519	1,526816	4,644773	8,000014	4,290459	4,632980	7,034508
199507	3,616309	4,628496	1,577968	4,644613	8,058011	4,290459	4,632883	6,988321
199508	3,523415	4,615022	1,590331	4,642849	7,985484	4,317488	4,619960	6,988774
199509	3,409496	4,615022	1,651608	4,637877	7,996317	4,110874	4,610158	6,928587
199510	3,562466	4,619172	1,629579	4,635621	7,950855	4,174387	4,619763	6,901162

Tabela 26 Variáveis Logaritimizadas e Defasadas a Partir das Defasagens Individuais no Brasil - Continuação

199511	3,701302	4,619763	1,553975	4,633520	7,966933	4,595120	4,632591	6,993277
199512	3,828641	4,620650	1,492505	4,632565	8,105006	4,709530	4,620847	6,927362
199601	3,583519	4,618481	1,662673	4,630609	8,111928	4,564348	4,630155	6,746972
199602	3,591818	4,615418	1,744761	4,628413	8,114325	4,653960	4,608265	6,651959
199603	3,676301	4,608664	1,858515	4,627135	8,169903	4,418841	4,616209	6,774550
199604	3,624341	4,617691	1,797960	4,625640	8,078378	4,718499	4,610755	6,698092
199605	3,563883	4,617296	1,776711	4,625098	8,065894	4,836282	4,622617	6,619710
199606	3,817712	4,617000	1,780634	4,624750	8,069342	4,276666	4,606070	6,609214
199607	4,019980	4,616209	1,721745	4,624272	7,987524	4,672829	4,628301	6,513972
199608	3,645450	4,609561	1,713467	4,624658	8,090096	4,430817	4,602567	6,475993
199609	3,637586	4,606669	1,655738	4,624032	8,040125	4,304065	4,606170	6,322565
199610	3,799974	4,608166	1,638995	4,623586	8,058011	4,553877	4,608365	6,302869
199611	3,775057	4,608365	1,517810	4,623052	8,027803	5,231109	4,608365	6,342585
199612	3,786460	4,609859	1,338228	4,623053	8,159375	4,624973	4,608963	6,281109
199701	3,795489	4,616901	1,639620	4,622340	8,103192	4,127134	4,626149	6,156878
199702	3,806662	4,610158	1,720497	4,621756	8,081784	4,025352	4,609760	6,016157
199703	3,828641	4,610257	1,791226	4,621453	8,162801	4,158883	4,610158	6,106243
199704	3,817712	4,613932	1,752281	4,621630	8,022569	3,988984	4,615912	6,148468
199705	3,784190	4,609262	1,792178	4,620891	8,068403	3,951244	4,605070	6,072496
199706	3,719651	4,610556	1,807175	4,621111	8,084254	4,060443	4,615022	5,992535
199707	3,860730	4,607368	1,789234	4,621081	8,102889	4,234107	4,610655	5,957367
199708	3,984344	4,604970	1,780926	4,620904	8,175548	3,806662	4,602366	5,925783
199709	3,784190	4,605770	1,729776	4,620948	8,095904	4,025352	4,606270	5,928956
199710	4,003325	4,607468	1,745079	4,621761	8,172729	3,931826	4,605770	6,041120
199711	3,673766	4,606869	1,676556	4,635151	8,155936	3,761200	4,607268	6,482002
199712	3,536020	4,609461	1,573184	4,634461	8,228711	3,135494	4,606969	6,350806
199801	3,371769	4,616901	1,639620	4,622340	8,103192	4,127134	4,626149	6,156878
199802	3,287655	4,610158	1,720497	4,621756	8,081784	4,025352	4,609760	6,016157
199703	3,257327	4,610257	1,791226	4,621453	8,162801	4,158883	4,610158	6,106243
199704	3,332205	4,613932	1,752281	4,621630	8,022569	3,988984	4,615912	6,148468
199705	3,352357	4,609262	1,792178	4,620891	8,068403	3,951244	4,605070	6,072496
199706	3,439456	4,610556	1,807175	4,621111	8,084254	4,060443	4,615022	5,992535
199707	3,387774	4,607368	1,789234	4,621081	8,102889	4,234107	4,610655	5,957367
199708	3,663562	4,604970	1,780926	4,620904	8,175548	3,806662	4,602366	5,925783
199709	3,789855	4,605770	1,729776	4,620948	8,095904	4,025352	4,606270	5,928956
199710	3,876396	4,607468	1,745079	4,621761	8,172729	3,931826	4,605770	6,041120
199711	3,762827	4,606869	1,676556	4,635151	8,155936	3,761200	4,607268	6,482002
199812	3,610918	4,609461	1,573184	4,634461	8,228711	3,135494	4,606969	6,350806
199901	3,484312	4,612146	2,045433	4,626716	8,252967	3,891820	4,618876	7,265729
199902	3,374169	4,615615	2,011071	4,628679	8,173857	3,555348	4,616605	7,175337
199903	3,218876	4,616110	2,095724	4,637971	8,206584	3,806662	4,614922	7,106606
199904	2,833213	4,610755	2,077869	4,628422	8,156510	3,583519	4,606270	6,809039
199905	2,833213	4,608166	2,037366	4,625157	8,142063	3,850148	4,607368	6,850126
199906	3,392829	4,607068	2,058766	4,621751	8,113427	3,610918	4,608564	6,905708
199907	3,749504	4,616011	2,018036	4,621622	8,131531	3,737670	4,617000	6,959010
199908	2,772589	4,610755	2,036417	4,620733	8,193400	3,761200	4,608963	7,016365

Tabela 26 Variáveis Logaritimizadas e Defasadas a Partir das Defasagens Individuais no Brasil - Continuação

199909	2,772589	4,608265	1,994227	4,619932	8,161375	3,688879	4,608863	6,925640
199910	2,939162	4,617000	2,016517	4,618914	8,210124	3,737670	4,614427	6,837588
199911	3,081910	4,614625	1,986159	4,618940	8,186186	3,784190	4,618481	6,672378
199912	3,180135	4,611152	1,830455	4,621040	8,244071	3,850148	4,613138	6,538832

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real no Brasil e do Plano Cavallo na Argentina."

Nota: LSECOB - Sentimento de Confiança no Brasil; LIPCAB - Índice de Preços ao Consumidor Amplo; LDESEB - Desemprego Aberto no Brasil; LTXSEB - Taxa Selic no Brasil; LCRIMB - Criminalidade no Brasil; LGREVB - Greves no Brasil; LICVIB - índice do Custo de Vida no Brasil; EMBIB – Risco País.

O mesmo procedimento foi adotado para a Argentina visando processamento pelo SPSS.

Tabela 27 Brasil Risco País - Brasil (1994-1999)

Ano	Mês	Valor Bruto	EMBI+	Ano	Valor Bruto	EMBI+	Ano	Valor Bruto	EMBI+
1994	Jan	445	4,449	1996	851	8,514	1998	594	5,944
1994	Fev	457	4,572	1996	774	7,743	1998	521	5,212
1994	Mar	692	6,921	1996	875	8,752	1998	470	4,700
1994	Abr	944	9,441	1996	811	8,108	1998	472	4,718
1994	Mai	1005	10,048	1996	750	7,497	1998	534	5,341
1994	Jun	988	9,884	1996	742	7,419	1998	631	6,313
1994	Jul	1027	10,270	1996	675	6,745	1998	632	6,321
1994	Ago	906	9,059	1996	649	6,493	1998	981	9,807
1994	Set	820	8,201	1996	557	5,57	1998	1398	13,980
1994	Out	779	7,793	1996	546	5,461	1998	1299	12,990
1994	Nov	860	8,595	1996	568	5,682	1998	1055	10,554
1994	Dez	841	8,408	1996	534	5,343	1998	1248	12,478
1995	Jan	1067	10,669	1997	472	4,719	1999	1430	14,304
1995	Fev	1133	11,331	1997	410	4,1	1999	1307	13,068
1995	Mar	1443	14,432	1997	449	4,486	1999	1220	12,2
1995	Abr	1323	13,230	1997	468	4,68	1999	906	9,06
1995	Mai	1104	11,043	1997	434	4,337	1999	944	9,44
1995	Jun	1135	11,351	1997	400	4,004	1999	998	9,979
1995	Jul	1084	10,839	1997	387	3,865	1999	1053	10,525
1995	Ago	1084	10,843	1997	375	3,745	1999	1115	11,147
1995	Set	1021	10,210	1997	376	3,757	1999	1018	10,180
1995	Out	993	9,934	1997	420	4,203	1999	932	9,322
1995	Nov	1089	10,892	1997	653	6,532	1999	790	7,902
1995	Dez	1020	10,198	1997	573	5,729	1999	691	6,914

Fonte: Banco JPMorgan- EMBI+

Tabela 28 Brasil Greves da década de 90 (mensal)

Mês	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	Méd.	Dsv Pd
jan	81	55	46	46	43	67	96	62	39	49	58	18,356
fev	164	68	47	30	48	73	105	56	39	35	67	40,752
mar	138	51	39	38	104	118	83	64	66	45	75	35,062
abr	47	223	40	59	195	101	112	54	51	36	92	66,941
mai	185	118	62	75	117	140	126	52	45	47	97	47,390
jun	452	119	29	49	73	73	72	58	43	37	101	126,108
jul	173	81	34	65	36	73	107	69	30	42	71	43,410
ago	137	50	34	69	66	75	84	45	40	43	64	30,463
set	100	89	70	66	95	61	74	56	35	40	69	21,859
out	119	83	44	42	64	65	95	51	33	42	64	27,579
nov	124	75	65	57	108	99	187	43	54	44	86	45,137
dez	69	42	46	48	94	111	102	23	61	47	64	29,098
Totais	1789	1054	556	644	1043	1056	1243	633	536	507		
Méd.	149	88	46	54	87	88	104	53	45	42		
Desv Pd	104,240	49,311	12,999	13,700	43,307	25,165	30,687	11,948	11,211	4,535		
Máx.	452	223	70	75	195	140	187	69	66	49		

Fonte: SAG/DIEESE (Sistema de Acompanhamento de Greve do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

Relatório de Greves da Década de 90 - Banco de Dados do DIEESE

Compilação e Tabulação: o autor

Tabela 29 Brasil Desemprego Aberto Brasil (1992-2000)

Ano-Mês	Des. Abrt								
199101	5,24	199301	6,00	199501	4,45	199701	5,15	199901	7,73
199102	5,43	199302	5,80	199502	4,26	199702	5,59	199902	7,47
199103	5,92	199303	5,89	199503	4,42	199703	6,00	199903	8,13
199104	5,78	199304	6,13	199504	4,35	199704	5,77	199904	7,99
199105	5,72	199305	5,40	199505	4,49	199705	6,00	199905	7,67
199106	4,87	199306	4,96	199506	4,60	199706	6,09	199906	7,84
199107	3,82	199307	5,24	199507	4,85	199707	5,98	199907	7,52
199108	4,04	199308	5,33	199508	4,91	199708	5,94	199908	7,66
199109	4,35	199309	5,04	199509	5,22	199709	5,64	199909	7,35
199110	4,27	199310	4,91	199510	5,10	199710	5,73	199910	7,51
199111	4,48	199311	4,75	199511	4,73	199711	5,35	199911	7,29
199112	4,17	199312	4,40	199512	4,45	199712	4,82	199912	6,24
199201	4,87	199401	5,53	199601	5,27	199801	7,26	200001	7,60
199202	6,41	199402	5,38	199602	5,72	199802	7,42	200002	8,14
199203	6,23	199403	5,91	199603	6,41	199803	8,18	200003	8,02
199204	5,86	199404	5,37	199604	6,04	199804	7,92	200004	7,81
199205	6,52	199405	5,17	199605	5,91	199805	8,21	200005	7,78
199206	0,72	199406	5,42	199606	5,93	199806	7,89	200006	7,38
199207	0,65	199407	5,46	199607	5,59	199807	8,02	200007	7,14
199208	5,97	199408	5,49	199608	5,55	199808	7,80	200008	7,12
199209	5,78	199409	5,05	199609	5,24	199809	7,65	200009	6,66
199210	5,82	199410	4,53	199610	5,15	199810	7,46	200010	6,73
199211	5,83	199411	4,00	199611	4,56	199811	7,04	200011	6,14
199212	4,52	199412	3,42	199612	3,81	199812	6,30	200012	4,78

Fonte: http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/observatorio/DadosEstudos/estatisticasdomundo/arquivos/bancoDeDados/pme_antiga/taxa%20de%20desemprego/escolaridade/ESCOLA.XLS

Tabela 30 Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1992

DATA	Avaliação do Governo do Presidente-Muito Bom e ótimo	Avaliação do Governo do Presidente-Regular	Regular - Ajustado	Confia ou não Confia-Confia	Aprovação Positiva do Presidente	SECOB
199201	15,00	35,00	28,00	no	no	21,50
199202	15,00	35,00	28,00	no	no	21,50
199203	no	no	no	31,00	no	31,00
199204	no	no	no	31,50	no	31,50
199205	no	no	no	31,50	no	31,50
199206	no	no	no	31,50	no	31,50
199207	no	no	no	32,00	no	32,00
199208	no	no	no	21,00	no	21,00
199209	9,00	11,00	8,80	no	no	8,90
199210	no	no	no	18,00	31,00	24,50
199211	no	no	no	16,50	no	16,50
199212	34,00	45,00	36,00	60,00	no	43,33

Fontes: Vox Populi; OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Encarte da Revista Tendências do CESOP da UNICAMP. 1993 a 2000.

Nota: o dado de dezembro é a média dos dias primeiro e 16.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil

no -não observado

Tabela 31 Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1993

DATA	Avaliação do Governo do Presidente-Muito Bom e ótimo	Avaliação do Governo do Presidente-Regular	Ajustado	Confia ou não Confia	Aprovação positiva do Presidente	SECOB
19930100	35,00	44,50	35,60	no	no	35,30
19930200	36,00	44,00	35,20	no	no	35,60
19930200	no	no	no	no	36,10	36,10
19930300	18,00	54,00	43,20	no	no	30,60
19930303	24,00	51,00	40,80	no	no	32,40
19930328	21,00	52,00	41,60	no	no	31,30
19930414	17,00	49,00	39,20	no	no	28,10
19930525	19,00	50,00	40,00	no	no	29,50
19930500	no	no	no	no	21,00	21,00
19930500	no	no	no	46,00	no	46,00
19930615	17,00	52,00	41,60	no	no	29,30
19930600	30,00	39,00	31,20	no	no	30,60
19930600	no	no	no	no	16,50	16,50
19930600	30,00	no	no	no	no	30,00
19930600	68,00	no	no	no	no	68,00
19930700	15,00	48,00	38,40	no	no	26,70
19930700	no	no	no	no	14,50	14,50
19930804	15,00	48,00	38,40	no	no	26,70
19930800	no	no	no	14,50	no	14,50
19930910	15,00	46,00	36,80	no	no	25,90
19931010	13,50	44,50	35,60	no	no	24,55
19931111	12,00	43,00	34,40	no	no	23,20
19931200	no	28,00	22,40	no	no	22,40

Fontes: Vox Populi; OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Encarte da Revista Tendências do CESOP da UNICAMP. 1993 a 2000.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil; no - não observado

Tabela 32 Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para Títulos Federais

Ano-Mês	Taxa Selic						
199201	29,05586	199401	42,75832	199601	2,576497	199801	2,669973
199202	28,75691	199402	41,99175	199602	2,351465	199802	2,129793
199203	26,85756	199403	46,41671	199603	2,220822	199803	2,200729
199204	23,92292	199404	46,48538	199604	2,068046	199804	1,706698
199205	22,99599	199405	47,9506	199605	2,012753	199805	1,630035
199206	24,2801	199406	50,61967	199606	1,977279	199806	1,602412
199207	26,21178	199407	6,871708	199607	1,92857	199807	1,703732
199208	25,64512	199408	4,170314	199608	1,967914	199808	1,476317
199209	27,65844	199409	3,833968	199609	1,904053	199809	2,487509
199210	28,1772	199410	3,622055	199610	1,858622	199810	2,940886
199211	26,40452	199411	4,07242	199611	1,804284	199811	2,632152
199212	25,9163	199412	3,797499	199612	1,804323	199812	2,401553
199301	28,51531	199501	3,374516	199701	1,731821	199901	2,177954
199302	28,90358	199502	3,252938	199702	1,672399	199902	2,378709
199303	28,35692	199503	4,26211	199703	1,641633	199903	3,33452
199304	30,53297	199504	4,255266	199704	1,659642	199904	2,352438
199305	30,89729	199505	4,247809	199705	1,584469	199905	2,01883
199306	31,91415	199506	4,039734	199706	1,606833	199906	1,671869
199307	32,72779	199507	4,023118	199707	1,603844	199907	1,658764
199308	34,63537	199508	3,839792	199708	1,585855	199908	1,568475
199309	37,22848	199509	3,324737	199709	1,590281	199909	1,487146
199310	38,40011	199510	3,091962	199710	1,672888	199910	1,383896
199311	38,38151	199511	2,875556	199711	3,04348	199911	1,386499
199312	40,37772	199512	2,777322	199712	2,972367	199912	1,599629

Fonte: www.prolegis.com.br

Tabela 33 Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1994

DATA	Avaliação do Governo do Presidente Muito Bom e ótimo	Avaliação do Governo do Presidente-Regular	Ajustado	Confia ou não Confia Confia	Aprovação positiva do Presidente	Aprovação positiva do Plano Real	Voto em FHC	Expectativa de queda da Inflação	SECOB94
*19940100	no	28,50	22,80	no	no	no	no	no	22,80
19940200	20,00	38,00	30,40	no	no	no	no	no	25,20
19940210	13,00	45,00	36,00	no	no	no	no	no	24,50
19940200	17,00	42,00	33,60	no	no	no	no	no	25,30
19940200	17,00	42,00	33,60	no	no	no	no	no	25,30
19940315	19,00	45,00	36,00	no	no	no	no	no	27,50
19940301	20,00	no	no	28,00	no	no	no	no	24,00
19940321	19,00	no	no	35,00	no	no	no	no	27,00
19940300	19,00	39,00	31,20	no	no	no	no	no	25,10
*19940405	no	no	no	no	no	no	21,00	no	23,30
19940503	no	no	no	no	no	no	16,00	27,00	21,50
19940513	15,00	no	no	46,00	no	No	16,00	no	25,67
19940524	no	no	no	no	no	28,00	17,00	no	22,50
19940613	no	no	no	no	no	no	19,00	no	19,00
19940700	no	no	no	no	no	41,00	no	no	41,00
19940705	36,00	no	no	no	no	no	21,00	no	28,50
19940712	41,00	no	no	no	no	no	no	no	41,00
19940713	no	no	no	no	no	34,00	25,00	no	29,50
19940719	30,00	49,00	39,20	no	no	no	no	no	34,60
19940726	51,00	no	no	no	no	72,00	29,00	no	50,67
19940809	53,00	no	no	no	no	75,00	36,00	no	54,67
19940816	no	no	no	no	no	no	41,00	no	41,00
19940817	57,00	no	no	no	no	no	no	no	57,00
19940818	no	no	no	no	no	78,00	no	no	78,00
19940822	no	no	no	no	no	no	43,00	no	43,00
19940830	no	no	no	no	no	77,00	45,00	no	61,00
19940905	no	no	no	no	30,00	no	44,00	no	37,00
19940907	no	no	no	no	no	no	43,00	no	43,00
19940909	58,00	no	no	no	no	no	44,00	no	51,00
19940910	no	no	no	no	no	76,00	no	no	76,00
19940915	no	no	no	no	no	no	45,00	no	45,00
19940922	no	no	no	no	no	77,00	47,00	no	62,00
19940928	no	no	no	no	no	75,00	47,00	no	61,00
19940903	no	no	no	no	no	no	47,00	no	47,00
19941001	no	no	no	no	no	no	48,00	no	48,00
19941129	42,00	46,00	36,80	no	42,00	no	no	no	40,27
19941214	70,00	18,00	14,40	no	no	no	no	no	42,20

Fontes: Vox Populi; OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Encarte da Revista Tendências do CESOP da UNICAMP. 1993 a 2000.

* dado interpolado; SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil.
no -não observado

Tabela 34 Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1995

DATA	Avaliação do Governo do Presidente Muito Bom e ótimo	Avaliação do Governo do Presidente-Regular	Ajustado	Aprovação positiva do Plano Real-Muito Bom e ótimo	Avaliação do Real Regular	Ajustado	Expectativa positiva do poder de compra	Expectativa de queda da Inflação	SECOB95
19950127	36,00	35,00	28,00	no	no	no	no	no	32,00
19950127	no	no	no	75,00	12,00	9,60	no	no	42,30
19950100	36,00	40,00	32,00	no	no	no	no	no	34,00
199501	no	no	no	75,00	12,00	9,60	no	no	42,30
199502	no	no	no	no	no	no	no	no	39,65
19950323	39,00	40,00	32,00	no	no	no	no	no	37,00
199504	no	no	no	no	no	no	no	no	38,57
199505	no	no	no	no	no	no	no	no	41,70
19950622	no	no	no	69,00	18,00	14,40	no	no	41,70
19950622	40,00	40,00	32,00	no	no	no	no	no	36,00
199507	no	no	no	no	no	no	no	no	30,60
199508	no	no	no	no	no	no	no	no	25,30
19950900	no	no	no	no	no	no	24,00	16,00	20,00
19950918	42,00	39,00	31,20	no	no	no	no	no	36,60
199510	no	no	no	no	no	no	no	no	36,00
199511	no	no	no	no	no	no	no	no	36,25
19951215	41,00	40,00	32,00	no	no	no	no	no	36,50
19951215	no	no	no	71,00	6,00	4,80	no	no	37,90
19951200	70,00	48,00	38,40	no	no	no	no	no	54,20

Fontes: Vox Populi; OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Encarte da Revista Tendências do CESOP da UNICAMP. 1993 a 2000.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil
no -não observado

Tabela 35 Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1996

DATA	Avaliação do Governo do Presidente - Bom e ótimo	Avaliação do Governo do Presidente - regula	Confia no Governo	Satisfação com a Vida	Avaliação positiva do Plano Real.	Expectativa de Vida com o Plano Real	SECOB
9601	36	36	no	no	no	no	36,0
9602*	no	no	no	no	no	no	37,75
9603	39	40	no	no	no	no	39,5
9604*	no	no	no	no	no	no	37,4
9605	no	no	no	no	35,3	no	35,3
9606*	no	no	no	no	no	no	45,5
9607*	no	no	no	no	no	no	55,7
9608	no	no	no	no	38,3	no	38,3
9609	no	no	no	no	38	no	38,0
9610*	no	no	no	no	no	no	44,7
9611	43,6	no	no	no	no	no	43,6
9612*	no	no	no	no	no	no	44,1

Fontes: Vox Populi; OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Encarte da Revista Tendências do CESOP da UNICAMP. 1993 a 2000.

* dado interpolado; SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil
no -não observado

Tabela 36 Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1997

DATA	Avaliação do Governo do Presidente Muito Bom e ótimo	Avaliação do Governo do Presidente-Regular-Ajustada	Avaliação do Real Muito Bom e ótimo	Avaliação do Real Regular ajustada	Confia ou não Confia Confia	Aprovação positiva do Presidente	Expectativa positiva do poder de compra	Expectativa positiva sobre o Real	Expectativa positiva sobre o Desemprego	sentconf
*9701	no	no	no	no	no	no	no	no	no	44,50
9702	no	no	no	no	no	45,00	no	no	no	45,00
9703	no	no	no	no	no	46,00	no	no	no	46,00
*9704	no	no	no	no	no	no	no	no	no	45,00
9705	no	no	no	no	no	44,00	no	no	no	44,00
9706	no	no	64,00	20,00	no	no	no	no	no	42,00
9706	39,00	42,00	no	no	no	no	no	no	no	40,50
9708	64,00	no	no	no	no	43,50	no	no	no	53,75
9709	no	no	no	no	no	44,00	no	no	no	44,00
9710	56,20	no	no	no	no	no	no	no	no	56,20
9710	no	no	no	no	61,70	no	no	42,20	no	51,95
9710	no	no	no	no	56,20	no	no	no	no	56,20
9711	no	no	no	no	no	39,40	no	no	no	39,40
9712	37,00	40,00	no	no	no	no	no	no	no	38,50
9712	no	no	54,00	24,80	no	no	no	no	no	39,40
9712	no	no	no	no	no	40,00	20,00	no	no	30,00
9712	35,80	no	no	no	no	no	no	no	no	35,80
9712	38,00	32,80	no	no	no	no	no	no	13,00	27,93

Fontes: Vox Populi; OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Encarte da Revista Tendências do CESOP da UNICAMP. 1993 a 2000.

* dado interpolado; SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil
no -não observado

Tabela 37 Composição do Sentimento de Confiança no Governo do Brasil em 1999

DATA	Avaliação do Governo bom e ótimo	Avaliação do Governo - regula	Avaliação do Plano Real - Muito Bom e ótimo	Avaliação do Plano Real - Regular	Confia no Governo	Avaliação Positiva do Plano Real	Expectativa quanto ao poder de compra do Salário	Expectativa quanto ao Desemprego	Expectativa quanto à Inflação	SECOB
199901*	no	no	no	no	no	no	no	no	no	12,16
199902	20	41	no	no	no	25	no	no	no	24,54
199902	27,7	no	no	no	no	no	17,5	11,4	8	14,95
199902	25,9	no	no	no	no	no	no	no	no	25,90
199902	27	no	no	no	no	no	no	no	no	27,00
199902	16	38	no	no	no	no	no	no	no	27,00
199902	no	no	34	41	no	no	no	no	no	37,50
19990330	no	no	no	no	no	25	no	no	no	16,25
19990425	17	no	no	no	no	no	no	no	no	11,86
19990530	no	no	no	no	no	17,7	no	no	no	12,77
199906	no	no	no	no	no	no	no	no	no	10,38
199907	no	no	no	no	no	no	no	no	no	8,39
19990830	no	no	no	no	no	16	no	no	no	12,21
19990930	no	no	no	no	no	16	no	no	no	12,01
199910	no	no	no	no	no	no	no	no	no	6,51
199911	no	no	no	no	27,5	16,1	no	no	no	16,68
199912	15	35	no	no	no	no	no	no	no	25,00
199912	no	no	29	41	no	no	no	no	no	35,00
199912	no	no	no	no	no	no	17,7	12,9	5,9	11,00

Fontes: Vox Populi; OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Encarte da Revista Tendências do CESOP da UNICAMP. 1993 a 2000.

* dado interpolado; SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil
no -não observado

Tabela 38 Composição do Sentimento da Confiança[1998] (Brasil)

DATA	Avaliação do Governo - Muito Bom e ótimo	Avaliação do Governo - Regular - ajust	Avaliação do Plano Real - Muito Bom e ótimo	Avaliação do Real - Regular Ajustado	Confia no Governo	Tem orgulho de ser Brasileiro- ajustado	Avaliação Positiva do Presidente	Expectativa quanto ao Real	Expectativa quanto ao Poder de Compra	Expectativa quanto a vida	Satisfação com o País aumentando	Satisfação com o País igual - Ajustado	Satisfação da Família nos últimos seis meses - aumentando	Satisfação da Família nos últimos seis meses igual	Vota FHC	Expectativa quanto ao desemprego	Expectativa quanto à inflação - Diminuir	SECOB
*980100	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	29,13
980229	33,00	24,00	no	no	no	no	28,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	28,33
980300	no	no	no	no	22,00	49,60	38,00	no	no	no	15,00	37,60	28,00	30,40	36,00	no	no	32,08
980311	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	20,88
980400	no	no	no	no	no	no	no	no	21,00	no	no	no	no	no	no	17,00	7,00	15,00
980430	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	41,00	no	no	41,00
980510	32,00	20,80	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	26,40
980516	29,00	21,60	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	25,30
980528	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	34,00	no	no	34,00
980609	30,00	41,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	35,50
980609	no	36,80	47,00	no	no	no	30,00	no	no	no	no	no	no	no	33,00	no	no	36,70
980616	31,00	20,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	25,50
980622	31,00	23,20	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	27,10
980700	no	no	no	no	22,00	49,60	no	no	no	no	17,00	37,60	26,00	31,20	21,00	no	no	29,20
980709	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	30,00	no	no	30,00
980800	no	no	no	no	no	no	36,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	36,00
980814	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	42,00	no	no	42,00
980900	no	no	no	no	no	no	35,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	35,00
980902	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	48,00	no	no	48,00
980918	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	48,00	no	no	48,00
980925	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	46,00	no	no	46,00
*981000	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	47,50
981002	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	49,00	no	no	49,00
981100	no	no	no	no	53,60	no	30,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	41,80
981100	no	no	no	no	no	no	no	no	no	51,60	no	no	no	no	no	no	no	51,60
981100	no	no	no	no	no	no	no	35,80	no	no	no	no	no	no	no	no	no	35,80
981211	35,00	29,60	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	32,30
981211	no	no	61,00	22,40	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	41,70

Fontes: Vox Populi; OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Encarte da Revista Tendências do CESOP da UNICAMP. 1993 a 2000.

* dado interpolado; SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil

no -não observado

Tabela 39 Óbitos do Brasil por Homicídios (Agressões) 1990 a 2000, segundo mês de ocorrência (Brasil)

Ano-Óbito	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Ignorado	Total	Média
1990	2676	2764	2904	2776	2715	2696	2455	2445	2551	2625	2603	2773	6	31989	2665
1991	2765	3015	3079	2616	2699	2630	2347	2277	2096	2253	2330	2501	142	30750	2551
1992	2506	2449	2495	2413	2449	2252	2156	2327	2256	2217	2215	2558	142	28435	2358
1993	2461	2280	2552	2484	2618	2572	2500	2510	2400	2681	2611	2803	138	30610	2539
1994	3018	2746	2722	2620	2412	2447	2612	2475	2577	2941	2637	3279	117	32603	2707
1995	3355	3116	3123	3239	3090	2981	3159	2938	2970	2838	2884	3311	125	37129	3084
1996	3334	3342	3533	3224	3184	3195	2944	3262	3103	3159	3065	3496	53	38894	3237
1997	3305	3235	3508	3049	3192	3243	3304	3553	3281	3543	3484	3747	63	40507	3370
1998	3846	3380	3789	3694	3618	3229	3322	3318	3196	3502	3399	3583	74	41950	3490
1999	3839	3547	3665	3486	3436	3339	3400	3617	3503	3678	3591	3805	8	42914	3576
2000	3876	3661	3776	3667	3662	3646	3582	3714	3684	4086	3734	4270	2	45360	3780

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde; Departamento de Análise de Situação de Saúde; Coordenação Geral de Informação e Análise Epidemiológica

Notas: A partir de 1996 o Brasil adotou a CID-10, Classificação Internacional de Doenças, 10ª Revisão; O Ministério da Saúde utilizou de 1979 a 1985 a CID-09 (Classificação Internacional de Doenças 9ª Revisão); A partir de 1996 as doenças estão codificadas de acordo com a CID-10.

Tabela 40 Índice de Preços ao Consumidor Amplo(Brasil)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Janeiro	129,36	130,33	141,50	100,92	102,53	102,12	100,70	101,38
Fevereiro	121,86	125,91	139,28	101,50	100,31	100,46	100,28	101,15
Março	124,50	127,41	141,30	103,24	101,11	100,50	100,20	100,98
Abril	119,75	127,61	148,08	102,69	100,56	101,08	100,19	100,11
Mai	122,35	129,05	143,74	102,74	101,76	99,99	100,41	100,22
Junho	122,30	128,53	149,15	102,82	100,09	100,99	100,05	100,34
Julho	123,57	130,21	127,19	102,81	102,34	100,55	99,63	101,19
Agosto	121,02	134,73	102,21	101,49	99,74	99,72	99,11	100,38
Setembro	122,96	135,65	100,66	100,50	100,10	100,11	99,89	100,37
Outubro	124,28	134,79	102,98	101,47	100,32	100,06	100,21	100,93
Novembro	124,77	136,27	102,74	102,78	100,32	100,21	99,66	101,34
Dezembro	122,67	138,51	100,53	101,58	100,38	100,18	100,15	100,80

Fonte: IBGE

Nota: Dados Normalizados para evitar números negativos

Tabela 41 Índice do Custo de Vida(Brasil)

Ano\Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1987	13,09	13,11	12,42	24,35	24,93	23,28	14,04	6,89	5,84	11,24	11,99	12,57
1988	15,79	16,89	21,91	19,88	17,14	21,09	20,51	21,67	22,99	27,56	26,2	25,38
1989	33,78	18,41	10,22	9,96	16,22	26,5	28,6	36,32	37,07	39,3	46,99	47,34
1990	74,3	77,23	79,68	22,29	11,23	10,56	13,63	13,83	13,74	16,9	16,01	17,07
1991	24,43	19,4	9,99	7,93	8,93	11,3	13,29	13,59	16,2	20,76	25,76	23,64
1992	29,38	21,86	24,5	19,75	22,35	22,03	23,57	21,02	22,96	24,28	24,77	22,67
1993	30,33	25,91	27,41	27,61	29,05	28,53	30,21	34,73	35,65	34,79	36,27	38,51
1994	41,5	39,28	41,3	48,08	43,74	49,15	27,19	2,21	0,66	2,98	2,74	0,53
1995	0,92	1,5	3,24	2,69	2,74	2,82	2,81	1,49	0,5	1,47	2,78	1,58
1996	2,53	0,31	1,11	0,56	1,76	0,09	2,34	-0,26	0,1	0,32	0,32	0,38
1997	2,12	0,46	0,5	1,08	-0,01	0,99	0,55	-0,28	0,11	0,06	0,21	0,18
1998	0,7	0,28	0,2	0,19	0,41	0,05	-0,37	-0,89	-0,11	0,21	-0,34	0,15
1999	1,38	1,15	0,98	0,11	0,22	0,34	1,19	0,38	0,37	0,93	1,34	0,8
2000	1,19	-0,2	0,77	0,29	-0,2	0,15	2,13	1,31	0,41	0	0,34	0,82
2001	0,83	0,23	0,48	0,39	0,22	1,53	2,12	0,65	0,6	1,2	0,98	-0,16
2002	1,06	0,13	0,23	0,74	0,1	0,6	1,34	0,4	0,95	1,13	3,2	2,39
2003	2,92	1,35	1,06	1,39	0,24	-0,27	0,35	-0,15	1,26	0,47	0,26	0,32
2004	1,46	-0,18	0,47	0,06	0,43	1,12	1,21	0,69	0,29	0,53	0,83	0,54
2005	0,91	0,32	0,81	0,5	0,39	-0,17	-0,17	0	0,72	0,57	0,38	0,19

FONTES: DIEESE e Base de Dados do Portal Brasil@.

<http://www.portalbrasil.net/icv.htm>

Tabela 42 Grupo de Variáveis do Brasil em 1992

Ano-Mês	SECOB	IPCAB	DESEB	TXSEB	CRIMB	GREVB	ICVIB
199201	21,50	129,36	4,87	29,06	2506,00	46,00	129,38
199202	21,50	130,33	6,41	28,76	2449,00	47,00	121,86
199203	31,00	125,91	6,23	26,86	2495,00	39,00	124,5
199204	31,50	127,41	5,86	23,92	2413,00	40,00	119,75
199205	31,50	127,61	6,52	23,00	2449,00	62,00	122,35
199206	31,50	129,05	0,72	24,28	2252,00	29,00	122,03
199207	32,00	128,53	0,65	26,21	2156,00	34,00	123,57
199208	21,00	130,21	5,97	25,65	2327,00	34,00	121,02
199209	8,90	134,73	5,78	27,66	2256,00	70,00	122,96
199210	24,50	135,65	5,82	28,18	2217,00	44,00	124,28
199211	16,50	134,79	5,83	26,40	2215,00	65,00	124,77
199212	51,67	136,27	4,52	25,92	2558,00	46,00	122,67

Fontes: Constantes nas Tabelas Desagregadas da Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo”.

O IPCA e o ICVIB foram normalizados para evitar números negativos.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil; IPCAB: Índice de Preços ao Consumidor Amplo; DESEB: Desemprego Aberto; TXSEB: Taxa Selic no Brasil; CRIMB; índice de Criminalidade no Brasil; GREVB; Greves no Brasil; ICVIB; índice do Custo de Vida no Brasil.

Tabela 43 Grupo de Variáveis do Brasil em 1993

Ano-Mês	SECOB	IPCAB	DESEB	TXSEB	CRIMB	GREVB	ICVIB
199301	39,80	130,35	6,00	128,52	2461,00	46,00	130,33
199302	38,05	124,98	5,80	128,90	2280,00	30,00	125,91
199303	36,67	127,26	5,89	128,36	2552,00	38,00	127,41
199304	33,00	127,75	6,13	130,53	2484,00	59,00	127,61
199305	33,83	127,69	5,40	130,90	2618,00	75,00	129,05
199306	36,70	130,07	4,96	131,91	2572,00	49,00	128,53
199307	23,00	130,72	5,24	132,73	2500,00	65,00	130,21
199308	23,00	132,96	5,33	134,64	2510,00	69,00	134,73
199309	30,50	135,69	5,04	137,23	2400,00	66,00	135,65
199310	29,00	133,92	4,91	138,40	2681,00	42,00	134,79
199311	27,50	135,56	4,75	138,38	2611,00	57,00	136,27
199312	28,00	136,84	4,40	140,38	2803,00	48,00	138,51

Fontes: Constantes nas Tabelas Desagregadas da Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo”.

O IPCA e o ICVIB foram normalizados para evitar números negativos.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil; IPCAB: Índice de Preços ao Consumidor Amplo; DESEB: Desemprego Aberto; TXSEB: Taxa Selic no Brasil; CRIMB; índice de Criminalidade no Brasil; GREVB; Greves no Brasil; ICVIB; índice do Custo de Vida no Brasil.

Tabela 44 Grupo de Variáveis do Brasil em 1994

Ano-Mês	SECOB	IPCAB	DESEB	TXSEB	CRIMB	GRVB	ICVIB	EMBIB
199401	28,50	141,31	5,53	42,7583	3018	43	141,50	444,95
199402	29,30	140,27	5,38	41,9918	2746	48	139,28	457,26
199403	28,00	142,75	5,91	46,4167	2722	104	141,30	692,13
199404	21,00	142,68	5,37	46,4854	2620	195	148,08	944,16
199405	23,20	144,03	5,17	47,9506	2412	117	143,74	1004,86
199406	19,00	147,43	5,42	50,6197	2447	73	149,15	988,41
199407	34,75	106,84	5,46	6,8717	2612	36	127,19	1027,05
199408	55,80	101,86	5,49	4,1703	2475	66	102,21	905,91
199409	55,00	101,53	5,05	3,8340	2577	95	100,66	820,19
199410	48,00	102,62	4,53	3,6221	2941	64	102,98	779,30
199411	43,30	102,81	4,00	4,0724	2637	108	102,74	859,55
199412	44,00	101,71	3,42	3,7975	3279	94	100,53	840,81

Fontes: Constantes nas Tabelas Desagregadas da Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo”.

O IPCA e o ICVIB foram normalizados para evitar números negativos.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil; IPCAB: Índice de Preços ao Consumidor Amplo; DESEB: Desemprego Aberto; TXSEB: Taxa Selic no Brasil; CRIMB; índice de Criminalidade no Brasil; GREVB; Greves no Brasil; ICVIB; índice do Custo de Vida no Brasil; EMBIB; Risco País.

Tabela 45 Grupo de Variáveis do Brasil em 1995

Ano-Mês	SECOB	IPCAB	DESEB	TXSEB	CRIMB	EMBIB	GREVB	ICVIB
199501	40,10	102,53	4,45	3,3745	3355	1067	67	100,92
199502	41,70	100,31	4,26	3,2529	3116	1133	73	101,50
199503	40,30	101,11	4,42	4,2621	3123	1443	118	103,24
199504	41,00	100,56	4,35	4,2553	3239	1323	101	102,69
199505	41,70	101,76	4,49	4,2478	3090	1104	140	102,74
199506	42,00	100,09	4,60	4,0397	2981	1135	73	102,82
199507	37,20	102,34	4,85	4,0231	3159	1084	73	102,81
199508	33,90	99,74	4,91	3,8398	2938	1084	75	101,49
199509	30,25	100,10	5,22	3,3247	2970	1021	61	100,50
199510	35,25	100,32	5,10	3,0920	2838	993	65	101,47
199511	40,50	100,32	4,73	2,8756	2884	1089	99	102,78
199512	46,00	100,38	4,45	2,7773	3311	1020	111	101,58

Fontes: Constantes nas Tabelas Desagregadas

O IPCA e o ICVIB foram normalizados para evitar números negativos.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil; IPCAB: Índice de Preços ao Consumidor Amplo; DESEB: Desemprego Aberto; TXSEB: Taxa Selic no Brasil; CRIMB: índice de Criminalidade no Brasil; GREVB; Greves no Brasil; ICVIB; índice do Custo de Vida no Brasil; EMBIB; Risco País.

Tabela 46 Grupo de Variáveis do Brasil em 1996

Ano-Mês	SECOB	IPCAB	DESEB	TXSEB	CRIMB	EMBIB	GREVB	ICVIB
199601	36,00	101,34	5,27	2,5765	3334	851	96	102,53
199602	36,30	101,03	5,72	2,3515	3342	774	105	100,31
199603	39,50	100,35	6,41	2,2208	3533	875	83	101,11
199604	37,50	101,26	6,04	2,0680	3224	811	112	100,56
199605	35,30	101,22	5,91	2,0128	3184	750	126	101,76
199606	45,50	101,19	5,93	1,9773	3195	742	72	100,09
199607	55,70	101,11	5,59	1,9286	2944	675	107	102,34
199608	38,30	100,44	5,55	1,9679	3262	649	84	99,74
199609	38,00	100,15	5,24	1,9041	3103	557	74	100,10
199610	44,70	100,30	5,15	1,8586	3159	546	95	100,32
199611	43,60	100,32	4,56	1,8043	3065	568	187	100,32
199612	44,10	100,47	3,81	1,8043	3496	534	102	100,38

Fontes: Constantes nas Tabelas Desagregadas da Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo".

O IPCA e o ICVIB foram normalizados para evitar números negativos.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil; IPCAB: Índice de Preços ao Consumidor Amplo; DESEB: Desemprego Aberto; TXSEB: Taxa Selic no Brasil; CRIMB; índice de Criminalidade no Brasil; GREVB; Greves no Brasil; ICVIB; índice do Custo de Vida no Brasil; EMBIB; Risco País.

Tabela 47 Grupo de Variáveis do Brasil em 1997

Ano-Mês	SECOB	IPCAB	DESEB	TXSEB	CRIMB	EMBIB	GREVB	ICVIB
199701	44,50	101,18	5,15	1,7318	3305	472	62,00	102,12
199702	45,00	100,50	5,59	1,6724	3235	410	56,00	100,46
199703	46,00	100,51	6,00	1,6416	3508	449	64,00	100,50
199704	45,50	100,88	5,77	1,6596	3049	468	54,00	101,08
199705	44,00	100,41	6,00	1,5845	3192	434	52,00	99,99
199706	41,25	100,54	6,09	1,6068	3243	400	58,00	100,99
199707	47,50	100,22	5,98	1,6038	3304	387	69,00	100,55
199708	53,75	99,98	5,94	1,5859	3553	375	45,00	99,72
199709	44,00	100,06	5,64	1,5903	3281	376	56,00	100,11
199710	54,78	100,23	5,73	1,6729	3543	420	51,00	100,06
199711	39,40	100,17	5,35	3,0435	3484	653	43,00	100,21
199712	34,33	100,43	4,82	2,9724	3747	573	23,00	100,18

Fontes: Constantes nas Tabelas Desagregadas da Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo".

O IPCA e o ICVIB foram normalizados para evitar números negativos.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil; IPCAB: Índice de Preços ao Consumidor Amplo; DESEB: Desemprego Aberto; TXSEB: Taxa Selic no Brasil; CRIMB; índice de Criminalidade no Brasil; GREVB; Greves no Brasil; ICVIB; índice do Custo de Vida no Brasil; EMBIB; Risco País.

Tabela 48 Grupo de Variáveis do Brasil em 1998

Ano-Mês	SECOB	IPCAB	DESEB	TXSEB	CRIMB	EMBIB	GREVB	ICVIB
199801	29,13	100,71	7,26	2,6700	3305	594	39,00	100,70
199802	26,78	100,46	7,42	2,1298	3235	521	39,00	100,28
199803	25,98	100,34	8,18	2,2007	3508	470	66,00	100,20
199804	28,00	100,24	7,92	1,7067	3049	472	51,00	100,19
199805	28,57	100,50	8,21	1,6300	3192	534	45,00	100,41
199806	31,17	100,02	7,89	1,6024	3243	631	43,00	100,05
199807	29,60	99,88	8,02	1,7037	3304	632	30,00	99,63
199808	39,00	99,49	7,80	1,4763	3553	981	40,00	99,11
199809	44,25	99,78	7,65	2,4875	3281	1398	35,00	99,89
199810	48,25	100,02	7,46	2,9409	3543	1299	33,00	100,21
199811	43,07	99,88	7,04	2,6322	3484	1055	54,00	99,66
199812	37,00	100,33	6,30	2,4016	3747	1248	61,00	100,15

Fontes: Constantes nas Tabelas Desagregadas da Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo”.

O IPCA e o ICVIB foram normalizados para evitar números negativos.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil; IPCAB: Índice de Preços ao Consumidor Amplo; DESEB: Desemprego Aberto; TXSEB: Taxa Selic no Brasil; CRIMB; índice de Criminalidade no Brasil; GREVB; Greves no Brasil; ICVIB; índice do Custo de Vida no Brasil; EMBIB; Risco País.

Tabela 49 Grupo de Variáveis do Brasil em 1999

Ano-Mês	SECOB	IPCAB	DESEB	TXSEB	CRIMB	EMBIB	GREVB	ICVIB
199901	32,60	100,70	7,73	2,1780	3839	1430	49,00	101,38
199902	29,20	101,05	7,47	2,3787	3547	1307	35,00	101,15
199903	25,00	101,10	8,13	3,3345	3665	1220	45,00	100,98
199904	17,00	100,56	7,99	2,3524	3486	906	36,00	100,11
199905	17,00	100,30	7,67	2,0188	3436	944	47,00	100,22
199906	29,75	100,19	7,84	1,6719	3339	998	37,00	100,34
199907	42,50	101,09	7,52	1,6588	3400	1053	42,00	101,19
199908	16,00	100,56	7,66	1,5685	3617	1115	43,00	100,38
199909	16,00	100,31	7,35	1,4871	3503	1018	40,00	100,37
199910	18,90	101,19	7,51	1,3839	3678	932	42,00	100,93
199911	21,80	100,95	7,29	1,3865	3591	790	44,00	101,34
199912	24,05	100,60	6,24	1,5996	3805	691	47,00	100,80

Fontes: Constantes nas Tabelas Desagregadas da Pesquisa “Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo”.

O IPCA e o ICVIB foram normalizados para evitar números negativos.

SECOB: Sentimento de Confiança no Brasil; IPCAB: Índice de Preços ao Consumidor Amplo; DESEB: Desemprego Aberto; TXSEB: Taxa Selic no Brasil; CRIMB; índice de Criminalidade no Brasil; GREVB; Greves no Brasil; ICVIB; índice do Custo de Vida no Brasil; EMBIB; Risco País.

Tabelas Gerais Argentina de 1989 a 1999

Tabela 50 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1989 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem do Governo			Imagem da Política de Privatizações			Imagem de Carlos Menem			Política Econômica			Sentimento de Confiança
	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	
198901	no	no	no	25,50	20,60	16,48	43,10	21,40	17,12	no	no	no	25,55
198902	no	no	no	no	no	no	33,10	22,80	18,24	no	no	no	25,67
*198903	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	27,11
198904	no	no	no	no	no	no	37,40	24,60	19,68	no	no	no	28,54
*198905	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	33,94
*198906	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	39,31
198907	no	no	no	no	no	no	76,60	15,90	12,72	no	no	no	44,66
*198908	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	42,83
198909	71,40	18,00	14,40	no	no	no	79,70	13,40	10,72	48,70	26,40	21,12	41,01
*198910	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	35,84
198911	51,90	28,30	no	no	no	no	56,40	23,10	18,48	no	no	no	30,68
198912	35,10	37,50	30,00	59,40	15,90	12,72	47,60	29,50	23,60	16,00	26,30	21,04	30,68

Fonte: Consultora Lynch, Menéndez y Nivel (adaptação); e Centro de Estudios para la Nueva Mayoría: cuadernos del año de 1989 y 90 - Carta Económica – 1989-1990 - ED-P.

no significa não observado

* dado interpolado

Tabela 51 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1990 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem do Governo			Imagem da Política de Privatizações			Imagem do Ministro da Economia			Imagem de Carlos Menem			Política Econômica			Imagen favorable sobre la visita de Bush			Imagem de Cavallo**			Sentimento de Confiança
	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positivo	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	**Positiva	Regular	Ajustada	
*199001	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	28,79
199002	33,90	28,30	22,64	59,40	15,90	12,72	no	no	no	33,90	28,30	22,64	11,30	23,80	19,04	no	no	no	29,80	29,60	23,68	26,90
*199003	42,65	26,90	21,52	53,10	18,75	15,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	33,07
199004	51,40	25,50	20,40	46,80	21,60	17,28	no	no	no	51,40	25,50	20,40	25,75	28,50	22,80	no	no	no	no	no	no	32,03
**199005	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	31,47
199006	28,60	no	no	47,90	22,90	18,32	no	no	no	44,80	29,30	23,44	26,50	33,50	26,80	no	no	no	no	no	no	30,91
199007	62,10	21,10	16,88	60,30	15,30	12,24	no	no	no	62,10	21,10	16,88	38,80	36,40	29,12	no	no	no	no	no	no	37,30
199008	35,30	35,10	28,08	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	31,69
199009	28,40	no	no	no	no	no	no	no	no	35,30	35,10	28,08	15,30	31,90	25,52	no	no	no	no	no	no	26,52
199010	29,40	no	no	36,50	21,30	17,04	no	no	no	37,40	26,80	21,44	19,50	30,70	24,56	no	no	no	no	no	no	26,55
199011	44,10	23,70	18,96	38,20	26,10	20,88	no	no	no	44,10	23,70	18,96	23,80	34,10	27,28	no	no	no	no	no	no	29,54
199012	34,40	31,40	25,12	38,30	24,40	19,52	33,00	29,90	23,92	41,80	29,50	23,60	31,20	20,70	16,56	46,80	13,00	10,40	no	no	no	28,72

Fonte: Lynch, Menendez y Nível (adaptação); Carta Econômica – 1990 a 1992 - EDP10 & EDP2

* dados interpolados

** Cavallo era, neste momento, o Ministro das Relações Exteriores
no significa não observado

Tabela 52 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1991 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem do Governo (Gabinete)			Imagem da Política de Privatizações			Imagem de Carlos Menem			Política Econômica			Imagem de Cavallo			Imagem de Menem no Governo			SentConf
	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	
*199101	34,80	32,00	25,60	39,20	28,00	22,40	38,50	31,50	24,84	23,30	27,40	21,92	no	no	no	no	no	no	28,82
199102	35,20	32,60	26,08	40,10	31,60	25,28	35,20	32,60	26,08	15,40	34,10	27,28	no	no	no	no	no	no	28,83
*199103	17,80	35,20	28,16	32,50	25,50	20,40	30,50	24,40	19,52	27,55	29,95	23,96	no	no	no	no	no	no	25,05
199104	21,20	40,10	32,08	no	no	no	31,50	33,20	26,56	39,70	25,80	20,64	33,10	23,70	18,96	no	no		27,97
*199105	23,10	36,80	29,44	35,60	30,30	24,24	33,00	30,85	24,68	34,95	28,20	22,56	36,35	26,60	21,28	28,52	no	no	28,52
199106	25,00	33,50	26,80	no	no	no	34,50	28,50	22,80	30,20	30,60	24,48	39,60	29,50	23,60	no	no	no	28,37
199107	29,40	36,40	29,12	no	no	no	37,10	29,30	23,44	34,10	30,40	24,32	42,10	30,60	24,48	no	no	no	30,51
199108	27,10	43,80	35,04	no	no	no	38,00	35,90	28,72	26,00	35,80	28,64	32,80	41,10	32,88	no	no	no	31,15
199109	39,00	30,10	24,08	no	no	no	43,30	26,60	21,28	50,40	25,60	20,48	51,70	26,10	20,88	no	no	no	33,89
199110	39,00	no	no	no	no	no	43,00	no	no	no	no	no	52,00	no	no	no	no	no	44,67
*199111	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	40,57
199112	33,30	36,50	29,20	39,00	26,50	21,20	50,20	28,20	22,56	no	no	no	59,90	no	no	no	no	no	36,48

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel(adaptação); Carta Económica – 1991 a 1993 - ED-P-10

* dado interpolado

no significa não observado

Tabela 53 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1992 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem do Governo (Gabinete)			Imagem das Instituições**			Reeleição			Imagem de Carlos Menem			Política Econômica			Reforma Constitucional			Imagem de Cavallo			Sentimento de Confiança
	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positivo	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	
199201	45,00	no	no	no	no	no	no	no	no	45,00	no	no	no	no	no	no	no	no	57,00	no	no	49,00
*199202	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	35,31
199203	44,50	34,50	27,60	15,80	36,90	29,52	41,00	6,70	5,36	45,30	30,80	24,64	44,50	29,70	23,76	no	no	no	56,90	no	no	32,63
199204	47,00	no	no	no	no	no	no	no	no	50,00	no	no	no	no	no	no	no	no	58,90	no	no	51,97
199205	46,50	31,20	24,96	no	no	no	31,30	12,30	9,84	49,90	27,90	22,32	45,50	31,00	24,80	45,50	11,60	9,28	62,30	19,30	15,44	32,30
199206	no	no	no	no	no	no	31,40	9,00	7,20	no	no	no	no	no	no	43,00	14,00	11,20	no	no	no	23,20
199207	44,00	no	no	no	no	no	no	no	no	49,00	no	no	no	no	no	no	no	no	62,00	no	no	51,67
*199208	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	49,12
*199209	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	46,36
199210	41,00	no	no	no	no	no	31,00	no	no	46,00	no	no	45,00	no	no	no	no	no	54,00	no	no	43,40
199211	no	no	no	no	no	no	no	no	no	37,00	no	no	no	no	no	no	no	no	44,00	no	no	40,50
199212	35,90	28,00	22,40	no	no	no	no	no	no	no	no	no	54,30	no	no	no	no	no	45,70	22,00	17,60	35,18

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel(adaptação); Carta Económica - Febrero de 1994 - ED-P-10; Carta Económica - Noviembre de 1993 - ED-P-12.

** Aqui consideradas as seguintes Instituições: Partidos Políticos; Sindicatos; Congresso; e Poder Judiciário;

* dado interpolado.

no significa não observado

Tabela 54 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1993 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem do Governo (Gabinete)			Imagem da Política de Privatizações			Reeleição			Imagem de Carlos Menem			Política Econômica			Imagem de Cavallo			Imagem de Menem			Sentimento de Confiança
	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positivo	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	
199301	50,00	no	no	no	no	no	no	no	no	38,00	no	no	34,40	43,70	34,96	50,00	no	no	34,40	no	no	40,29
*199302	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	35,19
199303	no	no	no	no	no	no	no	no	no	38,30	24,80	19,84	41,00	26,50	21,20	no	no	no	no	no	no	30,09
199304	30,00	no	no	no	no	no	no	no	no	33,40	26,50	21,20	42,50	26,70	21,36	48,00	no	no	33,00	no	no	32,78
199305	no	no	no	no	no	no	no	no	no	38,30	23,40	18,72	44,50	25,20	20,16	no	no	no	no	no	no	30,42
199306	no	no	no	no	no	no	no	no	no	36,70	23,70	18,96	41,60	26,70	21,36	no	no	no	no	no	no	29,66
199307	34,90	31,00	24,80	no	no	no	no	no	no	40,90	25,60	20,48	40,30	30,10	24,08	50,90	23,90	19,12	41,00	no	no	32,94
199308	30,00	30,30	24,24	no	no	no	no	no	no	29,40	29,00	23,20	37,10	31,20	24,96	41,50	28,10	22,48	no	no	no	29,11
199309	31,90	33,70	26,96	no	no	no	21,40	15,30	12,24	28,70	40,50	32,40	45,50	27,85	22,28	49,35	25,60	20,48	no	no	no	29,12
199310	35,00	33,40	26,72	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	30,86
199311	48,30	28,20	22,56	no	no	no	no	no	no	52,20	24,20	19,36	57,00	22,40	17,92	56,40	21,70	17,36	no	no	no	36,39
199312	no	no	no	36,40	25,60	20,48	no	no	no	48,30	28,20	22,56	18,05	14,44	11,55	9,24	7,39	5,91	no	no	no	31,94

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel (adaptação); Carta Econômica - 1994 - ED-P-10.

* dado interpolado; no significa não observado

Tabela 55 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1994 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem do Governo (Gabinete)			Imagem da Política de Privatizações			Reeleição			Imagem de Carlos Menem			Política Econômica			Reforma Laboral			Imagem de Cavallo			Imagem de Menem			Sentimento de Confiança	
	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positivo	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada		
199401	41,00	no	no	no	no	no	no	no	no	47,00	no	no	no	no	no	no	no	no	52,00	no	no	no	no	no	46,67	
199402	40,80	32,80	26,24	35,40	25,80	20,64	41,70	9,10	7,28	47,00	23,00	18,40	44,60	28,90	23,12	19,60	11,60	9,28	51,90	20,30	16,24	46,60	26,50	21,20	29,38	
199403	43,80	29,40	23,52	no	no	no	no	no	no	46,60	26,50	21,20	46,90	28,10	22,48	no	no	no	50,20	24,00	19,20	no	no	no	34,24	
199404	44,00	no	no	no	no	no	no	no	no	47,00	no	no	no	no	no	no	no	no	50,00	no	no	no	no	no	47,00	
199405	no	no	no	no	no	no	no	no	no	48,10	18,00	14,40	no	no	no	no	no	no	34,80	21,00	16,80	46,60	26,50	21,20	30,32	
199406	39,80	30,60	24,48	30,50	30,10	24,08	32,10	no	no	43,10	27,30	21,84	44,50	29,20	23,36	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	31,53
199407	44,00	no	no	no	no	no	no	no	no	43,00	27,00	21,60	no	no	no	no	no	no	45,00	no	no	no	no	no	no	38,40
199408	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	33,68
*199409	31,00	32,20	25,76	no	no	no	33,80	no	no	33,40	28,50	22,80	30,00	32,40	25,92	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	28,95
199410	31,00	no	no	no	no	no	no	no	no	33,00	no	no	no	no	no	no	no	no	31,00	no	no	no	no	no	no	31,67
*199411	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	29,57
199412	no	no	no	26,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	34,00	28,00	22,40	no	no	no	no	27,47

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel(adaptação); Carta Econômica - 1994 - ED-P.

* dado interpolado; no significa não observado

Tabela 56 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1995 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem do Governo (Gabinete)			Expectativa Quanto o desemprego em 1996			Imagem das Privatizações			Imagem de Carlos Menem			Política Econômica			Imagem de Cavallo			Imagem de Cavallo			Imagem de Menem no governo			Sentimento de Confiança
	Positiva	Regular	Ajustado	Diminui	Fica igual	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	
199501	33,00	no	no	no	no	no	no	no	no	38,50	no	no	50,00	no	no	40,00	no	no	no	no	no	39,00	no	no	40,10
199502	20,20	27,30	21,84	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	40,00	25,00	20,00	no	no	no	46,00	no	no	29,61
199503	65,00	no	no	no	no	no	no	no	no	63,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	64,00
199504	41,00	no	no	no	no	no	no	no	no	40,00	25,00	20,00	33,20	29,20	23,36	no	no	no	40,00	no	no	no	no	no	30,95
199505	21,88	25,50	20,40	no	no	no	no	no	no	52,00	no	no	52,00	no	no	no	no	no	40,00	28,00	22,40	56,00	no	no	37,81
199506	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	49,70	no	no	49,70
199507	29,00	no	no	no	no	no	no	no	no	34,00	no	no	52,40	23,80	19,04	39,90	28,30	22,64	42,90	33,30	26,64	no	no	no	33,32
199508	28,00	no	no	no	no	no	26,00	26,00	20,80	34,00	27,00	21,60	22,00	32,00	25,60	42,90	33,30	26,64	no	no	no	40,00	27,00	21,60	28,10
199509	no	no	no	no	no	no	no	no	no	35,60	23,20	18,56	21,80	31,50	25,20	31,00	28,20	22,56	no	no	no	no	no	no	25,79
199510	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	31,00	28,00	22,40	35,60	23,20	18,56	26,89
199511	no	no	no	no	no	no	no	no	no	10,30	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	10,30	no	no	10,30
199512	no	no	no	16,00	26,00	20,80	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	10,30	no	no	15,70

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel (adaptação) e Centro de Estudios para la Nueva Mayoría; Carta Econômica – 1994 a 2000 - ED-P-10.

no significa não observado

Tabela 57 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1996 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem do Governo e do Gabinete			Expectativa quanto o desemprego em 1997			Imagem de Carlos Menem			Política Econômica			Imagem das Instituições			Imagem das Privatizações			Imagem de Menem no Governo			Sentimento de Confiança
	Positiva	Regular	Ajustado	diminui	fica igual	aumenta	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	
*199601	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	17,43
*199602	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	19,16
*199603	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	20,88
199604	23,10	no	no	no	no	no	23,80	no	no	21,10	28,00	22,40	no	no	no	no	no	no	no	no	no	22,60
*199605	21,40	no	no	13,00	37,00	29,60	no	no	no	21,00	33,00	26,40	no	no	no	19,00	29,00	23,20	25,00	32,00	25,60	22,69
*199606	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	22,48
199607	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	22,26
199608	18,60	no	no	no	no	no	no	no	no	16,00	34,00	27,20	no	no	no	17,00	27,00	21,60	20,00	30,00	24,00	20,63
*199609	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	18,06
199610	7,40	no	no	no	no	no	12,80	38,00	30,40	11,40	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	15,50
199611	10,20	no	no	no	no	no	13,90	no	no	11,30	no	no	no	no	no	no	no	no	13,60	no	no	12,25
199612	no	no	no	13,00	35,00	28,00		no	no	11,00	32,00	25,60	no	no	no	no	no	no	14,00	no	no	18,32

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel(adaptação) e Centro de Estudios para la Nueva Mayoría; Carta Econômica – 1994 a 2000 - ED-P

no significa não observado

* dado interpolado

Tabela 58 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1997 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem do Governo			Expectativa quanto a corrupção em 1997			Expectativa quanto o desemprego em 1997			Imagem de Política Econômica			Situação econômica em 1998			Como vai estar Ar se abandona a Convertibilidade			Imagem sobre uma reeleição de Menem			Imagem de Menem	Política Econômica	Sentimento de Confiança
	Positiva	Regular	ajustado	diminui	fica igual	ajustado	diminui	fica igual	ajustado	Positiva	Regular	Ajustado	Melhor	Igual	ajustado	Melhor	Igual	ajustado	Positiva	Regular	ajustado	positiva	Positivo	
199701	no	no	no	7,00	38,00	30,40	13,00	35,00	28,00	11,00	32,00	25,60	20,00	30,00	24,00	12,00	18,00	14,40	no	no	no	18,00	15,00	18,20
199702	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	16,58
*199703	12,30	no	no	no	no	no	no	no	no	18,00	no	no	no	no	no	no	no	no	11,00	3,00	2,40	28,00	18,00	14,95
*199704	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	16,15
*199705	13,00	no	no	no	no	no	no	no	no	19,00	no	no	no	no	no	no	no	no	19,00	no	no	no	no	16,00
199706	12,20	no	no	no	no	no	no	no	no	17,00	no	no	no	no	no	no	no	no	17,80	no	no	no	no	14,60
199707	12,20	no	no	no	no	no	no	no	no	15,30	31,00	24,80	no	no	no	no	no	no	18,60	no	no	no	no	17,73
199708	12,10	no	no	no	no	no	no	no	no	18,60	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	15,35
199709	13,70	no	no	no	no	no	no	no	no	17,50	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	15,60
199710	no	no	no	no	no	no	no	no	no	15,70	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	15,70
199711	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	19,77
199712	9,00	30,00	24,00	no	no	no	no	no	no	19,00	45,00	36,00	19,00	45,00	36,00	no	no	no	no	no	no	no	no	23,83

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel(adaptação) e Centro de Estudios para la Nueva Mayoría; Carta Económica - 1994 a 2000- ED-P-10;

no significa não observado

* dado interpolado

Tabela 59 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1998 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem das Instituições			Imagem de Carlos Menem			Imagem da Política Económica			Imagem das Privatizações			Como estará a Segurança Pública em 1999			Como estará o nível de corrupção em 1999			Sentimento de Confiança
	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	aumenta	Igual	Ajustada	Diminui	Igual	Ajustada	
*199801	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	15,82
199802	no	no	no	10,00	7,00	5,60	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	7,80
199803	no	no	no	17,00	24,00	19,20	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	18,10
199804	no	no	no	15,00	24,00	19,20	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	17,10
199805	no	no	no	17,00	24,00	19,20	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	18,10
199806	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	
199807	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	
199808	7,00	38,60	30,88	8,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	15,29
199809	no	no	no	no	no	no	16,00	37,00	29,60	16,00	28,00	22,40	no	no	no	no	no	no	22,80
199810	no	no	no	22,00	34,00	27,20	7,00	34,00	27,20	no	no	no	no	no	no	no	no	no	20,85
*199811	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	25,10
199812	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	43,00	33,00	26,40	16,00	40,00	32,00	29,35

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel(adaptação) e Centro de Estudios para la Nueva Mayoría; Carta Económica – 1994 a 2000 - ED-P-10

Imagem de Menem se refere aos resultados de sua viagem à Londres.

* dado interpolado

Tabela 60 Construção da série de Sentimento de Confiança de 1999 (Argentina)

Ano-Mês	Imagem da Gestão de Menem			Imagem da Política de Privatizações	Voto em Cavallo como Candidato à PR	Imagem de Carlos Menem			Política Econômica (previsão para o ano em Fevereiro-Melhor-Igual)			Reforma Laboral			Como estará a Segurança Pública em 1999			Imagem de Menem			Sentimento de Confiança
	Positiva	Regular	Ajustado			aprova	Positivo	Positiva	Regular	Ajustado	Positiva	Regular	Ajustada	Positiva	Regular	Ajustada	aumenta	Igual	Ajustada	Positiva	
*199901	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	19,00	no	no	19,00
199902	no	no	no	no	no	no	no	no	41,00	43,00	34,40	no	no	no	no	no	no	no	no	no	34,40
199903	no	no	no	29,00	no	no	no	no	50,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	39,50
199904	no	no	no	29,00	no	no	no	no	50,00	19,00	15,20	no	no	no	no	no	no	no	no	no	31,40
199905	no	no	no	no	no	13,00	no	no	41,00	8,00	6,40	no	no	no	no	no	no	20,00	no	no	31,40
199906	no	no	no	no	no	no	no	no	38,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	38,00
199907	no	no	no	no	no	13,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	13,00
199908	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	14,00	no	no	14,00
199909	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	16,40
199910	12,00	32,00	25,60	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	18,80
199911	no	no	no	no	10,00	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	10,00
199912	12,00	37,00	29,60	***	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	20,80
199912	69,00	21,00	16,80	****	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	no	16,00	no	no	33,93

Fonte: Lynch, Menendez y Nivel(adaptação) e Centro de Estudios para la Nueva Mayoría; Carta Económica – 1994 a 2000 - ED-P

Imagem de Menem se refere aos resultados de sua viagem à Londres.

* dado interpolado

Tabela 61 Grupo de Variáveis da Argentina em 1989

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA
198901	25,55	108,90	7,60	108,00	18,00
198902	25,67	109,60	7,60	23,00	44,00
198903	27,11	117,00	7,60	23,00	66,00
198904	28,54	133,40	7,60	12,00	69,00
198905	33,94	178,50	7,00	17,00	101,00
198906	39,31	214,50	7,00	14,00	69,00
198907	44,66	296,60	7,00	5,00	69,00
198908	42,83	137,90	7,00	7,00	60,00
198909	41,01	109,40	7,00	13,00	51,00
198910	35,84	105,50	8,60	238,00	58,00
198911	30,68	106,50	8,60	233,00	85,00
198912	30,68	140,10	8,60	11,00	61,00

Fontes: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"

Nota: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina.

Tabela 62 Grupo de Variáveis da Argentina em 1990

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA
199001	28,79	179,20	8,60	10,00	75,00
199002	26,90	161,60	8,60	10,00	58,00
199003	33,07	195,50	8,60	16,00	139,00
199004	32,03	111,40	8,60	12,00	97,00
199005	31,47	113,60	6,00	12,00	82,00
199006	30,91	113,90	6,00	11,00	70,00
199007	37,30	110,80	6,00	14,00	103,00
199008	31,69	115,30	6,00	14,00	71,00
199009	26,52	116,00	6,00	6,00	68,00
199010	26,55	107,80	6,30	28,00	49,00
199011	29,54	106,20	6,30	14,00	23,00
199012	28,72	104,70	6,30	12,00	20,00

Fontes: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"; as demais fontes encontram-se nas Tabelas e Tabelas e apresentação das variáveis desagregadas

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina.

Tabela 63 Grupo de Variáveis da Argentina em 1991

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA
199101	28,82	107,70	6,30	10,00	29,00
199102	28,83	127,00	6,30	76,00	62,00
199103	25,05	111,00	6,30	21,00	83,00
199104	27,97	105,50	6,30	8,00	33,00
199105	28,52	102,80	5,30	33,00	70,00
199106	28,37	103,10	5,30	46,00	44,00
199107	30,51	102,60	5,30	19,00	40,00
199108	31,15	101,30	5,30	17,00	57,00
199109	33,89	101,80	5,30	3,00	40,00
199110	44,67	101,40	6,60	4,00	49,00
199111	40,57	100,40	6,60	8,00	50,00
199112	36,48	100,60	6,60	209,00	29,00

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real e do Plano Cavallo."

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina.

Tabela 64 Grupo de Variáveis da Argentina em 1992

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA
199201	49,00	103,00	6,60	3,00	11,00
199202	35,31	102,20	6,60	9,00	9,00
199203	32,63	102,10	6,60	51,00	18,00
199204	51,97	101,30	6,60	19,00	24,00
199205	32,30	100,70	6,70	8,00	16,00
199206	23,20	100,80	6,70	10,00	42,00
199207	51,57	101,70	6,70	14,00	31,00
199208	49,12	101,50	6,70	8,00	32,00
199209	46,36	101,00	6,70	11,00	28,00
199210	43,40	101,30	10,60	6,00	31,00
199211	40,50	100,50	10,60	39,00	19,00
199212	35,18	100,30	10,60	17,00	19,00

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina.

Tabela 65 Grupo de Variáveis da Argentina em 1993

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA
199301	40,29	100,80	10,60	8,00	3,00
199302	35,19	100,70	10,60	2,00	7,00
199303	30,09	100,80	10,60	17,00	23,00
199304	32,78	101,00	10,60	6,00	28,00
199305	30,42	101,30	8,70	11,00	19,00
199306	29,66	100,70	8,70	8,00	20,00
199307	32,94	100,30	8,70	31,00	10,00
199308	29,11	100,00	8,70	56,00	22,00
199309	29,12	100,80	8,70	44,00	45,00
199310	30,86	100,60	11,00	7,00	19,00
199311	36,39	100,10	11,00	11,00	11,00
199312	31,94	100,00	11,00	14,00	27,00

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina.

Tabela 66 Grupo de Variáveis da Argentina em 1994

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA	EMBIA
199401	46,67	100,10	11,00	4,00	13,00	3,161
199402	29,38	100,00	11,00	13,00	16,00	3,554
199403	34,24	100,10	11,00	52,00	25,00	5,482
199404	47,00	100,20	11,00	20,00	28,00	6,993
199405	30,32	100,30	13,10	28,00	15,00	5,565
199406	31,53	100,40	13,10	5,00	31,00	6,438
199407	38,40	100,90	13,10	39,00	28,00	7,159
199408	33,68	100,20	13,10	11,00	19,00	6,438
199409	28,95	100,70	13,10	8,00	16,00	6,557
199410	31,67	100,30	20,20	13,00	19,00	6,907
199411	29,57	100,20	20,20	4,00	23,00	8,320
199412	27,47	100,20	20,20	2,00	17,00	9,207

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina; EMBIA – Risco País.

Tabela 67 Grupo de Variáveis da Argentina em 1995

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA	EMBIA
199501	40,10	101,20	20,20	16,00	16,00	12,952
199502	29,61	100,00	20,20	13,00	37,00	14,098
199503	64,00	99,60	20,20	5,00	49,00	17,869
199504	30,95	100,50	20,20	8,00	43,00	12,772
199505	37,81	100,00	17,40	5,00	24,00	10,575
199506	49,70	99,80	17,40	11,00	31,00	12,292
199507	33,32	100,40	17,40	7,00	33,00	11,512
199508	29,10	99,80	17,40	5,00	49,00	11,66
199509	25,79	100,20	17,40	23,00	41,00	12,132
199510	26,86	100,30	18,00	43,00	46,00	12,65
199511	10,30	99,80	18,00	8,00	50,00	12,792
199512	15,70	100,10	18,00	3,00	26,00	10,093

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina; EMBIA – Risco País.

Tabela 68 Grupo de Variáveis da Argentina em 1996

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA	EMBIA
199601	17,43	100,30	18,00	4,00	35,00	8,303
199602	19,16	99,70	18,00	7,00	11,00	7,779
199603	20,88	99,50	18,00	10,00	10,00	9,455
199604	22,60	100,00	18,00	88,00	8,00	8,393
199605	22,69	99,90	18,80	9,00	27,00	7,474
199606	22,48	100,00	18,80	22,00	10,00	7,813
199607	22,26	100,50	18,80	13,00	13,00	8,035
199608	20,63	99,90	18,80	17,00	6,00	7,861
199609	18,06	100,20	18,80	11,00	11,00	6,52
199610	15,50	100,50	17,00	14,00	25,00	6,365
199611	12,25	99,80	17,00	4,00	10,00	5,916
199612	18,32	99,70	17,00	15,00	20,00	5,42

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina; EMBIA – Risco País.

Tabela 69 Grupo de Variáveis da Argentina em 1997

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA	EMBIA
199701	18,20	100,50	17,00	6,00	3,00	4,632
199702	16,58	100,40	17,00	42,00	10,00	3,868
199703	14,95	99,50	17,00	26,00	17,00	4,156
199704	16,15	99,70	17,00	17,00	30,00	4,28
199705	16,00	99,90	14,30	4,00	9,00	3,603
199706	14,60	100,20	14,30	11,00	8,00	3,302
199707	17,73	100,20	14,30	24,00	9,00	3,146
199708	15,35	100,20	14,30	131,00	9,00	2,887
199709	15,60	100,00	14,30	5,00	2,00	2,968
199710	15,70	99,80	14,00	8,00	6,00	3,65
199711	19,77	99,80	14,00	6,00	7,00	5,42
199712	23,83	100,20	14,00	5,00	12,00	4,808

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina; EMBIA – Risco País.

Tabela 70 Grupo de Variáveis da Argentina em 1998

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA	EMBIA
199801	18,20	100,60	14,00	14,00	13,00	4,952
199802	16,58	100,30	14,00	10,00	2,00	4,247
199803	14,95	99,90	14,00	14,00	14,00	3,994
199804	16,15	100,00	14,00	6,00	15,00	4,129
199805	16,00	99,90	14,00	3,00	12,00	4,438
199806	14,60	100,20	14,10	2,00	12,00	4,889
199807	17,73	100,30	14,10	7,00	13,00	4,62
199808	15,35	100,00	13,00	2,00	12,00	7,555
199809	15,60	100,00	13,00	6,00	19,00	10,801
199810	15,70	99,60	14,50	3,00	19,00	8,29
199811	19,77	99,80	14,50	8,00	17,00	6,941
199812	23,83	100,00	14,50	5,00	17,00	7,173

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina; EMBIA – Risco País.

Tabela 71 Grupo de Variáveis da Argentina em 1999

Ano-Mês	SECOA	IPCOA	DESEA	VIOLA	CONFA	EMBIA
199901	19,00	100,50	14,50	6,00	12,00	8,295
199902	34,40	99,80	14,50	3,00	21,00	7,715
199803	39,50	99,20	14,50	4,00	17,00	7,158
199704	31,40	99,90	14,50	10,00	12,00	6,253
199605	31,40	99,50	14,50	5,00	18,00	6,745
199506	38,00	100,00	14,50	12,00	27,00	7,545
199407	13,00	100,20	14,50	33,00	19,00	8,673
199308	14,00	99,60	10,30	12,00	31,00	8,509
199209	16,40	99,80	10,30	12,00	23,00	7,07
199110	18,80	100,00	10,30	11,00	11,00	6,536
199011	10,00	99,70	10,30	6,00	17,00	6,341
199912	27,37	99,90	10,30	6,00	1,00	5,86

Fonte: Pesquisa "Confiança, Governos e Estabilização Econômica: Os casos do Plano Real e do Plano Cavallo"

Notas: os valores de IPCOA estão indexados para evitar números negativos

SECOA: Sentimento de Confiança na Argentina; IPCOA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina; DESEA: Taxa de Desemprego Aberto na Argentina; VIOLA: Violência Sócio-Política na Argentina; CONFA: Conflitos Laborais na Argentina; EMBIA – Risco País.

Tabela 72 Conflitos laborais na Argentina (1989-1999)

198901	18	199001	75	199101	29	199201	11	199301	3	199401	13	199501	16	199601	35	199701	3	199801	13	199901	12
198902	44	199002	58	199102	62	199202	9	199302	7	199402	16	199502	37	199602	11	199702	10	199802	2	199902	21
198903	66	199003	139	199103	83	199203	18	199303	23	199403	25	199503	49	199603	10	199703	17	199803	14	199903	17
198904	69	199004	97	199104	33	199204	24	199304	28	199404	28	199504	43	199604	8	199704	30	199804	15	199904	12
198905	101	199005	82	199105	70	199205	16	199305	19	199405	15	199505	24	199605	27	199705	9	199805	12	199905	18
198906	69	199006	70	199106	44	199206	42	199306	20	199406	31	199506	31	199606	10	199706	8	199806	12	199906	27
198907	69	199007	103	199107	40	199207	31	199307	10	199407	28	199507	33	199607	13	199707	9	199807	13	199907	19
198908	60	199008	71	199108	57	199208	32	199308	22	199408	19	199508	49	199608	6	199708	9	199808	12	199908	31
198909	51	199009	68	199109	40	199209	28	199309	45	199409	16	199509	41	199609	11	199709	2	199809	19	199909	23
198910	58	199010	49	199110	49	199210	31	199310	19	199410	19	199510	46	199610	25	199710	6	199810	19	199910	11
198911	85	199011	23	199111	50	199211	19	199311	11	199411	23	199511	50	199611	10	199711	7	199811	17	199911	17
198912	61	199012	20	199112	29	199212	19	199312	27	199412	17	199512	26	199612	20	199712	12	199812	17	199912	1

Fonte: Carta Económica Broda y Centro de Estudios Para la Nueva Mayoría (1989-1999); Panorama Político del DR. Rosendo Fraga, p.16
Capital Federal y Gran Buenos Aires.

Tabela 73 Índice de Preços ao Consumidor

198901	8,9	199001	79,2	199101	7,7	199201	3	199301	0,8	199401	0,1	199501	1,2	199601	0,3	199701	0,5	199801	0,6	199901	0,5
198902	9,6	199002	61,6	199102	27	199202	2,2	199302	0,7	199402	0	199502	0	199602	-0,3	199702	0,4	199802	0,3	199902	-0,2
198903	17	199003	95,5	199103	11	199203	2,1	199303	0,8	199403	0,1	199503	-0,4	199603	-0,5	199703	-0,5	199803	-0,1	199903	-0,8
198904	33,4	199004	11,4	199104	5,5	199204	1,3	199304	1	199404	0,2	199504	0,5	199604	0	199704	-0,3	199804	0	199904	-0,1
198905	78,5	199005	13,6	199105	2,8	199205	0,7	199305	1,3	199405	0,3	199505	0	199605	-0,1	199705	-0,1	199805	-0,1	199905	-0,5
198906	114,5	199006	13,9	199106	3,1	199206	0,8	199306	0,7	199406	0,4	199506	-0,2	199606	0	199706	0,2	199806	0,2	199906	0
198907	196,6	199007	10,8	199107	2,6	199207	1,7	199307	0,3	199407	0,9	199507	0,4	199607	0,5	199707	0,2	199807	0,3	199907	0,2
198908	37,9	199008	15,3	199108	1,3	199208	1,5	199308	0	199408	0,2	199508	-0,2	199608	-0,1	199708	0,2	199808	0	199908	-0,4
198909	9,4	199009	16	199109	1,8	199209	1	199309	0,8	199409	0,7	199509	0,2	199609	0,2	199709	0	199809	0	199909	-0,2
198910	5,5	199010	7,8	199110	1,4	199210	1,3	199310	0,6	199410	0,3	199510	0,3	199610	0,5	199710	-0,2	199810	-0,4	199910	0
198911	6,5	199011	6,2	199111	0,4	199211	0,5	199311	0,1	199411	0,2	199511	-0,2	199611	-0,2	199711	-0,2	199811	-0,2	199911	-0,3
198912	40,1	199012	4,7	199112	0,6	199212	0,3	199312	0	199412	0,2	199512	0	199612	-0,3	199712	0,2	199812	0	199912	-0,1

Fonte: INDEC e Carta Económica Broda (1989-1999)

Tabela 74 Risco País da Argentina (1994-1999)

Tempo	Valor	Percen.															
jan/94	316	3,161	jan/95	1.295	12,952	jan/96	830	8,303	jan/97	463	4,632	jan/98	495	4,952	jan/99	830	8,295
fev/94	355	3,554	fev/95	1.410	14,098	fev/96	778	7,779	fev/97	387	3,868	fev/98	425	4,247	fev/99	771	7,715
mar/94	548	5,482	mar/95	1.787	17,869	mar/96	946	9,455	mar/97	416	4,156	mar/98	399	3,994	mar/99	716	7,158
abr/94	699	6,993	abr/95	1.277	12,772	abr/96	839	8,393	abr/97	428	4,28	abr/98	413	4,129	abr/99	625	6,253
mai/94	556	5,565	mai/95	1.058	10,575	mai/96	747	7,474	mai/97	360	3,603	mai/98	444	4,438	mai/99	674	6,745
jun/94	644	6,438	jun/95	1.229	12,292	jun/96	781	7,813	jun/97	330	3,302	jun/98	489	4,889	jun/99	754	7,545
jul/94	716	7,159	jul/95	1.151	11,512	jul/96	803	8,035	jul/97	315	3,146	jul/98	462	4,62	jul/99	867	8,673
ago/94	644	6,438	ago/95	1.166	11,66	ago/96	786	7,861	ago/97	289	2,887	ago/98	755	7,555	ago/99	851	8,509
set/94	656	6,557	set/95	1.213	12,132	set/96	652	6,52	set/97	297	2,968	set/98	1.080	10,801	set/99	707	7,07
out/94	691	6,907	out/95	1.265	12,65	out/96	637	6,365	out/97	365	3,65	out/98	829	8,29	out/99	654	6,536
nov/94	832	8,32	nov/95	1.279	12,792	nov/96	592	5,916	nov/97	542	5,42	nov/98	694	6,941	nov/99	634	6,341
dez/94	921	9,207	dez/95	1.009	10,093	dez/96	542	5,42	dez/97	481	4,808	dez/98	717	7,173	dez/99	586	5,86

Fonte: Banco JPMORGAN.

Tabela 75 Violência Sócio-Política na Argentina (1989-1999)

198901	108	199001	10	199101	10	199201	3	199301	8	199401	4	199501	16	199601	4	199701	6	199801	14	199901	6
198902	23	199002	10	199102	76	199202	9	199302	2	199402	13	199502	13	199602	7	199702	42	199802	10	199902	3
198903	23	199003	16	199103	21	199203	51	199303	17	199403	52	199503	5	199603	10	199703	26	199803	14	199903	4
198904	12	199004	12	199104	8	199204	19	199304	6	199404	20	199504	8	199604	88	199704	17	199804	6	199904	10
198905	17	199005	12	199105	33	199205	8	199305	11	199405	28	199505	5	199605	9	199705	4	199805	3	199905	5
198906	14	199006	11	199106	46	199206	10	199306	8	199406	5	199506	11	199606	22	199706	11	199806	2	199906	12
198907	5	199007	14	199107	19	199207	14	199307	31	199407	39	199507	7	199607	13	199707	24	199807	7	199907	33
198908	7	199008	14	199108	17	199208	8	199308	56	199408	11	199508	5	199608	17	199708	131	199808	2	199908	12
198909	13	199009	6	199109	3	199209	11	199309	44	199409	8	199509	23	199609	11	199709	5	199809	6	199909	12
198910	238	199010	28	199110	4	199210	6	199310	7	199410	13	199510	43	199610	14	199710	8	199810	3	199910	11
198911	233	199011	14	199111	8	199211	39	199311	11	199411	4	199511	8	199611	4	199711	6	199811	8	199911	6
198912	11	199012	12	199112	209	199212	17	199312	14	199412	2	199512	3	199612	15	199712	5	199812	5	199912	6

Fonte: Centro de Estudios para la Nueva Mayoría; Cuadernos; Dr. Rosendo Fraga.

Tabela 76 Desemprego Aberto na Argentina (1989-2000)

Tempo**	Desocupação	Subocupação	Total	Tempo	Desocupação	Subocupação	Total
198005	2,3	4,7	7,0	199105	6,3	7,7	14,0
198009	2,2	4,5	6,7	199109	5,3	7,0	12,3
198101	4,0	4,6	8,6	199205	6,6	7,6	14,2
198109	5,0	5,8	10,8	199209	6,7	7,3	14,0
198205	5,7	6,4	12,1	199305	10,6	8,2	18,8
198209	3,7	5,6	9,3	199309	8,7	8,1	16,8
198305	5,2	4,6	9,8	199405	11,1	10,2	21,3
198309	3,2	4,9	8,1	199409	13,1	10,1	23,2
198405	4,1	4,5	8,6	199505	20,2	10,7	30,9
198409	3,6	4,7	8,3	199509	17,4	12,6	30,0
198505	5,5	5,5	11,0	199605	18,0	12,6	30,6
198509	4,9	6,6	11,5	199609	18,8	13,8	32,6
198605	4,8	6,4	11,2	199705	17,0	12,7	29,7
198609	4,5	6,1	10,6	199709	14,3	13,0	27,3
198705	5,4	8,0	13,4	199805	14,0	13,2	27,2
198709	5,2	7,8	13,0	199807	14,1	13,9	28,0
198805	6,3	7,7	14,0	199809	13,0	14,0	27,0
198809	5,7	7,4	13,1	199905	14,5	13,7	28,2
198905	7,6	8,5	16,1	199907	14,5	14,9	29,4
198909	7,0	8,0	15,0	199910	10,3	14,3	24,6
199005	8,6	8,4	17,0	200005	17,9	14,4	17,9
199009	6,0	8,1	14,1	200010	14,7	14,5	29,2

Fuente: En base a INDEC, Encuesta Permanente de los Hogares y MECHÓN; y Carta Económica Broda (1989-2001)

* Nota metodológica: La población urbana total incluye a la población urbana relevada por la Encuesta Permanente de Hogares más el resto de la población urbana, que es estimada por el Mecon.** Año e mês

Os dados de desemprego na Argentina foram medidos apenas duas vezes por ano até o ano de 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE C - PROCESSOS E TÉCNICAS ESPECÍFICAS

Processos e Técnicas Específicas

Além do sentimento de confiança, variável usada para representar a quantidade de confiança depositada pela sociedade nos grupos de governo brasileiro e argentino no período considerado, foram arroladas outras, apresentadas na Introdução para operacionalizar o modelo estatístico de análise.

Para Franco (2006) a influência do mercado é fundamental na criação de estoques de confiança no grupo de governo responsável pela política econômica. No campo econômico foi utilizada a taxa de inflação (com periodicidade mensal), a principal delas, que serviu como contextualizadora da estabilidade nos dois países. Foram utilizadas também, a Taxa SELIC¹ que representa a taxa especial de liquidação de contratos pelo governo, prevista pelo sistema especial de liquidação e crédito e o Risco País no Brasil e na Argentina.

No campo social foram utilizadas, no Brasil as variáveis Desemprego Aberto, Greves, Criminalidade, representando as medidas tradicionais de disfunção social, recomendadas por Fukuyama (2003) para aferir níveis de confiança de forma indireta, dada a dificuldade de efetuar a sua medição de forma direta.

Na Argentina foram utilizadas as variáveis Desemprego, Violência Sócio-política e Conflitos Laborais, também como representação de disfunções sociais, na mesma linha de pensamento de Fukuyama (id).

A periodicidade escolhida foi a mensal já que a inflação, principal variável do campo econômico e âncora do estudo, é medida mensalmente e em alguns casos até semanalmente, dependendo da velocidade das variações do custo de vida nos países. Um fator que pesou na escolha das variáveis foi também a sua disponibilidade com periodicidade mensal, de forma a assegurar consistência às análises. Por isto, as variáveis para as quais não se obteve dados com periodicidade mensal foram desconsideradas.²

A variável Sentimento de Confiança, indisponível diretamente, foi construída a partir de dados de opinião pública nos dois países. Na Argentina as pesquisas base foram efetuadas pelo Centro de Estudios para la Nueva Mayoria, a cargo do Dr.

¹ De acordo com Broda (2006) não há na Argentina um similar da Taxa Selic do Brasil.

² A coleta foi feita *in situ* nas Consultorias do Dr. Miguel Broda e do Dr. Rosendo Fraga, Studio Broda y Asociados e Centro de Estudios para la Nueva Mayoria, ambos em Buenos Ayres em dois períodos: no primeiro foi realizado o reconhecimento do ambiente de pesquisa e dos dados disponíveis e no segundo foi feita a coleta e a tabulação dos mesmos.

Rosendo Fraga e no Brasil, a construção das séries de Sentimento de Confiança tomou por base resultados de pesquisas do Instituto Vox Populi e da Revista Tendências publicada pela Unicamp.

Os dados de Sentimento de Confiança foram coletados um a um em cada fonte e organizados em Tabelas, considerando-se apenas aqueles que pudessem ter contribuído para um aumento do estoque de confiança nos governos, ou seja, os positivos. Os valores finais de cada mês foram calculados a partir da média dos valores mensais, corrigidas as informações de caráter regular com um deflator de 80%.

Nos meses onde não foram detectadas observações, os dados foram interpolados por se tratarem de informações muito próximas, o que não introduziu erro e permitiu a posterior logaritmização, pois se assim não fosse seria impossível calcular a partir de dados inexistentes. A média foi utilizada por se tratarem de dados da mesma natureza e escala e os de influência negativa foram eliminados, pois o conjunto de dados desta origem são mensalmente complementares e somam sempre 100%.

Na construção da série de Sentimento de Confiança devem ser considerados os erros inerentes às pesquisas de campo que geraram os dados considerados e a própria inconstância temporal na coleta dos mesmos. Além disto, o caráter errático das observações que geraram a série de sentimento de confiança também deve ser considerado. Estes erros de construção da série podem influenciar com mais força as relações bivariadas o que, entretanto nos modelos completos pode ser amenizado pelo maior número de observações e pelo concurso de uma maior número de variáveis, minorando o erro final do modelo.

As séries de Desemprego, IPCA e de Custo de Vida (esta só no Brasil) foram montadas a partir de dados coletados, na Argentina, em duas fontes, o INDEC e os Relatórios Mensais da consultoria do Dr. Broda, até como uma forma de checar as informações, e no Brasil, no IBGE. O Desemprego na Argentina era até o ano de 2000, medido apenas duas vezes por ano, em maio e setembro. Os dados de desemprego na Argentina incluem também o subemprego ou subdesocupação.

Os dados de IPCA e de Custo de Vida foram normalizados a partir de um número aleatório 100, para evitar valores negativos, que existem, no caso de deflação, por exemplo, o que inviabilizaria a sua logaritmização.

Os dados de Violência Sócio Política e Conflitos Laborais da Argentina foram coletados em séries montadas pelo Centro de Estudios para la Nueva Mayoria e em

Relatórios Mensais do Studio Broda y Associados. A Taxa Selic no Brasil foi obtida no Banco Central do Brasil.

A série de Criminalidade foi obtida de forma indireta. Não há no Ministério da Justiça dados sistematizados de criminalidade da década de 90, por isto obteve-se os dados de óbitos por assassinato a partir de dados do banco de dados interno do DATASUS. Não estão disponíveis facilmente estes dados, por isto a coleta foi efetuada a partir de contato com o Gabinete do Ministro da Saúde que indicou uma pessoa dentro do sistema de estatística daquele Ministério que os disponibilizou.

Os dados de Greves no Brasil foram extraídos de informações obtidas junto ao DIEESE e os de Risco País no Brasil foram obtidos no BCB e na Argentina, nas Cartas Econômicas Borda e no Banco Central de La República Argentina.

As Tabelas resultantes da tabulação dos dados obtidos nas pesquisas de campo no Brasil e na Argentina são as apresentadas no Apêndice B e correspondem ao seguintes assuntos e títulos:

Assunto e Títulos

- Sentimento de Confiança no Brasil de 1992 a 1999
- Variáveis agrupadas ano a ano no Brasil de 1992 a 1999
- Variáveis logaritmizadas e defasadas para as regressões bivariadas no Brasil de 1992 a 1999
- Variáveis agrupadas e logaritmizadas para a regressão múltipla no Brasil de 1992 a 1999
- Sentimento de Confiança na Argentina de 1992 a 1999
- Variáveis agrupadas ano a ano na Argentina de 1992 a 1999
- Variáveis logaritmizadas e defasadas para as regressões bivariadas na Argentina de 1992 a 1999
- Variáveis agrupadas e logaritmizadas para a regressão múltipla na Argentina de 1992 a 1999

Apreciação geral sobre a técnica de análise dos modelos

A obtenção das interações entre as variáveis envolvidas foi obtida através da utilização da técnica de Análise de Regressão Simples e Múltipla.

Quanto à aplicação da técnica de regressão múltipla, Malhotra (2001, p. 464) refere-se à técnica de desenvolvimento simultâneo de uma relação matemática entre duas ou mais variáveis independentes e uma variável dependente, escalonadas por intervalos. Essa relação de razão explanatória entre variáveis independentes e dependentes, pode ser expressa pela seguinte fórmula genérica, conforme estabelecem Aker, Kumar e Day (2001, p. 533):

$$Y = \alpha + \beta_1.X_1 + \beta_2.X_2 + \beta_3.X_3 + \dots + \beta_k.X_k + \varepsilon$$

Onde,

α = intercepto do eixo y, indicando o ponto de interseção da reta com o eixo y

β = coeficiente angulares, indicando a inclinação da reta, $i = 1 \dots k$

ε = erro residual

Y = variável dependente

X = variáveis independentes, $i = 1 \dots k$

Associadas à técnica de regressão múltipla se apresentam diversas técnicas estatísticas que objetivam expressar a relação entre variáveis dependentes e independentes, sendo identificados por Malhotra (2001, p. 465) como: coeficiente de determinação, coeficiente de determinação múltipla, teste F e coeficientes de regressão parcial.

O coeficiente de determinação múltipla - R^2 , expressa a intensidade da associação múltipla entre as variáveis; o coeficiente de determinação múltipla ajustado - R^2 ajustado, é o coeficiente de determinação múltipla ajustado para o número de variáveis independentes e o tamanho da amostra, levando em consideração a diminuição do retorno; o teste F, é usado para testar a hipótese nula, de que o coeficiente de determinação múltipla da população, R^2_{pop} , é zero, ou seja, $\beta = 0$; e o coeficiente de regressão parcial, b_1 , denota a variação do valor predito, \hat{Y} , por unidade de variação em X_1 , quando as outras variáveis independentes, X_2 a X_k , são mantidas constantes.

Nesta pesquisa foi utilizada a técnica de regressão simples e múltipla, esta última operacionalizada a partir da técnica *stepwise* (Mendenhall e Sincich, 1993) ou regressão passo-a-passo (Malhotra, 2001).

Essa técnica consiste em um processo onde as variáveis independentes entram na equação de regressão, ou saem dela, uma de cada vez (Malhotra, 2001, p. 470). Esse processo de ajustamento para relacionar as variáveis dependentes e independentes, de forma escalonada, de acordo com a intensidade e significância das relações, pode ser estabelecido em três etapas, a saber:

- Etapa 1 - inclusão avançada - introdução de variáveis independentes uma a uma, somente se satisfazem critérios definidos em termos da razão F, tendo sua ordem de inclusão definida pela sua contribuição para a explicabilidade da variância;
- Etapa 2 - eliminação para trás - remoção das variáveis independentes, com base na razão F;
- Etapa 3 - solução passo-a-passo - combinação da inclusão antecipada com a remoção de variáveis independentes que não satisfazem o critério especificado em cada passo.

O resultado da técnica *stepwise* permitirá a definição de modelos para a avaliação da flexibilidade no processo de inteligência competitiva a partir das relações

observadas entre as variáveis desses construtos. Tais relações são expressas pelas equações resultantes do processo, na forma:

$$Y = B_1.X_1 + B_2.X_2 + B_3.X_3 + \dots B_k.X_k$$

(dpB1) (dpB2) (dpB3) (dpBk) F Raj²

Onde,

B = coeficiente do parâmetro, indicando a inclinação da reta, $i = 1 \dots k$;

Y = variável dependente;

X = variáveis independentes, $i = 1 \dots k$.

(dpBk) = desvio padrão associado ao coeficiente

F = teste F

R²aj = coeficiente de determinação ajustado

Essa técnica é operacionalizada em um processo sucessivo de regressão múltipla *stepwise*, a partir dos seguintes passos:

Passo 1 - considerando como dependente a variável mais ampla do fenômeno em estudo e as demais representam as variáveis independentes, extrai-se uma equação representativa do fenômeno

Passo 2 - retira-se a variável mais ampla, considerada como dependente, substituindo-a por uma variável independente da equação resultante do passo 1, considerando-a agora como variável dependente. Torna-se a realizar o processo de regressão múltipla *stepwise* e obtém outra equação representativa do fenômeno;

Passo 3 - o processo é repetido, quantas vezes forem as variáveis independentes¹ resultantes da equação gerada no passo 1 ou até se esgotar a explicabilidade das relações de dependência entre as variáveis.

O Software utilizado para efetuar as regressões foi o Statistical Package for Social Sciences - SPSS 11.0.

Outra indicação para o tratamento dos dados referentes à pesquisa foi baseada nos estudos sobre Psicofísica de Stevens (1975), onde a relação entre estímulos e percepção é representada por uma função potência. A proposta de Stevens se configura a partir de base empírica consolidada e extenso referencial teórico a respeito da percepção dos fenômenos físicos e psicológicos, por intermédio escalas não lineares, representados conforme estabelece a Primeira Lei da Psicofísica (Stevens, 1975, p. 1-36).

Nesse postulado são desenvolvidos métodos científicos diretos para a construção de escalas que permitem a mensuração de percepções baseadas nos estudos de Cramer

(1728, apud. Stevens, 1975, p.4) - quanto ao desenvolvimento da relação entre estímulo e percepção ser baseada em uma função potência, e de Bernoulli (1738, apud. Stevens, 1975, p.5) - quanto ao desenvolvimento de funções logarítmicas, a partir da função potência, para explicar as relações entre estímulo e percepção.

No caso específico deste estudo, os estímulos são as observações do fenômeno obtidas do comportamento das variáveis independentes, no Brasil e na Argentina, e a percepção é o Sentimento de Confiança da sociedade obtido a partir das pesquisas de opinião pública.

Assim, ao lançar mão dos dados provenientes de observações dos fenômenos aqui apresentados, as escalas de observação foram transformadas em escalas logarítmicas, com a finalidade de reduzir alguns desvios que a linearidade observada nas observações da realidade possam causar durante o processamento e análise estatística dos dados.

Bilich (1978, p. 67), aponta a transformação das escalas lineares em escalas não lineares, mais especificamente em logarítmicas, como forma de reduzir a probabilidade de problemas em relação à distribuição amostral de dados da pesquisa, destacando-se para efeitos desse estudo, (1) a facilidade de especificação, (2) a elasticidade dos coeficientes das variáveis independentes e (2) a redução dos erros residuais, como por exemplo, em relação aos desvios, as variâncias e os demais coeficientes apontados visando auferir melhor performance aos modelos não lineares do que com a utilização de escalas lineares.

Hair et al. (1998, p. 76-78) vão ao encontro das propostas de Bilich (1978, p. 67), quando se referem à transformação dos dados da distribuição amostral da pesquisa em escalas não lineares logaritmizadas (p. 77-78) visando reduzir ou eliminar problemas que poderiam influenciar as principais hipóteses estabelecidas para a realização da análise multivariada.

Portanto, a proposta de identificar e compreender a relação entre o Sentimento de Confiança da sociedade em grupos de governo a partir de estímulos provenientes de dinâmicas do campo social e econômico se explica pela compreensão da primeira Lei da Psicofísica de Stevens que relaciona a influência de estímulos que para o presente estudo são as variáveis independentes e uma percepção, que para o presente estudo é a variável dependente “Sentimento de Confiança” representando a percepção da sociedade quanto à quantidade de confiança a ser depositada no governo durante a implementação dos Planos Real e Cavallo. O tratamento das variáveis, para os dois

países, se deu em duas etapas: a primeira de forma bivariada, relacionando cada variável independente com a dependente, procurando escolher a melhor interação no tempo através de defasagens mês a mês. Para isto as variáveis independentes foram tabeladas junto com a dependente que foi defasada no tempo de um a sete meses, inicialmente e então foi tentada a regressão combinando cada independente com a dependente de um a sete meses de defasagem.

Encontrado o melhor modelo bivariado passou-se à segunda etapa que combinou todas as variáveis a partir das melhores defasagens bivariadas para a obtenção do melhor modelo completo. No caso do Brasil, as melhores interações se deram a partir de regressões com curvas quadráticas, cúbicas e inversas. Os R^2 ajustados apresentados ficaram em mais de 85% dos casos, acima de 95% com significância em torno do máximo.

As variáveis usadas nos modelos do Brasil e da Argentina são as apresentadas abaixo.

No Brasil

Variável Dependente	LSECOB
Variáveis Independentes	LIPCAB; LDESEB; LCRIMB; LTXSEB; LGREVB; LICVIB; LEMBIB
Explicabilidade	R ² ajustado
Significância	Máxima 10%

Lei de formação das siglas das variáveis

A apresentação da sigla das variáveis seguiu uma lei de formação: primeiro as variáveis foram transformadas em siglas de acordo com as iniciais dos nomes componentes das mesmas, assim, sentimento de confiança passou a ser chamada de SECO; depois foi acrescentada uma letra referente ao país, B no caso do Brasil e A no caso da Argentina, assim SECOB é o sentimento de confiança no Brasil. No caso de terem sido logaritmizadas foi acrescentado um L antes, assim LSECOB significa Sentimento de Confiança no Brasil Logaritmizada.

Simbologia das Variáveis

LSECOB:	Sentimento de Confiança no Brasil Logaritmizada.
LIPCAB:	Índice de Preços ao Consumidor Amplo no Brasil Logaritmizado.
LDESEB:	Taxa de Desemprego Aberto no Brasil Logaritmizada.
LCRIMB:	Taxa de Criminalidade no Brasil Logaritmizada.
LTXSEB:	Taxa SELIC no Brasil Logaritmizada.
LGREVB:	Greves no Brasil Logaritmizada.
LICVIB:	Índice de Custo de Vida no Brasil Logaritmizado.
LEMBIB:	Risco País no Brasil, logaritmizado.

Na Argentina

Variável Dependente	LSECOA
Variáveis Independentes	LIPCOA; LDESEA; LVIOLA; LCONFA; LEMBIA
Explicabilidade	R2 ajustado
Significância	Máxima 10%

Simbologia das Variáveis

LSECOA:	Sentimento de Confiança n Argentina Logaritmizada.
LIPCOA:	Índice de Preços ao Consumidor Amplo na Argentina Logaritmizado.
LDESEA:	Taxa de Desemprego Aberto na Argentina Logaritmizado.
LCONFA:	Conflitos Laborais na Argentina Logaritmizado.
LVIOLA:	Violência Sócio-Política na Argentina Logaritmizado.
LEMBIA:	Risco país na Argentina Logaritmizado.

*